



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**FACULDADE DE LETRAS – FALE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA**  
**DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

**HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA**

**TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS EM (DIS)CURSO: TRAVESTITIDADES NEGRAS**  
**ALAGOANAS EM UM CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MACEIÓ-AL**

**MACEIÓ-AL**  
2024

HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA

**TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS EM (DIS)CURSO: TRAVESTITIDADES NEGRAS  
ALAGOANAS EM UM CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MACEIÓ-AL**

Tese de Doutorado em Linguística apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da Faculdade de Letras (FALE), na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para obtenção do título de DOUTOR em Linguística.

**Área:** Linguística

**Linha de pesquisa:** Linguística Aplicada

**Orientadora:** Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior

**MACEIÓ-AL**

2024

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária: Gislaine da Silva Santos– CRB-4 – 1127

L732t Lima, Humberto Soares da Silva.

Trajetórias identitárias em (dis)curso: travestilidades negras alagoanas em um centro de acolhimento de Maceió-al / Humberto Soares da Silva Lima. – 2025.  
190 f.: il.

Orientadora: Rita de Cássia Souto Maior.

Tese (Dourado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas,  
Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura.  
Maceió, 2025.

Bibliografia: f. 180-190.

1. Análise do discurso. 2. Trajetórias identitárias. 3. Travestilidades negras. 4. Linguística Aplicada Transviada. 5. Linguística Aplicada Implicada. I. Título.

CDU: 81' 322.5-055.3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
ALAGOAS FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA



**TERMO DE APROVAÇÃO  
HUMBERTO SOARES DA SILVA LIMA**

Título do trabalho: "TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS EM (DIS)CURSO: TRAVESTILIDADES NEGRAS ALAGOANAS EM UM CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MACEIÓ-AL"

TESE aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Documento assinado digitalmente  
 RITA DE CASSIA SOUTO MAIOR SIQUEIRA LIMA  
Data: 19/12/2024 17:36:02-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Examinadores:

Documento assinado digitalmente  
 JAQUELINE GOMES DE JESUS  
Data: 03/02/2025 14:48:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ)

Documento assinado digitalmente  
 FABIO ALEXANDRE SILVA BEZERRA  
Data: 03/02/2025 15:05:11-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Fábio Alexandre Silva Bezerra (UFPB)

Documento assinado digitalmente  
 WALTER MATIAS LIMA  
Data: 03/02/2025 14:57:54-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Walter Matias Lima (CEDU/UFAL)

Documento assinado digitalmente  
 LORENA ARAUJO DE OLIVEIRA BORGES  
Data: 04/02/2025 11:24:22-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Lorena Araújo de Oliveira Borges (PPGLL/UFAL)

Documento assinado digitalmente  
 ISMAR INACIO DOS SANTOS FILHO  
Data: 04/02/2025 11:36:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho (PPGLL/UFAL)

Maceió, 17 de dezembro de 2024.

À **Xica Manicongo**, pessoa africana escravizada, denunciada à Inquisição por se recusar a vestir indumentárias masculinas, desafiava as normas de gênero, borrando as fronteiras do que era pensado como feminino e masculino (Jaqueline Gomes de Jesus, 2019)<sup>1</sup>. **Xica Manicongo** será enredo na Escola de Samba Paraíso do Tuiuti com o título “Quem tem medo de Xica Manicongo?” no carnaval de 2025 do Rio de Janeiro.

Dedico também às pessoas que não se conformam, assim como eu, com as amarras impostas por qualquer sistema, sobretudo, as de gênero e de orientação sexual, pois sempre haverá (re)existência.

---

<sup>1</sup> Todas as referências deste estudo, que a sua maioria é composta por pesquisadoras cis ou trans, terão seus nomes citados por extenso, atendendo a uma epistemologia transfeminista de pensar a produção de conhecimento de outra maneira e distanciando-se da herança colonizadora do homem cis, heterossexual e branco.

## DOS AGRADECIMENTOS ÀS CONSIDERAÇÕES TRANSviadas... (construções e desconstruções de um pesquisador transviado implicado)

**O**s espaços que podem contemplar os agradecimentos e as considerações iniciais são muitos, haja vista as contribuições e os discursos que me transpassaram diante do período que compreendeu tanto os estudos do mestrado quanto, agora, os do doutorado. De fato, a atitude de agradecer me projeta a dois campos que se inter cruzam: o primeiro implica no sentimento de rememoração, de nostalgia, de encantamento, de alegria, de saudosismo e, o segundo, indica o sentimento de construção pessoal e profissional, levando em consideração que encarar um curso de doutorado em pleno contexto atual (pós-pandemia do covid-19) não é para todas/es/os<sup>2</sup> ou, pelo menos, para algumas pessoas, dadas as condições emocionais e psicológicas que vivenciamos/enfrentamos durante o caos de saúde sanitária estabelecido duramente pela (in)ações do governo federal há época: a Pandemia do Covid-19. Portanto, é assim que me considero: **um/a desafiador/a<sup>3</sup> subversivo/a da minha própria realidade e que a todo momento vivo um processo de subversão identitária: um pesquisador transviado implicado.**

O processo de subversão identitária, associado à minha escrita, remete-me à compreensão de que preciso enxergar a minha realidade e, só a partir daí, conseguirei entender que posso promover um conjunto de ações que se distanciam de comportamentos e atitudes que me prendiam a noções arcaicas e preconceituosas (discursos, atitudes, comportamentos, relações sociais e pensamentos...). A minha escrita, portanto, me transporta a lugares que me fazem compreender novas possibilidades, realizando um conjunto identitário de várias identidades – ou, como costume utilizar, “constituições identitárias” em Humberto Soares da Silva Lima (2020; 2021a; 2021b) – em processo de formação, tais como: construção de pensamentos e atitudes de equidade; comportamentos subversivos frente às normatividades como imposição; valorização das minhas raízes ancestrais e religiosas; compreensão do meio social e cultural a que pertenci e pertença; entendimentos à minha orientação sexual e compreensão da minha posição como negro de pele clara e, por fim, como diz o saudoso

---

<sup>2</sup> Procuo assumir, em todo o trabalho, ora as marcações binárias de gênero – feminino e masculino –, ora a linguagem não binária de gênero, por acreditar que o binarismo vem se distanciando das propostas dos estudos de gênero, raça, etnia, sexo e sexualidade. Assim, dando lugar as outras representações identitárias que são possíveis para contemplar social e identitariamente diversas pessoas.

<sup>3</sup> Marcarei as posições dos gêneros masculino e feminino sempre quando o discurso for direcionado a mim. A marcação do gênero masculino consiste na autoidentificação como pessoa cisgênera e a marcação do gênero feminino compreende grandiosamente a identificação como uma gay afeminada que em alguns momentos da minha história tentei rejeitar, negar, esconder de todas/es/os como uma borboleta que não quer sair do casulo.

Patrono da Educação Brasileira, Freire (1967, p. 109), entendimentos da “cultura como aquisição sistemática da experiência humana”.

Sendo assim, dentro dos campos mencionados, como todo processo de escrita acadêmica, a ação de quem escreve é sempre – em alguns momentos – solitária ou, como costume pensar e sentir, até coletiva diante das proposições e discussões levantadas, porém um período de solidão. Afinal, escrever requer, sem dúvida, paixão e entusiasmo, que se diga de passagem, são sentimentos que têm chegado a mim de maneira leve e tranquila; no entanto, ainda assim não foi um momento fácil ou não tem sido, porque o contexto que enfrentamos se demonstrou completamente desanimador/catastrófico e muito caro, como veremos em alguns trechos das entrevistas das participantes/colaboradoras desta pesquisa. Viver não tem sido fácil para as populações pobre, preta, periférica, quilombola, indígena, refugiada, gorda, desempregada, cigana, imigrante e TLGBQIAPN+<sup>4</sup>.

O contexto da Pandemia ocasionada pelo Covid-19, em grande escala, escancarou assustadoramente as violências sociais, políticas, culturais e econômicas em todo mundo (e aqui no Brasil com a ascensão da extrema direita no poder pelo menos nos últimos 9 anos as violências tomaram grande proporção), levando em consideração que são violências que sempre ocorreram, mas que agora estão evidentes de forma a assustar/adoecer toda consciência humana que luta por “igualdade e equidade de direitos”, como bem enfatizam os influencers em seus canais no Youtube: **Jones Manoel** (homem cis, nordestino, negro e bissexual) e **Chavoso da USP** (homem cis, paulista, negro e gay) e as influencers **Paula Ferreira** (mulher trans, paulista, negra e heterossexual) e **Alessandra Alferes** (mulher trans, paulista, branca e bissexual). Não é à toa que, de acordo com os dados do IBGE de 2022, o quantitativo de mortes pelo vírus, na Pandemia, chegou a 52% de mulheres, negras, pobres que sustentavam a família. E os registros de violências continuam e podem ser encontrados a partir de documentos oficiais e canais de esquerda comprometidos com políticas públicas.

Apesar desse contexto em que estamos imersas/es/os, diante do caos que a Pandemia evidenciou em diversos setores da sociedade e, conseqüentemente, em lares de famílias desfavorecidas socialmente, pretendo com a minha escrita – comprometida no conjunto das práticas sociais onde circulam a linguagem – expor/discorrer sobre algumas constituições identitárias, de acordo com Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior (2020; 2021), Silva Lima (2020; 2021), Rita de Cássia Souto Maior (2020), Jaqueline Gomes de Jesus (2012; 2015;

---

<sup>4</sup> Procuo iniciar com representação da população “T”, deslocando de lugar e trazendo para o início da sigla, como ato político e de evidência justamente por acreditar que se trata de uma população que toma a frente das lutas de resistência e direitos adquiridos.

2019), Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2020; 2021), Colling (2016; 2018), Hall (2022), Sara Wagner York (2020), Beatriz Pagliarini Bagagli (2013; 2016; 2019), Berenice Bento (2008; 2012; 2017a; 2017b) e outras/os pesquisadoras/es, que consistem nos espaços sociais e que, portanto, sobrevivem às violências sofridas em todos os contextos possíveis. Assim, é através da minha visão não somente enquanto integrante da população TLGBQIAPN+, mas como experienciador/a, sobrevivente que compreendo e sinto algumas necessidades, que descreverei acerca das realidades vividas por essa população.

Desse modo, a minha escrita serve como um conjunto de ações e comportamentos que constituem a minha subjetividade que contribuem para enaltecer corpos, vivências, comportamentos, visões, atitudes e, sobretudo, discursos de pessoas de pessoas que histórica e socialmente não são ouvidas, quer seja por meio das violências sociais e políticas, quer seja por meio das violências estruturais. Não pretendo assumir o lugar audacioso de “dar a fala a alguém” (até porque essa não é a minha intenção e nem tampouco me pertence). Sobre isso, Megg Rayara Gomes de Oliveira, professora, negra e travesti (2020a; 2020b), diz que as travestis e as pessoas trans possuem as suas próprias falas, porque, na verdade, precisam de oportunidade e visibilidade constantes, no entanto, através das minhas vivências e das minhas observações, quero conhecer um pouco a realidade delas que muito me apetece. São por essas razões e por esses atravessamentos que sigo firme e atuante em uma perspectiva de mais ouvir do que falar. Por isso, à minha escrita curiosa e preocupada de um pesquisador transviado implicado – em (des)construção e movimento constante – e ao meu encontro pessoal, muito agradecido!

### **Aos agradecimentos...**

À **Divindade Santa** que sempre me ajuda a entender que sou muito amado/a e protegido/a.

À **Nossa Senhora da Conceição Aparecida**, pela sua intercessão. Padroeira do Brasil e protetora das pessoas aflitas que nenhum pedido deixou de ser atendido. Obrigado, Mãe!

A **São Judas Tadeu**, padroeiro do meu bairro do Feitosa e Santo das causas impossíveis. Obrigado, meu santinho!

À minha mãe, **Janete Soares da Silva Lima**, que mesmo sem entender, nos momentos que expliquei sobre esta pesquisa, elogiou e sempre trouxe a seguinte fala: “*Você é meu orgulho*”; ao meu pai, **Edvaldo da Silva Lima**, que diante da relação conturbada que tivemos e que a maturidade me fez o compreender, sempre me apoiou a prosseguir nos estudos. Não

tenho como pagar por tudo que investiram em mim e em minha irmã, porque, mesmo quando só tínhamos arroz branco para comer, incentivaram-nos a estudar.

À minha irmã, **Roberta Soares da Silva Lima**, que mesmo sem compreender a pesquisa desenvolvida, com o discurso: “*Só sei que o Beto estuda coisa de gay e de travesti*” sempre me incentivou a continuar. Ao meu sobrinho-filho, **Neytan Wallace Soares Lima Ribeiro**, pelas incansáveis perguntas: “*Tio, vai pará quando de comprá livro? Oxe!*”, porque estimo o melhor do mundo a você. E ao meu novo sobrinho com 1 ano e 6 meses – Nicolás – fofura de ser.

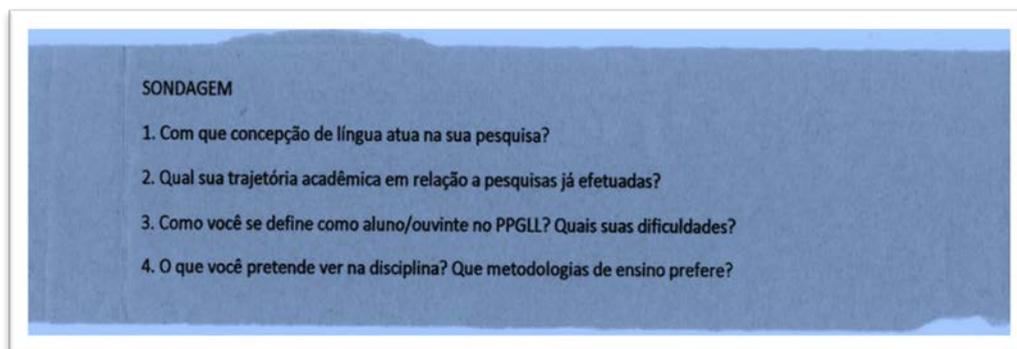
Ao meu esposo, meu namorado, meu amante, meu amado, meu coração, minha vida, minha paixão (como também, minha dor de cabeça, meu ciúme, minha raiva), **Amaro Tobias Vasconcelos do Nascimento**, que esteve/está sempre do meu lado, dando-me apoio e suporte na caminhada da vida. Gratidão sempre.

De modo especial, agradeço à minha instituição – **Instituto Federal de Alagoas – campus Piranhas** (alto sertão alagoano: às margens do Rio São Francisco), que por meio de edital e processo de seleção, obtive o privilégio de afastamento, de acordo com a Portaria 1990/IFAL, DE 2/06/2023 (**PROCESSO N° 23041.042668/2022-67**), por 2 anos das minhas atividades de trabalho para dedicação exclusiva ao processo do doutoramento! É com muito carinho, portanto, e com o peito cheio de gratidão que também ofereço este trabalho ao meu campo de (trans)formação profissional e pessoal! E ainda dentro do espectro acadêmico do Ifal, agradeço às contribuições de todas/es/os estudantes que, através de palavras e incentivos, destinaram força e interesse na minha pesquisa. A vocês, muitas discussões iremos empreender no campo do gênero, da sexualidade, do sexo e da fechação que nossos corpos lacram.

À **Universidade Federal de Alagoas (Ufal)**, em relação à **Faculdade de Letras (FALE)**, por meio do **Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL)**, por ter sido um lugar que me proporcionou mudança de vida, construção pessoal, retorno às (re)construções identitárias que me perpassam, idealização de projetos e, principalmente, valorização do espaço público e de qualidade. Viva à minha e à nossa Universidade! Viva o ensino público! Viva toda força que mantém a educação a qual visa à transformação de vidas e de pessoas! Viva a pluriversidade no ensino público!

Ao meu espelho linguístico aplicado na perspectiva ético-discursiva, como sempre digo em nossas conversas, seja em sua casa (sempre com muita comida, muitos lanches, muito conforto: “*Humberto, você já comeu? Venha comer!*”), na Faculdade de Letras ou em congressos. Não se trata do objeto preso à parede (no caso do espelho), mas de uma pessoa com mil cabeças, mil braços e mil pernas, como costume dizer. Afinal de contas, a lógica do espelho

passa pelo processo de refletir e refratar algo ou alguém, bakhtinianamente falando, pois ela é profissionalmente e humanamente um espelho para todas/es/os que lhes cercam. Muitas são as nossas estórias e histórias, as quais foram/são construídas no processo em que estamos implicados responsivos/as com a linguagem.



Este bilhete – entregue pela professora na disciplina “*Tópicos em Linguística Aplicada 3*” –, referiu-se ao primeiro semestre de 2018, quando na ocasião fui aluno especial do mestrado. Começavam a partir dali as reflexões em torno das questões de linguagem e as minhas constituições identitárias, somadas as que eu trazia, em processo, tanto no PPGLL, quanto na área indisciplinar da LA. O bilhete de cor azulada, com quatro questões na cor preta, simboliza uma idealização do céu (um conjunto de múltiplos significados para um pesquisador iniciante), onde o infinito é possível na construção dos saberes e, sobretudo, na força em que nossos pares nos destinam a construir novas compreensões de mundo.

Estou me referindo à minha professora, orientadora, companheira, pesquisadora implicada, amiga, confidente – às vezes – brigona/chata, **Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima**, que sempre cuidou de mim e ainda cuida, academicamente falando, acreditando no potencial pesquisador transviado implicado, em (des)construção, que demonstrei ser. Sem dúvida, minha postura em sala de aula, como pesquisador, amante dos estudos identitários e de gênero são frutos da contribuição ético-discursiva da minha professora. Resignifico as minhas palavras em seu coração, como afeto e muito respeito.

Às/os docentes tanto do **PPGLL** quanto do **Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada (PosLA)**, da Universidade Estadual do Ceará, que contribuíram significativamente para a minha construção acadêmica e constituição identitária. Foram momentos implicados (metodologicamente) que levarei para a vida: além dos conhecimentos abordados e das propostas desenvolvidas, as posturas teórico-metodológicas foram bastante

expressivas para a construção do meu espaço como pesquisador transviado nas abordagens de gênero, sexualidade, sexo...

À **Linguística Aplicada (LA)**, à **Linguística Aplicada Implicada (LAI)** e à **Linguística Aplicada Transviada (LAT)**, por entender que os caminhos podem ser múltiplos e problematizados à luz das situações que envolvem as práticas de linguagem e as constituições identitárias. São áreas do conhecimento transdisciplinar, multidisciplinar e pluridisciplinar que estão preocupadas com as implicações da linguagem no mundo por meio das interações em construção. E, por falar em LA, não poderia deixar de mencionar meu **Grupo de Estudos Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/Ufal/CNPq)**, por todas as discussões propostas e desenvolvidas oriundas das/es/os integrantes em diversos níveis, tais como: graduação, pibic, pibid, mestrado, doutorado e pós-doutorado. O grupo, há alguns anos, tem se destacado, regional e nacionalmente, diante das pesquisas promissoras que suas/seus componentes têm lançado no campo das práticas sociais que se manifestam as linguagens e os discursos, promovendo discussões interessantes e capciosas em relação ao universo das linguagens e seus problemas. Gratidão ao meu Grupo que sempre contribuiu/contribui na (trans)formação das/os suas/seus pesquisadoras/es.

À banca que compõe este trabalho. Professoras/es que muito me representam nas suas pesquisas com infinitas lentes que analisam os contextos sociais em que as práticas de linguagem e identitárias emergem na teia social. **Professoras Dras. Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ / UFRRJ / FIOCRUZ)** e **Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR)** – pesquisadoras, negras e travestis – vocês são simplesmente incríveis. **Professora Dra. Lorena Araújo de Oliveira Borges (Ufal)** – pesquisadora, feminista e linguista aplicada – a senhora é sempre necessária e pontual nas suas colocações/contribuições. **Professores Drs. Ismar Inácio dos Santos Filho (Ufal)** e **Fábio Alexandre Silva Bezerra (UFPB)** – pesquisadores, gays e nordestinos – companheiros/queridos que me espelho nos caminhos que pretendo trilhar/ocupar. Cada um/a realiza microlutas/microrrebeliões em uma lógica processual de (des)construção constante.

A todas as constituições identitárias que se encontram dentro da **População TLGBQIAP+**, com que me identifico e faço parte, porque sem as percepções e visões dinâmicas de resistência e sobrevivência, provavelmente, este trabalho não teria acontecido, pois a máxima “ninguém solta a mão de ninguém” legitima um comportamento-ação de que podemos ser mais fortes e que o sistema pode até tentar nos matar, mas “continuaremos resistindo para viver”, como bem alerta a influencer *drag queen* Rita von Hunty em seu canal “Tempero Drag”. Colocar-se no lugar da/e/o outra/e/o é para além de um processo de

humanização é uma forma também de “enfrentamento”, de acordo com Bruna Benevides no canal “Põe na Roda”.

Aos Assistentes em Administração do PPGLL, **Ermans Quintela Carvalho** e **Wesslen Nicácio de Mendonça Melânia**, por sempre atenderem com cautela e muita paciência às demandas que, às vezes, recorria a eles desesperadamente. São pessoas que trabalham nos bastidores, mais precisamente na Secretaria do PPGLL, atendendo as/es/os estudantes do Programa e, conseqüentemente, “alimentando” o sistema acadêmico sempre que solicitado. Gratidão pelo acompanhamento e paciência! Vocês são maravilhosos.

Às/es/os **amigas/es/os**, neste momento sem querer mencionar nomes para não entrar no processo de esquecimento de algumas/uns, que me acompanharam nesta trajetória, curtindo cada postagem e lendo meus textos, nas redes sociais/virtuais, sobre as leituras, os livros, as citações e as imagens que sempre gostei e gosto de divulgar. Cada uma/um/e tem um sentimento diferente em mim, porque as pessoas são múltiplas, diversas e inconstantes.

Em especial, a **Geison Araujo** (amigo que o meio acadêmico me presenteou e que está na minha vida para sempre), que sempre me motivou – desde os estudos no mestrado – a continuar nos empreendimentos acadêmicos com publicações pela Editora Diálogos que agora é Lupa. À **Rosane Correa** que, desde nosso conhecimento na especialização em Linguagens e Práticas Sociais, no IFAL – campus Murici, sempre acreditou que eu seria capaz. E, por último, mas não menos importante, a **Magno Almeida**, meu poeta e amigo, que desde o ensino médio me mostra a potência das palavras e do mundo por meio da poesia.

Ao **Centro de Acolhimento** em nome do presidente e de todas/es/os que o compõem, bem como às pessoas TLGBQIAP+ em situação de vulnerabilidade de Maceió-AL, que desde o início acolheram a minha ideia para participar/acompanhar das suas atividades. Em especial, à pessoa do presidente do Centro que sempre me apoiou e deu todo suporte para acompanhar as reuniões naquele espaço. São laços que foram construídos a partir do respeito, do carinho, da empatia e do amor às pessoas que sobrevivem na luta todos os dias à própria existência. Gratidão!

E, por último, mas não menos importante, **às travestis, às mulheres trans, aos homens trans, às pessoas não-binárias, aos transmasculines e todas constituições identitárias** que não se identificam com a norma imposta de gênero, que me acompanharam voluntária e involuntariamente através dos cursos, das postagens pelas redes sociais/virtuais, dos seminários, dos ovulários, dos congressos e de todas conversas construídas para promover um debate de menos intolerância e mais compreensão das identidades em dissidência.

## RESUMO

Associando-me às agendas político-sociais da **Linguística Aplicada Transviada / LAT** (Bezerra, 2023) e da **Linguística Aplicada Implicada / LAI** (Rita de Cássia Souto Maior, 2022; 2023), como uma proposta de compreensão crítico-reflexiva dos discursos que circulam e moldam a sociedade, no que diz respeito às reflexões sociais de linguagem que emergem no escopo do **Grupo de Estudo Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas** (GEDEALL/Ufal/CNPq), esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as implicações sociais e discursivas de três travestis negras que foram acolhidas por um Centro de Acolhimento na cidade de Maceió-AL do período de outubro de 2021 a outubro de 2022. Entendendo o discurso como “prática social” (Moita Lopes, 2002) e “ação” (Branca Falabella Fabrício, 2006), o qual está imerso “na vida e na vida do discurso” (Souto Maior, 2023), a construção dos dados foi mediante a observação *in loco*, a partir de entrevistas e anotações de campos referentes às dinâmicas (de sobrevivência, políticas de enfrentamento e de existência) de travestis acolhidas no Centro de Acolhimento. Dessa forma, considero, portanto, que as travestilidades configuram-se um conjunto de “constituições identitárias” (Silva Lima, 2021; Silva Lima e Souto Maior, 2021; 2022), dentro de uma agenda transfeminista, que estão em “constante processo” (Jesus, 2010b; Jesus [*et al*], 2015; 2019; Kulick, 2008; Moira [*et al*], 2017). A partir da realidade posta pelas colaboradoras, os objetivos específicos são: **(a)** identificar, nos discursos das participantes do Centro de Acolhimento, trajetórias identitárias que marcam os espaços e as dinâmicas (de sobrevivência, políticas de enfrentamento e de existência); **(b)** observar como se dão as constituições identitárias através dos processos discursivos que se somam às realidades das travestis negras no Centro de Acolhimento; **(c)** descrever as trajetórias identitárias frente às implicações de sentido em relação às identidades em processo de construção/movimento. Em relação à metodologia, desenvolvo uma pesquisa etnográfica, de acordo com Paiva (2019), Lüdke e André (2022) e Prodanov e Freitas (2013), aliando à descrição social e cultural do espaço do Centro de Acolhimento em Maceió-AL que atende às pessoas TLGBQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social, com a utilização de questionário, entrevista semiestruturada e observação. As questões suleares que subsidiaram esta pesquisa foram: **(1)** Como os discursos das travestis negras se apresentam em relação às suas trajetórias identitárias nos espaços e nas dinâmicas (de sobrevivência, políticas de enfrentamento e de existência)?; **(2)** Como se dão os processos discursivos das travestis a partir das constituições identitárias que se somam às realidades atravessadas por resistência e por outras questões? e **(3)** Quais implicações de sentido são identificadas nos discursos das travestis negras em relação às trajetórias identitárias? Nesse sentido, as implicações discursivas que giram em torno das vivências e das experiências das travestis negras acolhidas no Centro de Acolhimento, como trajetórias identitárias que se encontram em movimento, estão associadas, em alguns casos, a incompreensão da sua identidade de gênero, tanto por haver uma relação da homossexualidade com a travestilidade, tanto por entender que a identidade de gênero é um processo de compreensão de si, cujas relações sociais e políticas estão imbricadas na teia social. Sendo assim, travestilizar racialmente as trajetórias identitárias – essas como um processo de movimento intrínseco à identidade – implica na compreensão de novos discursos que são ressignificados no/pelo mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trajetórias identitárias; Travestilidades negras; LAT; LAI; Etnografia; Discursos.

## ABSTRACT

Associating myself with the political-social agendas of **Transviada Applied Linguistics / LAT** (Bezerra, 2023) and **Implicated Applied Linguistics / LAI** (Rita de Cássia Souto Maior, 2022; 2023), as a proposal for critical-reflexive understanding of the discourses that circulate and shape society, with regard to the social reflections of language that emerge within the scope of the **Study Group Discourse, Teaching and Learning of Languages and Literatures (GEDEALL/Ufal/CNPq)**, this research has as its general objective to analyze the social and discursive implications of three black transvestites who were welcomed by a Shelter Center in the city of Maceió-AL from October 2021 to October 2022. Understanding discourse as “social practice” (Moita Lopes, 2002) and “action” (Branca Falabella Fabrício, 2006), which is immersed “in life and in the life of discourse” (Souto Maior, 2023), the data construction was through on-site observation, based on interviews and field notes regarding the dynamics (of survival, policies of confrontation and existence) of transvestites welcomed at the Shelter Center. Thus, I consider, therefore, that transvestites are configured as a set of “identity constitutions” (Silva Lima, 2021; Silva Lima and Souto Maior, 2021; 2022), within a transfeminist agenda, which are in “constant process” (Jesus, 2010b; Jesus [et al], 2015; 2019; Kulick, 2008; Moira [et al], 2017). Based on the reality presented by the collaborators, the specific objectives are: (a) to identify, in the discourses of the participants of the Shelter Center, identity trajectories that mark the spaces and dynamics (of survival, policies of confrontation and existence); (b) to observe how identity constitutions occur through the discursive processes that add to the realities of black transvestites in the Shelter Center; (c) to describe the identity trajectories in the face of the implications of meaning in relation to identities in the process of construction/movement. Regarding the methodology, I developed an ethnographic research, according to Paiva (2019), Lüdke and André (2022) and Prodanov and Freitas (2013), combining the social and cultural description of the space of the Shelter Center in Maceió-AL that serves TLGBQIAPN+ people in situations of social vulnerability, with the use of a questionnaire, semi-structured interview and observation. The main questions that supported this research were: (1) How do the discourses of black transvestites present themselves in relation to their identity trajectories in the spaces and dynamics (of survival, policies of confrontation and existence)?; (2) How do the discursive processes of transvestites occur based on the identity constitutions that are added to the realities crossed by resistance and other issues? and (3) What implications of meaning are identified in the discourses of black transvestites in relation to identity trajectories? In this sense, the discursive implications that revolve around the experiences of black transvestites welcomed at the Shelter Center, as identity trajectories that are in movement, are associated, in some cases, with a lack of understanding of their gender identity, both because there is a relationship between homosexuality and transvestism, and because it is understood that gender identity is a process of self-understanding, whose social and political relations are intertwined in the social web. Therefore, racially transvestizing identity trajectories – these as a process of movement intrinsic to identity – implies the understanding of new discourses that are re-signified in/by the world.

**KEYWORDS:** Identity trajectories; Black transvestism; LAT; LAI; Ethnography; Discourses.

## RESUMEN

Asociándome a las agendas político-sociales de **Transviada Lingüística Aplicada / LAT** (Bezerra, 2023) y **Lingüística Aplicada Implicada / LAI** (Rita de Cássia Souto Maior, 2022; 2023), como propuesta de comprensión crítico-reflexiva de los discursos que circulan y moldean la sociedad, en relación con las reflexiones sociales del lenguaje que emergen en el ámbito del **Grupo de Estudios Discurso, Enseñanza y Aprendizaje de Lenguas y Literaturas (GEDEALL/Ufal/CNPq)**, esta investigación tiene como objetivo general analizar las implicaciones sociales y discursivas de tres travestis negras que fueron acogidas por un Centro de Acogida en la ciudad de Maceió-AL en el período de octubre de 2021 a octubre de 2022. Entendiendo el discurso como “práctica social” (Moita Lopes, 2002) y “acción” (Branca Falabella Fabrício, 2006), que está inmersa “en la vida y en la vida del discurso” (Souto Maior, 2023), la construcción de datos fue a través de la observación in situ, a partir de entrevistas y notas de campo referentes a las dinámicas (de supervivencia, políticas de enfrentamiento y existencia) de las travestis acogidas en el Centro de Acogida. Así, considero, por tanto, que los travestismos se configuran como un conjunto de “constituciones identitarias” (Silva Lima, 2021; Silva Lima y Souto Maior, 2021; 2022), dentro de una agenda transfeminista, que están en “constante proceso” (Jesus, 2010b; Jesus [et al], 2015; 2019; Kulick, 2008; Moira [et al], 2017). A partir de la realidad presentada por los colaboradores, los objetivos específicos son: (a) identificar, en los discursos de los participantes del Centro de Acogida, trayectorias identitarias que marcan los espacios y dinámicas (de supervivencia, políticas de afrontamiento y existencia); (b) observar cómo las constituciones de identidad ocurren a través de procesos discursivos que se suman a las realidades de los travestis negros en el Centro de Recepción; (c) describir trayectorias de identidad a la luz de las implicaciones del significado en relación con las identidades en el proceso de construcción/movimiento. En cuanto a la metodología, desarrollo una investigación etnográfica, según Paiva (2019), Lüdke y André (2022) y Prodanov y Freitas (2013), combinando la descripción social y cultural del espacio del Centro de Acogida de Maceió-AL que atiende a personas TLGBQIAPN+ en situación de vulnerabilidad social, con el uso de cuestionario, entrevista semiestructurada y observación. Las preguntas fundamentales que sustentaron esta investigación fueron: (1) ¿Cómo se presentan los discursos de las travestis negras en relación a sus trayectorias identitarias en espacios y dinámicas (de supervivencia, políticas de confrontación y existencia)?; (2) ¿Cómo se dan los procesos discursivos de los travestis a partir de las constituciones identitarias que se suman a las realidades atravesadas por las resistencias y otras cuestiones? y (3) ¿Qué implicaciones de significado se identifican en los discursos de los travestis negros en relación con las trayectorias identitarias? En este sentido, las implicancias discursivas que giran en torno a las experiencias de travestis negras acogidas en el Centro de Recepción, como trayectorias identitarias que se encuentran en movimiento, se asocian, en algunos casos, a una falta de comprensión de su identidad de género, tanto porque existe una relación entre homosexualidad y travestismo, como porque se entiende que la identidad de género es un proceso de comprensión de uno mismo, cuyas relaciones sociales y políticas se entrelazan en el tejido social. Por lo tanto, travestizar racialmente las trayectorias identitarias –estas como un proceso de movimiento intrínseco a la identidad– implica comprender nuevos discursos que se resignifican en/a lo largo del mundo.

**PALABRAS CLAVE:** Trayectorias de identidad; Travestis negras; LAT; LAI; Etnografía; Discursos.

## LISTA DE SIGLAS

<b>ABETH</b>	Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura
<b>ALAB</b>	Associação de Linguística Aplicada do Brasil
<b>ANTRA</b>	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
<b>CEP</b>	Comitê de Ética e Pesquisa
<b>FONATRANS</b>	Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros
<b>IFAL</b>	Instituto Federal de Alagoas
<b>IBRAT</b>	Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
<b>GEDEALL</b>	Grupo de Estudo Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas
<b>GGAL</b>	Grupo Gay de Alagoas
<b>LA</b>	Linguística Aplicada
<b>LAI</b>	Linguística Aplicada Implicada
<b>LAT</b>	Linguística Aplicada Transviada
<b>POSLA</b>	Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada
<b>PPGLL</b>	Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura
<b>UFAL</b>	Universidade Federal de Alagoas
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO (I)</b> – Produções científicas de/sobre pessoas Trans e Travestis .....	22
<b>QUADRO (II)</b> – Datas importantes para as pessoas Trans e Travestis.....	62
<b>QUADRO (III)</b> – Perguntas-base .....	107
<b>QUADRO (IV)</b> – Avanços do movimento LGBT em Alagoas: um panorama histórico.....	111
<b>QUADRO (V)</b> – Trecho de resposta: Elis .....	13619
<b>QUADRO (VI)</b> – Trecho de resposta: Júlia .....	14122
<b>QUADRO (VII)</b> – Trecho de resposta: Tamires .....	14425
<b>QUADRO (VIII)</b> – Trecho de resposta: Elis.....	14731
<b>QUADRO (IX)</b> – Trecho de resposta: Júlia .....	14936
<b>QUADRO (X)</b> – Trecho de resposta: Tamires .....	15441
<b>QUADRO (XI)</b> – Trecho de resposta: Elis.....	15644
<b>QUADRO (XII)</b> – Trecho de resposta: Júlia.....	15947
<b>QUADRO (XIII)</b> – Trecho de resposta: Tamires.....	15949
<b>QUADRO (XIV)</b> – Trecho de resposta: Elis.....	15654
<b>QUADRO (XV)</b> – Trecho de resposta: Júlia .....	15956
<b>QUADRO (XVI)</b> – Trecho de resposta: Tamires .....	15959
<b>QUADRO (XVII)</b> – Trecho de resposta: Elis.....	166
<b>QUADRO (XVIII)</b> – Trecho de resposta: Júlia.....	169
<b>QUADRO (XIX)</b> – Trecho de resposta: Tamires.....	171

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM I</b> – <i>Vera Verão</i> .....	244
<b>IMAGEM II</b> – Lacraia .....	244
<b>IMAGEM III</b> – Cicareli .....	244
<b>IMAGEM IV</b> – Campanha na página do Instagram da Antra.....	47
<b>IMAGEM V</b> – Entrada do Caerr .....	91
<b>IMAGEM VI</b> – Recepção do Caerr.....	92
<b>IMAGEM VII</b> – Recepção do Caerr .....	92
<b>IMAGEM VIII</b> – Cozinha e quarto do Caerr.....	93
<b>IMAGEM IX</b> – Cozinha e quarto do Caerr .....	93
<b>IMAGEM X</b> – Entrada do Caerr .....	95
<b>IMAGEM XI</b> – Final do Caerr.....	95
<b>IMAGEM XII</b> – Sala de acolhida do Caerr .....	96
<b>IMAGEM XIII</b> – Sala de acolhida do Caerr.....	96
<b>IMAGEM XIV</b> – Página do <i>Instagram</i> do Caerr.....	97
<b>IMAGEM XV</b> – Corredor e entrada da sala de acolhida do Caerr .....	99
<b>IMAGEM XVI</b> – Corredor e entrada da sala de acolhida do Caerr .....	99
<b>IMAGEM XVII</b> – Um quadro na Biblioteca do Caerr .....	101
<b>IMAGEM XVIII</b> – Biblioteca do Caerr.....	102
<b>IMAGEM XIX</b> – Biclioteca do Caerr .....	102

## SUMÁRIO

<b>1. REVISITANDO A TRAJETÓRIA: VÁRIOS OLHARES À TRAVESTILIDADE....</b>	<b>19</b>
1.1 As influências como movimentos/percursos que constituíram o olhar do pesquisador transviado implicado .....	24
1.2 Dando “close” nas seções da pesquisa .....	27
<b>2. REVENDO AS CONCEPÇÕES: LÍNGUA / LINGUAGEM / DISCURSO.....</b>	<b>31</b>
2.1 Língua / Linguagem: na compreensão do discurso.....	31
2.2 Discurso e múltiplos sentidos.....	36
2.3 Processos discursivos à luz das constituições identitárias .....	42
<b>3. CONSTRUINDO AS TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS: A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E DE SEXUALIDADE .....</b>	<b>54</b>
3.1 O movimento/percurso das trajetórias identitárias .....	56
3.2 A perspectiva das trajetórias identitárias nos estudos de gênero e de sexualidade .....	62
3.3 Movimentos político-identitários na construção de novas margens de vida: o discurso como movimento.....	67
<b>4. CONHECENDO A METODOLOGIA E O CONTEXTO DA PESQUISA .....</b>	<b>72</b>
4.1 A LA, a LAT e a LAI: os lugares teórico-metodológicos que se inserem as discussões nesta pesquisa .....	73
4.2 Abordagem qualitativa: apontamentos da/na LA.....	81
4.3 Estudo etnográfico: a necessidade de conhecer <i>in loco</i> .....	85
4.4 Quanto à contextualização: o Centro de Acolhimento Ezequias Rochas Rego (CAERR) em Maceió-AL .....	90
4.5 Contextos da pesquisa, documentos oficiais do Estado de Alagoas e trajetória do movimento LGBT em Alagoas.....	103
<b>5. PROBLEMATIZANDO AS TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS DAS TRAVESTIS .....</b>	<b>1155</b>
5.1 Políticas de sobrevivência (não só, mas também) no contexto da Pandemia .....	117
5.2 Políticas de enfrentamento – “Como você enfrentou o período da Pandemia?” .....	131
5.3 A identidade travesti – “Políticas da trajetória identitária” .....	143
5.4 Políticas de representatividade – “Você se sente representa por quem?” .....	153
5.5 Existe prisão no corpo trans? .....	164
<b>6. TENTANDO CONSTRUIR AS CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>175</b>
<b>TRANSREFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (algumas possíveis) .....</b>	<b>180</b>

## 1. REVISITANDO A TRAJETÓRIA: VÁRIOS OLHARES À TRAVESTILIDADE

**A**ssumir a postura de **pesquisador transviado implicado**, de acordo com as perspectivas da **Linguística Aplicada Transviada** (Bezerra, 2023) e da **Linguística Aplicada Implicada** (Souto Maior, 2022; 2023), no campo dos estudos de linguagem, gênero, sexualidade, e raça, na medida em que se faz imprescindível entender essas duas áreas como necessárias e importantes para o contexto atual em que nos situamos, é uma tarefa nada fácil, porque “*Querem nos matar a todo custo, mas seremos sempre resistência*” (Bixa Travesty com Linn da Quebrada, 2018), haja vista os dados divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2022; 2023).

Diante da proposta de uma Linguística Aplicada *Indisciplinar*, de acordo com Moita Lopes (2006, p. 20), como mestiça e ideológica, que se propõe “problematizar e criar inteligibilidades sobre os contextos dos usos da linguagem”, a Linguística Aplicada Transviada (doravante LAT), segundo Bezerra (2023, p. 21), “celebra as potências, os conhecimentos e as histórias de pessoas e dos grupos minorizados, ultrapassando, assim, as fronteiras que nos situam em campos restritos [...]”. Dessa forma, por visar as trajetórias identitárias que compõem as travestis neste trabalho (acolhidas pelo Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego, o CAERR), as suas narrativas em processo de construção, que são compreendidas como relevantes para as dinâmicas sociais e políticas na contemporaneidade, as quais se manifestam através da linguagem. Já a Linguística Aplicada Implicada (doravante LAI), de acordo com Rita de Cássia Souto Maior (2022; 2023), localiza-me em um lugar frente às situações de questionamento às desigualdades, às injustiças sociais, desnaturalizando vários sentidos.

Ao tempo que se pede de mim, enquanto um pesquisador cisgênero, bicha/viado, negro de pele clara e periférico, uma atitude de responsabilidade bastante difícil, em se tratando do processo de “renarrar” (Moita Lopes, 2006) vidas de pessoas que exigem o direito de sobreviver, entendo que esta pesquisa, assim como as outras que venho desenvolvendo ao longo da minha trajetória identitária, é para além da atitude de militância, pois a minha voz e a minha palavra – povoadas por outras vozes da população TLGBQIAPN+ – serão sempre atuantes e resistências.

O papel de “renarrar” as vidas de sujeitas/es/os, que se encontram em situação de vulnerabilidade, demanda um conjunto de ações e comportamentos que não possuía antes, visto que se faz imperativo a observação no campo (por meio da etnografia), antes de tudo, como fator que depreende tempo, dedicação, acolhimento, confiança e muito sentimento. Nesse sentido, a LAT e a LAI me localizam em um lugar de compreensão da realidade, de modo que

celebrar as potências de vidas de pessoas minorizadas é, acima de tudo, um processo de desnaturalização de vários sentidos que são dados como naturais à existência de pessoas.

Os caminhos percorridos como pesquisador, desde o mestrado em Linguística, na linha da Linguística Aplicada (doravante LA) (2019/2020), abordando a temática da transmasculinidade de um professor de escola pública de Maceió-AL, promoveram/suscitaram em mim olhares mais aguçados para as questões em torno do gênero, da sexualidade, do corpo, do sexo, da raça e, sobretudo, das constituições identitárias; e, agora, no doutorado, também em Linguística, em LA (2021/2025), busco um olhar mais atento/sensível às narrativas de três travestis negras e alagoanas que experienciam em seu corpo marcas de um processo de existência e sobrevivência, intercalando configurações de vida que são ressignificadas constantemente. Afinal, as identidades que as constituem são entrelaçadas por múltiplas teias discursivas que se encaminham por meio das práticas de linguagem, pelo contexto social e pelo pensamento coletivo que paira em nossa sociedade. Dessa forma, procurando desenvolver uma escuta sensível, dentro do processo de “renarrar”, no que diz respeito à contribuição das colaboradas deste estudo, entendo que este empreendimento acadêmico-científico possa servir como lentes sociais e epistemológicas para outros trabalhos que se aliam, a partir das agendas sociais e críticas da LAT e da LAI, em diálogo com os estudos de identidade, as relações de linguagem, gênero, raça, sexualidade, corpo e dinâmica social.

As identidades, segundo Hall (2022, p. 24), teórico cultural e sociólogo, são “contraditórias, provisórias, variáveis e se formam ao longo do processo”. Assim, fui constituído ao longo do processo, através das leituras, das pesquisas, dos livros, dos textos, dos artigos produzidos, dos cursos e dos eventos nos quais participei. Estes foram e são imprescindíveis para promover (social e politicamente) as lentes dos olhares que detenho sobre o universo dos estudos de gênero, visto que a minha constituição não se esgota ou se limita única e exclusivamente por meio do meu olhar, mas principalmente por meio do que me atravessa e transpassa. Neste momento, não poderia deixar de citar as rodas de conversas<sup>5</sup> promovidas pelo grupo de estudos que integro – **Grupo de Estudos em Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/Ufal/CNPq)** – que tanto contribuiu e ainda contribui para as pesquisas dos/as seus/suas integrantes.

---

<sup>5</sup> Sob liderança das professoras **Dra. Rita Maria Diniz Zozzoli (PPGLL/Ufal)** e **Dra. Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima (PPGLL/Ufal)**, foram momentos precisamente realizados nas quintas-feiras pela manhã, dedicados às apresentações de trabalhos/pesquisas - com várias abordagens e perspectivas teórico-metodológicas dentro do campo da Linguística Aplicada - dos/as integrantes do grupo, de vários níveis acadêmicos: graduação, mestrado, doutorado e pós-doc, cuja finalidade era voltada para apreciação, compartilhamento, envolvimento e diversos olhares de todos e todas que compõem o grupo.

E por falar em linguagem, os estudos de gênero, raça e sexualidade estão tomando e ganhando corpo no contexto hodierno, mais precisamente no que diz respeito às evidências de vozes/grupos/movimentos/pessoas/discursos em dissidência; esses marginalizados pela sociedade cisheteronormativa. São estudos que, diferentemente de uma perspectiva estruturalista do pensamento cartesiano, empreendem novas posturas e novos comportamentos acerca do pensamento moderno e contemporâneo, tais como transgeneridade, travestilidade, matriarcado, traviarcado, cisheteronormatividade no espaço urbano e rural, cidadania das pessoas trans, perspectiva transvestigênera<sup>6</sup> ou mesmo concepção de identidade de gênero vs. orientação sexual e vários outros estudos que dialogam e evidenciam questões sócio-identitárias insurgentes. Tal empreitada, dessa forma, evidencia, de acordo com Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior (2020; 2021), Jaqueline Gomes de Jesus (2012; 2015; 2019), Berenice Bento (2008; 2012; 2017a; 2017b; 2017c), Nai Monteiro (2022), Colling (2016; 2018; 2019) e dentre outras/os autoras/es, que as viradas identitárias assumem posturas que ressignificam as vidas e os comportamentos de *grupos minorizados*<sup>7</sup>.

E como o objetivo deste trabalho é focar nas travestilidades negras, entendo, conforme desenvolve a professora, travesti, negra, Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 7), que se trata de “uma questão de identidade, sendo identificada ao longo de toda a história e no mundo inteiro”, bem como sinaliza a professora, travesti, nordestina e gorda, Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021, p. 18) como “identidades não cisgêneras” e, por fim, como ressalta Beatriz Pagliarini Bagagli (2016, p. 89), travesti, pesquisadora e transfeminista, “a transgeneridade emerge como um conceito capaz de designar inconformidades de gênero experimentadas e vivenciadas por pessoas transgêneras, travestis, transexuais”. São, portanto, processos de identificação que são construídos mediante as trajetórias identitárias das pessoas em vários contextos de interação.

As viradas identitárias (marcação dos estudos de gênero em perspectiva dissidente), dentro de perspectivas que dialogam com o social e o político, são posturas

---

<sup>6</sup> Trata-se de uma palavra cunhada por **Érika Hilton** (mulher negra, travesti, militante), Deputada Federal por São Paulo e Líder pelo PSOL e por **Indianare Alves Siqueira** (pute, vegane, idealizadora da Casa Nem / RJ e do Grupo TransRevolução), para se referir de forma coletiva a pessoas transexuais, travestis e demais pessoas transgêneras. As informações das possíveis identidades mencionadas foram extraídas da página do *Instagram*: [@hilton\\_erika](#) e [@indianarae.siqueira](#), respectivamente.

<sup>7</sup> Não se considera aqui grupo minoritário como representação quantitativa, mas como grupo identitário que detém as suas demandas sociais, políticas e culturais como forma de resistência e sobrevivência em meio ao caos que está instalado. O entendimento acerca da não representação quantitativa no conjunto das ações identitárias é, em outras palavras, uma abordagem da “evidência”, cujo significado está voltado para os discursos de pessoas marginalizadas.

reveladoras/inquietantes de sujeitas/os que realizam processos contínuos de transformação. Sendo assim, o social e o político são movimentos de mudança nos quais as trajetórias identitárias caminham, levando em consideração que são mudanças sociais de pessoas e/ou grupos que manifestam/performam suas identidades diversas partir do seu próprio entendimento de sujeita/o no mundo. Assim, as viradas identitárias, dentro das agendas políticas empreendidas pela LAI e pela LAT, passam por mudanças constantes de posicionamentos de sujeitos que intervêm à sua realidade, pensando no que produz a travesti, nordestina e professora, Nai Monteiro (2022, p. 147), “o que escreve é para causar desconforto e inquietude no leitor”.

Retomando a questão da virada identitária, aqui entendida a partir dos estudos de identidade com Hall (2014; 2022) e dos estudos da LAT e da LAI, agora na construção do conhecimento em relação às áreas de pesquisa nas academias do Brasil nos últimos 5 anos (2019 a 2023), aponto agora para uma questão de levantamento de dados referentes às pesquisas (dissertações, teses e mestrados profissionais e profissionalizantes) desenvolvidas pela/sobre a população trans<sup>8</sup>, com o objetivo de percebermos como a produção de conhecimento de/sobre pessoas trans e travestis vem crescendo em variadas áreas, como demonstra o **Quadro (I)** abaixo:

**QUADRO (I) – Produções de/sobre pessoas Trans e Travestis**

<b>TRANSGENERIDADE</b> (412 pesquisas)	Ciências da Saúde	136
	Ciências Humanas	82
	Ciências Sociais Aplicadas	84
	Linguística, Letras e Artes	27
	Multidisciplinar	41
<b>TRANSEXUALIDADE</b> (534 pesquisas)	Ciências da Saúde	83
	Ciências Humanas	184
	Ciências Sociais Aplicadas	119
	Linguística, Letras e Artes	20
	Multidisciplinar	46
<b>TRAVESTILIDADE</b>	Ciências da Saúde	11
	Ciências Humanas	63
	Ciências Sociais Aplicadas	20

<sup>8</sup> Ver o site <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/> Acesso em 28/07/2024.

(124 pesquisas)	Linguística, Letras e Artes	7
	Multidisciplinar	7

**Fonte:** Dados da pesquisa – Silva Lima (2024)

A busca pelos termos **Transgeneridade, Transexualidade e Travestilidade**, junto ao Catálogo de Teses da Capes, foi possível justamente por eu não compreender que são sinônimos, mas que apontam para marcações sociais e políticas, quando se fala em uma população que busca por posturas sociais de identidade como formas legítimas no mundo. À vista disso, a professora travesti Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020a, p. 147), em relação à presença de travestis e mulheres transexuais no campo do sagrado na produção científica de fazer ciência, diz que deslocamentos são desenvolvidos em meio à perspectiva das encruzilhadas, de modo que são produções que evidenciam e marcam corpos sociais e localmente situados na proposta de construção de realidades possíveis.

Por esse entendimento, os alicerces das pesquisas nas ciências sociais e humanas, procurando desvelar tanto o ponto de vista teórico quanto metodológico a figura dos sujeitos na produção das suas subjetividades, estão relacionados às viradas pós-estruturalista, discursiva, icônica, cibernética, somática, pós-colonial, feminista, *queer*, antirracista e várias outras, tomando como base e, não se esgotando em si, o sujeito social, de modo que as suas intervenções e subjetividades associadas ao contexto social que está inserido são marcadamente efetivadas através das constituições identitárias que parte dele e por ele (Moita Lopes, 2013).

Dessa forma, no que diz respeito à sociabilidade dos sujeitos como seres políticos, a noção de sujeito de acordo com o círculo bakhtiniano, segundo Maria Teresa de Assunção Freitas (2007), que se encontra nas pesquisas desenvolvidas nas ciências humanas, assim como no campo de investigação múltiplo em que se insere a LA em seus diversos contextos, é parte de uma perspectiva social e processual, pois conforme a autora,

O sujeito é percebido [compreendido socialmente] em sua singularidade, mas situado em sua relação com o contexto histórico-social, portanto, na pesquisa, o que acontece não é um encontro de psiquês individuais, mas uma relação de textos com o contexto (Freitas, 2007, p. 28-29).

Entendo a noção de sujeito associada ao processo que se implica nas dinâmicas da vida, realizando intervenções em seus contextos histórico-sociais e compreendendo que as variadas maneiras de viver a vida podem ser possíveis na teia social. Nesse sentido, as colaboradas que compõem este trabalho, **três travestis negras e alagoanas**, realizam dinâmicas

variadas de sobrevivência frente às diversas políticas de existência, a saber: sentido de si, entendimento do espaço que habita, compreensão da família sobre si, senso de coletividade e compreensão do seu corpo. Políticas essas de existência e sobrevivência que serão detalhadas mais à frente na análise por meio das suas “trajetórias identitárias”.

São essas considerações plausíveis acerca do sujeito envolvido nas pesquisas em LA que, tanto pode ser entendido como participante/contribuinte/colaborador na pesquisa quanto envolvido em seus aspectos pessoais de subjetividade no campo social, podem ser problematizadas e redimensionadas para outros locais de produção de conhecimento: Ciências Sociais, Antropologia, Direito, Psicologia, Educação, Sociologia, Filosofia, História e outras. Por essa perspectiva, a partir do “olhar do sujeito social” que adotamos nas pesquisas sociais e identitárias nas humanidades, es sujeitos encontradas nas pesquisas sobre linguagem, gênero, raça e sexualidade são reconhecidas na sua integridade como partícipes e integrantes de questões sociais, políticas e culturais, que podem corresponder às suas demandas subjetivas de sobrevivência e existência no mundo.

Após a apresentação em que se inserem as discussões aqui empreendidas, dentro das possibilidades de compreensão da LAT e da LAI, entendendo as trajetórias identitárias como processos de movimento que são realizados a partir da linguagem e das interações sociais, parto agora para outro movimento constitutivo de influências e representações importantes à construção do meu olhar como **pesquisador transviado implicado** nas questões de linguagem, gênero, sexualidade, raça, regionalidade e outras.

---

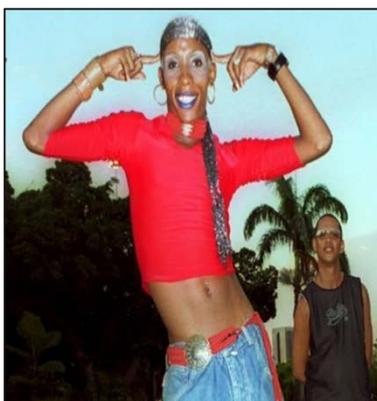
### 1.1 As influências como movimentos/percursos que constituíram o olhar do pesquisador transviado implicado

---

**IMAGEM I** – *Vera Verão*



**IMAGEM II** – *Lacraia*



**IMAGEM III** – *Cicareli*



Fonte: Arquivo pessoal (ano 2005).

Thyffany Odara, travesti, negra, pedagoga e iyálorixá (2020, p. 51) diz “resistir para existir”, assim o fiz naquela ocasião em 2005, procurando evidenciar a *drag* Cicareli, como uma figura político-artística, cultural e identitária dentro das esferas de representações e posturas anti-gênero, desestabilizando o sistema, para o contexto escolar do início do século XX, acerca das ideias de gênero, sexualidade e corpo.

No sentido das desestabilizações ou da “Pedagogia da Desobediência: abarcando o direito de ser, de existir e transgredir as rupturas de uma sociedade binária” (Thyffany Odara, 2020, p. 109), enalteço em memória as artistas que influenciaram o olhar deste pesquisador transviado implicado, a saber: **Vera Verão** como dragqueen (1952-2003) e **Lacraia** como travesti (1997-2011), ambas negras que se apresentavam nas décadas de 80 e 90 para a família tradicional brasileira. Vera Verão fazia parte do elenco de um programa humorístico, que passava aos sábados à noite, com piadas completamente machistas, sexistas, homofóbicas, transfóbicas, capacitistas. Lacraia fazia segunda voz e dançava com o MC Serginho os *rits*: “Vai, Lacraia!” e “Eguinha pocotó”.

Resumidamente, Cicareli, influenciada pelas *dragqueens* negras, como uma bicha afeminada, revelou para toda a escola a importância das representações e das subjetividades performáticas que compõem a população TLGBQIAPN+, como uma proposta de “insurgência ao sistema”, dialogando com o que pensa Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021). Cicareli deu o nome e lacrou em sua apresentação bafônica nas festas comemorativas à época de São João, “fechando” performaticamente na construção de movimentos insurgentes e subversivos de forma que as suas feminilidades (o percurso de *dragqueen* e, portanto, uma artista política) fossem colocadas em evidência e reverenciadas. Borba (2020, p. 29), gay cis, linguista aplicado e professor da UFRJ, diz que “as drags e as travestis dismantelam associações fáceis entre biologia e gênero e entre língua e identidade”, mostrando que os processos identitários de quebra com a norma são movimentos de relações de poder.

Cicareli, hoje, como um **pesquisador transviado implicado** nos estudos de linguagem, gênero, sexualidade, raça e corpo em diálogo com questões identitárias, entende que não cabe “dar voz a ninguém” – não é essa proposta aqui –, mas adentrar em questões subjetivo-sociais de pessoas que fazem parte da mesma população que me insiro, a TLGBQIAPN+. Como Vidarte (2019, p. 151), doutor em filosofia, bicha e ativista, declara que nossas pesquisas e nossos estudos precisam ter “solidariedade LGBTQ”. Então, que a solidariedade TLGBQIANP+ esteja presente em nossos textos, nossos discursos, nossas ações e em nossas micro-políticas de reconhecer as humanidades possíveis formas de existência.

Realizo neste momento uma profunda reflexão que particularmente me é muito potente: a construção da minha racialidade enquanto uma bicha negra de clara. Isso mesmo! Sou nego de pele clara. Os estudos desenvolvidos neste processo de doutoramento (leituras de/em autoras/es negras/os trans, cis e não-binários), juntamente com o acompanhamento semanal e mensal com as colaboradoras desta pesquisa me proporcionaram um (des)entendimento de olhar para a minha pele e, conseqüentemente, buscar a minha ancestralidade como potência de enaltecimento às minhas raízes. Então, peço desculpas, care leitor, se no desenvolvimento deste texto pequei sobre questões raciais, porque todas elas estão me chegando por processos de letramentos raciais na medida em que reconheço a minha negritude. Ou como Neusa Santos Souza (2021) enegrece em “tornar-se negro”. Estou me tornando, me reconheço, me empoderando, me empretecendo...

Dentro do espectro de humanidade de reconhecimento da minha negritude, entendendo que preciso percorrer alguns caminhos para não consolidar a minha racialidade como estática, mas entendê-la como processual e historicamente situada, alinhando-me às agendas político-sociais da LAT (Bezerra, 2023) e da LAI (Rita de Cássia Souto Maior, 2022; 2023), o objetivo deste trabalho é analisar as implicações sociais e discursivas de três travestis negras e nordestinas – à luz das “trajetórias identitárias”, que derivam das “constituições identitárias” (Silva Lima, 2021; Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior, 2020; 2021) – que são acolhidas por um Centro de Acolhimento na cidade de Maceió-AL. Quanto aos objetivos específicos, são: **(a)** identificar, nos discursos das acolhidas do Centro de Acolhimento, trajetórias identitárias que marcam os espaços e as dinâmicas (de sobrevivência, políticas de enfrentamento e de existência); **(b)** observar como se dão as constituições identitárias através dos processos discursivos que se somam às realidades das travestis negras no Centro de Acolhimento; **(c)** descrever as trajetórias identitárias frente às implicações de sentido em relação às identidades em processo de construção/movimento.

Metodologicamente, trata-se de uma “pesquisa qualitativa” (Flick, 2004; 2013), de “base etnográfica” (Vera Lúcia de Oliveira e Paiva, 2019; Menga Lüdke e Marli E. D. A. André, 2022; Prodanov e Freitas, 2013), em que as descrições social e cultural do Centro de Acolhimento (CAERR) que acolhe as pessoas TLGBQIAPN+ se fazem importantes, tendo como referência o social como movimento marcadamente significativo para a produção dos dados e, posteriormente, a análise deles. O CAERR é uma casa de construção de possibilidades de ser, de viver, de existir, de compreender o mundo e de se socializar.

Para produção dos dados, foram desenvolvidos no CAERR os seguintes métodos: observação *in loco*, por um ano: outubro de 2021 a outubro de 2022, que geraram anotações

(20 diários de campo) e, posteriormente, 3 entrevistas (semiestruturadas) com as colaboradoras. As visitas ao CAERR, inicialmente, aconteceram a cada quinze dias e, depois, devido a outras necessidades do próprio Centro, passaram a ser semanalmente. As questões suleares que deram suporte à pesquisa, foram: **(1)** Como os discursos das travestis negras se apresentam em relação às suas trajetórias identitárias nos espaços e nas dinâmicas (de sobrevivência, políticas de enfrentamento e de existência)?; **(2)** Como se dão os processos discursivos das travestis a partir das constituições identitárias que se somam às realidades atravessadas por resistência e por outras questões? e **(3)** Quais implicações de sentido são identificadas nos discursos das travestis negras em relação às trajetórias identitárias?

Agora, dadas as informações acerca das minhas influências e da construção do **pesquisador transviado implicado**, trago, em seguida, resumidamente as propostas de discussão que as seções irão discorrer, detalhando os/as pesquisadores/as cis e transgêneros (procuro enfatizar as travestilidades negras nas discussões) que ajudaram na construção dos processos discursivos aqui realizados.

---

## 1.2 Dando “close” nas seções da pesquisa

---

**P**assadas as informações gerais que circundam esta pesquisa, conheçamos resumidamente as sessões que compõem as discussões aqui desenvolvidas, a saber: na seção 1, **Revisitando a trajetória: vários olhares à travestilidade**, encontramos o percurso de construção da minhas trajetórias, a partir do olhar de ser um pesquisador transviado implicado em questões de linguagem, gênero, sexualidade, raça e corpo, desde a influência de Vera Verão (*dragqueen*) e Lacraia (travesti), ambas negras, à performance de Cicarelli.

Na seção 2, intitulada **“Revedo as concepções: Língua / Linguagem / Discurso”**, através das reflexões de Bakhtin (2011) e Volóchinov (2017), referentes à noção de língua como processo e ao entendimento da interação discursiva nos jogos do discurso, haverá a compreensão da linguagem enquanto “prática social” (Branca Falabella Fabrício, 2006) para se pensar a natureza dialógica que se insere no funcionamento da língua. Assim, em processo constante de diálogo com os apontamentos construídos na LA, os múltiplos sentidos acerca das concepções trazidas nesta seção serão explorados como movimentos de significação à construção de identidades, de forma que se entende o discurso como ação envolta às práticas sociais de linguagem e como construção de identidade que é ressignificada socialmente.

A partir das contribuições de Branca Falabella Fabrício e Moita Lopes (2002), Fiorin (2015), Faraco (2009), Rita de Cássia Souto Maior (2020), Inês Signorini (1998), e outras/os pesquisadoras/es, as discussões que detalham os fenômenos supramencionados como acontecimentos estão centradas no campo das interações, sejam elas verbais ou não-verbais, de modo que as/os sujeitas/os nesse processo de interação sempre constroem mecanismos para a realização da comunicação. Por essa compreensão, tomo como ponto de partida as contribuições de Rita Maria Diniz Zozzoli (2021), Beth Brait (2004; 2017), Rita de Cássia Souto Maior e Lilian Soares de Figueiredo Luz (2018; 2019) e outras/os que ressignificam a linguagem em um movimento de dentro e fora na interação social.

Na seção 3 **“Construindo as Trajetórias Identitárias: a perspectiva dos Estudos de Gênero e de Sexualidade”**, ancorada nas concepções do estudos identitários, dentro das propostas empreendidas pelas agendas político-sociais que contemplam as reflexões da LAT e da LAI, mas principalmente na ideia de “identidade formada e transformada continuamente” (Hall, 2000, p. 13), as discussões e as propostas de reflexão vinculam-se às “constituições identitárias” (Silva Lima, 2021; Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior, 2020; 2021) demarcando os envolvimento sociais que são constitutivos para a construção das identidades. Dessa forma, as questões que giram em torno da identidade são referendadas a partir de: Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012); Judith Butler (2020; 2021); Maria José Coracini (2019); Colling (2016; 2018); Silva (2014); Silva Lima (2020a); Sofia Fávero (2020); Rita de Cássia Souto Maior e Lilian Soares de Figueiredo Luz (2018; 2019); Jaqueline Gomes de Jesus (2010b) e Sara Wagner York (2020). Alguns dados de referência nacional acerca das travestilidades serão tomados como ponto de referência para problematizar as discussões propostas, envolvendo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), a Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH) e o Grupo Gay de Alagoas (GGAL), a fim de detalhar as (in)compreensões que demarcam as identidades desviantes/marginalizadas de trans negras.

Na seção 4: **“Conhecendo a metodologia e o contexto da pesquisa”**, exponho todo o desenvolvimento da pesquisa “qualitativo-interpretativista”, frente à compreensão de Moita Lopes (1994) e Flick (2004), apontando os lugares teórico-metodológicos que vagueiam a Linguística Aplicada, de acordo com Moita Lopes (2006; 2009; 2013; 2019) e Ametista de Pinho Nogueira Silva (2020). Além disso, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (2019) será trazida à discussão para enfatizar a importância do estudo etnográfico nas pesquisas linguísticas, visto que, no campo da LA, se faz imprescindível a compreensão desse estudo

como construção teórico-metodológica a fim de haver reflexões em que o processo é evidenciado. Assim, a partir desse véis metodológico, serão conhecidos os instrumentos e os contextos da pesquisa bem como o CAERR onde as três travestis negras são acolhidas.

Na seção 5: **“Problematizando as Trajetórias Identitárias Travestis”**, não menos importante, no entanto, a parte crucial do trabalho, exponho o *corpus* para as reflexões teórico-metodológicas, buscando desenvolver (in)compreensões discursivas acerca de apontamento pessoas e coletivos das colaboradoras desta pesquisa. Quanto às abordagens nesta seção, iniciaremos pelas “Políticas de sobrevivência (não só, mas também) no contexto da Pandemia”, “Políticas de enfrentamento”, “A identidade travesti”, “Políticas de representatividade” e “Existe prisão no corpo trans?”. Para tanto, mediante às discussões social, política, cultural e linguística, apoiadas epistemologicamente no campo da **LA**, da **LAT** e da **LAI**, em processo de construção das trajetórias identitárias, a construção da análise está ancorada em teóricas/os que constroem inteligibilidades sobre as subjetividades de corpos travestis negros, a saber: Jaqueline Gomes de Jesus (2010a; 2010b; 2012; 2015; 2019), Berenice Bento (2008; 2012; 2017a; 2017b), Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior (2020; 2021), Silva Lima (2021a; 2021b), Beatriz Pagliarini Bagagli (2013; 2016; 2019), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020a; 2020b), Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2020; 2021), Viviane Vergueiro (2015; 2020), Thyffany Odara (2020) e outras/os.

E, por último, a seção 6: **“Tentando construir as considerações finais”** traz o fechamento de um ciclo que foi iniciado no período do mestrado (estudo interpretativo em relação às constituições identitárias das transmasculinidades de um professor de escola pública da cidade de Maceió, Silva Lima, 2021), em que as abordagens deste pesquisador transviado implicado nas questões de linguagem, gênero, sexualidade, raça e corpo, procuraram ser reflexivas e sensíveis acerca das trajetórias identitárias de três travestis negras alagoanas, acolhidas por um Centro de Acolhimento em Maceió-AL. É importante mencionar que as minhas abordagens/pesquisas, enquanto bicha afeminada, negra de pele clara, professor e pesquisador não se findam por aqui no curso de doutorado, mas serão continuadas em estudos futuros com a interface gênero, sexualidade, linguagem e raça nos quais os protagonismos da população TLGBQIAPN+ sejam evidenciados.



Em meio ao pensamento de construção e promoção de vidas, a relevância social e cultural desta pesquisa para o desenvolvimento tecnológico de fazer ciência no Brasil e mais precisamente na região Nordeste, no que diz respeito à interface dos estudos de linguagem, gênero e sexualidade, é de compreender as dinâmicas de vida construídas por travestis negras de Alagoas, as quais ressignificam seus corpos, suas existências e seus discursos através de trajetórias identitárias marcadas de resistência e força. Aqui resgato a contribuição de Vic Gualito (2023), indígena, autista, pessoa não-binária e pedagogo, quando debate sobre as formas de resistência que são construídas por pessoas indígenas e que são trans em contextos urbanos que, de alguma forma, travam macrolutas que são realidades diárias para a promoção de vidas de pessoas em dissidência desde o seu nascimento.

Fazer pesquisa no campo da Linguística Aplicada contemporânea em diálogo direto com as agendas da Linguística Aplicada Transviada e da Linguística Aplicada Implicada sugere a nós pesquisadoras/es uma postura que desobedeçamos a algumas estruturas acadêmicas, de modo que possamos construir coletivamente não apenas possibilidades de viver e sentir a vida, que são importantes, mas que possamos encaminhar atitudes a outras pessoas que problematizem o social mediante às práticas sociais de linguagem. À LA, à LAT e à LAI, agradeço por todas as inquietações que me invadiram e que serão levadas para a minhas atuações no mundo e com os/as meus/minhas.

Passadas as informações gerais, mais precisamente deste subtópico, em relação às seções que compõem o trabalho, inicio em seguida o entendimento sobre as concepções de língua, linguagem e discurso que regem o movimento identitário desta pesquisa, detalhando a relação intrínseca que há entre os fenômenos da linguagem nos diversos processos de interação entre es sujeitos sociais que se servem dela e que atuam no mundo.

## 2. REVENDO AS CONCEPÇÕES: LÍNGUA / LINGUAGEM / DISCURSO

**N**esta seção, irei assumir as concepções de **língua – linguagem – discurso** que subsidiam as discussões teórico-metodológicas neste trabalho, compreendendo-as como conceitos que pautam o entendimento da pesquisa na abordagem qualitativa que se propõe investigar fenômenos ou processos que emergem das práticas sociais. Entendendo que, para além de conceitos que serão arrolados, são posicionamentos que merecem maior atenção numa pesquisa em que se inserem as problematizações da **Linguística Aplicada (LA)**, da **Linguística Aplicada Transviada (LAT)** e da **Linguística Aplicada Implicada (LAI)**.

Tomando como ponto de partida o entendimento de que “a língua é um processo puramente histórico” (Volóchinov, 2017) e a noção de discurso para Bakhtin (2011), como processos de comunicação na interação discursiva, em relação à premissa de que “a vida é dialógica por natureza” e o “sujeito se serve da linguagem”, as reflexões nesta seção tomaram percurso a partir das/os seguintes pesquisadoras/es: Branca Falabella Fabrício (2006), Branca Falabella Fabrício e Moita Lopes (2002), Faraco (2009; 2022), Beth Brait (2004; 2017), Rita Maria Diniz Zozzoli (2021), Fiorin (2015; 2022), Inês Signorini (1998), Rita de Cássia Souto Maior (2020), Rita de Cássia Souto Maior e Lilian Soares de Figueiredo Luz (2018; 2019). À vista disso, compreendemos que a “linguagem permite criar as realidades que quisermos, pois ela não está submetida aos limites da ordem natural das coisas”, consoante Fiorin (2015, p. 32), mas está relacionada, de acordo com Branca Falabella Fabrício (2006, p. 48), com as “práticas sociais imbricadas em ampla amalgamação de fatores contextuais”.

---

### 2.1 Língua / Linguagem: na compreensão do discurso

---

**D**e acordo com a proposta de Branca Falabella Fabrício (2006, p. 57), pesquisadora da LA, professora da UFRJ e branca, a respeito da linguagem com seu caráter cambiante, há três implicações que decorrem da noção de linguagem, a saber: a **primeira** compreende os diversos sentidos em que as pessoas empregam a linguagem em suas práticas cotidianas; a **segunda** está relacionada à apelação para a representação de algo exterior a ela mesma; e a **terceira** implica na desconstrução da crença de que há um significado único para as coisas, de modo que as coisas têm amplo significado na vida, nas ideias e nas crenças (Fabrício, 2006).

Partindo das implicações propostas pela autora supramencionada, entendo que a linguagem é concebida como atividade, de maneira a corroborar com os diversos sentidos que estão interligados a ela, relacionando um conjunto de fatores que podem provocar inúmeras associações quanto à interação entre as pessoas. Os fatores que se combinam aos sentidos múltiplos da linguagem consistem em contextos internos e externos, os quais valorizam sobretudo as práticas cotidianas/sociais, havendo um universo onde a natureza da linguagem se associa intrinsecamente com as pessoas que se servem dela e por ela.

Por essa razão, a linguagem, assumida neste momento como processo de continuidade dos diversos sentidos imbricados a ela e por ela, está relacionada com os fatores que contribuem para a construção das dinâmicas da atividade interativa, por exemplo. Ainda nesse sentido, Branca Falabella Fabrício (2006) diz que

A linguagem deve ser entendida como atividade, como sistema de ações simbólicas realizadas em determinados contextos sociais e comunicativos, que produzem efeitos e consequências semânticas convencionais. [...] a linguagem vista como *jogos de linguagem* no interior dos quais o significado se constitui por processos intersubjetivos de negociação [...] (Fabrício, 2006, p. 57 – *itálico da autora*).

Assim, o jogo que consiste no processo da linguagem é dinamizado a partir de sistemas simbólicos cujos preceitos estão interligados com as demandas sociais e comunicativas, realizando um conjunto de efeitos e consequências que podem promover esferas diversas relacionadas às práticas da linguagem. O jogo em ação, que promove a linguagem, determina o movimento em que pessoas ocupam lugares diversos na interação, nesse sentido, Faraco: professor titular aposentado pela UFPR, pesquisador da LA e cis (2022, p. 32) diz que “a língua é, antes de tudo, uma realidade sociocultural”. Logo, é sabido compreender que a linguagem movimenta as relações dinâmicas de interação, de forma que implicam em possibilidades e funcionamentos coletivos entre as pessoas, ou seja, são jogos contínuos de contextos em que as ações simbólicas ganham espaço.

As implicações da linguagem são variações constantes, como destaca Glenda Cristina Valim de Melo (2022, p. 79), pesquisadora da LA, negra e cis, levando em consideração que os discursos são constituídos/construídos na/pela linguagem, naturalizados por mecanismos de “fazer coisas na vida social”. A autora parte da perspectiva austiniana de linguagem, concebendo configurações necessárias nas práticas sociais de linguagem que se entrelaçam na performatividade como construção, implicando movimentos em que a interação é um ponto central para a construção dos enunciados.

Envolvendo a construção da linguagem como mecanismo possível de compreensão para a interação entre as pessoas, Branca Falabella Fabrício (2006) e Glenda Cristina Valim de Melo (2022) partem do entendimento de que os movimentos de linguagem são constituídos por interações sociais que os/as sujeitos/as realizam, promovendo, assim, relações performativas em que os atos de fala são desenvolvidos. Por outro lado, assumindo uma posição crítico-reflexiva em relação à compreensão das pesquisadoras, entendo que a linguagem – composta por diversos movimentos que são construídos pelos/as sujeitos/as – determina as funcionalidades, não como função e forma, mas como possibilidades que são constitutivas nas relações entre os sujeitos. Em outras palavras, as relações que se manifestam na linguagem dinamizam a posição que cada sujeito/a ocupa.

Em uma produção robusta sobre “**Língua(gem) e identidade**”, organizada por Inês Signorini (1998), encontramos um compilado de textos de variados/as pesquisadores/as dentro da área das ciências da linguagem que levantam indagações acerca do fenômeno da linguagem. Concebo, para este momento, que a obra do final da década de 90 do século passado apontou para discussões futuras que voltassem olhares e perspectivas epistemológicas de novos/as pesquisadores/as quanto à dimensão da linguagem nas relações identitárias. Dividida em cinco partes, a obra está organizada da seguinte maneira: **parte 1** – intitulada por “Língua, linguagem e identidade: questões e perspectivas”; **parte 2**: “Identidade e comunicação intercultural”; **parte 3**: “Identidade e aprendizagem de língua”; **parte 4**: “Identidade e interação em sala de aula”; e, por último, **parte 5**: “Língua, linguagem e identidade em questão”.

Dentro das discussões propostas pelos/as autores/as na obra de Inês Signorini (1998), o local que o sujeito – como constituinte da linguagem – se encontra é bastante interessante e precisa ser resgatado aqui: trata-se de um local onde as relações dinâmico-situadas são processos centralizáveis de constituição da sua subjetividade. Em outras palavras, o sujeito, no universo da língua(em) frente aos processos identitários (movimentos sociais contínuos de interação) que o constitui, “é resultado fundante do simbólico” cujas implicações no mundo são redescobertas por questões de natureza verbal e não-verbal (Signorini, 1998, p. 17-18).

Na compreensão da cadeia verbal em que se constituem os processos de interação, Rita de Cássia Souto Maior e Lilian Soares de Figueiredo Luz (2019), seguindo o pensamento bakhtiniano de linguagem, reforçam que

O trabalho com linguagem e a consciência de como ela estabelece contornos e cores para as relações humanas torna-se também elemento fundamental de estudo e de atuação, visando à promoção de uma integração maior entre conhecimento e criticidade do sujeito e entre os interactantes do contexto de

ensino e comunidade em geral. [...] Nesse sentido, compreendemos a língua constituída a partir de três aspectos da comunicação verbal, segundo Bakhtin, a saber: contexto real, fenômeno social e interação verbal. Ainda para este autor, vivenciamos a língua por meio de enunciados, concretos e únicos, e esses refletem condições específicas e esferas de utilização que, por sua vez, elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados gêneros do discurso Bakhtin (Souto Maior e Luz, 2019, p. 400).

As autoras, a partir da ação de movimento que a linguagem se constitui em sociedade, detalham como as relações humanas se estruturam em meio à interação, partindo do princípio de que o sujeito, como elas falam – interactantes – em contexto social interage e reforça a sua ação comunicativa. Dessa forma, Rita de Cássia Souto Maior e Lilian Soares de Figueiredo Luz (2019), ancoradas nos postulados bakhtinianos, descrevem três aspectos que estão imbricados à comunicação verbal: **contexto real**, **fenômeno social** e **interação verbal**, de modo que todos esses estão associados à realização do exercício da linguagem, reforçando as estruturas específicas dos enunciados (Souto Maior e Luz, 2019).

Largueando a compreensão das autoras supracitadas sobre contexto real, fenômeno social e interação verbal, em relação à comunicação verbal, podemos refletir que o contexto real diz respeito não necessariamente ao que acontece quando a comunicação acontece entre as relações humanas, mas compreende a função do real entre as pessoas no momento em que a linguagem ancora essas relações. O fenômeno social indica um movimento que particulariza o contexto da comunicação verbal, isto é, podemos relacionar o fenômeno social com os marcadores (faixa etária, regionalidade, assunto, questões partidárias e outros) que as pessoas trazem para a comunicação verbal. E sobre a interação verbal, podemos pensar, de acordo com o que as professoras discorrem em seu texto, como construções em movimento que vão delineando as questões de linguagem em torno das relações humanas.

Diante desse entendimento posto aqui, compreendo que, quando se trata dos movimentos construídos de linguagem, há interferências verbais constituídas de ideologia, historicidade, regionalidade e concepções que valorizam outros movimentos estabelecidos de novos sentidos. Em outras palavras, quero dizer que a linguagem é constituída de um universo plural de significações, carregada de (in)compreensões e (des)entendimentos que se servem para novas relações entre as/os sujeitas/os que são construídas/os por ela.

Em uma obra recente, organizada por Simone Natividade e outros/as pesquisadores/as (2021) da área das ciências da linguagem, intitulada “**Estudos da Linguagem**”, encontramos, a meu ver, a partir das considerações apontadas lá atrás por Inês Signorini (1998), uma realidade contemporânea de preocupação de pesquisadores/as em localizar – não geograficamente – o

sujeito nas práticas sociais de linguagem, mas de posicioná-lo no mundo quanto ao entendimento/pensamento crítico-reflexivo em relação às dinâmicas que emergem as potencialidades da linguagem no cotidiano das pessoas. Não se trata aqui de um pensamento individual de sujeito como partícipe no mundo, todavia, compreende-se aqui o sujeito como um processo de interação que se encaminha nas relações político-ideológicas as quais marcam a sua trajetória no/pelo mundo. Eis que a compreensão de sujeito político-ideológico marcado pelas relações de linguagem me interessam para este momento, pois, asseguro-me no entendimento de um sujeito que é atravessado por questões múltiplas à sua realidade, um sujeito que é interpelado pelas dinâmicas do seu meio, um sujeito em processos de atividades interativas, um sujeito, sobretudo, que contribui com os processos de linguagem a partir da sua compreensão de mundo.

Nessa obra, retomo um capítulo específico que compreendo como peça-chave para a discussão que envolve a interface linguagem, sujeito e racialidade, do professor Nogueira (2021), homem negro, gay e cis que, diante de questões afro-brasileiras tratadas nas aulas de Língua Portuguesa, reflete sobre as possibilidades de uma educação antirracista. Explico neste momento que não concebo as concepções de – *Língua, Linguagem e Discurso* – apartadas de outras questões sociais, tais como: racialidade, classe social, sexualidade, gênero, sexo e tantas outras que podem ser interrelacionadas – como veremos adiante nas problematizações empreendidas pela LAT e LAI – levando em consideração uma proposta interseccional ou descolonial.

Sendo assim, Nogueira (2021), imbuído nas reflexões sobre uma educação antirracista, dentro de uma sociedade completamente racista e sexista sociohistoricamente, traz a discussão de linguagem frente às tensões ideológicas que compreendem os sujeitos a partir do lugar de representatividade identitária, concebendo os sentidos permeados por um sujeito próprio: eu-sujeito. Problematizando as seguintes categorias: raça e etnia, o autor, no bojo das implicações teórico-metodológicas a respeito das constituições étnico-raciais, problematiza a concepção de linguagem para um conjunto de associações que, marcadamente possíveis no pensamento coletivo a partir das suas aulas, podem ser constitucionalmente asseguradas para os direitos e os benefícios da população negra. Logo, a linguagem precisa ser (re)pensada e entendida como mecanismo de menos violência e mais aceitação.

E, por fim, a linguagem, para Fiorin (2022, p. 150), “é um meio de interagir com os outros, é um lugar de confrontações, de acordos, de negociações”. Logo, é por meio do universo das linguagens que nos encontramos/interagimos no mundo diante das relações que desenvolvemos.

Diante da discussão apresentada nesta seção, parto para a próxima envolvendo as dinâmicas do discurso e seus múltiplos sentidos que são construídos no contexto social, esse, por sua vez, necessário para a construção de novos entendimentos frente aos movimentos constitutivos que os discursos marcam e se realizam na contemporaneidade. Em outras palavras, o discurso é detalhado aqui como uma construção de “jogos de linguagem” e como fenômeno social que determinam as possibilidades de interação em que as pessoas se realizam socialmente.

---

## 2.2 Discurso e múltiplos sentidos

---

**F**abrício e Moita Lopes (2002) e Moita Lopes e Branca Falabella Fabrício (2019), em produções distintas, mas com posicionamentos que dialogam com os entendimentos de discursos no campo da LA com os quais entendo aqui, problematizam várias questões de ordem das práticas de linguagem que se materializam ou funcionam por meios dos discursos. São textos que problematizam questões da ordem da contemporaneidade em que os discursos são moventes: no primeiro texto (2002), a autora e o autor provocam questões que refletem as dinâmicas interativas dos discursos, de acordo com identidades sociais que circulam em torno de uma situação específica do cotidiano, problematizando situações de engajamento por meio de interações; já no segundo texto, o autor e a autora desenvolvem posicionamentos críticos frente à proximidade dos estudos da LA em relação às áreas diversas do conhecimento, provocando um conjunto de entendimentos que são possíveis para as discussões empreendidas na Linguística Aplicada – são discursos de ‘proximidade crítica’ – que produz um universo de sentidos.

Seguindo a movência que pairam os discursos, dentro da perspectiva das relações que se inserem as discussões da LA, Rita de Cássia Souto Maior e Lilian Soares de Figueiredo Luz (2019) afirmam que o discurso é entendido como ação, sendo construído eticamente por meio daqueles/as que se colocam no mundo para efeito na situação de interação. Assim, as autoras defendem que

O discurso ético discursivo não se torna uma ação automática, pautada em construção de um conhecimento técnico, mas numa **ação (auto)reflexiva contínua**, pautada na avaliação da historicidade, no âmbito mais local ou mais global, e na quase certeza do que pode ser dito, considerando a preservação das relações humanas, com dignidade e justiça para todos/as (Souto Maior e Luz, 2019, p. 404 – grifos nossos).

É importante entender aqui que se trata de discurso concebido como “ação (auto)reflexiva”, isto é, na medida em que o sujeito realiza ação de se manifestar/colocar-se no mundo, as relações humanas e sociais vão sendo construídas histórica e socialmente. Elas ainda tratam das condições históricas quanto à manifestação do discurso, condicionando a ação ético-discursiva nas reflexões cotidianas assumidas pelos sujeitos (Souto Maior e Luz, 2019, p. 405).

Nesse sentido em que as autoras desenvolvem, pensar na dimensão ética em que os discursos circulam, é retomar a construção de poder que há no discurso, pois se houver ação ética no discurso, provavelmente haverá mais compreensão de empatia com o discurso proferido pelo/a outro/a (penso, neste momento, nos discursos em que as colaboradoras proferiram nas entrevistas e nos diversos momentos que construímos nos coletivos e nos seminários a respeito das demandas de políticas públicas voltadas para a população TLGBQIAPN+.

Rita de Cássia Souto Maior (2018), em outro texto, chama de dimensão da ética discursiva o discurso constituído de valores sociais: noções de certo e errado, de mentira e verdade, por exemplo; de maneira que os discursos são proferidos, a fim de representar ou legitimar uma ação de quem os profere. Sendo assim, o movimento que consiste a ética discursiva garante um conjunto de novas possibilidades e referências as quais estão imbricadas ao discurso, realizando um processo de envolvimento nas práticas sociais (Souto Maior, 2018).

Ainda no campo da ordem do discurso, sem esgotar a discussão acerca das demandas que implicam os discursos na contemporaneidade, Beth Brait (2004), por uma ótica do pensamento bakhtiniano, argumenta que

o termo ‘discurso’ ganha uma significação bem mais ampla que engloba, por assim dizer, a linguagem em geral, cobrindo a fala do dia-a-dia, os textos publicitários e jornalísticos, essa fala marcada dos políticos em constante estado de euforia palavrória, a poesia, as artes em geral, os estudos científicos e tudo mais que o homem produz como forma de comunicação, expressão, organização, construção e representação do mundo e de si mesmo por meio de signos verbais, visuais, verbo-visuais (Brait, 2004, p. 16-17).

É possível perceber que, a partir do entendimento da autora dentro de uma perspectiva dialógico-social na construção do diálogo em que as pessoas determinam seus posicionamentos, há uma ideia circundante a respeito do universo que permeia o discurso: “comunicação, expressão, organização, construção e representação do mundo e de si mesmo” e que, associada à linguagem, de modo geral, o discurso é configurado por meio dos “signos verbais, visuais e

verbo-visuais” (Beth Brait, 2004, p. 16-17). Sendo assim, a configuração em que consiste o discurso possibilita que a construção da linguagem seja desenvolvida para várias e infinitas funções. E pensando na construção ideológica em que a linguagem é constituída, os signos linguísticos indicam um movimento social de representação cujas ações são provenientes dos sujeitos.

Dentro das questões de linguagem, frente ao processo de comunicação discursiva, Bakhtin (1997) defende que

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (Bakhtin, 1997, p. 123).

A constituição da língua, para o autor supramencionado, se dá através do fenômeno social da interação verbal, pois só nela que há os fenômenos da enunciação. Levando em consideração que a interação é efetivada de acordo com o diálogo/dialogicidade/dialogismo, os quais são caracterizados, no seu sentido amplo, como toda comunicação verbal; ela, a interação, assim, pertence à natureza sociológica, sendo própria da cadeia verbal (Bakhtin, 1997, p. 124).

A cadeia verbal naturalmente compreende um conjunto de ações sociais que promove a relação social entre os indivíduos, pois a comunicação verbal consiste na construção de sentidos em que os fenômenos da enunciação são decorrentes no/do dialogismo. Por esse viés, compreendemos que a comunicação verbal é o alicerce fundamental à construção da interação verbal, de maneira que as enunciações representam mecanismos de elo para a constituição de novas relações sociais.

Beth Brait, dessa maneira, compreendendo o funcionamento da natureza dialógico-social da linguagem, explicita que os discursos são gerados no cotidiano, em que as situações discursivas acontecem de forma involuntária a todo momento, visto que o “cotidiano do homem é entrecortado por discursos, isto é, formas de dizer e conceber o mundo” (Beth Brait, 2004, p. 17). Portanto, entendo que a constituição do sujeito se dá através dos entrelaçamentos dos discursos que o circundam, levando-o, conseqüentemente, ao entendimento de que a linguagem não está fora dele, mas, sobretudo, dentro.

Aponto para essa relação construída por Beth Brait (2004) em relação à “localização” que os discursos se realizam, ao que Moita Lopes (2013) argumenta que

em tempos de grande mobilidade textual, identitária, linguística e espacial, me parece mais útil nos pensamos como seres que vivem vidas translocais e que o sentido de localidade é dado no aqui e no agora no discurso (na tela de um computador, por exemplo, cujos discursos focalizados podem mudar de modo repentino, atravessando o globo!), independentemente, portanto, do hemisfério em que estejamos situados (Moita Lopes, 2013, p. 234).

Penso que tanto Rita de Cássia Souto Maior quanto Moita Lopes, dentro das propostas de discussão que se propõem a tratar na LA contemporânea em questões de linguagem, trazem um único entendimento em relação ao universo do discurso: que as práticas de linguagem cujos discursos são proferidos e dinamizados encontram-se em constante transformação, promovendo ideias e saberes entre as pessoas a partir de sentidos de mobilidade. Os discursos, portanto, estão no mundo, nas esferas em que o poder se materializa, nas relações das políticas sociais, nas conjunturas (a)partidárias, nas dinâmicas de subserviência, nos intervalos dos discursos de ódio, nos silenciamentos de populações massacradas pelo capitalismo, nas mortes notificadas e não-notificadas da população TLGBQIAPN+, nos aplicativos de relacionamento/pegação gay, nas postagens em redes sociais com caracteres reduzidos e etc.

Ainda em relação à perspectiva das situações em que se desenvolvem os estudos acerca do discurso, Rita de Cássia Souto Maior (2020), entendendo o discurso como prática social em um processo de interação, afirma que

Estender cada vez mais o estudo sobre os discursos e aprofundar as reflexões sobre o que determinado dizer significa no processo interacional que se opera em um determinado espaço, que tem contexto geográfico, nacional e cultural, se torna imprescindível para que as **relações sociais sejam compreendidas e para que se possa agir sobre elas** (Souto Maior, 2020, p. 19 – grifos nossos).

O discurso, portanto, para a autora consiste na perspectiva da interação ou como menciona – processo interacional –, de maneira que as demandas sociais e políticas em que a interação é desenvolvida, dadas determinados os contextos, podem implicar em sentidos novos e novas possibilidades. Frente a essa perspectiva, entendo que Souto Maior não só prioriza a questão interacional que se realiza através do discurso, mas também, como importante, o contexto geográfico, nacional e cultural onde as relações de interação se concretizam, provocando assim em um conjunto de novas questões da prática social da linguagem (Rita de Cássia Souto Maior, 2020, p. 19-20).

Levando em consideração as práticas social e política em que os discursos são confrontados e (des)estabilizados – a depender da situação contextual – ainda de acordo com

Rita de Cássia Souto Maior (2020), o diálogo é marcadamente realizado através de e por discursos, de maneira que a interação demande em processo e não consiste em algo estático. Assim, a construção dos discursos, dadas as questões sociais (geográficas, nacionais e culturais), se materializa também no ato da interação de maneira que as demandas sociais interfiram necessariamente ao descontrole deles.

Para Rita de Cássia Souto Maior (2020), a questão social, então, que é importante para a construção dos discursos:

se relaciona com as ações dos sujeitos nas interações sociais e não é moduladora do que é o certo ou é o errado, apenas destrincha dispositivos que instituem sentidos, fazendo com que perguntas como: por que isso acontece? que implicações para as relações humanas isso enseja? Sejam colocadas em pauta. Ainda nessa linha de discussão, o que se diz, assume, pratica, e aquilo com o que as pessoas se relaciona, se envolve, se identifica (Souto Maior, 2020, p. 22).

A partir das relações sociais que estão imbricadas à constituição do discurso, problematizar questões sobre língua e linguagem é um processo de construir entendimentos possíveis, a fim de saber que a dinâmica da/na língua está atrelada a um universo de empoderamento dos sujeitos, pautados por “demandas sociais, políticas, culturais, financeiras, religiosas, profissionais, hierárquicas e várias outras” (Fiorin, 2010, p. 40). Por essa razão, as relações humanas que ensejam as questões da dinamicidade do discurso compreendem diversas demandas que englobam tanto as interações sociais (Rita de Cássia Souto Maior, 2020), quanto as demandas hierárquicas (Fiorin, 2010) a ele – o discurso – atreladas.

O discurso é, portanto, um movimento em que os sujeitos são levados a camadas sociais, culturais e políticas, de maneira que são construções relativamente moventes. As camadas que contemplam os processos de interação do discurso estão associadas aos mecanismos de funcionamento que os sujeitos determinam, isto é, diferentemente do contexto em que aconteçam os processos discursivos, são os sujeitos que viabilizam as dinâmicas de interação.

Diante do exposto, falar sobre as questões que permeiam o fenômeno da língua/linguagem implicam, acima de tudo, falar acerca de um movimento linguístico de aproximações e de problematizações, em que as situações discursivas acontecem constantemente e se diferenciam a partir do momento em que os sujeitos interagem socialmente. Desse modo, as discussões que se centram nos sentidos múltiplos, marcados ideologicamente, das práticas de linguagem estão associadas necessariamente à perspectiva da alteridade, cuja

relação está interligada entre os/as “eus” com “outrens”. Assim, concebo que o processo da alteridade é importante e se faz presente no ato da ação discursiva.

Buscando uma associação, ainda que de forma bastante próxima e correspondente com a noção de discurso, pretendo aproximar a perspectiva da alteridade às questões identitárias (que serão discutidas mais à frente), partindo da ideia de que é através do Outro que há constituição/construção de novas questões pessoais e coletivas a serem problematizadas sobre o Eu. À vista disso, entendo que a perspectiva da alteridade se faz importante e necessária neste trabalho tanto por conta das variadas questões sociais e culturais que resguardam as ordens dos discursos e das identidades quanto por construções sócio-discursivas em que os sentidos são estabelecidos na teia social.

Em se tratando, portanto, da perspectiva da alteridade, recorro à compreensão de Miotello (2009), de acordo com o pensamento de Bakhtin, que diz que

Onde há um esforço pela construção da identidade, Bakhtin exige a alteridade como ponto de partida; onde a luta exacerbada pelo eu, ele põe a relação fundante Eu/Outro; onde a pauta pelo mesmo/igual, ele parte do diferente; onde o universal, ele parte do singular; onde o já-dado, ele aponta o porvir; onde há a luta pela estabilidade, ele joga com a instabilidade (Miotello, 2009, p. 164).

Nesse sentido, a relação que se estabelece por meio do discurso é realizada/atrelada aos processos de identidade, visto que as dinâmicas de interação que são construídas pelos sujeitos implicam em camadas do discurso as quais corroboram com as construções de identidades. São movimentos contínuos entre o discurso e a construção de identidades. Dessa forma, o discurso é compreendido como um processo em que se materializam as diversas identidades e os variados processos identitários, de maneira que eles (as ideias e os processos identitários) funcionam por meio e através de mecanismos em que os discursos são proferidos e encaminhados no mundo. Sendo assim, o discurso também é uma construção configurada por identidade, isto é, o discurso é um dos processos identitários que se constitui e sujeite.

Após a compreensão do discurso na perspectiva da interação, de acordo com as realizações sociais que implicam a língua/linguagem, parto para o próximo subtópico que traz a relação dos processos discursivos mediante as constituições identitárias que são marcações discursivas no mundo, carregadas ideologicamente de resultados sociais, políticos, culturais e regionais em torno dos sujeitos.

---

### 2.3 Processos discursivos à luz das constituições identitárias

---

**A**s constituições identitárias, de acordo com Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior (2020; 2021), em meio aos processos em que os discursos são constituídos e derivam de posicionamentos no mundo, são marcações discursivas, corporais, ideológicas, sociais e culturais, cuja relevância, consiste em agrupamentos de identidades que estão em constante mudança. Vale ressaltar ainda que as constituições identitárias são resultados sociais, culturais e políticos do/a sujeito/a como protagonista de seu processo, que, ainda que não se dê conta dos processos de transformação para um determinado momento, encontra-se imerso/a na “identidade camaleônica” (Beatriz Maria Eckert-Hoff, 2008) de possibilidades variadas.

No que se refere a identidade camaleônica, Beatriz Maria Eckert-Hoff (2008, p. 16), pautada na discussão bakhtiniana, diz que se trata

do sujeito da falta, cindido, descentrado, em busca de si mesmo, do preenchimento impossível da falta que o constitui e o inscreve como sujeito da linguagem (Eckert-Hoff, 2008).

Logo, segundo a autora, as identidades são compreendidas como configurações e constituições que balizam um trajeto (penso que as trajetórias identitárias se firmam nesse pensamento) em suas transformações, retificações, metamorfoses, possibilidades e impossibilidades, provocando uma perturbação identitária pelos variados mundos que estão dentro do/a sujeito/a que habitam em nós. Dessa forma, as rachaduras que nos constituem e que incidem sobre as nossas identidades compõem as camadas que nos constroem, desenvolvendo, assim, nossas trajetórias identitárias em processo de (des)construção.

Pensando as configurações e reconfigurações em que as identidades se apoiam, entendo que as trajetórias identitárias, partindo do entendimento das constituições identitárias, são processos de constituição de identidade que implicam em movimento contínuo em que as pessoas realizam a partir da interação a respeito da identidade em construção. Ou seja, dadas as condições de interação que o/a sujeito/a realiza em determinado contexto social, os movimentos que implicam as trajetórias identitárias são realizados/constituídos por fenômenos de linguagem, implicando em trajetos contínuos de (im)possibilidades ou (trans)formações.

Nesse sentido, as constituições identitárias encontram-se interligadas aos processos de linguagem, provocando um agrupamento de diálogos e possibilidades de existência do/a sujeito/a no local que se insere. Retomo aqui à importância de *Cicareli* para a construção de

uma linguagem que, naquele momento específico, foi completamente necessária e subversiva, entendendo que as dinâmicas escolares no início do século XX eram predominantemente mais intolerantes do que hoje. Penso, desse modo, que as constituições que me atravessaram naquele momento, antes de evidenciar a performance de *Cicareli*, estiveram envoltas de marcações discursivo-identitárias: gay afeminada, cisgênero, negro (de pele clara), pobre, alegre e várias outras que ajudaram a compor a construção da *dragqueen*.

Dentro do que se referem as questões das constituições identitárias, entendo que são marcações discursivas que combinam com os interesses da linguagem, compreendendo as dinâmicas em que as práticas sociais acontecem. Em relação a esse aspecto, Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior (2020), analisando trechos de falas de dois homens transmasculinos, à luz das constituições identitárias frente aos processos de constituição de gênero, refletem sobre os aspectos que subjazem as identidades que se encontram em construção/movimento dos sujeitos, destacando os limites, os espaços e os contrapontos que são realizados à luz das práticas de linguagem.

Dessa forma, compreendo que as constituições identitárias funcionam como processos de interação, entendendo o funcionamento da linguagem nesse movimento, cujas abordagens verbais podem promover os processos de (des)entendimento na interação. Assevero aqui, a partir das constituições identitárias, que a interação é uma construção significativa de saberes e processos que podem ser determinantes para a realização das constituições identitárias, de modo que dinamizam os posicionamentos em que ela – a interação – está sendo realizada.

Desse modo, partindo da compreensão de que as constituições identitárias são processos de interação, Hall (2022, p. 40) defende que a identidade se situa na construção de espaço-tempo, representando um conjunto de associações marcadamente localizadas, sendo “processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas”. Nesse sentido, de acordo esse pensador, a identidade é um processo de representação, cujas categorias globais espaço-tempo funcionam como movimentos coordenados que estabelecem para a construção de novas compreensões sobre os sujeitos.

Segundo Hall (2022), as identidades constituem os/as sujeitos/as assegurando que

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor,

fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha (Hall, 2022, p. 43).

Assim, a identidade, para Hall (2022), está intimamente associada aos processos de representação, que funcionam como pontos de partida para a constituição de novas identidades. Logo, as “identidades são localizadas e representadas” (Hall, p. 41), haja vista o espaço-tempo onde há a localização/variação da identidade de quem a constitui. Nesse sentido, de acordo com o autor, compreendo que o “lugar” em que as identidades emergem permanece fixo, porém são as pessoas que determinam/constroem as suas constituições identitárias segundo as interações que estabelecem nas práticas sociais de linguagem.

As identidades são processos culturais e socialmente construídos a partir das relações que são estabelecidas pelas/entre pessoas. Vale frisar que, a partir da direção de identidade em que aponta Hall (2022), as constituições identitárias que defendem Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior (2020; 2021) encontram-se agrupadas a fenômenos de identidade em que as relações sociais são determinantes à sua compreensão, ou seja, o autor e a autora entendem que as relações construídas socialmente entre as pessoas (sujeitos, de acordo com Hall) implicam em variadas constituições identitárias, prevalecendo diversas camadas de identidade que são produzidas independentemente de espaço-tempo.

Dentro das questões identitárias, Silva (2014), um dos tradutores de Hall e um pesquisador sobre identidade nas pesquisas em ciências humanas, define que a identidade

Primeiramente, não é uma essência; não é um dado ou fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com as relações de poder (Silva, 2014, p. 96-97).

Então, a identidade é um processo de construção que não se realiza de forma totalmente autônoma, sozinha, podendo ser interpretada como variações de símbolos e de representações sendo relacionada com as diferenças entre os/as sujeitos/as. Nesse sentido, o campo que constituem as identidades é marcado por um conjunto de relações sociais e culturais cabíveis ao comportamento do/a sujeito/a – em processo de interação – que sempre está inacabado/a. Por isso, entendo que as identidades são constituídas por redes distintas de pertencimentos constantemente negociáveis e revogáveis, pois elas são providas de significados,

reposicionando sentidos, comportamentos e performance des sujeitos no contexto social, por outro lado, assumir identidades que são sejam compatíveis com o nosso processo de (re)existência é criar falsas verdades que são absolutas, dando visibilidade, assim, ao projeto que deslegitima as nossas subjetividades e produções de modos de vida.

Tendo em vista a fluidez das identidades, tanto declaradas por Silva (2014), quanto por Hall (2022), o lugar em que elas se encontram é compreendido como uma (re)construção ou (re)posicionamento, de modo que implica em um processo que sempre se estabelece pela falta e nunca por um ajuste completo em sua totalidade. Em outras palavras, as identidades de moldam às realidades em que os/as sujeitos/as determinam as interações, distanciando, assim, da estaticidade como algo fixo e acabado.

As identidades são moventes como as ondas do mar: processo contínuo que não se acaba. Assim sendo, “os fluxos de interação em que as identidades são construídas, tanto cultural quanto socialmente são provenientes da contemporaneidade” (Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior, 2021), em que as mudanças sociais acontecem involuntariamente. Nesse sentido, as identidades que emergem na contemporaneidade funcionam como movimentos de trajetórias identitárias várias (mão-dupla), oportunizando direcionamentos e apontando para novas construções de ser e, conseqüentemente, de existir entre os/as sujeitos/as. Em se tratando das transgeneridades, as constituições identitárias estão direcionadas a vários caminhos que podem indicar novas possibilidades de existência no/pelo mundo, de modo que funcionam como “trajetórias identitárias”, àquelas que estão em constante movimento e não estanques.

Silva Lima (2021, p. 113), imerso na compreensão da transgeneridade de um professor da rede estadual de ensino em Maceió-AL, analisa as constituições identitárias que implicam a construção social e política desse professor como um processo de movimento que é concebido a partir da sua identificação com a identidade de gênero. Por essa perspectiva de compreensão frente às constituições identitárias, o autor tem o conhecimento de que “as constituições identitárias correspondem a um conjunto de variantes, pois nada se configura como fixas, estáticas, permanentes, mas sim como móveis, maleáveis e imprecisas” (Silva Lima, 2021).

Então, dentro do processo de movência/imprecisão em que as identidades se aplicam para a construção do ser humano, penso que as constituições identitárias estão imersas aos movimentos em que os sujeitos se inserem na teia social, levando em consideração as marcações político-ideológicas que cada pessoa defende na sua trajetória de vida. Em outras palavras, quero dizer que, assim como possuímos entendimentos/saberes variados acerca de determinados assuntos que nos são caros, são também as nossas identidades/constituições

identitárias que nos proporcionam compreender e detalhar, a depender dos contextos e das situações, sobre nossos posicionamentos favoráveis ou não.

Estou entendendo, a partir das experiências que obtive, que os desdobramentos do “Seminário Estadual de Direitos Humanos e Democracia”, que participei em 2023, como um conjunto de constituições identitárias que se valem a partir das resistências, dos enfrentamentos, dos posicionamentos discursivos, das lutas históricas e sociais, das exposições aos regimes de morte e tantas outras construções discursivo-identitárias, cujas relações coletivas de compreensão sobre corpos dissidentes, são provenientes por meio de processos discursivos em seu modo *status quo*, havendo, segundo Judith Butler (2019, p. 41), uma construção de sentidos acerca de “populações diferentemente expostas”.

Judith Butler (2019), nesse sentido, pensando sobre a construção político-ideológica das pessoas que atuam pelos modos de sobrevivência de “populações expostas”, entende que

Se somos atores políticos buscando estabelecer a importância da ecologia, das políticas domésticas, da saúde, da moradia, da política alimentar global e da desmilitarização, então é de se esperar que a ideia da vida humana e criatural que sustenta nosso esforço vá superar a cisão entre ação e interdependência (Butler, 2019, p. 52).

Em outras palavras, as ações políticas desenvolvidas pelos atores – pessoas que lutam/reivindicam por direitos e por assistências específicas de sobrevivência das populações – consistem em mecanismos de forças unilaterais que formam um conjunto. Nesse caso, a vida humana, de acordo com Judith Butler (2019), diz respeito a corpos que necessitam viver em meio as adversidades crescentes (ver Imagem IV) em nossa sociedade, como foi o caso do Seminário em Arapiraca que vivenciei, uma vez que políticas de sobrevivência precisam ser desenvolvidas e realizadas para assegurar humanamente a existência de várias populações, não somente da população TLGBQIAPN+, como também negra, periférica, quilombola, indígena, refugiada, sertaneja, cigana e outras consideradas marginalizadas.

As políticas de sobrevivência, dentro da lógica de construção de identidades em dissidência, estão associadas a populações que carecem de humanidade, uma vez que o estado, dadas as suas condições político-ideológicas, em alguns casos, não garante o mínimo de sobrevivência a elas. Dessa forma, as identidades que explodem as dinâmicas de existência (de acordo com a Imagem IV abaixo) em meio às políticas de direito assistencialistas gritam por reconhecimento e direito à vida.

**Imagem IV:** Campanha na página do Instagram da Antra



**Fonte:** Instagram da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil)

Os processos identitários que firmam realidades das populações citadas anteriormente estão centrados com atos e atitudes para além do enfrentamento corpo a corpo, o que não deixa de ser importante e necessário, porém estão ligados a significados da vida vivível em detrimento às vidas matáveis. Por esse entendimento, os corpos vivíveis, dentro da lógica da vida vivível, como projeto político-identitário de constantes lutas, pertencem à compreensão do que Veras (2019), homem gay, cis, branco diz “dispositivo do estigma”, ou seja, trata-se de um campo discursivo de práticas de poder em que as relações são construídas e formadas por meio do imaginário coletivo, em que as ações estão relacionadas a diversas possibilidades de existência.

Veras (2019), historiador e pesquisador de questões voltadas à população TLGBQIAPN+ no estado de Alagoas, traça um panorama histórico e social sobre as “sexualidades periféricas” a partir do fenômeno “Roberta Close”, travesti como símbolo sexy da década de 80 do século passado, cujos entendimentos da sociedade giravam em torno da relação com o “homossexualismo”, de modo que as configurações de gênero e sexualidade à época, em relação à travestilidade e à transexualidade, eram associadas designadas pelas manifestações identitárias da homossexualidade. Trago à tona o entendimento de “sexualidades periféricas”, apontadas pelo autor, para relacioná-las às práticas sociais em que os discursos são veiculados e, conseqüentemente, os movimentos em que as constituições identitárias fazem, tomando como ponto de partida – em uma mão dupla – a compreensão de que o “homossexualismo” era considerado até a década de 90 como uma doença psicossocial, ao passo que, tardiamente, a transexualidade era considerada como patologia até 2019. Então,

compreender a despatologização da homossexualidade e da transexualidade é um exercício que importa significativamente para os estudos, pois ainda se veem, no senso comum, alguns apontamentos sobre a patologia dessas identidades.

Porém, Veras (2019), por mais que tenha abordado histórico e socialmente as sexualidades periféricas das travestilidades e transexualidades, não inseriu o dispositivo da racialidade, esse como intrínseco às identidades sociais e políticas em interação. Em outras palavras, as discussões de gênero, sexualidade e corpo precisam estar relacionadas com os marcadores sociais da diferença, de maneira que possam envolver aspectos como raça, etnia, região, faixa etária, PCD, regionalidades, indígena, quilombola e tantas outras. Em sua branquitude, o historiador se deteve em um recorte de experiências travestis enquanto processos de estigmatização marginal, concebendo o caso da travesti Roberta Close como dispositivo heteronormativo midiático à época.

Jaqueline Gomes de Jesus (2010b; 2019) e Megg Rayara Gomes de Oliveira, Letícia Carolina Pereira do Nascimento e Jaqueline Gomes de Jesus (2023), na construção de corporalidades de travestis e mulher trans negras, travestilizam experiências de negritudes que vivenciam as subjetividades de pesquisadoras negras no cenário brasileiro, indicando que o quadro social em que se encontram as travestis e mulheres trans negras é diverso, quando em comparação da experiência social das travestis e mulheres trans não-negras. Nesse sentido, as pesquisadoras e professoras negras realizam um exercício de ancestralidade travesti para se pensar na construção de aquilombamentos travestis enquanto manifestações discursivas que evidenciam corpos, subjetividades, transfeminilidades negras, pedagogias travestis, representatividades de travestis e mulheres trans negras em diversas áreas em ascensão. Linn da Quebrada, na apresentação do livro da travesti negra e nordestina Maria Clara de Araújo Passos (2022) “Pedagogias das travestilidades”, diz que é preciso escurecer para deixar transparente.

Os processos discursivos à luz das constituições identitárias dialogam com as questões que emergem das demandas de populações marginalizadas, em um processo contínuo em que as identidades são constantemente transformadas e tensionadas pelo social, cultural, político e regional. As “máquinas discursivas”, de acordo com Beatriz Pagliarini Bagagli (2013, p. 15), mulher trans, branca e ativista, implicam nas relações de “diferentes posicionamentos ideológicos ligados à classe em conflito”, em que o particular é completamente indispensável do universal.

Dentro dos processos discursivos à luz das máquinas discursivas como alerta Beatriz Pagliarini Bagagli (2013), as constituições identitárias são transformadas e moldadas pelo

social, cultural, político e regional implicando em estruturas incompletas. A esse respeito, Bezerra (2022, p. 44) assevera que as estruturas sociais correspondem a

Um conjunto de possibilidades que informa como os eventos sociais podem ser definidos, ou seja, as estruturas sociais (por exemplo, linguagem e classe social) incorporam um potencial de combinações estruturais para que eventos sociais específicos ocorram (Bezerra, 2022).

Nesse sentido, dadas as condições sociais em que os eventos se realizam, seja através da linguagem, seja por meio da classe social, as identidades se desenvolvem/manifestam como estruturas moventes em que as suas dinâmicas de realização e acontecimento podem ser processuais, compreendendo um conjunto de novas possibilidades em relação ao contexto social e político onde se inserem os sujeitos. É sabido compreender que o autor está se referindo às implicações sociais dos discursos, porém entendo que as identidades também atendem a questões em que os discursos se materializam e se realizam por meio das suas implicações político-ideológicas.

Assim, a potência que emergem as identidades – compreendidas como movimentos em processo e, sobretudo, em construção contínua entre as/os sujeitas/os –, resgato aqui a discussão empreendida por Bezerra (2023, p. 173), na construção de uma LAT, em relação “às dissidências socio-identitárias como arranjos interseccionais complexos entre os marcadores sociais da diferença de gêneros, sexualidades, raça, etnia e classe social”. Em outras palavras, entendo que as discussões que envolvem as identidades em processo de construção centram-se tanto em marcadores sociais, quanto em movimentos culturais e políticos que precisam ser destrinchados como fundantes para a compreensão das constituições identitárias em emergência.

O mote das configurações contemporâneas da (des)construção das subjetividades e das identidades centra-se no sujeito pós-moderno como processo contínuo de (trans)formação ao longo das interações sociais. Assim, em meio ao envolvimento de diversas camadas de identidades, frente aos movimentos de construção das trajetórias identitárias que dinamizam os sujeitos, a identidade é um processo da falta ou da crise, levando em consideração que somos transformados ideologicamente e socialmente no momento em que as interações verbais e não-verbais são realizadas, haja vista a necessidade que temos de construir sentidos nos jogos de linguagem em relação às nossas interações sociais.

Há nas configurações contemporâneas a existência de um emaranhado de discursos que circulam e que são antagônicos a posições partidárias como, por exemplo,

- (i) àqueles que defendem o reconhecimento da diversidade e da pluralidade identitária vs. àqueles que anseiam o conceito estável e reducionista de identidade na sociedade,
- (ii) àqueles discursos que produzem efeitos simbólicos na construção de novas subjetividades contextuais em situações diversas vs. os que defendem um único entendimento de se pensar a categoria humana,
- (iii) àqueles que dialogam com pensamentos e comportamentos extremistas de direita vs. os que entendem o diálogo como movimento possível para a construção de políticas públicas às populações desfavorecidas socialmente.

Sendo assim, pensemos aqui que os discursos antagônicos são possibilidades existentes no contexto social e que ideologicamente constituem relações de poder entre es sujeitos, porém, ao passo que os discursos são construídos fora da perspectiva social e democrática, não se tem a crise de identidades (deslocamentos no mundo social) como a falta da produção de efeitos. Dessa forma, entendo que os discursos são construídos por meio da crise de identidades, quando atendem à perspectiva social e democrática des sujeitos na produção de efeitos social e ideológico.

A respeito da crise, Hall (2022) diz que

A assim a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (Hall, 2022, p. 9).

Os deslocamentos que são produzidos a partir das crises da identidade são interessantes para pensarmos nas discordâncias entre pessoas de determinados aspectos históricos, sociológicos e filosóficos na pós-modernidade que construímos nos processos, mas os deslocamentos apontam para novas configurações de identidade para promover abalos e danos, de modo que, inseridos no discurso, eles possam construir símbolos por meio da linguagem. Logo, a interação social direciona olhares críticos que possibilitam movimentos identitários no momento em que as (re)articulações de identidades são ancoradas no mundo social.

Jones Manoel (2023), negro, bissexual, doutorando em Serviço Social e nordestino, em seu canal na plataforma do Youtube com seu próprio nome, abordando a temática “Identidade, gênero e sexualidade nas periferias brasileiras”, aborda aos processos identitários que são construídos no seio das periferias brasileiras e, sobretudo, as do Nordeste em que a associação do pensamento imaginário fora do real indica uma construção de identidade que se

distancia de uma perspectiva promissora de vida. Ou seja, provocando um deslocamento aqui, Jones Manoel, a partir das condições sociais em que as periferias se encontram, traça um perfil social e econômico de identidade para essa população específica, o que, muitas vezes, se associa ao imaginário da pobreza, do crime, da facção e de tantas outras questões que são atreladas à periferia.

As identidades coexistem e funcionam mediante as mudanças geopolíticas sociais e econômicas de um grupo social cuja relação se estreita através do discurso. Nesse sentido, compreendendo os processos identitários como intrínsecos à constituição humana, pois sabemos evidentemente que as identidades pertencem a jogos sociais múltiplos que provocam micro-revoluções na ordem do individual e do coletivo: identidades gênero, “identidades negras” (Neusa Santos Souza, 2021), identidades quilombolas, identidades indígenas ou transcestralidades indígenas (Gualito, 2023; Yby, 2023) e várias outras em dissidência que não se enquadram à normatividade imposta socialmente por algum sistema de opressão.

Ainda sobre os deslocamentos, precisamos entender que as identidades são definidas estrutural e socialmente, isto é, a única forma de defini-las seria a oposição a outras que estabelecem jogos sociais de movimento. Sendo assim, não se pode falar em identidades fora das relações estruturais e sociais que imperam um contexto contemporâneo. Elas estão em permanente estado de transformação e ebulição, sendo constantemente reconstruídas e, dependendo do momento dado, são adaptadas e adequadas às novas circunstâncias que vão surgindo ou podem ser silenciadas (Colling, 2016, 2019; Coracini, 2019; Green *et al*, 2018; Jesus, Carbonieri, Nigro, 2017; Kulick, 2008).

É importante considerar que as identidades no mundo social, pensadas então como identidades sociais, (re)organizam e (des)estabilizam significações por meio dos discursos que são consideradas, as identidades, como estanques ou padrão, andando na contra-mão das identidades socialmente hegemônicas. Retomando o pensamento de Hall (2022) acima, podemos envolver a discussão sobre as identidades para uma área ampla de mudança que evidencia as relações entre sujeitas/os e identidade em que os estudos linguísticos marcam rupturas, defendendo o autor que

Eu sei quem “eu” sou em relação com “o outro” (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser. Como diria Lacan, a identidade, como o inconsciente, “está estruturada como língua”. O que filósofos modernos da linguagem como Jacques Derrida, influenciados por Saussure e pela “vida linguística”, argumentam é que, apesar de seus melhores esforços, o(a) falante individual não pode, nunca, fixar o significado de uma forma final – incluindo o significado de sua identidade (Hall, 2022, p. 25).

Nas palavras do autor supracitado, a relação intrínseca Eu/Outro na produção de subjetividades que implicam as identidades se estabelece mediante os processos de interação que são constituídos por meio dos discursos, de modo que tal relação se realiza por meio de processos discursivos. A virada linguística, nesse sentido, como um movimento de filósofos modernos da linguagem, se distancia do movimento que as identidades produzem no contexto social, pois “tudo que dizemos tem um ‘antes’ e um ‘depois’ – uma ‘margem’ na qual outras pessoas podem escrever” (Hall, 2022, p. 26).

Os discursos, como serão detalhados nas subseções posteriores desta seção, como eventos sociais, de acordo com Bezerra (2023), são proferidos em contextos plurais de significados em que os mecanismos de funcionamento entre as/os sujeitas/os se dão por meio das linguagens que nos rodeiam, garantindo um movimento de redes que se estabelecem na/pela interação. Esses eventos sociais, em que os discursos são alicerces nas práticas sociais, são determinados por dois fatores que se somam à realização das atividades discursivas, a saber, a combinação e o distanciamento. Esse indica um jogo presente de realizações dos discursos cujos efeitos são construídos no momento da fala; aquela, por sua vez, estabelece um conjunto de elementos que são próprios da linguagem e que, portanto, emergem nos eventos discursos como, por exemplo, interjeições, entonações, pausas, sentimentos e outros elementos possíveis que se associam aos discursos.

A partir das “práticas comunicativas que constituem o mundo social” (Signorini, 1998b, p. 360), compreendemos que a perspectiva do construcionismo social como um fluxo em que se realizam as práticas sociais de linguagem e que, dessa forma, os discursos são constituídos no/pelo social. Apesar do contraponto em relação à construção dos discursos antagônicos serem legítimos para algumas pessoas, ainda assim a ideia de contradição frente aos mecanismos discursivos é válida, pois o entendimento também se equivale na contraposição de argumentos e opiniões de outrem, existindo assim o eixo central do mundo social (Inês Signorini, 1998b, p. 361-362).

Nesse sentido, encarando os eventos discursivos como processos constitutivos de identidade, ainda que saibamos que as identidades são contínuas e inacabadas, pois nos constituímos a partir do outro ou através do entendimento que o outro construiu pelo que nos permitimos ser lidos identitariamente, há uma linha que nos une social e politicamente no contexto das práticas sociais a produção das nossas subjetividades na contemporaneidade. Nesse caso, pensar na relação do discurso com a identidade é também especificamente construir sentidos na produção das subjetividades, de forma que evidenciem coexistência de diferentes perspectivas sobre a leitura dos sujeitos no social.

Do ponto de vista social, as identidades são formas relativas de variação. Em outras palavras, há processos cooperativos que determinam a construção das identidades, levando em consideração os efeitos produzidos culturalmente pelos discursos, entendendo que o mecanismo de “autorização” para o “nascimento” de tal identidade se dá na atividade discursiva já que essa é a base dos fenômenos de linguagem. Tudo é linguagem e não há nada que esteja fora do discurso.

Dialogando com o pensamento pós-moderno (Hall, 2014, 2022; Silva, 2014; Souza, 2023), em se tratando de fenômenos específicos de ler o social como identidades em movimento que são contraditórias, Inês Signorini (1998a, p. 164) diz que há um conflito simultâneo na construção de identidades em que as práticas discursivas são deslocadas como formas de “identificação e desidentificação”. São formas de deslocamento identitário que se complementam no processo de interação e movimentos dos discursos, determinando as (des)construções das identidades.

Falar sobre identidade não é falar sobre essência alguma. Pelo contrário, indica entender movimentos que as/os sujeitas/os realizam mediante as construções sociais, locais, regionais, ideológicas, culturais que determinados grupos manifestam cotidianamente. São reconhecimentos de fronteiras que podem ser ultrapassadas, de forma que dinâmicas pessoais ou coletivas ganham legitimidade para compreensão de modos de vida. Assim, as relações sociais ganham forma e se amadurecem a partir das transformações das identidades e, como já falado anteriormente, essas identidades são constituídas por meio do discurso.

A partir das considerações apresentadas nesta sessão, em relação às concepções de língua, linguagem e discurso que regem o entendimento de toda a pesquisa – promovendo a compreensão dos processos discursivos que circundam os fenômenos de linguagem –, partiremos para a próxima sessão em que a categoria “trajetórias identitárias” que estamos propondo neste trabalho servirá para construção da análise dos dados.

### 3. CONSTRUINDO AS TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS: A PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E DE SEXUALIDADE

**A**ncoradas nas concepções de identidade que estão atreladas no escopo dos estudos identitários, dentro das propostas que se associam as agendas político-sociais nas reflexões da LAT e da LAI, mas principalmente na ideia de “identidade formada e transformada continuamente” (Hall, 2022, p. 11), as discussões e as propostas de reflexão nesta sessão vinculam-se às “constituições identitárias” (Silva Lima, 2021; Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior, 2020; 2021) demarcando os envolvimento sociais que são constitutivos para a construção das identidades.

Dessa forma, as questões que giram em torno da identidade são referendadas a partir de: Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012); Judith Butler (2020; 2021); Maria José Coracini (2019); Colling (2016; 2018); Silva (2014); Hall (2022); Silva Lima (2020a); Sofia Fávero (2020); Rita de Cássia Souto Maior e Lilian Soares de Figueiredo Luz (2018; 2019); Jaqueline Gomes de Jesus (2010b) e Sara Wagner York (2020).

Além disso, alguns dados de referência nacional serão tomados como ponto de partida para problematização de questões aqui propostas, envolvendo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), a Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH) e o Grupo Gay de Alagoas (GGAL), a fim de detalhar as (in)compreensões que demarcam as identidades desviantes/marginalizadas de travestis negras em diálogo com Neusa Santos Souza (2021), Sueli Carneiro (2023), Lélia Gonzalez (2020), Cida Bento (2022).

O movimento constituído de identidade o qual estamos imersos no contexto da contemporaneidade gira em torno de construções sociais e políticas, envolvendo um conjunto de associações de identidade que se somam aos nossos processos de interação. Assim, compreendemos que as interações sociais são moderadas por sujeitos que, embebidos ideologicamente de processos discursivos, elaboram dinâmicas de existência para estruturas caracterizadas como hegemônicas. Nesse sentido, assumindo uma postura transgressora dentro dos estudos transviados e implicados que conversam nos estudos da linguagem, tomo como ponto de partida, para explorar no campo dos estudos do discurso acerca das trajetórias identitárias, a construção social de identidade que é referendada por Hall (2014; 2022) e Silva (2014).

Reconhecendo os movimentos de identidade que são dinamizados tanto no GGAL e na ABETH, quanto na ANTRA e no FONATRANS, para pensar interseccionalmente nas

identidades que realizam processos de existência e sobrevivência em variados contextos de luta, as observações aqui desenvolvidas, a partir de espaços de construção de saberes em relação aos estudos culturais, versam sobre possibilidades de análise em torno dos estudos de gênero, sexualidade e linguagem que funcionam como tríade para se obterem posicionamentos inclusivos e mais equânimes sobre o viés da pós-modernidade. Assim, as entidades mencionadas anteriormente são exemplos possíveis de construção e manutenção de identidades da negritude, sob a compreensão do “dispositivo da racialidade” (Sueli Carneiro, 2023) na construção do ser como um ser legítimo de/para existir, que dissociam de ideias ditas como hegemônicas para se haver funcionamento de outros modos de vida.

O Brasil vem sendo um campo fértil de desenvolvimento de práticas de violência por parte de estruturas religiosas e biomédicas, inclusive através de organizações que em outros países encontraram resistências e oposições judicialmente. É o caso da organização Exodus International<sup>9</sup> que, mesmo tendo sido eliminada nos Estados Unidos, onde nasceu, instalou-se em 1998 aqui no Brasil e atualmente exerce com expansão e força suas políticas de violência sobre os modos de vida que divergem da cisheteronormatividade em relação às dinâmicas de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe social e território. Essa organização tem realizado encontros entre seus agentes/adeptos/as, que congregam forças político-religiosas distintas, evidenciando seu poder de articulação no contexto da sociedade brasileira e tem sido, atualmente, foco de observação do FONATRANS e do GGAL.

Butler (2024a, p. 16), a partir do entendimento de que o “ódio que é alimentado e racionalizado pela retidão moral, e todas as pessoas prejudicadas e destruídas por movimentos odiosos são apresentadas como as verdadeiras agentes da destruição”, realiza uma investigação sociológica em relação às organizações mundiais com agenda internacionalmente pensada para combater o “fantasma” do gênero e, nesse sentido, a fim de atacar a chamada “ideologia de gênero” muitas organizações estão associadas às igrejas para impor forças sobre os valores da família.

Ao longo das duas décadas no início deste século XXI vivenciamos dentro do campo das ciências sociais e dos estudos de cultura vários processos de reconhecimento sobre os direitos humanos e cidadania da população TLGBQIAPN+, entendendo, porém, que ainda estamos muito longe de alcançar os reais direitos de existência dessa população, mas por outro

---

<sup>9</sup> De acordo com a matéria que segue, trata-se de uma organização que lidera no tratamento referente à “cura gay”, em que as ações e os métodos vinculam-se às posturas religiosas sob as violências do discurso de ódio. Acesso em 30/08/2024 <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/grupo-dedicado-cura-gay-pede-desculpas-e-fecha-nos-eua.html>

lado sabemos que, por exemplo, o casamento civil de pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia em termos similares ao racismo e garantia do direito à retificação do sexo e do nome nos registros civis para pessoas trans e travestis. Embora estejamos imersos em um horizonte completamente de razões ultraconservadoras, pensando nos contextos do Brasil e mundialmente, ainda podemos pensar em movimentos de identidades que são construídas e transformadas dentro das suas subjetividades, sendo legitimadas socialmente, como pontua Lélia Gonzalez (2020) sobre a política negra em um contexto de maioria como questão étnica.

Dessa forma, em meio às discussões que se voltam para a (re)construção das identidades no contexto da contemporaneidade na pós-modernidade em que as/os sujeitas/os são considerados, de acordo com Hall (2022, p. 24), enquanto seres da *falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior* e, nesse sentido, as reflexões que propomos aqui em torno das interações que incidem sobre as **trajetórias identitárias** e suas subcategorias teóricas (**pontos de partida, margem do caminho, percurso e parada, contra-mão, mão-dupla, normativas de tráfego**) procuram atender a um complexo entendimento sobre o universo dos estudos de linguagem, gênero e sexualidade. Logo, procurando entender as configurações sociais, culturais, contextuais e políticas que se associam às trajetórias identitárias como movimento e processo discursivo, enxergamos as identidades como marcadores intrínsecos da diferença ou como Silva (2014, p. 74) alerta “aquilo que é e aquilo que não é”, partindo da perspectiva dos estudos culturais.

---

### 3.1 O movimento/percurso das trajetórias identitárias

---

**T**raçar possíveis percursos que são construídos por sujeitas/os em contextos sociais e políticos é, sem dúvida, uma tarefa desafiadora por vários motivos, porém listo dois que exemplificam as realidades aparentes, a saber: **(i)** lidar com questões de identidade em que os processos de interação múltipla são constituídos social e culturalmente exige um movimento subjetivo que precisa dialogar intimamente com as trajetórias particulares de outrem e **(ii)** provocar conhecimentos que reverberem em diálogos contínuos com as identidades que nos constituem indica um conjunto de ações que, muitas vezes, adentram aos campos psicológicos e sociológicos, pois são questões que versam sobre comportamentos (in)voluntários e atitudes discursivas construídos socialmente.

A partir da perspectiva dos estudos culturais em que os estudos de identidade (estudos identitários) encontram-se associados, de acordo com Silva (2014) e Hall (2022; 2014),

concebendo a articulação de identidades que estão em movimento como importantes para o campo das ciências sociais, pretendo elaborar ideias que possam promover olhares e camadas sociais com base nas *trajetórias identitárias* e suas subcategorias, tais como *ponto de partida, margem do caminho, percurso e parada, contra-mão, mão-dupla, tráfego* e outras que possam implicar novos contextos de/em movimento. Reconheço, neste momento, que, atendendo aos movimentos constituídos de/por identidades de diversos fluxos na modernidade, os estudos culturais são implicados sobretudo na área das ciências sociais em que as demandas político-sociais de sujeitas/os estão sendo ressignificadas, tanto por haver um conjunto de aspectos identitários que se relacionam com a vida quanto por dinamizar a relação do social e o simbólico, esses como lentes sociais que estampam as relações humanas em processo de interação.

Entender as trajetórias identitárias enquanto um caminho com vários processos e várias dinâmicas associadas às/os sujeitas/os que interagem e determinam as condições de uso, é perceber que as identidades têm um trajeto coletivo a partir do discurso, de acordo com Judith Butler (2021)

Nós fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos com a linguagem e fazemos coisas à linguagem, mas a linguagem também é aquilo que fazemos. A linguagem é um nome para o que fazemos: tanto “o que” nós fazemos (o nome da ação que performatizamos de maneira característica) como aquilo que temos como efeito, o ato e suas consequências (Butler, 2021, p. 22).

Somos resultados da linguagem e agimos a partir dela. A filósofa e não-binária, através da perspectiva filosófico-moderna de pensar o social e seus entremeios, pensa a linguagem como um processo em que os efeitos são construídos e partilhados mediante as “coisas” que desenvolvemos ou criamos nela e por meio dela. À vista disso, as trajetórias identitárias são movimentos de linguagem que se manifestam a partir das estruturas pessoais e coletivas de sujeitas/os que determinam seus caminhos ou percursos identitários com base nos discursos, levando em consideração as dinâmicas sociais, políticas e culturais de variados contextos que nos cercam, pois “falar é em si um ato corporal” (Judith Butler, 2021, p. 25).

A linguagem, como explanada na seção anterior, é pensada por meio das “máquinas discursivas”, segundo o pensamento de Beatriz Pagliarini Bagagli (2013), pois a produção de discursos em nosso entorno nos mais variados contextos que nos cercam significa uma engrenagem que se movimenta para a (re)construção de novos sentidos ao processo de interação. Assim, associando as máquinas discursivas aos eventos constitutivos de linguagem, podemos compreender que as trajetórias identitárias passeiam nesses eventos como forma de

representar as identidades constituídas na/da linguagem. Eis o entendimento do que compreendemos como **pontos de partida**.

Dialogar intimamente com as trajetórias particulares de outrem está ligado a vários contextos específicos em que as/os sujeitas/os determinam as suas trajetórias, por exemplo, a presença e participação de atletas trans e pessoas não-binárias<sup>10</sup>, que será discutido na sub-seção seguinte, nos jogos olímpicos de Paris de 2024. Pensemos neste momento em um jogo social de novas configurações identitárias em que a presença de atletas que fogem à base fundamental da sociedade colonial: a heteronormatividade é um movimento que considero como margem do caminho, de modo que os tráfegos pensados para atletas cisheterossexuais não são pensados para atletas trans e pessoas não-binárias. Em outras palavras, quero dizer que o movimento subjetivo, que por sua vez é processual e não estático, que está relacionado ao jogo de identidades implica na constituição íntima de cada pessoa. Logo, pensar em identidade é compreender que as pessoas vivem em **mão-dupla** constantemente, promovendo caminhos de ida e vinda a todo momento: processo de tensão discursiva.

Retomando à **margem do caminho** em relação à presença e competição de atletas trans e pessoas não-binárias nos jogos em Paris, lanço luz à construção de movimentos simbólicos e reais dessas/es atletas frente aos jogos discursivos de resistência em que se empregam as estruturais sociais, entendendo sobretudo a importância dessas pessoas como protagonistas das suas ações e, portanto, das suas identidades em nível internacional. À vista disso, os conhecimentos são disseminados a partir do momento em que as identidades entram em disputada numa proposta de (dis)concordância no contexto cultural hegemônico. E, nesse sentido, como as identidades estão inteiramente ligadas aos discursos, Borba (2020), gay cis, linguista aplicado e professor da UFRJ, em relação ao que se entende por discursos transviados, diz que na complexidade da vida social subversão e normatividade andam lado a lado, isto é, a relação entre corpo, sexo, gênero, desejo e formas múltiplas de se entender o ser humano sempre será uma construção discursiva em que os atravessamentos da normatividade entrarão à prova.

Provocar conhecimentos em relação aos estudos identitários que adentram aos campos psicológicos e sociológicos que naturalizam es sujeites indica um comportamento social que, muitas vezes, requer atenção e processo de empatia. Por mais que pareça óbvio, não é. Os estudos de identidade precisam requerer total atenção do/a pesquisador/a, pois, de um lado,

---

<sup>10</sup> A matéria trata acerca da importância de atletas trans e não-binárias em jogos de competição. Questões de violência de gênero, atos e discursos transfóbicos, desqualificação pessoal e de identidade foram evidenciados na edição dos jogos de Paris, envolvendo fake news e discursos de ódio em relação à identidade de gênero de uma atleta na modalidade de boxe. Acesso em 7/8/2024: <https://adiadorim.org/noticias/2024/08/a-presenca-de-atletas-trans-e-nao-binarias-nos-jogos-olimpicos-de-paris/>

lidam com pessoas sociais imersas na interação das práticas de linguagem e, por outro lado, evidenciam sentimentos que podem ser impressos em comportamentos, atitudes e discursos que podem ser cruciais para o contexto de vida. Isto é, trabalhar com questões identitárias indica um conjunto de alteridades (movimentos processuais de se colocar no lugar de outrem e se confrontar com o outro). Eis a compreensão da **margem do caminho**.

Distanciando de concepções singulares de identidade, as quais entendem esse fenômeno social como uma mera classificação, dentro de uma estratégia reducionista do pensamento cartesiano, entendo e visualizo a contra-mão dessa questão, levando em consideração que os processos identitários intrinsecamente imbricados aos fenômenos da linguagem não são peças estanques e imóveis na sociedade, mas são principalmente funcionamentos que se movem em direções variadas a fim de desenvolverem sentidos e construir novas reelaborações de identidades às pessoas. Trago o entendimento social e coletivo do Grupo Gay de Alagoas (GGAL) para exemplificar as reelaborações de identidades frente às possibilidades de existir e ser de pessoas marginalizadas em contexto de vulnerabilidade social, de forma que a ação do GGAL é justamente de construir sentidos múltiplos e identitários às pessoas esquecidas socialmente ou levadas ao esquecimento por serem quem são, seja da ordem do gênero seja da ordem da sexualidade.

O GGAL e o CAERR<sup>11</sup> aqui no estado de Alagoas são instituições que, para além das funções sociais que realizam, aprimoram positivamente as identidades de pessoas consideradas marginais, de maneira que são realizados trabalhos que ressignificam as vidas de pessoas, promovendo dinâmicas estruturais em pessoas que têm suas vidas transformadas e conseqüentemente suas identidades reelaboradas. Sobre essa questão de reelaboração de identidades, em Hall (2022, p. 27), compreendemos o que o autor chama de “política da identidade”, pois a identidade é resultado de movimentos históricos que os sujeitos desenvolvem em seu cotidiano, sendo movimentos de identidade social construída por/de lutas. Eis o entendimento do que chamamos por **normativas de tráfico**, em alusão direta às constituições identitárias.

Entendo, ainda dentro das perspectivas identitário-políticas que demarcam as ações e atuações do GGAL e do CAERR, que são instituições que desempenham ações sociais que promovem trajetórias identitárias às/os suas/seus acolhidas/os, politizando caminhos e

---

<sup>11</sup> Tanto o Grupo Gay de Alagoas (GGAL) quanto o Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR) são presididos pela mesma pessoa, porém atualmente as ações do CAERR são mais desenvolvidas socialmente junto às pessoas em vulnerabilidade social, ao passo que as ações do GGAL focam em coletas de dados da população TLGBQIAPN+ de Alagoas, assim como produção de eventos que possam angariar fundos para a manutenção e sustento do órgão.

percursos em que, em se tratando da população TLGBQIAPN+, a resistência é um dos pontos de estrutura da vida. Trazendo a resistência como ponto principal para a construção das identidades em processo, Green *et al* (2018) apontam construções identitárias de pessoas que integraram o movimento histórico LGBT no Brasil para ressaltar a importância das resistências que são construídas no percurso de luta, pois as resistências são atitudes e comportamentos que associados às trajetórias identitárias dessas pessoas funcionam como produção de vida (Green *et al* 2018).

As produções de vida, em um entendimento que abrange as realidades possíveis de identidades em existência, voltam-se para saberes de pessoas que não se encontram no centro das realidades, ou seja, estamos falando de pessoas que vivem à margem e como as trajetórias identitárias evidenciam essas expectativas às margens do percurso, enfatizamos que as produções de vida, por sua vez, são percursos identitários que se deslocam para outras margens em um conjunto de mãos-duplas contínuas. Nesse caso, as produções de vida são mãos-duplas que corroboram para novas possibilidades de identidades, problematizando nossas trajetórias identitárias. Eis o que chamamos por **contra-mão**: identidades em existência.

As identidades, nesse sentido, são constituídas e (trans)formadas através das interações que as pessoas realizam contextualmente, dinamizando os variados discursos por meio de processos de saberes seja coletivamente seja individualmente, pois elas, as identidades, se constroem em contextos de poder e de ideologia e, assim, podem ser legitimadas ou não, questionadas ou não. Silva (2014, p. 74), a partir da perspectiva moderna de compreensão de sujeitas/os modernas/os, compreende que “identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência”, ou seja, para que a identidade se estabeleça social e culturalmente é importante que a diferença seja o pilar para a constituição de sujeitas/os, pois são as nossas diferenças, independentemente de contextos externos, que se estabelecem nas relações humanas. Eis o entendimento do que entendemos como **percurso e parada**, que constitui a trajetória e representação identitária.

A respeito da diferença, o autor esclarece que

consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos. Por sua vez, na perspectiva que venho tentando desenvolver, a identidade e diferença são vistas como mutuamente determinadas (Silva, 2014, p. 75-76).

Promovendo um percurso de sentidos variados sobre a relação intrínseca entre identidade e diferença que estabelece o autor, entendo que a identidade é produzida na diferença, de forma que evidencia em seus aspectos sociais e culturais um movimento de constante mudança e transformação, produzindo camadas de efeito significativo nas (re)elaborações de identidades processuais. Além disso, os aspectos sociais e culturais que giram em torno da produção da identidade centram-se em tessituras discursivas que estão relacionadas aos movimentos de interação de sujeitas/os, ou seja, é por meio da diferença que se entende a construção de identidades variadas pois, nesse caso, são os discursos múltiplos que são proferidos pelas/os sujeitas/os que ganham força para a construção da diferença.

Partindo do contexto em que as/os sujeitas/os sociais se encontram, dados os universos instituídos de significados – esses concebidos como tudo que está em torno dos sujeitos – entendendo que os processos de interação são movimentos constituídos de identidade, toda relação é desenvolvida mediante a configuração que implicam em trajetórias identitárias. Hall (2022, p. 38), por outro lado, diz que as diferenças são costuradas numa única identidade, de modo que os jogos de poder, as divisões e contradições são formas de diferença que compõem a identidade. Nesse caso, pensar nas questões em que emergem as trajetórias identitárias e que validam a existência de pessoas que são consideradas marginais ou “não-humano” (Judith Butler, 2019), é, antes de tudo, refletir sobre quais corpos podem pertencer à estrutura da sociedade.

Nesse caso, concebendo as “constituições identitárias” (Silva Lima, 2021; Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior, 2020; 2021) enquanto um movimento que se dá no processo e não no acabamento das relações humanas, entendemos primeiramente que as trajetórias identitárias são comportamentos constituídos de linguagem na produção das máquinas discursivas e, em seguida, elas funcionam mediante os contextos de interação em que as/os sujeitas/os manifestam as dinâmicas dos percursos sociais. Logo, a partir da compreensão das constituições identitárias do autor e da autora, imerso/a nas problematizações oriundas da LA contemporânea e do GEDEALL, entendemos que as trajetórias identitárias são para além dos percursos traçados por sujeitas/os na sociedade, mas sim configuram produções de vida que são discursivamente constituídas de linguagem e sentidos, seja por meio das interações individuais ou coletivas seja por meio das relações subjetivas que determinam as camadas sociais no espaço da contemporaneidade (Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior, 2020; 2021).

### 3.2 A perspectiva das trajetórias identitárias nos estudos de gênero e de sexualidade

Para darmos continuidade ao que estamos apresentando acerca das perspectivas das trajetórias identitárias, resgato um levantamento interessante que a Antra realizou em relação às datas significativas para as pessoas trans, levando em consideração as lutas realizadas e os direitos adquiridos como legítimos para essa população, conforme apresenta o **Quadro (II)** abaixo:

**QUADRO (II)** – Datas importantes para as pessoas Trans e Travestis

29 de Janeiro	Dia Nacional da Visibilidade Trans
20 de Fevereiro	Dia de Luta e Visibilidade de Homens Trans e Pessoas Transmasculinas
1º de Março	STF autoriza retificação de nome e gênero (2018)
31 de Março	Dia Internacional da Visibilidade Trans
15 de Maio	Dia Nacional do Orgulho de ser Travesti ou Transexual
18 de Junho	Transexualidade deixa de ser vista como doença pela OMS (2019)
14 de Julho	Dia Internacional do Orgulho Não Binário
19 de Agosto	Dia Internacional da Bandeira Trans
21 de Outubro	Dia Internacional da Luta pela Despatologização Trans
20 de Novembro	Dia Internacional da Memória Transgênera
1º de Dezembro	Dia Internacional de Luta contra a Aids

**Fonte:** Levantamento de dados da Antra (2024)

O recorte que realizo em relação às datas específicas para a população trans se dá justamente pelo envolvimento das colaboradoras desta pesquisa, pois tanto representam uma camada socialmente vulnerável em seus espaços de trânsito devido ao índice de violência que carregam em seus percursos, quanto experienciam a construção e configurações de mulheridades outras (Letícia Carolina Pereira do Nascimento, 2021) em processo de dissidência para as suas dinâmicas. O recorte, nesse sentido, se faz necessário para termos noção de que, em se tratando especificamente das identidades trans que estão em processo contínuo de movimento, as trajetórias identitárias percorridas por essas pessoas são moventes e variadas, construídas por percursos que indicam, muitas vezes, sustento, solidão e superação.

Trazendo à tona a questão das “mulheridades”, de Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021), já que estamos nos referindo às colaboradoras desta pesquisa, alargando as concepções de mulheridades, podemos compreender que muitas são as representações que formam as questões socialmente marcadas de mulheres, de modo que, para a autora, o conceito

está em disputa a fim de “garantir a entrada de mulheres transexuais e travestis no feminismo” (Nascimento, 2021, p. 24). Distante de esgotar as marcações que implicam o conceito, estamos lidando com questões que dialogam diretamente com a agenda política do transfeminismo, associando os lugares social e histórico que mulheres trans e travestis ocupam na sociedade como legítimos e marcados por lutas diversas. Assim, vale ressaltar que a composição das mulheridades também está associada, dentro das questões que incidem as trajetórias identitárias, ao que entendemos como percurso legítimo e necessário que mulheres trans e travestis realizam em seus caminhos. Por isso, a importância das datas simbólicas para essa população.

Reforçando as epistemologias transfeministas racializadas enquanto perspectivas múltiplas de pensar as mulheridades, Silvana de Souza Nascimento (2022, p. 550), travesti negra, não-binária e doutora em Antropologia Social, desnaturaliza posicionamentos conhecidos como hegemônicos a fim de naturalizar posturas diversas de “formas de mulheridade e de feminilidade” que podem ser pensadas dentro da agenda do transfeminismo. O pensamento transfeminista negro, dentro dos movimentos construídos por luta e resistência, é pensado como percurso de militância para enaltecer corpos em dissidência, envolvendo memória, política, movimento social e ativismo que se interseccionam com demandas sociais de travestis e pessoas trans assim como com pessoas cisgênero.

As epistemologias transfeministas são fundamentalmente políticas sociais. Nesse sentido, as considerações da agenda do transfeminismo como um lugar de pensar as fronteiras de saberes em percursos distintos sobre os atravessamentos em que os corpos são construídos. Nesse caso, entendemos que são percursos de mão-dupla para se criar inteligibilidades sobre a negritude, branquitude, cisgeneridade, travestilidade, transexualidade, transgeneridade e pessoas não-binárias.

O transfeminismo, por sua vez, após o conceito de gênero como categoria analítica, iniciado por Joan Scott (1995)<sup>12</sup>, desloca o conceito para a construção de novas possibilidades de mulheres, deixando de lado o conceito de mulher no singular, esse entendido como mulher branca, cisheterossexual e de classe média, para o conceito de mulheres no plural, agora abrindo para as interseccionalidades que configuram novas representações, como mulheres trans e travestis, negras, bissexuais, heterossexuais, lésbicas, quilombolas, periféricas, Pcd e

---

<sup>12</sup> Em “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, de Joan Scott (1995), encontramos o entendimento de gênero a partir de singularidades objetivas e neutras, de modo que funcionam como movimentos políticos e subjetivos na representação de mulher da época, cujo efeito de deslocamento é problematizado contemporaneamente, partindo para novas configurações simbólicas cultural e politicamente de ser mulher.

tantas outras. Por essa razão, apontamentos discordantes de uma estrutura cisheteronormativa, pensada no e para o contexto social Silva Lima e Rita de Cássia Souto Maior (2021, p. 169), imersos na conjuntura social da agenda transfeminista para os estudos de gênero, raça e sexualidade, entendem que

está ganhando mais espaço, principalmente com nomes de ativistas (cis e trans) que contribuem significativamente para as frentes de direitos e deveres de uma população ainda não muito reconhecida pela/na sociedade. Assim, em conclusão, evidenciamos as perspectivas TRANSfeministas que estão em processo de ascensão nas pesquisas de gênero, raça e sexualidade, promovendo um conjunto de saberes e experiências que estão crescendo na academia, de modo que a resistência e a sobrevivência na luta por direitos estão cada vez mais em evidência (Silva Lima e Souto Maior, 2021, p. 169).

Levando em consideração vários mecanismos de resistência e de sobrevivência que são construídos na agenda do transfeminismo que evidenciam sobretudo a promoção da vida da população trans, entendemos que muitas são as dinâmicas de resistência, pensando no conceito foucaultiano, como símbolo marcado de lutas e conquistas. Para pensarmos sobre tais dinâmicas que dialoguem com a agenda do transfeminismo, podemos compreender que, de acordo com ativistas-transfeministas e pesquisadoras, como Jaqueline Gomes de Jesus, Letícia Carolina Pereira do Nascimento, Viviane Vergueiro, Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Marina Reidel, Thiffany Odara, Nai Monteiro, Beatriz Pagliarini Bagagli, Hailey Alves, Luma Nogueira de Andrade, Sofia Fávero, Okara Yby, Maria Clara Araújo dos Passos e tantas outras, todas as possibilidades outras de vida de uma população marginalizada precisa ser evidenciada e legitimada.

Vale frisar que os percursos construídos pelas ativistas-transfeministas citadas anteriormente, em sua maioria, são marcados por questões raciais, envolvendo um conjunto de movimentos identitário-racializados, cujas potencialidades acadêmico-científicas e de vida são constituídas a partir de negritudes coletivas, em que a construção de saberes realizada por essas mulheres em suas ancestralidades são desenvolvidas identitariamente. A racialidade, nesse sentido, como um marcador intrínseco às questões de gênero, território, classe, sexualidade e tantas outras, promove um olhar de mão-dupla em que as marcações sociais que compõem os corpos dessas pesquisadoras específicas movimentam-se para o que Megg Rayara Gomes de Oliveira, Letícia Carolina Pereira do Nascimento e Jaqueline Gomes de Jesus (2023, p. 12) chamam de “experiências preservadas na memória”, de modo que são geralmente “reflexões atualizadas por vivências de hoje” (Oliveira, Nascimento e Jesus, 2023, p. 12).

Os marcadores sociais da diferença (gênero, raça, etnia, sexualidade, território, classe, movimento social e outros) são tráfegos constantes em que o movimento de diálogo se faz presente que, ora se localiza como um referencial para as discussões em torno de corpos em dissidência, ora serve como parada obrigatória para entendimento coletivo de questões outras que margeiam as/os sujeitas/os. Além disso, trazer os marcadores sociais da diferença para dialogarem em nossas pesquisas são atitudes éticas e discursivas que ganham dinâmicas outras para olhares descentralizados, os quais, muitas vezes, estiveram centrados na figura na cisheterossexualidade branca.

Distanciar-se dos marcadores sociais da diferença implica em um posicionamento que não dialoga, por exemplo, com as agendas crítico-reflexivas nos estudos de linguagem tanto da LAT quanto da LAI, entendendo, porém, que a construção de ciência na contemporaneidade se faz através de tais marcadores que possam conversar com os dados pesquisados. Nesse sentido, penso que os percursos construídos pelas trajetórias identitárias esquematizam diálogos interessantes quando a construção de sentidos estão relacionados, por exemplo, com questões raciais, de classe, de gênero, de etnia, de território e tantos outros movimentos que possam não globalizar a/o sujeita/o, mas sim entendê-la/o na sua subjetividade a partir da construção do sujeito pós-moderno, assumindo “identidades diferentes em diferentes momentos” (Hall, 2022, p. 12).

Retomando as contribuições de Megg Rayara Gomes de Oliveira, Letícia Carolina Pereira do Nascimento e Jaqueline Gomes de Jesus (2023), frente aos movimentos constituídos de diferenças como marcadores imprescindíveis às pesquisas, procurando dinamizar os debates referentes às subjetividades que compõem as configurações sociais e culturais de sujeitas/os em processo de interação, entendemos que os atravessamentos interseccionais precisam ser realizados de modo que possam trazer à tona novas configurações de pesquisa em relação às lentes sociais, relacionando características subjetivas em perspectivas plurais de identidade na pós-modernidade. A compreensão de sujeitas/os para cada pesquisadora, em relação aos estudos identitários, pode ser diferente, entendendo que muitas são as realidades sociais que caminham as trajetórias identitárias de grupos socialmente desfavorecidos, tanto frente ao que Marina Reidel (2017), à luz das identidades trans, entende por construção de dinâmicas em processo de motivação social e histórica, alargando as construções identitárias de pessoas trans que lutam por constituições de sobrevivência às suas existências, quanto ao que Butler (2016, p. 25), em relação à construção identitária dos corpos socialmente construídos, alerta que as políticas históricas que nossos corpos travam centram-se em construções da “materialidade de

formas de se fazer”, na concepção de múltiplos funcionamentos de vida que caminham lado a lado.

O Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), dentro da perspectiva interseccional de compreensão das identidades, realiza movimentos internos de travestis e pessoas trans negras que enegrecem suas trajetórias identitárias a partir de percursos de resistência e sobrevivência de produção de vida. Indo pelo percurso das interseccionalidades sob o viés das travestilidades e das transexualidades, Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) defende que

O conceito interseccional aliado à perspectiva cultural, pós-estruturalista, com os estudos feministas, de relações étnico-raciais e de gênero permitem colocar em evidência o trajeto de travestis e mulheres transexuais negras em vários períodos da história do Brasil e de África até o século XIX (Oliveira, 2020, p. 155).

Dessa forma, construir entendimentos possíveis acerca das travestilidades negras, caso particular deste estudo, é pensar em trajetórias que evidenciam marcas de vida, enaltecendo ancestralidades e/ou transcestralidades negras que antecederam pontos de partida e percursos para ressignificação de novas histórias. As interseccionalidades garantem, portanto, um conjunto de aspectos de forma simultânea que ajudam a (re)interpretar sentidos de vida, (re)organizar espaços sociais, (re)localizar corpos considerados subalternos e (re)posicionar conceitos.

As questões que abarcam as trajetórias identitárias não estão dissociadas do corpo que é político e social, configurando novas estratégias de movimento que ressignificam percursos e movimentos identitárias em construção. Por essa perspectiva de construção do corpo cindido por identidades variadas, Judith Butler (2016) sugere que

O que eu estou sugerindo é que não somente este ou aquele corpo é interligado em uma rede de relações, mas que o corpo, apesar de suas fronteiras evidentes, ou talvez precisamente por conta dessas mesmas fronteiras, é definido pelas relações que fazem sua própria vida e ação possíveis (Butler, 2016, p. 32).

As relações possíveis que são construídas pelo corpo passam pelas trajetórias identitárias que são constitutivas de movimentos de interação e conhecimentos sociais, os quais se somam às dinâmicas na/da vida para reelaboração de saberes diversos. Quando Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021, p. 92) diz que dentro da agenda política do transfeminismo há a compreensão da máxima “autodeterminação: nós por nós mesmas”, está

se entendendo o processo de *outrerdades*<sup>13</sup> como movimento pré-discursivo, que será explanado na sub-seção seguinte desta seção, de maneira que se evidencia por meio do corpo das pessoas que compõem o transfeminismo como métodos de construção de discursos os quais se encontram no decorrer da historicidade da/o sujeita/o através de identidades destituídas de privilégios.

---

### **3.3 Movimentos político-identitários na construção de novas margens de vida: o discurso como movimento**

---

**O**kara Yby (2023), indígena, não-binária, psicóloga e pessoa kontrabynária, em um movimento de percurso que segue na contra-mão das ideias coloniais de gênero e sexualidade, traz em suas trajetórias identitárias um conjunto de posicionamentos acerca da transcestralidade indígena, defendendo que reverências históricas precisam ser estabelecidas às pessoas trans indígenas, porque fundamentam nossos percursos e nossos olhares múltiplos à natureza e aos discursos que nos cercam. U psicóloga indígena, a partir da perspectiva contra-hegemônica em torno dos pensamentos coloniais, parte das compreensões da Colonialidade do Poder e Colonialidade do Saber dentro da esfera do capitalismo para construir inteligibilidades ancestrais que visam em possíveis percursos de pessoas indígenas trans.

Tomo como empréstimos os entendimentos de indígena supramencionade, porém sem esgotar a discussão aqui arrolada, para pensar nas Colonialidades do Poder e do Saber que regem nosso contexto capitalista na sociedade. Nesse sentido, a colonialidade do poder deriva de uma estrutura macro em que o capitalismo exerce força sobre a sociedade, determinando as estruturas que fundam todo o sistema do capital, ao passo que a colonialidade do saber consiste no controle de saberes, pensando na estrutura micro, que vem da colonização, ou seja, um saber conhecido como eurocêntrico, de modo que todos os saberes brancos vão sendo impostos aos saberes originários (Okara Iby, 2023, p. 21). Assim, de acordo com a proposta de Okara Yby (2023), precisamos transcestralizar ideias e comportamentos indígenas em nossas pesquisas que promovam movimentos originários enaltecendo as corporalidades possíveis.

---

<sup>13</sup> Para Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021), travesti, negra, gorda, nordestina e de axé, pensar em *outrerdades* significa na produção de diferenças dentro do feminismo, tais como as travestis não binárias, mulheres travestis ou travestis, mulheres trans e outras possibilidades de autodeterminação que possam demarcar um jogo de corpos em dissidência que se distanciem da cisgheteronormatividade.

Pensar nas corporalidades possíveis, como um movimento de contra-mão das ideias coloniais de gênero, sexualidade e corpo, é antes de tudo compreender que os saberes originários são pontos de partida pré-discursivos cujas raízes designam algo que orienta, referencia e abre caminhos para novas expressões de gênero e sexualidade. Assim, os movimentos político-identitários que enredam as construções de novas margens de vida são como os posicionamentos de Okara Yby (2023), partindo da produção de conhecimento de um lugar onde as leituras podem até ser as mesmas, mas os sentidos e os efeitos possíveis são diferentes, pois buscam agrupar novos significados à vida.

As transcestralidades indígenas tanto envolvendo as ancestralidades produzidas corporalmente, pensando aqui em um traviarcado que potente, ao longo do tempo quanto construídas discursivamente encontram-se em referência para produções outras que validam existências de pessoas que ressignificam suas histórias. A existência de travestis e pessoas trans passa por diversos movimentos e construções de efeito em que a resistência deixa de ser uma atitude e passa a ser um processo de enfrentamento à vida dessas pessoas, de modo que, quando se diz respeito a uma parcela da sociedade que ainda no século XXI se reivindica o direito de ser pessoa, a resistência passa a ser uma postura identitária que se associam igualmente às trajetórias identitárias dessas pessoas.

Resgatando o entendimento de *outrossexualidade* em Bezerra (2023, p. 57), na LAT, compreendo interseccionalmente os atravessamentos que incidem sobre os marcadores sociais da diferença, que, segundo o linguista aplicado, o conceito de outrossexualidade diz respeito “às relações de opressão ao marcarem um elemento do binarismo como natural/normal (heterossexualidade) e outro como cultural/anormal (outrossexualidade)”. Em outras palavras, trata-se de todas manifestações de gênero e de sexualidade que não se associam à heterossexualidade e, conseqüentemente, quando envolvemos o marcador racial, estamos lidando com uma outrossexualidade que se distancia ainda mais do arquétipo da cisheteronormatividade compulsória.

A produção de modos de vida, sendo Berenice Bento (2017a, p. 39) em relação às transexualidades, inclina-se para “desdobramentos micro e macro”, em que se tem a compreensão de instituições às pessoas trans diante das demandas, por exemplo, de mudança de documentos e outras. No entanto, quando se trata de travestilidades negras, estamos também nos referindo aos desdobramentos micro e macro, mas também às formas de vida que esses corpos reivindicam política e socialmente, de modo que o marcador social raça entra como ponto de partida para os processos de enfrentamentos para, depois, chegar à identidade de gênero.

Pensar no gênero, nesse sentido, que é construído por meio das trajetórias identitárias é, antes de tudo, olhar para o social e o cultural como mão-dupla que se convergem, apontando limites de discursos, criando fissuras nas normas impostas pelo gênero e discutindo processos de identificação que marcam as subjetividades. Logo, temos como articulação de um dispositivo identitário para pensar nas travestilidades negras que produzem vida tanto através do discurso quanto por meio de formas variadas de experiência social, pois “as identidades são fabricadas no momento do engajamento dos embates discursivos” (Moita Lopes, 2013), de modo que a profusão de discursos no contexto social produz constantes relações intrínsecas de identidades sociais e culturais.

Amara Moira (2017), travesti, putafeminista e doutora em teoria e história literária, diz assim

Minha história. Não a que deveria existir, ditada pelas leis e pelos manuais de psiquiatria, mas a que de fato existe, minha tão minha que de mais ninguém. E se eu fosse Amara? Bom, agora eu era (Amara Moira, 2017, p. 55)

A história, como produção de vida, é lançar mão de um percurso cheio de pedras, curvas quase sempre fechadas, margens limítrofes, paradas nem sempre obrigatórias porque o trânsito é intenso e muito fluido. A história que se realiza no discurso e que marca a existência de tantas travestis, como Amara e as travestis colaboradoras para este estudo, Elis, Júlia e Tamires, traz movimentos importantes de reconhecimento de si e do mundo, entendimento de coletividade no enfrentamento, verdades impressas no corpo, formas de existir, processos discursivos de violência que ainda estão engasgados e, sobretudo, maneiras plurais de encarar o sistema e borrar as suas estratégias de vida.

Penso que criar recursos de enfrentamento, seria antes de mais nada, continuar resistindo. A resiliência é um sentimento que a população TLGBQIAPN+ aprimora desde o momento que vem ao mundo, dadas as condições estratégicas em que as suas trajetórias identitárias são construídas, procurando vivenciar todos os dias formas nas quais as suas vidas não sejam colocadas à prova. O que quero dizer é que, por exemplo, pessoas trans e travestis em qualquer faixa etária não sejam impedidas de ter acompanhamento nos serviços de saúde para seus processos de mudanças corpórea ou endocrinológica que assim desejem realizar quaisquer mudanças.

As experiências de travestis negras no Brasil, segundo as travestis negras Megg Rayara Gomes de Oliveira, Letícia Carolina Pereira do Nascimento e Jaqueline Gomes de Jesus (2023), estão marcadas por um processo conjunto no imaginário social de recusa que, antes de

compreendermos os movimentos constituídos pela expressão de gênero, acontece primeiramente nas práticas sociais de linguagem em que se manifestam os discursos, o que as leva a situações de violências escancaradas ou invisibilizadas, quando não toleradas, as quais marcam drasticamente suas vidas. A dificuldade dos discursos hegemônicos em alocar travestis em algum lugar seguro dentro do binarismo de gênero<sup>14</sup> tem feito com que elas não sejam consideradas em sua integridade, como vidas legítimas.

Abrangendo o conceito de “dispositivo de racialidade” de Sueli Carneiro (2023, p. 101), como “abarcando toda experiência negra africana ou da diáspora e relativizar experiências diaspóricas”, tomo como ponto de partida que as trajetórias identitárias, em se tratando de travestis negras alagoanas, consistem no “dispositivo de racialidade traveca”, de forma que evidencia modos de vida em que as existências de travestis e pessoas trans negras, dentro de uma sociedade onde se operam não somente os braços do racismo, mas sobretudo a atuação da transfobia estrutural, sejam legítimas na produção das suas subjetividades. Dessa forma, o dispositivo de racialidade traveca, pensado como proposta de novos modos de vida, dialoga diretamente com as trajetórias identitárias que demarcam outras vidas como vivíveis.

Na construção de novas margens de vida, entendo, por exemplo, que as travestilidades negras vivenciam no cotidiano “recortes de verdade” sobre seus corpos, visto que, distanciando-se da perspectiva coletiva de verdade como aquilo que é “aceito” e “normal” para a sociedade cisheteronormativa, elas discursivamente performatizam a sua própria verdade como produção de vida procurando entender as possibilidades de existência no mundo e, envolvidas nas práticas sociais que compõem a sua verdade, ressignificam o que é considerado como “aceito” e “normal” às suas trajetórias identitárias.

A fim de buscar inteligibilidades no meio social da linguagem a partir da profusão de discursos que nos rodeiam e olhando para campo que me insiro nos estudos da linguagem que a Linguística Aplicada (LA), Moita Lopes (2006) reflete sobre o meio social, dizendo que

Essa visão parece crucial em áreas como a LA, que têm como objetivo fundamental a problematização da vida social, na intenção de compreender as práticas sociais nas quais a linguagem tem papel crucial. Só podemos contribuir se considerarmos as visões de significado, inclusive aqueles relativos à pesquisa, como lugares de poder e conflito, que refletem os preconceitos, valores, projetos políticos e interesses daqueles que se comprometem com a construção do significado e do conhecimento (Moita Lopes, 2006, p. 102).

---

<sup>14</sup> Jaqueline Gomes de JESUS (2012) didaticamente relata conceitos e termos que competem ao universo das orientações sexuais e de gênero, construindo aproximações e distanciamentos em relação às manifestações discursivas adequadas para contextos de uso. Especificamente no caso de binarismo de gênero, de acordo com a autora, diz respeito ao entendimento das ideias sociais e culturais do que compõem o masculino e o feminino.

Problematizar, então, o social em que sujeitas/os estão imersas/os frente aos preconceitos, valores, projetos políticos e interesses obscuros ou não é um comportamento que precisamos constantemente fazer em nossas ações. Não se trata apenas de ponderar os discursos, mas de reconhecê-los e reagir conscientemente em relação aos discursos de ódio que circulam na sociedade a fim de que as ações sejam efetivadas em prol da “performatividade discursiva” (Judith Butler, 2021). O conflito e o poder geram processos discursivos os quais são horizontes à produção de identidades.

#### 4. CONHECENDO A METODOLOGIA E O CONTEXTO DA PESQUISA

**P**or um entendimento metodológico de fazer pesquisa como ponto de partida de “cruzar fronteiras” (bell hooks, 2013, p. 175) em meio a uma “pedagogia engajada” (hooks, 2013, p. 25), em que o/a sujeito/a, por um lado, seja participante do empreendimento científico e que, por outro, contribua ativamente para a construção dos dados numa proposta reflexiva, esta seção trará os apontamentos metodológicos que serviram para o desenvolvimento da construção dos dados: desde o que me inquieta como um pesquisador transviado implicado, dentro das agendas sociais e reflexivas da LAT (Bezerra, 2023) e da LAI (Rita de Cássia Souto Maior, 2022; 2023), passando pelas fronteiras e trajetórias do projeto de pesquisa, comitê de ética, reconhecimento do espaço, diálogo com as colaboradoras e produção dos dados, aos envolvimento de fazer ciência à luz de questões, que me são caras, entre linguagem, gênero, sexualidade, raça, etnia e corpo.

Nesse sentido, a discussão metodológica centrará a partir do entendimento de pesquisa “qualitativo-interpretativista”, compreendendo, a priori, o contexto social e cultural em que se delineiam a pesquisa, de acordo com Menga Lüdke e Marli E. D. A. André (2022) e Flick (2004), e concebendo, em seguida, a Linguística Aplicada como área híbrida e mestiça em que ética e poder são novos pilares, de acordo com Moita Lopes (2006; 2009; 2013; 2019) e Ametista de Pinho Nogueira Silva (2020). Assim, por um “estudo etnográfico” em Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (2019), a fim de entender a contextualização em que circulam os discursos e, posteriormente, a compreensão da análise dos trechos das entrevistas (das colaboradoras), que, segundo Maria Teresa de Assunção Freitas (2002), diz respeito à dimensão social significativa, a partir dos contextos que engendram a pesquisa qualitativa, visto que a interação das participantes se dá por meio de suas vivências concretas que foram estabelecidas em diversos espaços.

A partir das agendas sociais e reflexivas que se propõem a LAT e a LAI, trata-se de um estudo etnográfico de abordagem qualitativa em um centro de acolhimento em Maceió, cujas técnicas foram desenvolvidas mediante registros fotográficos do espaço, assim como realização de entrevistas semi-estruturadas com as colaboradoras: **Elis** (entrevista on-line) pelo meet com 57 minutos e 45 segundos, **Júlia** (entrevista on-line) pelo meet com 59’36 e **Tamires** (entrevista presencialmente) com o aplicativo WhatsApp enquanto gravador com o tempo de 45 minutos e 53 segundos.

Dessa forma, pensar as trajetórias identitárias das colaboradoras mencionadas anteriormente, por meio de traços metodológicos que serão detalhados e problematizados em

seguida, é também compreender as suas subjetividades em processo que dialogam com o social e conseqüentemente com as dinâmicas culturais das suas “identidades negras” (Neusa Santos Souza, 2021). Afinal de contas, compreendo e entendo que o marcador raça indica um “olhar outro” (Souza, 2021), para questões que poderiam ser ajustadas socialmente na pesquisa, porém se trata de um conhecimento construído em potencialmente para as identidades em processo.

---

#### **4.1 A LA, a LAT e a LAI: os lugares teórico-metodológicos que se inserem as discussões nesta pesquisa**

---

Inicialmente procuro assumir o título de pesquisador transviado implicado justamente por entender que estou inserido nas práticas sociais de linguagem em que os processos de interação dos discursos se manifestam e, em seguida, ancorado nas problematizações que emergem as discussões na Linguística Aplicada Transviada (LAT) e na Linguística Aplicada Implicada (LAI), como pontos de partida para as análises que irei desenvolver acerca das trajetórias identitárias que incidem sobre as narrativas de **Elis, Tamires e Júlia**: mulheres negras, travestis e nordestinas/alagoanas.

Como consequência de uma LA indisciplinar de Moita Lopes (2006), a LAT (Bezerra, 2023) e a LAI (Rita de Cássia Souto Maior, 2022; 2023) assumem posicionamentos no mundo a partir de questionamentos sobre a realidade que implicam sobre as práticas sociais de linguagem, entendendo os movimentos de (des)construção em que os/as sujeitos/as estão inseridos/as, de acordo com os seus diversos contextos situacionais em que pesem as complexidades dos estudos de gênero e de sexualidade. São compreensões que estão atreladas a problematizações/ressignificados de contextos em que os discursos circulam, provocando, de alguma forma, uma fissura no entendimento coletivo que pode contribuir para valorização da vida de diferentes corpos e de diferentes trajetórias identitárias a quem pertença.

Nesse sentido, Bezerra (2023) defende que

Para pensarmos **questões sociais complexas**, como gêneros e sexualidades, precisamos também refletir sobre o próprio suporte teórico que usamos, os **procedimentos metodológicos que adotamos**, o que entendemos por saber científico e as relações que construímos nesses **percursos de pesquisa**. Eles estão nos permitindo identificar fissuras nos discursos hegemônicos? (Bezerra, 2023, p. 99 – grifos nossos)

O autor, para além de compreender/defender que a LAT está inserida nos contextos descolonial, interseccional e transdisciplinar, assegura que o envolvimento do/a pesquisador/a

nas pesquisas em relação às complexidades da ordem do gênero e das sexualidades precisa estar associado às posturas condizentes com o que se pretende analisar/estudar. É praticamente o que Rita de Cássia Souto Maior (2022; 2023) defende metodologicamente com os entendimentos da LAI. A autora, quanto ao movimento que incide sobre a LAI, defende que

A pesquisadora ou o pesquisador que **deixa de ser a voz “do outro” para ser “com o outro” uma voz plural tende a se tornar um pesquisador implicado em seu discurso, sem sua pesquisa, em suas ações na vida.** As interpretações nos estudos também tendem a ser abertas a complementações dos leitores/interlocutores. Numa conclusão, um linguista aplicado [implicado] usa segmentos como: “é possível entender que”, “uma possível interpretação é”, deixando margem, assim, para o fluxo temporal e situacional da atualização de seus estudos, mas antes considerando a perspectiva lacunar da linguagem e a pluralidade de vozes que compõem sua pesquisa. (Souto Maior, 2023, p. 68 – grifos nossos)

Por essa razão, entendendo que a minha posição neste estudo é “ser voz com o outro”, penso que a pluralidade de vozes que constituem as narrativas das participantes/colaboradas para este empreendimento está atravessada por marcações sociais, culturais e políticas, compreendendo o mundo – por meio das práticas sociais de linguagem – que lhes é concebido. Assim, a LAI entende que o envolvimento do/a pesquisador/a implicado/a se estende para além da esfera da pesquisa (construções metodológicas e teóricas), sem deixar de inscrevê-la na narrativa do universo acadêmico, vai às ações reflexivas e responsivas na vida, promovendo um entendimento que reflete e refrata, bakhtinicamente falando, em saberes construídos socialmente por reflexão e questionamento.

Os contornos das agendas crítico-reflexivas que subsidiam a LAT e a LAI concebem o/a pesquisador/a como parte integrante às ações desenvolvidas na pesquisa (tanto metodologicamente quanto teoricamente envolvido/a no que se propõe refletir/pensar), em que as dinâmicas da vida que lhes atravessa também são construtos metodológicos e epistemológicos importantes à discussão a ser problematizada. São universos que implicam ao/à pesquisador/a uma tomada de consciência referente a sua ação no/pelo mundo, pois ninguém realiza pesquisa do nada, mas sim constrói entendimentos que se imbricam no comportamento e na vida dele/a.

Logo, as discussões que essas duas áreas, associadas ao que a LA indisciplinar apontou no início do século XX, desenvolvem nas suas pesquisas (em várias áreas do conhecimento como Educação, Saúde, Ciências Sociais, Direito, Ciências Políticas e, principalmente, na Linguística Aplicada), comprometidas sobretudo com o social, constroem entendimentos possíveis a novas configurações sociais que podem minimizar algumas desigualdades

contemporâneas que emergem por meio das práticas sociais de linguagem. As desigualdades aqui entendidas como manifestações político-sociais que retiram o direito à vida das populações socialmente desfavorecidas.

Convido você, leitor atento e interessado neste trabalho a compreender que tanto a LAT quanto a LAI assumem posicionamentos reflexivos no campo da crítica social (ou dos letramentos críticos), descrevendo um conjunto de críticas que podem ser reveladas a “olhos desatentos”, como diz Senhorita Bira em seu canal no YouTube “O algoritmo da imagem”<sup>15</sup>. A LAT e a LAI são procedimentos teórico-metodológicos que interseccionam as discussões a serem desenvolvidas, entendendo que os recortes sociais (gênero, sexualidade, classe social, raça, etnia, regionalidade, nacionalidade, deficiência e outros), na vida do/a sujeito/a ou do grupo social, são tão importantes quanto necessários para a construção de dados e a sua análise.

A relevância dos recortes sociais atreladas às pesquisas é uma das principais reflexões/discussões que subjazem as compreensões das agendas da LAT e da LAI, distanciando de essencialismos e generalizações vazias os quais representam um hiato significativo nas reflexões propostas, porém o compromisso dessas agendas é, sem dúvida, revelar algum tipo de injustiça social ou nível de intolerância social nas quais passam as pessoas e, em seguida, apontar mecanismos/possibilidades, à luz de reflexões desenvolvidas, para a construção do entendimento de que todas as vidas são válidas/vivíveis e merecem ser respeitadas na sua integridade.

Rita de Cássia Souto Maior (2022, p. 533), nesse sentido, assegura que a LAI se desvincula das generalizações na pesquisa, com a nomeação de ações, avaliações desenvolvidas e conclusões fechadas ao diálogo e às incertezas. A LAI, portanto,

vê as análises das práticas sociais que focalizam o discurso e sua articulação social e subjetiva, como práticas de construção de discurso que também constrói significados que impulsionam revisões da **historicidade humana**. (Souto Maior, 2022, p. 533 – grifos nossos).

Compreendo, então, que o processo histórico – dentro das práticas discursivas que compõe o ser humano – é uma peça/mola propulsora importante para o desenvolvimento do que se debruça a LAI, estabelecendo um conjunto de atividades humanas, apropriadas

---

<sup>15</sup> O canal, gerido por um gay afeminado e negro que performatiza em seus vídeos o universo feminino, traz a partir da semiótica, da sociologia e da estética, discussões relacionadas ao contexto político e social em que se inserem as vidas de pessoas consideradas marginalizadas, de modo que evidencia posicionamentos críticos que podem promover reflexões, distanciando do senso comum, oportunizando camadas de interpretação sobre os “olhos desatentos”. <https://www.youtube.com/@oalgoritmodaimagem>

discursivamente como necessárias, para a valorização do ser humano. Além disso, a articulação social e subjetiva, que defende a autora, compreendendo que a construção de discurso é processual, consiste no agrupamento social e discursivo em que se realizam as práticas sociais de linguagem, de maneira que, em outras palavras, o/a sujeito é construído ou constituído através do discurso em suas práticas subjetivas em processo de materialização.

A construção de discurso que incide sobre o/a sujeito/a está associada aos movimentos que realiza diante das suas vivências e experiências no mundo, concebendo ora as suas subjetividades, ora as ações que implicam nas práticas sociais as quais se revelam por meio do discurso. Dessa forma, compreendemos que a LAI, imersa nos contextos de produção de sentidos em que os/as sujeitos/as se inscrevem, “constrói nas pesquisas concepções ideológico-culturais, inclusive, constituindo-os/as identitariamente” (Rita de Cássia Souto Maior, 2022).

As vivências e experiências dos/as sujeitos/as no campo de compreensão/reflexão de mundo da LAT e da LAI são abordagens metodologicamente necessárias para as pesquisas, visto que são comportamentos/ações que importam às discussões para as construções político-ideológicas que trazem os/as participantes/colaboradores/as na pesquisa. Em outras palavras, comprometidas com as vivências e experiências do ser humano, a LAT e a LAI se inserem em um campo de análise que evidencia histórico e politicamente, dentro das práticas sociais de linguagem, a ação dos/as sujeitos.

Então, os contextos de discussão, em que essas duas áreas se debruçam, centram-se em problematizações sobre narrativas e experiências de pessoas ou grupos sociais que, de alguma maneira, vivenciam processos de intolerância e/ou preconceito, de maneira que, a partir de variados recortes sociais, promovem meios de resistência em seus processos de sobrevivência. Assim, a LAT e a LAI entendem que as dinâmicas da vida (processos sociais, políticos, filosóficos, sociológicos, culturais e regionais/nacionais) estão atreladas ao funcionamento das práticas de linguagem (as quais consistem em maneiras de efetivação que os/as sujeitos/as se materializam) agindo em processos contínuos de interação com o meio que se inserem.

Por essa razão, LA, como assegura Fabrício, atenta à “agenda interrogadora/transformadora/intervencionista e uma agenda ética que se propõe a LA” (Branca Falabella Fabrício, 2006, p. 49), o novo horizonte de trabalho comprometido política e eticamente que subjaz as suas pesquisas e os seus estudos pautam-se na abordagem do posicionamento dentro do paradigma qualitativo, por se tratar – em suas descobertas e (re)descobertas – de um “território movente” (Branca Falabella Fabrício, 2006, p. 46), o que caracteriza o fazer pesquisa na LA sob o viés da contemporaneidade. Tais descobertas e

(re)descobertas no campo da LA somam-se a novas categorizações, que não estão interessadas na construção de novos paradigmas, mas construir em distorções da realidade criadas pela investigação científica (Moita Lopes, 1994; Signorini e Cavalcanti, 1998; Silva, 2020).

A partir da agenda supracitada por Fabrício (2006), problematizada por Inês Signorini e Marilda Cavalcanti (1998) e, recentemente por Silva (2020), reitero que esta pesquisa dialoga e compartilha dos interesses propostos pelo campo da LA, da LAT e da LAI de modo que possa: interrogar, transformar, intervir e, ainda acrescento, problematizar questões de ordem política, cultural, regional e social em relação às constituições identitárias de mulheres trans e travestis quanto às suas subjetividades. Desse modo, a LA como uma área do conhecimento “transdisciplinar” (Inês Signorini e Marilda Cavalcanti; 1998), apropria-se de diálogos estabelecidos social e politicamente, questionando-os, os quais, nesta pesquisa, podem proporcionar novos olhares e novas outras pesquisas promissoras, promovendo dinâmicas identitárias que evidenciam trajetórias de várias pessoas.

Logo, vejo que, no campo da LA, as pesquisas pertencem a uma natureza completamente movente e fluida, as quais não permitem ter uma estrutura sólida teoricamente, possibilitando assim considerar continuamente perspectivas diferentes através das disciplinas, ética e mudança na pesquisa (Moita Lopes; Branca Falabella Fabrício, 2006). Seguindo a ideia de uma base movente e fluida, a compreensão do autor e da autora está associada a uma premissa de pesquisa contemporânea, partindo do princípio de que as pesquisas na contemporaneidade ou pós-modernidade perpassam não somente as construções das áreas do conhecimento, mas principalmente e, sobretudo, a ética.

Quando Maria do Carmo Leite de Oliveira (2019)<sup>16</sup> diz que a LA é uma “questão de pertencimento”, em relação a “mais um modo de fazer”, entendo que os sentidos de uma perspectiva de saberes em processo de construção, os desafios da pesquisa, os desafios da apropriação de saberes e constituição da área como espaço de interdisciplinaridade, estão nos tornando visíveis para outras áreas no momento em que as pesquisas da LA e suas diversas vertentes interdisciplinares, transdisciplinares, multidisciplinares e pluridisciplinares projetam criticamente compreensões e problematizações no mundo e para o mundo (Oliveira, 2019, p. 705).

A partir de um olhar problematizador em relação às dinâmicas sociais postas na contemporaneidade, acerca da pesquisa na LA, Moita Lopes (2009) defende que

---

<sup>16</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Bolsista de Produtividade em Pesquisa no CNPq.

Fazer pesquisa no contexto aplicado, principalmente, precisa ser re-teorizado como **fazer política**, já que as teorias nos dão os limites do que podemos ver e constroem as verdades com as quais operamos como pesquisadores e **para além do mundo da pesquisa** (Moita Lopes, 2009, p. 36 – grifos nossos).

O posicionamento do linguista aplicado supracitado corrobora com a noção de que, no contexto da LA contemporânea, a construção da pesquisa está ligada a um entendimento de ato político, ou seja, o contexto social onde está inserido o sujeito social precisa ser “re-teorizado”, tentando (re)descobrir novas verdades. Assim, para além do mundo da pesquisa, a questão política gira em torno da concepção social em que o/a pesquisador/a assumirá, pois compete-o/a considerar o envolvimento às categorizações relativas a poder, ideologia, história e subjetividade (Moita Lopes, 1994; 2009).

As categorizações associadas ao campo de pesquisa da LA podem ser interpretadas em novos contextos e novas situações, principalmente por se tratar de afirmações que geram novas pesquisas, isto é, são novos direcionamentos que induzem a novos questionamentos. Diante disso, Moita Lopes (2006) e Branca Falabella Fabrício (2006) defendem que as questões voltadas para o campo da LA estão em constante (des)construção ou como Branca Falabella Fabrício (2006) diz, uma “LA em face das metamorfoses”, e sendo que Moita Lopes (2006) designa a LA como uma área “indisciplinar”.

Seguindo por um viés discursivo, Pennycook (2006, p. 83) defende, por um lado, que o papel da LA também é compreender os discursos na constituição do sujeito, sendo este um múltiplo, conflitante, com capacidade de reflexividade na produção do conhecimento. Rajagopalan (2006, p. 159) postula, por outro lado, que a LA está envolvida com questões práticas, visto que traz em suas problematizações experiências e situações concretas a serem questionadas, considerando o social como uma das questões pertinentes em voga (Rajagopalan, 2006, p. 159).

Já em Tanzi Neto (2021), a compreensão de uma Linguística Aplicada de Resistência está centrada, nas pesquisas em que as práticas sociais de linguagem são desenvolvidas, em processos de potencialidade de uma área em que a transgressão, o discurso e a política andam lado a lado, resistindo a uma demanda da desobediência e do enfrentamento, cujos preceitos são as conexões possíveis com outras áreas do conhecimento que dialogam com as propostas de uma LA de Resistência (Tanzi Neto, 2021). Sendo assim, a resistência, nessa ótica, provoca processos de pensar, processos de ouvir e processos de desenvolver maneiras coletivas de resistência.

Em outro *locus* de atuação, mas com a mesma implicação epistemológica nos estudos do campo da LA, Rita de Cássia Souto Maior (2021) evidencia os contornos das pesquisas no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da Ufal, na linha da LA, onde atua como pesquisadora implicada nas questões em torno de ensino e aprendizagem de línguas e constituições político-identitárias das subjetividades, procurando promover reflexões entre as pesquisas oriundas da LA com os saberes múltiplos que são encontrados nas práticas sociais de linguagem.

Branca Falabella Fabrício (2006), nesse sentido, no que concerne o envolvimento e acuidade atribuídos pelo pesquisador/a à sua pesquisa, destaca a importância de haver interrogações frente à relevância social da temática “tendo em vista os atores sociais que vivenciam as práticas envolvidas no fenômeno a ser focalizado” (Branca Falabella Fabrício, 2006, p. 59). Ou seja, quanto mais questionamentos houver acerca do fenômeno estudado, dentro de uma perspectiva interpretativista sociointeracionista, mais relevância e posicionamento sociais a pesquisa terá e, conseqüentemente, poderá contribuir, em meio às práticas de linguagem, para os universos em que os discursos circulam.

Assim, com vistas às mudanças à vida contemporânea, as pesquisas voltadas para o campo de estudo da LA estão “na direção de um projeto epistemológico com implicações sobre a vida social” (Moita Lopes, 2006, p. 91). Desse modo, o desenvolvimento de pesquisas no campo está atrelado à vida social (variados assuntos e contextos), partindo da ideia de que há inúmeras implicações a serem (des)construídas quando diz respeito ao ser social: um campo de desnaturalização, saindo da indignação para a ação. (Moita Lopes, 2006, p. 92).

Retornando ao pensamento de Pennycook (2006), referente ao entendimento da relação entre teoria *vs.* práxis, os estudos em LA “criam uma possibilidade de vislumbrar a práxis”, possibilitando uma dimensão crítica ao conjunto de questões e interesses voltados para os tópicos como: “identidade, sexualidade, acesso, ética, desigualdade, desejo ou reprodução de alteridade” (Pennycook, 2006, p. 68). Com isso, a autora defende uma LA “transgressiva”, o que quer dizer que seja uma área que não somente dê conta dos limites normativos<sup>17</sup>, mas que principalmente envolva uma hibridização e mistura entre as áreas do conhecimento num processo de ir e vir entre a teoria e a prática.

É nesse processo de ir e vir em que a teoria se funde com a prática que os postulados da LA são construídos e constituídos por problematizações sociais e políticas. Em Livia

---

17 O posicionamento de Alastair Pennycook (2006) é bastante contundente quando se refere aos limites normativos da pesquisa em LA, ou seja, a autora defende que se ultrapassem a fronteira do pensamento e a política tradicionais, havendo a necessidade de ter instrumentos tanto políticos quanto epistemológicos para transgredir.

Baptista (2023, p. 307), a “LA é resultante de convergências entre projetos críticos/éticos/epistêmicos, orientados a um mundo pluriversal e não universal”. A autora, dentro das implicações que os estudos da LA lançam para a produção de saberes, defende a produção de saberes no campo da LA a partir das práticas de linguagem desde o sul global, procurando/problematizando a descolonização do conhecimento em perspectivas/epistemologias/visões em processo de reformulação das práticas.

Reforço aqui, a partir do ponto de vista de “transgressão” de bell hooks (2013), embora a autora discorra sobre o posicionamento contemporâneo dos estudos feministas, sobre uma revolução de valores de acordo com o multiculturalismo, este concebido como um conjunto de “reconhecimento pela diversidade cultural, por repensar os modos de conhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias” (bell hooks, 2013, p. 45). Em outras palavras, através de um diálogo contínuo com a autora, é fundamental transgredir para se alcançar a prática da liberdade, pois a transgressão é uma peça chave para a construção de novos pensamentos numa sociedade com menos intolerância e mais respeito.

A transgressão no campo dos conhecimentos/saberes é uma atitude intrínseca à LA, de modo que as problematizações são decorrentes de posturas críticas e reflexivas a partir do contexto social em que se inserem as pesquisas. Toda pesquisa é oriunda de questionamentos e posicionamentos nos quais as práticas sociais de linguagem são emergentes, pois o processo de transgressão está intimamente interligado aos movimentos de linguagem que se situam as suas práticas sociais.

Na questão da relação teoria e prática, na área da LA, penso que já tenha sido resolvida, visto que não se entende como um processo de “mão única”, mas como um entendimento que se possa trabalhar os dois polos no mesmo sentido – ou seja – “mão dupla”. Em outras palavras, no efeito atribuído à “mão dupla”, trata-se de um processo de teorização em que a teoria e a prática sejam conjuntamente consideradas uma formulação de conhecimento: “uma LA que explode os limites entre teoria e prática”, segundo Moita Lopes (2006, p. 100-101).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Rajagopalan (2003) diz que a “postura crítica no campo da LA tem a ver com a percepção crescente de que é preciso repensar a própria relação teoria/prática”. Pensando na relação associada entre teoria e prática, o autor entende que a postura crítica da área está justamente na recusa do binômio, pois “jamais pode ser conduzida de forma paralela ou independente” (Rajagopalan, 2003, p. 80).

Desse modo, partindo da concepção do autor supracitado, entendo que, associada à relação teoria/prática, repensar a definição de pesquisa é importante, de modo que o binômio seja entendido e trabalhado, conseqüentemente, de forma conjunta, agrupando, assim, ao

conjunto de fatores que a teoria considere o social como fator primordial. Esse, por sua vez, o social, de acordo com Rajagopalan (2006, p. 157), entra como “acréscimo a considerações já feitas sobre o indivíduo concebido ‘associalmente’”.

Em outro texto, o autor problematiza a questão de que a LA está inserida num contexto de “Linguística crítica” com “objetivo intervencionista”, entendendo que as análises nas atividades científicas têm, acima de tudo, sua dimensão política. Conseqüentemente, diante dessa visão, as atividades científicas – nas palavras do autor – influenciam a forma como as coisas se apresentam, isto é, intervêm na realidade que se encontra posta.

A realidade, de acordo com o posicionamento do autor, pode e deve ser compreendida a partir das construções sociais e políticas, reconhecendo que as pesquisas podem possibilitar um processo de desvencilhar totalmente das práticas passadas. Logo, as questões práticas do contexto social podem contribuir significativamente para uma ciência que está em processo próprio de disciplina.

Vale ressaltar aqui que Rajagopalan (2006) defende que a LA é uma ciência que tem o campo de conhecimento como uma área autônoma ou independente da sua própria história, compreendendo que se trata de uma área que extrapola as discussões no campo do conhecimento, detalhando diversas problematizações acerca dos espaços ditos como hegemônicos. Dessa maneira, a LA é uma área em que as propostas nas suas pesquisas é “romper” – na medida do possível – com a tradição, de modo que possa repensar o futuro do campo de forma livre e desimpedida.

---

## **4.2 Abordagem qualitativa: apontamentos da/na LA**

---

A pesquisa qualitativa concentra seus estudos na linha investigativa denominada *interacionista*, segundo as considerações de Oliveira (2008), professor do Ifal e pesquisador/integrante do GEDEALL, diferentemente da pesquisa quantitativa a qual assume uma postura *positivista* na análise e manipulação dos dados. A primeira, a pesquisa qualitativa, no que diz respeito aos objetos de análise, defende um estudo acerca do/a sujeito/a, entendendo-o/a como um ser humano que interpreta o mundo em que vive; a segunda, por sua vez, a quantitativa, desenvolve os estudos por um método experimental ou levantamento de amostras, seguindo uma lógica de pesquisa do Positivismo, como bem explicita Oliveira (2008).

Diante das duas linhas investigativas supracitadas, há um conflito posto entre os que assumem uma postura *interacionista* com os de postura *positivista*, consoante Oliveira (2008),

visto que se tratam de métodos de caráter científico em que ambos adotam para se fazer pesquisa. Oliveira (2008), em meio às discussões sobre os tipos de pesquisas a partir de posturas distintas, discorre em seu texto acerca de um apanhado teórico-conceitual no tocante às pesquisas qualitativas, bem como as contribuições dos estudos oriundos destas pesquisas no ambiente educacional e nas ciências sociais, pautados nas considerações de Menga Lüdke e Marli E. D. A. André (2022), Moreira (2002) e Triviños (1987).

Em se tratando da abordagem qualitativa no campo das pesquisas sociais, penso que se trata de um ponto de vista importante, o qual considera a vida humana como uma atividade interativa e que pode ser interpretada à luz das considerações da sociedade, sendo realizada pelo contato entre as pessoas. As autoras Menga Lüdke e Marli E. D. A. André (2022) defendem que, no tocante ao desenvolvimento da pesquisa de abordagem qualitativa, o foco principal consiste justamente na descrição e interpretação de sujeitas/os inseridas/os ao desenvolvimento do estudo, priorizando, assim, a participação sob determinados pontos de vista, pois

A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da “perspectiva dos sujeitos”, um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações. Além disso, as técnicas de observação são extremamente úteis para “descobrir” aspectos novos de um problema. Isto se torna crucial nas situações em que não existe uma base teórica sólida que permite a coleta de dados (Lüdke e André, 2022, p. 31, grifos das autoras).

Alargando o entendimento das autoras, frente à compreensão da ação do “observador nas pesquisas sociais”, em se tratando neste caso das minhas ações propriamente ditas no Centro de Acolhimento, a tentativa foi de atribuir sentidos diversos da minha presença naquele local, não intervindo diretamente no dia a dia das pessoas que frequentavam, mas conhecendo/observando/entendendo as dinâmicas que compreendiam as rotinas das pessoas ali. Embora a minha presença (com as anotações dos diários de campo), por mais que em alguns momentos o silêncio era uma presença marcada, fosse nitidamente notada, a rotina das pessoas acontecia normal e tranquilamente.

De acordo com a perspectiva teórico-metodológica das autoras mencionadas acima, Flick (2004) defende seu ponto de vista em relação à importância da pesquisa qualitativa, visto que, segundo o autor: **(a)** o pesquisador é considerado como parte importante no processo de pesquisa, estando este interessado nas experiências e interações no contexto original da pesquisa; **(b)** parte-se da ideia de que teoria e métodos estão ligados um ao outro; **(c)** abstém-

se de conceitos definidos, dando lugar aos conceitos desenvolvidos e refinados no processo de realização da pesquisa; **(d)** não procura somente transformar as situações sociais, mas também leva a sério o contexto da pesquisa, respeitando-o (Flick, 2004, p. 280-281).

Parafraseando Flick (2004, p. 282), compreendo, portanto, que a pesquisa qualitativa leva em consideração o “contexto em que se desenvolvem os dados, as práticas interpretativas que transformam o mundo, tornando-o visível”. Desse modo, a construção da representação científica, para além das pesquisas quantitativas em diversas áreas do conhecimento, está associada à pesquisa qualitativa com as atividades relacionadas pelo/ao sujeito, de modo que a interação e suas implicações são entendidas como fatores imprescindíveis às pesquisas do método interpretacionista (Flick, 2004, p. 229).

Através de uma abordagem mais aprofundada a respeito das técnicas da metodologia da pesquisa, Flick (2013) traz uma discussão acerca da análise qualitativa de conteúdo, em que descreve o passo a passo para se realizar uma análise à luz da pesquisa qualitativa: desde a definição do material, passando pelas questões suleares que subsidiaram a pesquisa à interpretação dos dados, sendo esta última a parte de maior discussão e aprofundamento das questões metodológico-científicas para o conteúdo de análise (Flick, 2013, p. 86-87).

Em relação à elaboração esquemática dos dados, como aponta o autor, há de se realizar uma compilação das respostas obtidas pelos(as) participantes da pesquisa, de modo que se tenha/haja uma organização frente as variáveis que cada estudo determina. Portanto, percebo, quando se trata da realização da pesquisa qualitativa, faço relação aqui com as pesquisas e os estudos oriundos da LA, segundo Moita Lopes (2006, p. 90), os dados, embora possam apontar para outra interpretação à análise, podem determinar um novo viés metodológico-científico a partir do esclarecimento dado à interpretação, principalmente o apontamento teórico (Moita Lopes, 2006, p. 90-91).

Quanto aos tipos das pesquisas nos estudos qualitativos, temos a pesquisa etnográfica e o estudo de caso: entendidos como pesquisas que em seu bojo significativo trazem considerações marcadamente importantes em relação à vida humana, pois detalham situações do dia a dia frente ao universo do ser humano. Nesse sentido, o estudo de caso, de acordo com Menga Lüdke e Marli E. D. A. André (2022), trata-se da complexidade de uma situação particular, a partir de uma variedade de fontes para a coleta de dados; já a pesquisa etnográfica, ainda conforme as autoras, começou a ser mais volumosa na área educacional e nas áreas sociais a partir da década de 1970, cuja preocupação foi promover uma relação entre o que se aprende e o que se passa fora da escola. As técnicas da abordagem etnográfica podem ser: observação,

entrevista, história de vida, análise de documentos, vídeos, fotos e testes psicológicos (Oliveira, 2008).

Destaco que, dentre os tipos de pesquisa no campo dos estudos qualitativos, optei pela pesquisa etnográfica, entendendo que se trata de uma construção de dados em que o social, de acordo com Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (2019), é uma construção metodologicamente relevante para o desenvolvimento dos métodos a serem organizados/estruturados. A pesquisa etnográfica, nesse sentido, comporta um conjunto de ações que valorizam categoricamente o local a ser estabelecido para a pesquisa.

Já as técnicas voltadas à pesquisa qualitativa, relacionadas ao campo da pesquisa, de acordo com as autoras citadas acima (2022), são as seguintes: (a) observação participante, (b) entrevista e (c) história de vida. Desse modo, situo que esta pesquisa está centrada no campo da pesquisa qualitativa, inserida no “estudo etnográfico”, como aponta Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (2019): que “compreende a noção de análise à luz do contexto cultural que as situações de pessoas circulam” (Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva, 2019, p. 79).

Conforme os esclarecimentos de Oliveira (2008) no tocante aos entendimentos teórico-conceituais sobre a pesquisa qualitativa, a observação participante, de início, combina ao mesmo tempo com a participação ativa do(s) sujeito(s) juntamente com o pesquisador, pois, ao passo que a observação é desenvolvida pelo pesquisador, a compreensão dos dados e a contextualização desses, não sendo constituídos dentro da perspectiva interpretativista. Penso, assim, que a análise do contexto local é construída na medida em que a observação é captada.

Em se tratando desta pesquisa, que se encontra dentro das Ciências Humanas, na concepção de “estudo social” (Flick, 2013, p. 70), assim como na “perspectiva naturalística-ecológica<sup>18</sup>” (Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva, 2019, p. 79), parto da ideia de que a minha participação como pesquisador transviado implicado é também como observador que, primeiro observa a contextualização do local – Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego – descrevendo nos diários de campo todos os desenvolvimentos acontecidos no dia a dia e, em seguida, em outro momento, realiza entrevista, obviamente com mulheres trans e travestis que decidem participar da pesquisa, detalhando as suas subjetividades frente às demandas enfrentadas no dia a dia.

A entrevista pode ser classificada, de acordo com Flick (2013), como estruturada, não estrutura ou completamente aberta e semiestruturada, haja vista a necessidade específica com os objetivos traçados. Para esta pesquisa, elenquei três perguntas norteadoras as quais julguei

---

<sup>18</sup> Trata-se de uma pesquisa que se distancia daquela que é realizada em laboratório, pois o caráter social e contextual é preponderante para a realização da pesquisa etnográfica.

como pontos de partida para a realização de outras questões, não ultrapassando a intimidade das colaboradoras nem tampouco invadindo em assuntos sensíveis.

E, por último, ainda em relação às técnicas da pesquisa qualitativa, as participantes/colaboradoras entraram em questões acerca da sua história de vida, buscando detalhar, em alguns casos, visões pessoais das suas experiências e subjetividades; ela pode ser contada, a história de vida, através dos seguintes instrumentos: entrevistas, diários, cartas, relatos autobiográficos (gravados em vídeo ou som) ou em documentos, tais como: processos judiciais, atas de reunião, discursos, artigos de revistas e outros. O que me serviu, para a pesquisa, neste caso, foram as entrevistas.

Assim, segundo Moreira (2002 *apud* Oliveira 2008), entendo, partindo da relevância da pesquisa qualitativa às Ciências Humanas, como uma “questão de problematizar o que está posto” (Branca Falabella Fabrício, 2006, p. 62), que a pesquisa qualitativa inclui vários saberes, tais como: a interpretação como foco principal; a subjetividade como ênfase; a flexibilidade na conduta do estudo; o interesse é no processo e não no resultado; o contexto encontra-se ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência e o reconhecimento de que há influência sobre a situação, visto que o pesquisador também sobre influência da situação da pesquisa (Branca Falabella Fabrício, 2006, p. 62).

Vale ressaltar que Branca Falabella Fabrício (2006, p. 48) traz a relevância da pesquisa qualitativa às Ciências Humanas, que, comparando com as realidades científico-metodológicas de uma área transgressora, dialoga significativamente com os pressupostos das bases epistemológicas da LA. Em outras palavras, enfatizo que não só dialoga, como também corresponde ao efetivo entendimento de investigação da produção do conhecimento da área: uma “reconfiguração da LA como prática interrogadora” (Branca Falabella Fabrício, 2006; Ametista de Pinho Nogueira Silva, 2020).

Dadas as relevâncias das pesquisas no tocante à abordagem qualitativa em que os apontamentos da Linguística Aplicada se inscrevem, partindo da compreensão de que são pesquisas em que a metodologia se imbrica com a prática e com o/a pesquisador/a, inicio a próxima sessão a fim de detalhar o estudo etnográfico adotado para este estudo, em que se faz necessário conhecer *in loco* as demandas que acarretam a importância do espaço a esta pesquisa.

---

### **4.3 Estudo etnográfico: a necessidade de conhecer *in loco***

---

Quando *Don Kulick*, homem gay, branco e antropólogo (2008) – em “Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil” – descreve o ambiente em que as travestis de Salvador (BA), nordeste brasileiro, circulavam na década de 90 do século passado (entre 1996 e 1997), em um contexto em que a Aids se expandiu, assustadoramente, estigmatizando ainda mais esse grupo. Na obra, estamos mergulhados/as em uma pesquisa etnográfica que, a partir das lentes sociais do pesquisador, detalha “as práticas corporais e sociais e das palavras de travestis” (p. 35), que frequentavam a Rua São Francisco, próximo a um ponto de ônibus. O percurso metodológico, na pesquisa etnográfica, que Kulick realizou, apontando detalhes e riquezas das subjetividades de travestis da época (e uma delas é a Presidenta da Antra, *Keila Simpson*), proporciona a todas/es/os nós um conhecimento particular e importante daquele momento acerca das dinâmicas de travestis que detinham majoritariamente hábitos noturnos.

A pesquisa etnográfica, como sinalizada anteriormente, traz a descrição cultural de aspectos sociais, locais, regionais e políticos, seja de uma comunidade, um povo específico, seja de uma população. Nesse sentido, a ação do/a pesquisador/a frente à pesquisa etnográfica, de acordo com a professora Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (2019, p. 80), é deter-se ao contexto da pesquisa em que as possíveis hipóteses e as questões emergem em um processo dinâmico que podem ser revisadas ou substituídas a depender da necessidade do estudo.

É importante detalhar que a pesquisa etnográfica, para a autora supracitada, decorre de quatro fases que podem ser esmiuçadas de acordo com o processo do estudo, entendendo que a análise dos dados é geralmente “discursiva e interpretativa”, a partir das considerações da LAT e da LAI, (sempre em processo), compreendendo que

**A primeira fase** é a entrada do pesquisador em um contexto ainda desconhecido, [...]. **A segunda fase** é a da observação não participante, pois o pesquisador, apesar de ter quebrado o gelo inicial e de ter se familiarizado com os participantes e suas rotinas, ainda está em busca dos participantes relevantes e começa a fazer as primeiras entrevistas e a análise preliminar dos dados. **A terceira fase** é considerada como a mais produtiva, pois o pesquisador já se sente em casa e aceito pela comunidade, [...]. **A quarta fase** é a da retirada de campo. É a fase de análise final dos dados. Novas coletas só serão feitas se for necessário preencher alguma lacuna, resolver alguma dúvida ou validar descobertas anteriores. (Paiva, 2019, p. 82 – grifos nossos)

A professora Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (2019), comprometida com vários assuntos no campo dos estudos linguísticos e com questões metodológicas nos estudos das ciências da linguagem, detalha com profundidade os encaminhamentos das pesquisas quantitativas e qualitativas que se inserem os caminhos percorridos nos empreendimentos

científicos, compreendendo a conceituação de pesquisa até as dicas de trabalhos acadêmicos que podem ganhar notoriedade. Os quatro passos informados por ela, na citação acima, detalham o percurso a ser desenvolvido pelo/a pesquisador/a que escolhe a pesquisa etnográfica como princípio para realizar ciência.

Quanto às fases explicitadas pela pesquisadora Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (2019), frente ao processo da pesquisa etnográfica, realizando uma analogia com a minha chegada e estadia no Caerr, posso descrever da seguinte forma: **a primeira fase** – em relação ao meu conhecimento pessoal sobre a existência do contexto da pesquisa – se deu por intermédio de um amigo que me indicou a rede social do Centro, informando que seria uma casa de acolhimento às pessoas vulneráveis aqui de Maceió e que, de alguma maneira, poderíamos nos integrar como voluntárias/os naquele espaço.

**A segunda fase** – dentro da perspectiva da observação – se deu de forma a compreender as dinâmicas de funcionamento do Caerr, de modo que pudessem facilitar as minhas participações naquele espaço, seja por meio das participações nas reuniões internas (a fim de alinhar algum projeto a ser desenvolvido ou opinar frente algumas demandas internas do local), seja por meio das entregas das cestas básicas ou dos kits de higiene pessoal.

**A terceira fase** – compreendida como a mais produtiva, porque há uma relação de reciprocidade entre todos/as envolvidos/as na pesquisa – se deu por meio das minhas ações concretas no Caerr (ajuda constante na organização das fichas dos/as cadastrados/as e outras ações). Momento em que pude conviver de perto com a população atendida pelo Centro e que, muitas vezes, entendi a importância daquele espaço para as pessoas que frequentavam/am o ambiente, pois não se trata apenas de doação de alimentos/kits de higiene pessoal, que são muito importantes, mas se trata de um espaço de formação cidadã para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

E, por fim, **a quarta fase** – que, de acordo com Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (2019), trata-se da minha retirada no campo – se deu de forma gradativa, pois ainda não aconteceu, uma vez que continuo acompanhando alguns movimentos que o Centro desenvolve junto à sua comunidade, porém não com a mesma intensidade de antes devido a este processo de escrita/análise que me encontro.

As fases detalhadas por Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (2019), frente aos estudos linguísticos arrolados social e politicamente, quanto às questões metodológicas da pesquisa etnográfica, evidenciam as abordagens inicial, processual e final que se encontram os procedimentos do/a pesquisador/a. Além disso, podemos compreender que essas fases

correspondem a entendimentos importantes quando se trata da pesquisa etnográfica, garantindo, assim, sobretudo a cultura do local.

Dentro da perspectiva qualitativa de pesquisa, as quatro fases metodológicas expostas por Paiva são pertinentes para a construção dos dados na pesquisa etnográfica porque evidenciam a compreensão “naturalística-ecológica” – explicada anteriormente – como procedimentos que são desenvolvidos/construídos para o conhecimento orgânico e funcional de uma cultura. Além disso, os quatro procedimentos viabilizam a ação ou o comportamento do/a pesquisador/a – em que eles são formados e postulados – frente às interpretações variadas a serem realizadas, de modo que o contexto *in loco* dialogue com a construção da realidade a ser detalhada na pesquisa.

Já os professores Prodanov e Freitas (2013, p. 128), o primeiro é doutor em História Social e o segundo é doutor em Letras com pós-doutorado em LA, argumentam que a abordagem qualitativa que se insere a pesquisa etnográfica diz respeito a um “ambiente natural que é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados”. Em outras palavras, eles explicitam que a abordagem qualitativa implica na relação direta do/a pesquisador/a com a construção dos dados, desenvolvendo atribuições sociais e culturais no local em que os dados se inserem, de modo que os/as participantes – voluntária e involuntariamente – colaboram significativamente para a coleta dos dados.

O ambiente natural em que os dados acontecem, que será justificado mais adiante, é um procedimento a ser detalhado na pesquisa etnográfica, pois consiste em uma rede de acontecimentos discursivos que estão interligados não apenas nos/as participantes da pesquisa, mas também nas características do local, nas dinâmicas do dia a dia, nas interações que emergem do local, nos movimentos pessoais e coletivos que surgem entre as pessoas, na importância do local para a região e em tantas outras compreensões que podem ser, discursivamente, detalhadas na pesquisa. O ambiente natural é, portanto, um conjunto de informações à pesquisa etnográfica.

À luz da pesquisa etnográfica, os professores explicam que a pesquisa qualitativa atende uma necessidade natural entre a ação do/a pesquisador/a com a construção das subjetividades dos/as participantes, entendendo que há uma relação entre quem pesquisa e aquilo que se pesquisa, envolvendo aspectos metodológicos que se entrelaçam na justificativa da produção de dados. Logo, eles defendem a ideia de que a pesquisa etnográfica leva em consideração

que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. **O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.** (Prodanov e Freitas, 2013, p. 70 – grifos nossos)

Nesse sentido, para Moita Lopes e Branca Falabella Fabrício (2019, p. 719), a pesquisa etnográfica, como meio de construção de conhecimento, promove interpretações, aprendizagens conjuntas e projeções de racionalizações possíveis sobre a experiência de pesquisa sempre abertas a transformações. Tal conduta epistemológica enfrenta diretamente a instabilidade dos signos, na sua carga ideológica e as infinitas estratégias de negociação de sentidos com os “outros” no cotidiano da vida social. Trata-se, aqui, de acordo com o autor e a autora, uma postura sensível do/a pesquisador/a em que as suas ações precisam ser detalhadas mediante posturas de (des)aprendizagens, cujas construções sociais e políticas do local (lugar ou espaço), corroboram para epistemologias outras dentro dos universos dos signos sociais.

Diante das considerações de Moita Lopes e Branca Falabella Fabrício (2019) a respeito da relevância da pesquisa etnográfica, compreendo particularmente que são aprendizagens significativas para a construção dos dados (universo intrínseco à leitura), principalmente quando se leva em consideração a ação do pesquisador frente ao local que se propõe compreender etnograficamente. No meu caso, compreender as demandas sociais e políticas que regem o Caerr ajudou-me a entender como são os funcionamentos possíveis de linguagem e os mecanismos de resistência das pessoas que são acolhidas no local.

Em Maria Teresa de Assunção Freitas<sup>19</sup> (2007, p. 26), a partir das questões que envolvem as ciências humanas e sociais quanto aos atravessamentos políticos e culturais que implicam as pessoas, há o entendimento de que “a perspectiva sócio-histórica representa um caminho significativo para uma forma outra de produzir conhecimento no campo das ciências humanas”. Dessa forma, a pesquisa etnográfica não se aparta do seu caráter sócio-histórico dentro das ciências humanas, pois a compreensão cultural do contexto em que se realiza a pesquisa emerge as construções sociais e históricas nas quais os/as sujeitos/as circulam e interagem.

---

<sup>19</sup> Atualmente a professora encontra-se aposentada pela Universidade Federal de Juiz de Fora, mas foi coordenadora e professora do Programa de Pós-graduação em Educação da mesma universidade e coordenadora do Grupo de pesquisa Linguagem, Interação e Conhecimento (LIC).

Para Chizzotti (2003, p. 226), a pesquisa etnográfica busca fundamentar a descrição científica das observações sobre a vida do “outro”, procurando enquadrar seu relato nos critérios científicos canônicos de validade, confiabilidade e objetividade. Nesse sentido, a compreensão do/a pesquisador/a é descrever o caos dos fatos observados, não no sentido de atribuir de julgamento com juízo de certo ou errado, mas entendendo que muitas são as possibilidades de existência do “outro”, em que as interpretações não precisam ser generalizantes, mas sim individuais.

---

#### **4.4 Quanto à contextualização: o Centro de Acolhimento Ezequias Rochas Rego (CAERR) em Maceió-AL**

---

O Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR), inaugurado em 2020, localizando em um primeiro andar (em cima de um bar, conforme a Imagem (V) abaixo), porém idealizado um ano anterior, recebe o nome do professor de história e um dos fundadores do Grupo Gay de Alagoas (GGAL): Ezequias Rocha Rego (em memória), o qual foi assassinado brutalmente, aos 55 anos de idade em 2011, enquanto dormia em sua residência, no bairro de Jacarecica, em Maceió-AL. Mais um dos casos de crime contra a população TLGBQIAPN+ em nosso estado que, de acordo com os dados de notificação do **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, no documento **Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023** referente a 2022, alarma as violências estruturais sofridas por diversos grupos marginalizados, como: mulheres, negros, periféricos, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros.

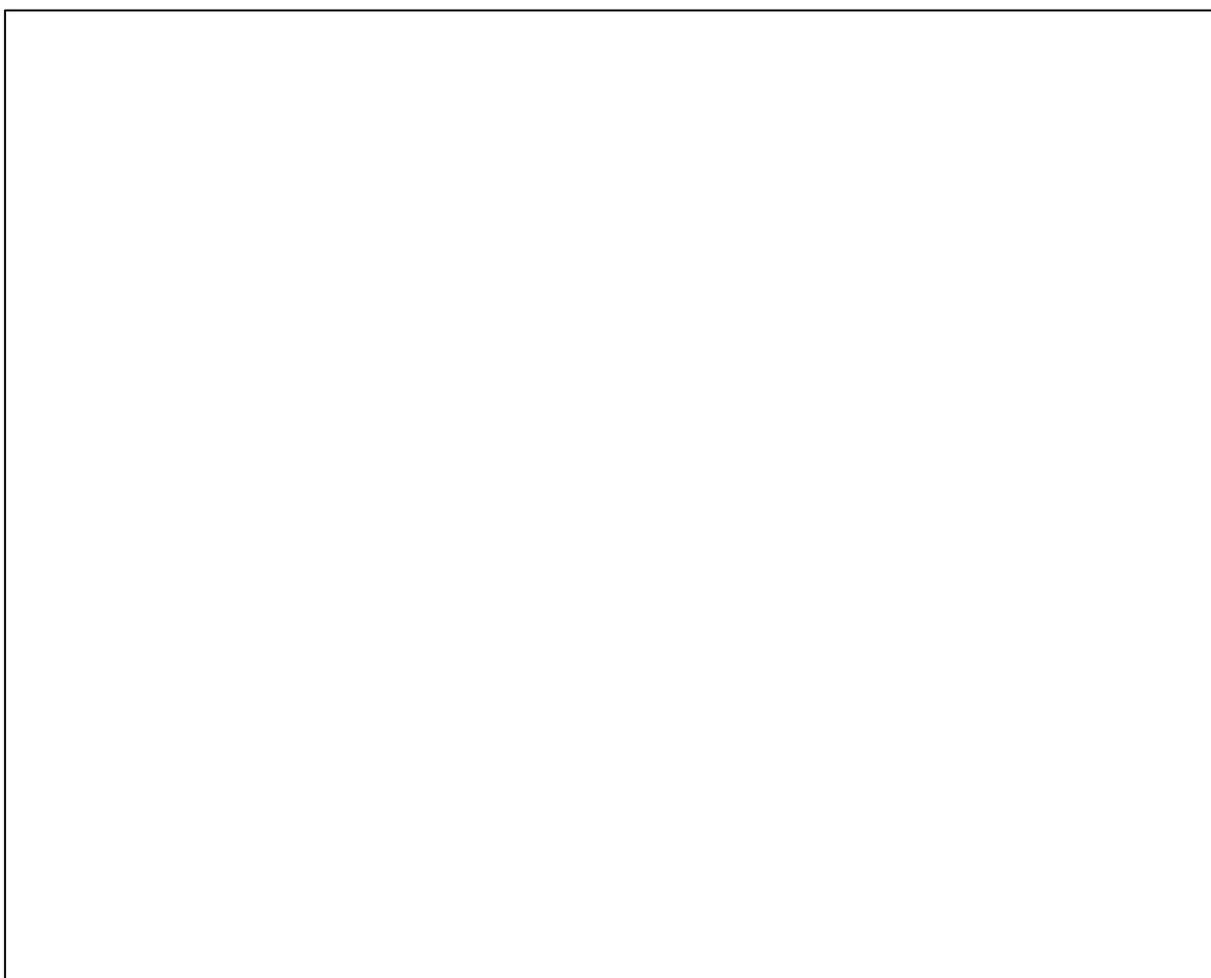
Quanto aos registros fotográficos (mais de 30 fotos, porém as mais ilustrativas e representativas do espaço seguem aqui para visualização), foram realizados no endereço atual, como será dito mais adiante, pois no endereço antigo, onde o CAERR iniciou as suas atividades, o acesso era um pouco difícil, em se tratando de um bairro em que a violência é bastante acentuada, inclusive acometendo em violência verbal, segundo o presidente o CAERR, es acolhides. Não demorou muito para a mudança acontecer ao novo endereço.

Vale considerar também que as fotos foram registradas em momentos em que o espaço estava praticamente sem movimentação de pessoas, sobretudo des acolhides, de forma que as suas identidades pudessem ser preservadas por questões éticas. A natureza do espaço, de acordo com Lüdke e André (2022) em relação às pesquisas qualitativa na educação, é um ambiente em que as rotinas acontecem fluidamente. Dessa forma, as identidades precisam ser preservadas de

modo que o grupo estudado, a etnia, a pessoa, o local ou mesmo a cultura sejam respeitadas dentro do processo teórico-metodológico.

Já em Paiva (2019), o espaço faz parte do conjunto importante para a construção de dados, assim como os/as participantes e a atuação do/a próprio/a pesquisador/a, visto que também se configura como um elemento necessário para a construção da análise em que se pretende desenvolver. Nos estudos linguísticos, o espaço, em relação aos procedimentos da pesquisa etnográfica, indica um viés metodológico intrínseco à pesquisa, entendendo que também produz conhecimentos que podem ser problematizados a partir da construção teórica a qual se filia, pois os atravessamentos e os diálogos cujos espaços produzem são tão legítimos quanto as informações colhidas por parte do/a pesquisador/a. Nesse sentido, o CAERR é um ambiente que também produz sentido para todos que são acolhidos, relacionando a sua importância a um espaço de acolhimento e promoção de modos de vida.

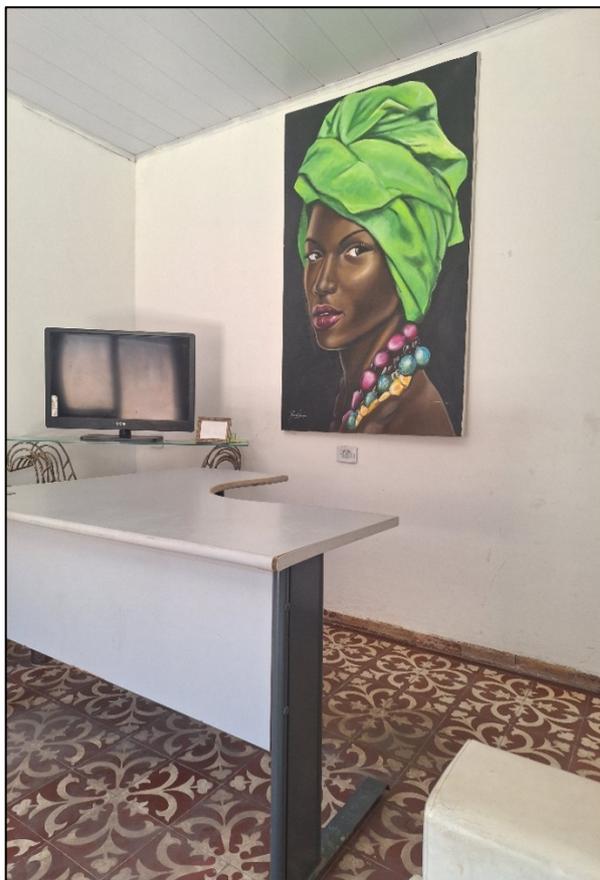
#### **IMAGEM (V) – Entrada do CAERR**



**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2024).

O CAERR, localizado atualmente na Rua General Hermes, Centro de Maceió (parte baixa da capital), é uma organização não-governamental que detém uma equipe multiprofissional, composta por: dois psicólogos, uma advogada, dois assistentes sociais, uma fisioterapeuta, dois enfermeiros, um profissional de Recursos Humanos, para atender a população TLGBQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social do estado de Alagoas e o primeiro atendimento acontece geralmente na recepção (Imagens (VI e VII) da recepção). O objetivo geral das suas ações é garantir a assistência social e direitos humanos através de diversas formas de atuação, tais como: acolhimento, orientação, atendimento e empoderamento a pessoas que se encontram em relações sociais concretas de vulnerabilidade tanto na capital quanto no estado.

**IMAGEM (VI)** – Recepção do CAERR



**IMAGEM (VII)** – Recepção do CAERR



**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2024).

No CAERR, os diálogos e as trocas de experiência são muito frequentes entre as/es/os acolhidas/es/os<sup>20</sup>, levando em consideração que as realidades e alguns processos de vivências entre todes são muito parecidas. Os dias em que há entrega de cestas básicas, bem como entrega de leite e kits de higiene pessoal são bastantes movimentados (para não dizer festivos), pois as risadas e as descontrações (sempre com muitas fechações e vários closes entre as meninas trans, as gays afeminadas e as travestis) são momentos de alegria e agitação. Entendo que a alegria de viver e a descontração por parte da maioria é um comportamento de resistência às demandas sofridas pelo sistema, de modo que rir coletivamente ajuda a burlar algumas dores sofridas.

Os ambientes de maior interação entre as pessoas que pertencem ao CAERR são o quarto e a cozinha (Imagens (VIII e IX) abaixo), pois são locais em que os trânsitos são intensos de modo que funcionam sempre como ambientes de acolhida e trocas de saberes e depoimentos marcadamente na construção das subjetividades. Apesar dos espaços serem relativamente pequenos, os momentos de descontração como risadas fáceis, emoção e muita piada são sempre oportunos para driblar as amarguras impostas pelo sistema.

**IMAGEM (VIII) – Cozinha do CAERR    IMAGEM (IX) – Quarto do CAERR**

---

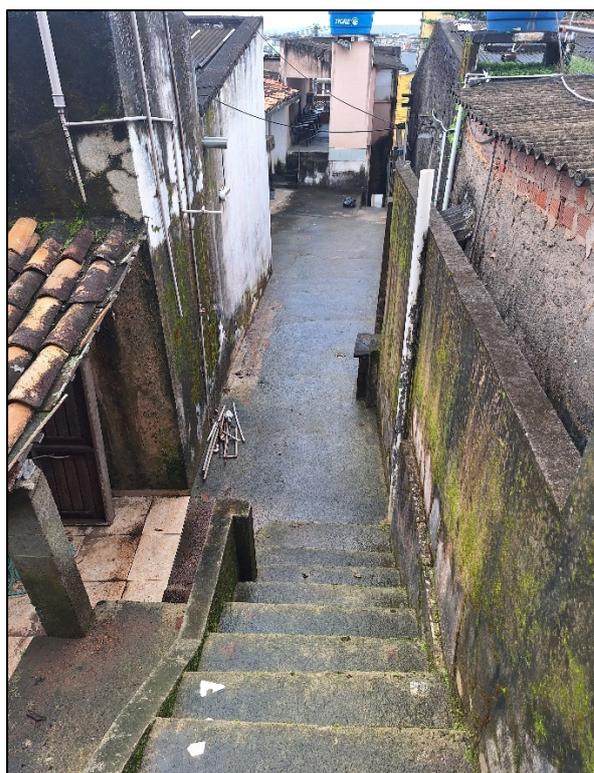
<sup>20</sup> “Acolhidas/es/os”: termo usado pelas/os voluntárias/os ao se referirem às pessoas que fazem uso, de algum serviço, do Caerr. Como o funcionamento do Centro é abrangente no sentido de fornecimento de refeições e dormida as/es/os acolhidas/es/os, o termo mais apropriado, nesse sentido, é esse.



**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2024).

Os dias de entrega de cestas básicas, numa manhã de terça-feira, a partir das 9h, pelo que notei, são verdadeiras festas, pois além do encontro que é sempre muito animado, há uma rápida conversa entre o presidente do CAERR com as pessoas beneficiárias dos alimentos, sempre sobre conscientização política e valorização das políticas públicas que são evidenciadas por um governo de esquerda, conselhos sobre prevenção, importância dos estudos como processo de formação e ajuda voluntária no CAERR para atividades domésticas.

Quanto às atividades domésticas, essas são desenvolvidas pelas/os próprias/os integrantes, de modo que são acordadas pelo presidente do CAERR como ações de responsabilidade e cuidado com o ambiente, dando atenção muitas vezes aos serviços de limpeza da área externa, conforme as Imagens (X e XI) abaixo, pois em períodos chuvosos os cuidados são acentuados com os degraus tanto no início quanto no final do Centro, entendendo que são pontos de risco para possíveis acidentes. No final do CAERR, de acordo com a imagem (XI), há uma encosta para outro bairro que, dependendo da intensidade das fortes chuvas, provoca pequenos deslizamentos de barro para a sua entrada.

**IMAGEM (X)** – Entrada do CAERR**IMAGEM (XI)** – Final do CAERR

**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2024).

Diversas ações são desenvolvidas no CAERR, como projetos educacionais e culturais (ambos com incentivo financeiro via editais voltados para casas de acolhimento) e esportivos, casamentos coletivos, divórcio, entrega de cestas básicas, entrega de frutas, cursos de curta duração (parceria com Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS) e orientação quanto à saúde física e mental, a fim de que a população atendida seja assistida na sua integridade como rege a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Hoje, o idealizador do CAERR é o ativista alagoano frente às causas da população TLGBQIAPN+, homem gay, negro e cisgênero, que tem uma vasta contribuição no estado Alagoas a respeito dos movimentos sociais de direitos humanos que integra; ele ainda toma a frente da organização da Parada do Orgulho TLGBQIAPN+ de Maceió que sempre é realizada entre setembro e novembro.

Algumas reuniões acontecem na sala de acolhida assim como cursos e formações profissionais, conforme Imagens (XII e XIII) abaixo, principalmente quando os serviços são voltados para conscientização quanto aos cuidados com o corpo, com a saúde mental (com psicólogos e assistentes sociais) e outros entendimentos relacionados a processos jurídicos e atenção básica à saúde da mulher (cis ou transgênero). Além disso, o espaço de acolhida serve para socialização de novas/os integrantes, principalmente quando se trata de pessoas que

necessitam dos serviços referentes aos documentos básicos para exercício da cidadania, como RG.

### IMAGENS (XII e XIII) – Sala de acolhida do CAERR



**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2024).

O CAERR é muito atuante na página do Instagram: [@caerr\\_alagoas](#), (imagem (XIV) abaixo), trazendo diversas possibilidades de orientações/conscientização/ajuda/informação frente aos assuntos que compreendem a vida da população que atende. Como forma de acompanhamento/postagens sobre as suas atividades e demandas diárias, a página do CAERR é administrada por pessoas que integram o espaço (atualmente, por uma assistente social e pelo presidente), de forma que desempenham funções voluntárias e sociais à comunidade. Além disso, estruturalmente o CAERR contém três quartos, uma cozinha, uma área grande, duas salas, dois banheiros e uma pequena dispensa. Atuante, de acordo com as ideias da Deputada Federal por São Paulo Érika Hilton, como “movimento de promoção de vidas e reprodução de forças coletivas”.

Vale ressaltar ainda que a página *on-line* do CAERR é um canal de divulgação e recrutamento constante de novas/os voluntárias/os, haja vista a necessidade de pessoas que somem forças para a construção de um ambiente saudável e humano a pessoas que, muitas

vezes, lhe são tiradas a humanidade e as saúdes física e mental pelo fato de serem quem são: pessoas em dissidência de gênero, sexualidade e outros marcadores da diferença. O Instagram, como uma mídia digital de longo alcance e possíveis engajamentos, promove algumas vezes o destaque nacionalmente do CAERR, realizando parcerias com outras casas de acolhimento, onde as trocas de experiências e informações são fundamentais para o funcionamento do local.

#### IMAGEM (XIV): Página do *Instagram* do CAERR



**Fonte:** Instagram do Caerr (Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego)

Inicialmente, quando abriu as portas para a comunidade, o CAERR se localizava no bairro Clima Bom (parte alta de Maceió). No entanto, por motivos de falta de ajuda e doação de voluntárias/os, precisou se deslocar para outra casa com custo mais acessível a fim de haver melhorias no atendimento às pessoas. Após a mudança de bairro, o público aumentou consideravelmente, porque na parte baixa da cidade, há uma maior concentração de comunidades as quais são mais carentes, viabilizando assim as visitas ao local.

Vale trazer à tona que Maceió, de acordo com o documento Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023, referente a 2022, é uma das capitais do Nordeste onde as desigualdades social, econômica e política são latentes com 78% da sua população em situação de vulnerabilidade social, levando em consideração a soma das taxas de desemprego e acesso ao saneamento básico. Porém, ainda que as belezas naturais sejam cartões-postais na cidade, populações em situação de vulnerabilidade social e econômica são atingidas pela falta de políticas públicas que promovam a qualidade de vida dessas pessoas, ou como identifico: é um comportamento esquematizado da política para manter o *status quo* a fim de garantir a precariedade nos bairros periféricos.

Das capitais que correspondem as unidades da Federação que compõem o Brasil, segundo o documento referenciado acima, Maceió infelizmente encontra-se entre as cidades em que as violências às pessoas em situação de rua são expressivas e, mais ainda, a vulnerabilidade que se encontram as/os profissionais do sexo é algo alarmante com 89%. Estabelecendo um olhar crítico acerca dessas questões intrínsecas à capital em tela, podemos compreender que muitas dessas violências são resultados do machismo institucionalizado e do patriarcado histórico que são constitutivos na história do estado e da capital conseqüentemente, de acordo com dados históricos e sociais do documento que apontam Maceió como uma cidade conservadora.

Analisando por um viés dialógico-social os contextos diversos em que se encontram a cidade de Maceió, a partir das lentes sociais que o CAERR me proporcionou, vejo e entendo que, por mais que seja recente a atuação do Centro para o cenário urbano-periférico, muitos são os movimentos de construção para a formação cidadã das pessoas que são atendidas na casa, como foram citados anteriores, visto que são movimentos que coincidem com trajetórias semelhantes, no entanto, as vivências dessas pessoas são construídas por mecanismos de ressignificação das suas subjetividades.

O contexto do CAERR (Maceió – AL / Nordeste), somado ao cenário nacional, se integra à compreensão social e política de várias casas de acolhimento às pessoas TLGBQIAPN+ pelos estados do Brasil afora como, por exemplo: Casa Aurora (Salvador – BA), Instituto Transviver (Recife – PE), Casa Chama (São Paulo – SP), Coletivo Arouchianos (São Paulo – SP), Casa Florescer (São Paulo – SP), Casa 1 (São Paulo – SP), Casa Nem (Rio de Janeiro – RJ), Casa Miga (Manaus – AM), Astra LGBT (Aracaju – SE), CasAmor (Aracaju – SE), TransVest (Belo Horizonte – MG), Casa Transformar (Fortaleza – CE), Centro de Cidadania LGBT (João Pessoa – PB) e dentre outras. São casas-acolhimento que, segundo Louzeiro, Oliveira e Mesquita (2023, p. 4)<sup>21</sup> a respeito do CAERR, é um “centro de amparo, de vivências e de escutas sociais”, que desempenham funções de humanidade a pessoas que, por motivos diversos, encontram-se em processo de limitação, seja social, seja afetivo. O afetivo, esse, por sua vez, considerado tão necessário em muitos dos casos acolhidos no CAERR.

O espaço é, portanto, um conjunto de oportunidades que, somadas as subjetividades de cada acolhida, desenvolve mecanismos que oportunizam ações sociais voltadas a pessoas

---

<sup>21</sup> Trata-se de uma discussão do Grupo de Estudos Frida Kalho, da Faculdade de Serviço Social, da Ufal referente à organização e ao funcionamento do Caerr, descrevendo os variados projetos desenvolvidos no Centro. As discussões levantadas pelas autoras: Louzeiro e Mesquita (2023) e pelo autor: Oliveira (2023) correspondem também as suas ações desenvolvidas, como voluntárias e voluntário, no Caerr.

em situação de vulnerabilidade social, construindo, dessa forma, “mecanismos eficazes que minimizam a intolerância e a violência” (Louzeiro, Oliveira, Mesquista, 2023, p. 5). Assim, compreender o espaço do CAERR como uma possibilidade de novas conquistas é, acima de tudo, entender que as pessoas que são acolhidas são protagonistas das suas trajetórias identitárias e que trazem percursos que ora são semelhantes, ora são distintos por particularidades, por exemplo, de raça e gênero.

Nesse sentido, o CAERR, assim como todas essas casas, necessita da ajuda de voluntários/as – parceiros/as da causa de pessoas que pagam um valor muito caro, dentro da lógica necro-política-fóbica<sup>22</sup>, a partir da lógica necropolítica de Mbembe (2016), que não entende a diversidade de corpos e pessoas convivendo em comunidade, por simplesmente serem o que são: pessoas TLGBQIAPN+. São casas-acolhimento que, como acompanhei de perto, muitas vezes desenvolvem esforços coletivos para garantir a alimentação de pessoas que não têm o que se alimentar no final do dia. São casas-acolhimento que, para além da alimentação, do abraço, do ouvido, do olhar, do aperto de mão, do cumprimento de tantos outros gestos são comportamentos-atitudes carregados de afeto.

O CAERR é uma casa recente (2019) em seu processo de acolhimento social, como se notam as Imagem (XV e XVI) – entrada da sala de acolhida, a vulneráveis, porém suas ações alcançam números significativos, quando se leva em consideração o quantitativo de pessoas (em torno de 30 pessoas) atendidas/beneficiadas, seja pela entrega de cestas básicas / kits de higiene pessoal ou leite, seja pelos serviços de atendimento de psicologia. São atitudes que proporcionam vida, conhecimento pessoal, reunião de saberes coletivos, interesses basilares (retirada de documento, conversa com e psicólogo) e construção de ideias que evidenciam vidas vivíveis e não “matáveis” (Butler, 2024b) em um contexto de escassez.

**IMAGEM (XV)** – Corredor do CAERR

**IMAGEM (XVI)** – Entrada da sala de acolhida

---

<sup>22</sup> De acordo com os dossiês da Antra (2022; 2023), trata-se de uma lógica patológica que incide sobre pessoas que não se enquadram/encaixam nas normas cisheterossexuais, resultando, assim, na marginalização que os corpos são colocados em contexto social.



**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2024).

Assim, no contexto nacional, o CAERR, como espaço também de conhecimento/leitura (de acordo com as imagens abaixo), não é apenas mais uma casa de acolhimento, mas um refúgio que compreende que políticas públicas precisam ser efetivadas para uma população que é considerada abjeta, como declaram as colaboradoras desta pesquisa: “*Aqui a gente é gente. Tá entendendo?*” (Tamires), “*Sou respeitada como preciso ser aqui no Caerr*” (Elis) e “*Não tenho problema nenhum de ser eu aqui!*” (Júlia), pensando tanto nas abordagens raciais de Berenice Bento (2024) quanto no entendimento construído por Judith Butler (2020; 2024), detalhando oportunidades e viabilizando entendimentos que possam garantir a vida de pessoas que precisam ser reconhecidas (não apenas no período eleitoral). Penso que as políticas públicas, ainda que estejamos vivenciando a retomada de um governo com atitudes de esquerda no cenário nacional do Brasil, poderiam ser mais desenvolvidas e destinadas a populações desfavorecidas, porque a necessidade da comida ainda é gritante e alarmante em nosso país: a desigualdade é presente e está próxima a todas/es/os nós.

O espaço em que os livros se encontram, próximo à cozinha, é visitado por algumas pessoas do CAERR, valendo-se do discurso “*Gosto de ver as capa desses livro*”. Ainda que a leitura seja uma realidade distante na vida de alguns acolhidos, notei que os livros são

procurados que entendendo como forma de ressignificar a sua vida ou como forma de passar um pouco do tempo, pois as conversas no espaço pequeno em que os livros ficam são sempre sobre amenidades. Os saberes, por sua vez, são entendimentos marcados por subjetividades que estão em processo, de modo que merecem atenção, por um lado, pelas narrativas de pessoas que são acolhidas no CAERR quanto pela importância do espaço como um ambiente de promoção e entendimento de políticas públicas.

**IMAGEM (XVII)** – Um quadro na biblioteca do CAERR



**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2024).

É simbólico e muito representativo o quadro da imagem (XVII), com as cores do arco-íris, enaltecendo as representações identitárias que compõem as diversidades e as pluralidades de gênero e de sexualidade, levando em consideração que o discurso não dito como + travestis, + transmasculinos, + pessoas não-binárias, + pansexuais, + pessoas queer, + expressões de gênero e sexualidade que possam ressignificar as suas dinâmicas de vida em contexto de trajetórias identitárias, sendo legitimadas e respeitadas. O quadro (+ Sapatão / + Amor e + Viado), provavelmente seja um recorte da década de 80 e 90 do século passado, em que a sigla era Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), como indicativo de pessoas desviantes das ordens sociais normativas.

O espaço dos livros, conforme as imagens XVIII e XIX, é pequeno, porém as conversas são desenvolvidas com o intuito de compartilhamento de experiências entre es acolhidos, de forma que são evidenciados os grupos de pessoas em interação verbal constante.

### IMAGENS (XVIII e XIX) – Biblioteca do CAERR



**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2024).

Após a compreensão de funcionamento do Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR) em Maceió-AL, agora, partiremos, ao que denomino como trajetórias histórico-identitárias, para a próxima apresentação sobre os contextos em que emergiram a pesquisa, compreendendo a importância de documentos oficiais do estado de Alagoas, bem como a trajetória histórica do movimento LGBT para o nosso estado, que se diga de passagem ainda aquém das realidades de outros estados do Nordeste em relação às políticas públicas voltadas para a população TLGBQIAPN+, diante das suas lutas para garantir seguridade à vida às suas populações consideradas marginalizadas. São posturas histórico-identitárias que promoveram e ainda promovem produção de vidas voltadas a pessoas que não se conformam com as imposições limitantes do sistema e que, por vezes, desafiam, de alguma maneira, a matriz hegemônica composta pela cisheteronormatividade colonial.

---

#### 4.5 Contextos da pesquisa, documentos oficiais do Estado de Alagoas e trajetória do movimento LGBT em Alagoas

---

O contexto da pesquisa, também compreendido como desenvolvimentos documentais em que se arrolaram as discussões, está centrado no seguinte entendimento: as participantes/colaboradoras desta pesquisa são mulheres trans e travestis negras que são atendidas pelo Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR) em Maceió-AL, situado atualmente no Centro de Maceió, atendendo a população TLGBQIAPN+ em situação de vulnerabilidade social do estado de Alagoas.

Procurando compreender a realidade que se passa naquele local, como um ponto de apoio para muitas pessoas em contexto de socialização entre questões políticas, educacionais e culturais, a pesquisa qualitativa na etnografia (como já foi abordada anteriormente) servirá como método de análise para a construção dos dados. Nesse sentido, a partir da observação *in loco* com as anotações no diário de campo (20 diários), foram realizadas entrevistas (3 entrevistas semi-estruturadas), segundo Freitas (2002) e Paiva (2019), mediante a dimensão social significativa que compreende o gênero entrevista, com três travestis negras<sup>23</sup> que decidiram conceder suas informações pessoais para a pesquisa.

Após as observações realizadas no espaço (em torno de 1 ano) e o levantamento do quantitativo de mulheres trans e travestis que acessavam o CAERR (em torno de vinte, de acordo com o cadastro interno do CAERR), a maioria não se sentiu à vontade de contribuir para a construção dos dados, o que foi compreendido tranquilamente (afinal de contas, reviver algumas passagens da vida é trazer à tona possíveis dores e sentimentos um pouco desagradáveis). À medida que a minha presença no local ia sendo notada/percebida por elas, alguns laços afetivos foram construídos para a concretização de uma relação mais próxima (inicialmente, a cada quinze dias, depois passei a ir duas vezes na semana).

A minha participação no CAERR se deu no período de um ano: de outubro de 2021 a outubro de 2022. Inicialmente procurei o presidente do CAERR para dialogarmos sobre a ideia da pesquisa que gostaria de desenvolver e, ele prontamente, concordou com a proposta. Levei o projeto para tomar conhecimento, de modo que pudesse conhecer todo o organograma que pretendia desenvolver naquele espaço. Em seguida, resolvemos que as minhas idas ao local

---

<sup>23</sup> Atendendo aos critérios éticos da pesquisa, os nomes aqui participantes deste estudo são fictícios.

seriam quinzenalmente, haja vista a necessidade interna do espaço para atendimentos de uma equipe profissional às pessoas que lá frequentavam/am.

Como as observações foram quinzenalmente e, depois, de acordo com a necessidade de acompanhamento e aproximação às pessoas do local, alguns meses depois do período da Pandemia, começaram a ser semanalmente, entendendo também os momentos em que o Centro estaria fechado, pois o presidente precisara resolver algumas pendências na rua, porém sempre solícito às trocas de mensagens pelo *WhatsApp*, sempre que solicitado se estaria no CAERR, resolvi estar mais de perto em alguns momentos que julguei importantes, a saber: entregas de cestas básicas e kits de higiene pessoal, cadastro de pessoas para o casamento coletivo, cadastro de pessoas para o divórcio coletivo, reunião coletiva sobre questões de saúde mental e outras.

Os contextos das observações sempre foram muito produtivos, principalmente, quando se tratavam dos momentos de entrega de alimentos, pois eram/são momentos em que a maioria, dadas as condições de necessidade, aparece no CAERR para o benefício dos alimentos. O momento que antecede a entrega dos alimentos é sempre iniciado por uma breve fala do presidente referente à importância daquele espaço para a comunidade da região e que a presença dela – da comunidade – é muito importante para fortalecimento e crescimento do CAERR.

Outros momentos interessantes são marcados pelo casamento coletivo, quando as pessoas decidem pela união estável, apesar de poucas possuírem documentação básica para tal, ainda assim desenvolvemos meios para a realização do sonho: casamento com a pessoa amada. O casamento coletivo, nas duas edições anteriores, aconteceu em um ginásio de esportes, onde a ornamentação e todos os serviços prestados são organizados por alguns voluntários que se dispõem a ajudar: na maioria são homens gays afeminados e/ou algumas mulheres cis. A cerimônia é sempre presidida pelo presidente do CAERR com presença de alguns representantes públicos que organizam a documentação oficial para os casais.

Já o momento do divórcio, por outro lado, é simbólico sem festa, porém muito importante também, tendo em vista que não tem a mesma adesão que tem o casamento. No entanto, o presidente do CAERR sempre enaltece a importância do momento para a “saúde do casal”, palavras dele. Trata-se de um momento em que, com a concretização do divórcio, os casais poderão dar continuidade à vida e a outros relacionamentos possíveis, procurando entender que o “*término do relacionamento já foi um tabu antigamente e hoje é completamente natural*” (presidente do CAERR).

As observações, que passaram de quinzenalmente para semanalmente, foram organizadas de modo que pudessem atender as necessidades das participantes/colaboradas, pois os momentos foram sempre pensados de acordo com a disponibilidade delas. **Tamires e Júlia**

frequentavam o CAERR sempre na parte da manhã, de modo que o carro de transporte cedido pela prefeitura das suas cidades (Viçosa e Campo Alegre) chagava a Maceió logo cedo. Já **Elis**, como passou um tempo morando na capital, tinha tempo livre para as visitas ao Centro.

A atuação especificamente de **Tamires** e **Júlia** no CAERR acontece, após o atendimento com os psicólogos, nos momentos de conversa/descontração entre as demais pessoas que frequentam o local, assim como entre os/as profissionais da equipe multiprofissional, visto que, a presença delas, é sempre cheia de entusiasmo e alegria, em que as risadas são sempre atuantes no local. Já **Elis**, após os atendimentos com algum profissional, sempre gostava de se ater aos serviços domésticos, pois, segundo ela, não suporta desorganização em nenhum ambiente. Em outros momentos, a sua atuação nas reuniões de saúde mental era sempre de muita atenção e alguns questionamentos. Como universitária, alega que é uma questão pela qual muito se interessa, e que se atem à sua saúde pois não quer, segundo ela, passar noites e noites chorando.

Aliás, todos os contextos em que o CAERR se insere são muito produtivos. Pensando na perspectiva social e política, é desafiador, e porque não dizer “cortante”/“incisivo”, compreender/observar as diversas realidades que contextualizam pessoas em variadas situações, principalmente quando estamos falando a respeito de um conjunto de realidades que são consideradas à margem da sociedade: periféricas, pretas, TLGBQIAPN+, pobres, quilombolas e tantas outras que se distanciam do centro: branco, heterossexual e cisgênero. É cortante e incisivo ter contato com realidades outras porque me projetou para uma compreensão fora da minha realidade, entendendo que o CAERR é um local em que há múltiplas identidades em processo contínuo de (des)construção, pois as pessoas que ali se encontram estão aptas a conhecer, à sua maneira, saberes que possam melhorar as suas vidas. Então, ousou dizer que é cortante e incisivo tanto a mim quanto para todas/es/os.

Diante da proposta de conhecimento vista nesta seção quanto ao aporte metodológico que foi construído para esta pesquisa, parto para a próxima seção, considerada como o “ponto de partida” ou “mão-dupla” para a compreensão das trajetórias identitárias de três travestis negras e alagoanas frente aos seus conhecimentos na experiência da vida, em que a análise se dará por trechos de entrevistas que concederam durante o meu percurso no CAERR. São análises que busco orientar sobre as reflexões a partir das marcações epistêmicas e metodológicas da LAT e da LAI.

As orientações para a análise, partindo dos apontamentos discursivos e linguísticos que compreendem as agendas político-sociais da LAT e da LAI, partiram de textos e alguns vídeos da rede de travestis racializadas cujas abordagens são presentes por marcações sociais,

políticas e culturais, enaltecendo a importância da existência dessas pessoas no contexto social. Sendo assim, a análise provocará um jogo de sentido frente ao que se propõe aqui por trajetórias identitárias de travestis negras que são acolhidas em um centro em Maceió-AL.

A coleta de dados se deu por meio do *Google Meet* com duas colaboradoras: **Júlia** (com o tempo de 59 minutos e 36 segundos) e **Elis** (em torno 57 min a 45 segundos) e presencial, por meio de gravações via *WhatsApp* (cerca de 45 min e 53 segundos de áudio), com a colaboradora **Tamires**. Essa, por sua vez, não se sentiu confortável em realizar a nossa conversa através de gravação de vídeo, alegando que “*Não quero mexer nisso, Alberto [Humberto], tenho medo que o povo veja as conversa da gente!*”<sup>24</sup>. Então, prontamente compreendi seu ponto de vista, concordando com a sua ideia, passando para um momento de conversa com o gravador do aplicativo de mensagens como método de produção de dados.

Os momentos tanto *on-line* quanto presencial foram constituídos por meio de acordos e muita sinceridade: sempre procurei deixá-las muito à vontade para responder as questões solicitadas. Dias antes dos momentos agendados/marcados com as participantes, procurei adiantar as questões, conforme o quadro abaixo III, a fim de que tomassem conhecimento e ficassem confortáveis em responder ou não. Penso que foi um ganho interessante para a coleta dos dados, porque as colaboradoras já vinham com as respostas elaboradas e, na medida em que a gente se aprofundava em alguns pontos, tomávamos mais fôlego em outras questões.

Informo também que o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob o **CAAE: 46096421.1.0000.5013** com número do **Parecer: 4.765.727**, aprovado em junho de 2021, como consta nos anexos, a fim de resguardar a seguridade e as questões éticas quando se envolvem seres humanos na pesquisa científica. Dessa forma, com a aprovação do projeto, realizei os procedimentos metodológicos para a construção dos dados da pesquisa, a saber: ida ao CAERR, compartilhamento do projeto com o presidente, reconhecimento do espaço e, em seguida, participação das reuniões em prol do funcionamento e da acolhida às pessoas.

Quanto às perguntas suleares que serviram como “ponto de partida” para a construção da conversa que viria a ter com as colaboradoras, com base nas questões iniciais para o desenvolvimento deste estudo, foram as seguintes:

---

<sup>24</sup> Diferente das demais colaboradoras que concederam a entrevista por meio do *Meet*, Tamires preferiu realizar pessoalmente, pois não se sentia segura para relatar sobre as suas trajetórias identitárias.

**QUADRO (III) – Perguntas-base**

Como você enfrentou o período da Pandemia?
Como se deu a experiência com a sua família?
Como você entende a experiência da prostituição com outras mulheres?
Quais são as lutas que você encara no dia a dia?
Quais são as pessoas que te representam e por quê?
O que você pensa para um futuro próximo? Quais são seus planos?

**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2023).

A ordem das perguntas se deu de forma não combinada com as participantes, entendendo que elas poderiam começar pela pergunta que se sentissem mais à vontade, porém a que sempre iniciei o momento de conversa foi sobre o enfrentamento da Pandemia, justamente por entender que a população em questão (assim como a população de pessoas em situação de rua e várias outras) foram as que mais sofreram.

Procurando sempre introduzir o objetivo desta pesquisa, para as colaboradoras, quanto à compreensão dos discursos nos estudos de gênero, sexualidade, raça e identidade, sempre iniciava a conversa com a preocupação de situar, mais uma vez, a importância de cada colaboradora para aquele momento e que, no final de todo processo de pesquisa, iria confeccionar uma versão impressa para elas. Afinal de contas, este trabalho que detalha informações sobre as trajetórias identitárias só pôde ser realizado/implicado no mundo porque elas colaboraram para a construção dos dados, detalhando as suas particularidades de vida e expondo as suas subjetividades frente aos acontecimentos que lhes atravessa em diversas trajetórias identitárias.

As questões, a meu ver, procuraram localizar o trânsito e identitariamente as subjetividades das colaboradoras, atendendo o que asseguram Menga Lüdke e Marli E. D. A. André (2022), por uma perspectiva sensível de compreender o espaço em que se encontram as pessoas envolvidas na pesquisa e, conseqüentemente, problematizando encaminhamentos para outras questões com as quais serviram como “técnicas de novos caminhos”, de acordo com Prodanov e Freitas (2013), para outros detalhamentos.

Assumindo a postura de compreensão do discurso como “uma construção social que é percebida como uma forma de ação no mundo”, conforme aponta Moita Lopes (2002, p. 31), pois as circunstâncias (em que o discurso se realiza) sócio-históricas e particulares estão centradas em práticas discursivas específicas, procuro compreender que as colaboradoras, situadas em contextos diversos aqui no estado de Alagoas, transformam/realizam/protagonizam suas dinâmicas de existência no mundo de maneiras distintas, as quais realizam micropolíticas

de resistência – frente às constituições e arquiteturas identitárias – das ações dos seus corpos sobre as estruturas sociais.

No que diz respeito a interpretação da palavra como um instrumento de interação social, frente à realização do discurso, Bakhtin/Volóchinov (2014, p. 41) dizem que a

palavra penetra literalmente em todas as relações entre os indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. [...] A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

Logo, a palavra é carregada ideologicamente de vários sentidos e comportamentos que são inseridos em um contexto, promovendo um contexto múltiplo em que as relações são construídas e (re)construídas. Para os autores supracitados, nesse sentido, os fios condutores que constituem as mudanças sociais são revelados a partir do discurso que estão em movimento e, conseqüentemente, encontra-se em vários processos na interação discursiva, haja vista a necessidade crescente de interação que as pessoas sentem, ainda que seja em trânsitos contínuos e estáticos: coletivo ou individualmente.

A compreensão bakhtiniana acerca do envolvimento da palavra que se realiza no diálogo, referente aos movimentos discursivos que são constituídos pelos indivíduos no processo da interação verbal, se performatiza, usando as palavras de Judith Butler (2020), como dinâmicas sociais que se vinculam aos sentidos produzidos no contexto local. Em outras palavras, a fim de entender os movimentos constituídos de dialogismo na interação verbal, visualizo que o discurso é carregado de identidades, marcas sociais e políticas, construções marcadamente voluntárias de sentido do/pelo Outro.

O instrumento social que é a palavra – na construção das relações estabelecidas entre as pessoas – funciona como mola propulsora para novas relações ideologicamente concebidas, pois, dentro desse processo dialógico que é concebido o discurso, as palavras ganham força marcadamente na enunciação do discurso. Sobre essa questão, Rita Maria Diniz Zozzoli (2021), responsável por trazer os estudos bakhtinianos para a UFAL, assegura que o caráter social que é construído na relação dialógica se dá pelo contexto das práticas sociais, de modo que são evidenciadas as demandas dos sujeitos de acordo com os movimentos estabelecidos no processo da interação discursiva.

A autora, hoje aposentada da UFAL, retomando os estudos bakhtinianos a partir da perspectiva em que se inserem os contextos das pesquisas na Linguística Aplicada, propõe o conceito de transdisciplinaridade para os estudos da LA, cujas visões dinâmicas e dialógicas do conhecimento são construídas por meio das relações híbridas e heterógenas nas relações no mundo. Dessa forma, o discurso ganha fôlego de acordo com os movimentos de interação que são pré-estabelecidos, funcionando como materializações discursivas para a concretização do diálogo.

Entendendo o funcionamento em que se desenvolvem as palavras, movimento dialógico por natureza, as considerações de Rita Maria Diniz Zozzoli (2021), frente as pesquisas no campo da LA, nos levam a entender que a nossa “singularidade na responsabilidade” (Bakhtin, 2010) nos promove às necessidades sociais, de maneira que, imersos/as em questões sociais de linguagem em que discurso se realiza, possamos ficar atentos/as aos movimentos em que as palavras se firmam no mundo, como um conjunto de manifestações ideologicamente marcadas.

O discurso, nesse sentido, é um comportamento social da prática social de linguagem que age no mundo pelas suas potencialidades, isto é, o discurso, aqui entendido como postura político-ideológica, que é proferido por mulheres trans e travestis é carregado de ação e sentido cujas marcações sociais e culturais são oriundas dos enfrentamentos, das resistências, das lutas diárias, da infância roubada, os desentendimentos familiares e tantas outras vivências que marcaram o agir subjetivo de cada pessoa. A posição ideológica das participantes desta pesquisa configura-se um conjunto de interpretações do mundo através das suas lentes, em que as variações de sentido são percebidas em sua posição no/pelo mundo.

A soma dos discursos e das anotações construídas *in loco* são documentos importantes que garantem as discussões empreendidas aqui, não no sentido de evidenciar os apontamentos das colaboradoras com uma régua de julgamentos adequados, mas com a compreensão de que são protagonistas das suas atividades sociais e coletivas em dimensões distintas.

Os documentos (as anotações de campo, as entrevistas, as observações, os registros fotográficos, as postagens na rede social do Centro), por essa razão, oportunizam e corroboram com as discussões trazidas pelos/as pesquisadores/as – cisgênero e transgênero – em relação aos estudos de gênero, sexualidade, sexo, raça, classe social e estudos identitários, em um movimento de construção de ideias e sentidos acerca das transgeneridades em questão.

Assim sendo, os documentos (as anotações de campo, as entrevistas, as observações, os registros fotográficos, as postagens na rede social do Centro) são partes importantes para a

construção dos dados, de modo que promove um conjunto de discussões no campo do discurso acerca das demandas e das realidades que giram em torno do Caerr.

A partir do campo do discurso, encontramos os discursos oficiais nos documentos oficiais do Estado de Alagoas que garantem a liberdade de integridade/cidadania à sua população TLGBQIAPN+, informo que **a Lei N° 7.528 de 26 de julho de 2013, referente à criação do Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CECD/LGBT)**, com o intuito de propor, acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar políticas públicas voltadas para essa população, garantindo o exercício da sua cidadania. Além disso, menciono dois decretos importantes – **Decreto Estadual de N° 58.187 de 21 de março de 2018** e o **Decreto Municipal de N° 8.547 de 9 de fevereiro de 2018** – que regem o funcionamento garantido às pessoas sobre: uso do nome social às pessoas trans e não binárias, bem como uso do banheiro na esfera da administração pública. Penso que são documentos importantes para a valorização da vida de pessoas que vivem em um contexto de sobreposição de alguns conservadorismos, quando pensados em todas as regiões do Brasil e principalmente nos contextos das regiões Norte e Nordeste: coronelismo, machismo e assédio.

O funcionamento do CECD/LGBT, associado aos Decretos municipal e estadual, promove a garantia de efetivação de políticas públicas voltadas à população TLGBQIAPN+, de maneira que possa assistir o direito à vida e à integridade dessas pessoas em suas subjetividades. A ação direta do Conselho gira em torno de políticas de assistência às pessoas que passam por algum tipo de discriminação, violências física/psicológica/sexual, que procuram ajuda pelo ato sofrido. Já os Decretos, embora sejam voltados para a esfera da administração pública, garantem inicialmente a permanência de pessoas trans e não binárias no trabalho público, de modo que possa garantir, dessa forma, o reconhecimento dessas pessoas frente às suas trajetórias identitárias, bem como a sua integridade como pessoa.

Vale salientar que os Decretos estão em vigência para todas as repartições públicas, garantindo à população TLGBQIAPN+ uma conquista representada por direitos e lutas. Ainda que a conquista ao nome social e ao acesso ao banheiro que corresponda à identidade de gênero sejam marcos importantes à população, há muito a ser conquistado e garantido, de modo que ainda somos um dos países, de acordo com os dados atualizados da Antra, que mais mata a sua população trans e travestis.

E frente à trajetória do movimento LGBT em Alagoas, tomamos conhecimento do **Quadro (IV)**<sup>25</sup> abaixo a respeito dos avanços em nosso estado. Vale frisar que se trata de um apanhado referente às informações obtidas nas participações de seminários e congressos em que as temáticas giraram em torno das políticas públicas, direitos humanos e cidadania da população TLGBQIAPN+ do nosso estado, compreendendo, porém, que há com certeza mais informações a serem acrescidas, não se esgotando neste momento.

**QUADRO (IV) – Avanços do movimento LGBT em Alagoas: um panorama histórico**

<b>1910</b>	<b>Primeiro Jornal Gay de Alagoas</b> – O Papagaio, Maceió-AL.
<b>1993</b>	<b>Renildo José dos Santos:</b> vereador de Coqueiro Seco (AL) é assassinado após sofrer bárbara tortura. Seu nome foi conferido ao Prêmio Internacional Bissexual da Austrália.
<b>1995</b>	<b>Marcelo Nascimento</b> e outros ativistas gays fundam o Núcleo de Gays e Lésbicas do Partido dos Trabalhadores (PT) em Alagoas: é o primeiro ato político de articulação do segmento no Estado. Embrião do movimento LGBT alagoano.
<b>1997</b>	Fundação do <b>Primeiro Grupo Homossexual Alagoano: Grupo Gay de Alagoas (Maceió)</b> , primeira aparição pública no auditório do Sindicato dos Urbanitários em 10/12/1997. Hoje o mais antigo em funcionamento em Alagoas.
<b>1997</b>	<b>Maceió é a primeira cidade alagoana a proibir a discriminação em razão da orientação sexual</b> , de acordo com a Lei Municipal 4.667/97, sancionada em 23 de dezembro de 1997 pela então prefeita Kátia Born, de autoria do vereador Paulão (PT).
<b>1999</b>	<b>Grupo Gay de Alagoas é a primeira entidade gay alagoana a ser declarada de Utilidade Pública Municipal</b> , segundo a Lei 4.920 de 29/12/1999.
<b>1999</b>	Prefeitura de Maceió institui o <b>Dia Municipal da Consciência Homossexual</b> a ser celebrado em 28 de Junho, de acordo com a Lei 4.898/99, de 9 de novembro de 1999.
<b>2000</b>	<b>Marcelo Nascimento</b> é eleito presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais (ABGLT): primeiro alagoano a presidir uma entidade nacional do movimento LGBT. Evento em Manaus.
<b>2000</b>	Fundada a primeira <b>Organização de Travestis de Alagoas – Provida</b> – em Maceió-AL.
<b>2000</b>	Realizada a <b>I Parada do Orgulho Gay em Alagoas</b> , com o tema: Não à discriminação: mais amor e mais tesão – Maceió-AL.

<sup>25</sup> Após as apresentações das lideranças (do primeiro presidente e do atual) do movimento em Alagoas, tomei nota das datas e, em outro momento, realizei uma pesquisa referente aos “marcos/acontecimentos” provenientes à população TLGBQIAPN+ com o objetivo de aprofundar as informações que compreendem as vidas dessa população no estado.

2001	Realizado o <b>10º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (X EBGLT)</b> , em Maceió-AL, no Hotel Meliá, em 25/10/2001 com mais de 600 ativistas de todo Brasil, sob organização do GGAL.
2006	Realizado o <b>2º Congresso da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (II ABGLT)</b> , em Maceió-AL, no Centro de Convenções Ruth Cardoso, sob organização do GGAL.
2006	Assembleia Legislativa de Alagoas aprova Lei Estadual que institui o <b>Dia Estadual de Combate à Homofobia</b> , 17/05/2006, com autoria do deputado estadual Paulão (PT).
2008	GGAL institui o <b>Prêmio Renildo José dos Santos de Direitos Humanos</b> , agraciando aliados/as da causa LGBT em Alagoas e no Brasil.
2009	Secretaria Municipal de Educação (SEMED) institui o <b>Núcleo Pedagógico de Educação Sexual na Escola (NUDISE)</b> em Maceió-AL.
2010	Conselho Municipal de Educação regulamenta o <b>uso do nome social na rede municipal de ensino</b> de Maceió-AL.
2011	<b>Primeiro casamento lésbico no Sertão de Alagoas</b> , na cidade de Delmiro Gouveia – AL, em 30 de agosto de 2011.
2012	Prefeitura de Maceió lança o <b>Plano Municipal de Promoção da Cidadania LGBT</b> , em 28/02/2012, no Hotel Radisson, durante da VII Reunião Ordinária do Conselho Nacional LGBT.
2013	Sancionada a Lei 7.528 de 26 de julho de 2013 pelo então governador Teotônio Vilela Filho (PSDB) para criação do <b>Conselho Estadual de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CECD/LGBT)</b> .
2013	<b>Conselho Municipal de Direitos e Promoção da Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros</b> é sancionado pelo prefeito Rui Palmeira, em 13 de novembro de 2013, de autoria da vereadora Sylvania Barbosa (PPS).
2015	Alagoas é o <b>primeiro estado do Brasil a ampliar a distribuição de medicamento contra HIV/Aids (3 em 1)</b> . Locais: PAM Salgadinho, Hospital Universitário e Hospital Dr. Helvio Alto.
2015	GGAL em parceria com o Tribunal de Justiça de Alagoas, em 23 de outubro de 2015, no pátio do Teatro Deodoro, realizou o <b>primeiro casamento coletivo de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais</b> .
2015	<b>Parada LGBT passa a integrar o calendário turístico de Maceió</b> , de acordo com o Projeto de Lei (PL) 6.693/2015, de 6 de maio de 2015.
2017	<b>Portaria 9 de agosto de 2017 das Secretarias de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS) e da Mulher e dos Direitos Humanos (SEMUDH):</b> direitos humanos do segmento LGBT no sistema prisional de Alagoas.

<b>2018</b>	<b>Decreto Municipal referente ao uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais:</b> N° 8.547 de 9 de fevereiro de 2018.
<b>2018</b>	<b>Decreto Estadual referente ao uso do nome social de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional:</b> N° 58.187 de 21 de março de 2018.
<b>2018</b>	<b>Criação da Comissão Especial de Diversidade Sexual e de Gênero</b> na Ordem dos Advogados do Brasil de Alagoas (OAB/AL).
<b>2019</b>	É fundado o primeiro Centro de Acolhimento LGBT em Alagoas, <b>Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR)</b> , mantido por trabalho voluntário, sob coordenação do GGAL.
<b>2021</b>	Justiça alagoana reconhece judicialmente a primeira <b>pessoa não-binária</b> .
<b>2021</b>	Alagoas sedia o <b>Encontro Nacional de Conselhos LGBT</b> , em Maceió, no Hotel Atlantic.
<b>2021</b>	<b>Ativista Messias Mendonça</b> , em 10 de dezembro de 2021, é agraciado com o Prêmio de Direitos Humanos pelo governo do Estado de Alagoas, no Hotel Jatiúca.
<b>2023</b>	<b>Seminário Estadual de Direitos Humanos e Democracia</b> na cidade de Arapiraca (AL), realizado nos dias 20 e 21 de setembro, na sede do Ministério Público Federal de Arapiraca, sob organização do grupo Somos de Arapiraca.
<b>2023</b>	<b>O Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) determina o retorno do percurso da 21ª Parada LGBT na orla de Maceió: 26 de novembro.</b> O percurso havia sido boicotado pela Prefeitura de Maceió.

**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2023).

Trata-se de uma trajetória política de lutas e conquistas ao movimento TLGBQIAPN+ de Alagoas (Nordeste), associando às lutas e às conquistas algumas perdas que aconteceram pelo percurso, isto é, todo enfrentamento que incide sobre pessoas, consideradas de um grupo minoritário, implica em alguma ação de perda. No entanto, é importante entendermos que as conquistas ainda estão por vir e que, portanto, a luta continua – promovendo cada um/a em seu espaço de resistência, assim como espaços discursivos –, pois provocamos microlutas em nossos territórios de (r)existência.

Os movimentos e as trajetórias percorridos pela população TLGBQIANP+, aqui no estado das Alagoas, estão centrados sobretudo na construção de possibilidades de vidas, na relação de existência de pessoas, na valorização de pessoas consideradas marginais e na construção de novas subjetividades que sejam respeitadas na sua integridade. São lutas constantes que merecem do apoio primário (do próprio movimento TLGBQIAPN+) e

secundário (pessoas cisgêneras e heterossexuais) de todos os setores que comportam a sociedade.

Dadas as informações neste subtópico em relação à contextualização da pesquisa, partiremos agora às análises propriamente ditas, envolvendo as agendas sociais e reflexivas que empreendem as discussões da LAT e da LAI, frente às considerações dos estudos identitários modernos, em que a linguagem é um mecanismo de envolvimento e de partida, para se pensar, assim, nas trajetórias identitárias e suas categorias em relação aos discursos das colaboradoras desta pesquisa.

## 5. PROBLEMATIZANDO AS TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS DAS TRAVESTIS

Nesta seção, entendendo as reconfigurações que as identidades implicam em travestis negras alagoanas, trarei algumas problematizações possíveis que giram torno da linguagem, do gênero, da sexualidade, da raça, da classe social, da religiosidade, da escolaridade, do corpo e de todas as considerações que marcam a existência das colaboradas em foco – **Tamires, Júlia e Elis** – que participaram da construção das ideias aqui expostas. São entendimentos, portanto, que dialogam com posturas sociais e epistemológicas de pesquisadoras brasileiras trans e travestis de diversas áreas do conhecimento, tais como: psicologia social, educação, LA, sociologia, pedagogia, antropologia social e outros campos do saber que são pensados por “mulheridades” (Letícia Carolina Pereira do Nascimento, 2021) que problematizam/renarram suas experiências e produções de modos de vida.

Pensar, então, nas questões que emergem as trajetórias identitárias e que validam a existência de pessoas que são consideradas marginais ou “não-humano” (Judith Butler, 2019), é, antes de tudo, refletir sobre quais corpos podem pertencer à estrutura da sociedade, questionar os *modos operandi* da “cisgeneridade compulsória<sup>26</sup>” (Viviane Vergueiro, 2015) dentro dos limites de uma estrutura considerada hegemônica. As trajetórias identitárias, nesse sentido, emergem das situações sociais, culturais, políticas e éticas que integram os sujeitos no processo de construção de si no/pelo mundo, em um movimento/trânsito que integra o ser humano nas relações de interação, nas compreensões de si e nas características que evidenciam o sujeito no mundo. Na medida em que os trechos das entrevistas com as travestis forem analisados/problematizados à luz das trajetórias identitárias que as integram, dentro das marcações epistêmicas e metodológicas da **LAT** e da **LAI**, detalharei os aspectos que implicam os movimentos identitários como características de análise que podem ser (re)construídas no/pelo processo.

As trajetórias identitárias, partindo do entendimento das “constituições identitárias” – como processos de constituição de identidade –, implicam em movimentos contínuos em que as pessoas realizam a partir da interação com outras pessoas ou consigo a respeito da identidade. Seguindo essa lógica, serão aplicadas aos trechos das entrevistas que as participantes do Centro colaboraram para o desenvolvimento deste trabalho as seguintes subcategorias: *pontos de*

---

<sup>26</sup> A cisgeneridade compulsória, de acordo com a pesquisadora travesti, diz respeito a um conjunto de normas e performances que correspondem ao que se é esperado por uma pessoa em relação à sexualidade e gênero, ou seja, compreende à normatização de regras frente às identidades cisgêneras no contexto “natural”. Dessa forma, algo compulsório indica aquilo que estabelecido como “normal” no contexto social.

*partida, margem do caminho, percurso e parada, contra-mão, mão-dupla, normativas do tráfego.*

A organização desta seção, que julgo como “ponto de partida” ou “mão-dupla” – concebendo os movimentos identitários socialmente localizados no tempo-espço como possibilidades de construções “políticas de atuação” (Judith Butler, 2019; Amara Moira *et al*, 2017) dentro dos processos das trajetórias identitárias de três travestis negras e alagoanas, se dará entre cinco subtópicos que se movimentam/dialogam entre si (trechos de entrevistas e trechos de anotações de campo), mas que trazem apontamentos/percursos distintos que compreendem as dinâmicas estruturais e sociais das participantes/colaboradas.

A primeira parte, intitulada “**Políticas de sobrevivência (não só, mas também) no contexto da Pandemia**”, trará a contextualização da realidade exposta pelas travestis no período Pandemia do Covid-19, diante de argumentos de pesquisadoras trans que vivenciaram em seus corpos as políticas de sobrevivência assustadoramente nesse período e que a pandemia simplesmente evidenciou os diversos isolamentos presentes para essas pessoas. Por exemplo: “*Na pandemia foi tudo muito mais difícil porque não tive acesso financeiro nem por meio dos contatos com as outras manas*” (Elis), “*Mas, assim, eu posso dizer que sofro mais assédio, sofro ‘de vez em quando’ (movimento com os dedos indicado aspas) transfobia e também sou bem elogiada pela minha educação, pela pessoa que eu sou*” (Júlia) e “*Eu deitava ela, assim, e depois forrava um lençol e pegava um saco de nylon, botava as minhas roupas dentro, pra servir de travesseiro e me deitar...*” (Tamires).

A segunda parte – “**Políticas de enfrentamento**” – discorrerá sobre a análise propriamente dita, à luz das trajetórias identitárias, dos trechos das entrevistas que as colaboradoras concederam mediante a pergunta: “Como você enfrentou o período da Pandemia?”, a partir de dados da Antra (2022) e das discussões de Megg Rayara Gomes de Oliveira, Letícia Carolina Pereira do Nascimento, Jaqueline Gomes de Jesus (2023), de Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2020), problematizando os enfrentamentos e as resistências vivenciados por três travestis em contextos diversos. Por exemplo: “*Foi um processo muito grande de até a pandemia acabar ou melhor dizer, até ela diminuir*” (Elis), “*foi uma coisa terrível, porque eu tinha um monte de clientes. Desapareceu todos*” (Tamires) e “*Foi na pandemia que eu me achei*” (Júlia).

A terceira parte, “**A identidade travesti**” – Políticas da trajetória identitária, ainda dentro das análises, sobre a pergunta “Como se deram as constituições identitárias das travestis?”, trará posicionamentos nas entrevistas a respeito do encontro consigo mesmas, segundo Silva Lima (2021) com “identidades em processo de movimento”, Maria Thereza

Ávila Dantas Coelho e Liliana Lopes Pedral Sampaio (2014) com as “construções sócio-identitárias da travestilidade” e Viviane Vergueiro (2015), sobre as travestilidades a partir da “construção de identidade”, em que as travestis discorrerão acerca dos seus processos de conhecimento pessoal em meio ao universo que estiveram inseridas. Questões de conhecimento de si e sobre seus prazeres e suas dores que serão discursivamente analisadas. Por exemplo: “*Depois de um tempo quis ficar comigo*” (Elis), “*eu quero ser chamada como Júlia*” (Júlia) e “*Você pode olhar que, lá naquela raspadinha, tem o nome Tamires*” (Tamires).

A quarta parte, “**Políticas de representatividade**”, a última parte de análise frente às trajetórias identitárias, abordará trechos de representatividades para as participantes através da pergunta “Você se sente representada por quem?”, segundo Jesus (2023), Herzer (2007) e outras/os, bem como a importância do Caerr para a construção das suas subjetividades em formação, pois o Centro detém fortemente de uma contribuição como um espaço de formação social e discursiva para as pessoas que demandam dos seus serviços. Por exemplo: “*eu tô bastante focada na academia, só não tô indo essas duas últimas semanas*” (Elis), “*E no meio artístico, ah! É a Pablo Vittar*” (Júlia) e “*Ele ajuda muita gente. Ele praticamente é um pai pros viados e pras travestis*” (Tamires).

E, por último, a quinta parte, “**Existe prisão no corpo trans?**”, desenvolverá uma construção discursiva a respeito dos corpos trans: crianças e adultos, com Berenice Bento (2017a) e Sofia Fávero (2020), cujas problematizações e contrassensos perduram em diversos espaços (sobretudo na mídia), a fim de deslegitimar as “vivências de pessoas trans”, de acordo com Silva Lima e Nascimento (2021), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018), “produção das travestilidades” com Thyffany Odara (2020) e outras/os. Por exemplo, “*Então, [uso do nome morto], não dá pra você ficar aqui no meio dos seus irmão. Não dá pra você ficar!*” (Tamires), “*Os corpo de uma travesti e ainda mais negra em um lugar que tem homofobia é muito preconceito que tem, entendeu?*” (Júlia) e “*A questão da terapia hormonal só fez me sentir de boa, mas tranquilo com outros quesitos*” (Elis).

---

## 5.1 Políticas de sobrevivência (não só, mas também) no contexto da Pandemia

---

**D**e acordo com dados da Antra<sup>27</sup> (2020; 2021; 2022), porém não esgotando as informações e as fontes durante o processo de escrita deste trabalho, o contexto de morte de mulheres trans e travestis aumentou significativamente, principalmente quando se leva em consideração o comparativo com períodos de anos anteriores. Por mais que o meu olhar aqui seja de valorização dessas identidades e, portanto, compreensível quanto ao processo do isolamento social vivido por essas pessoas, julgo importante trazer à tona as demandas de sobrevivências de travestis e pessoas trans justamente por entender que muitas são as políticas de sobrevivência que são desenvolvidas mediante as suas trajetórias.

Jaqueline Gomes de Jesus (2010a; 2010b; 2012), Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021) e Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020a) e Silva Lima (2021a; 2021b), a partir da compreensão de sobrevivência que as populações transgênera e travesti enfrentam, alertam que as vidas de mulheres trans e travestis são vulneráveis, dados diversos contextos que são descritos pelos dados da Antra (2020; 2021; 2022), pelo fato de não serem reconhecidas na sua integridade à humanidade. Logo, precisamos entender que estamos falando de pessoas que não têm integridade humana nem tampouco gozam do privilégio de viver harmoniosamente na sociedade, de modo que são sujeitas que não são reconhecidas, quer seja pelo Estado, quer seja pela sociedade; em outras palavras, não são pessoas, conseqüentemente, estão fadadas à morte eminente (Mbembe, 2016; Butler, 2024b). Diversos autores/as, que dialogo e concordo com eles/as de diversas áreas do conhecimento, defendem a ideia de que é necessário, antes de tudo, a valorização e o reconhecimento da população transgênera e não-binária legitimamente como pessoas inseridas à sociedade, de modo que as razões pelas quais incorrem os projetos de mortes dessas pessoas sejam minimizadas ou nulas.

Durante a pandemia, no primeiro semestre de 2021, de acordo com dados da Antra, o número de assassinatos de travestis e mulheres trans foi 43% acima da média, em comparação com o mesmo período do ano anterior, destacando não apenas os homicídios, mas também os suicídios e as violências domésticas. Vemos aqui, em relação às violências domésticas, que são violências de gênero como as que mais acontecem e marcam, infelizmente, a vida de travestis e pessoas trans, pois o ambiente familiar, em alguns casos, não é seguro para essas populações.

Quando me refiro ao posicionamento importante que a Antra estabelece em suas redes virtuais e no site (<https://antrabrasil.org>), estou entendendo que as políticas de sobrevivência são presentes e, felizmente, atuantes nas vidas das travestis e das pessoas trans, pois são

---

<sup>27</sup> No site da Antra – *antrabrasil.org* – há dossiês que denunciam diversas violências que as mulheres trans e travestis sofrem no contexto do Brasil, evidenciando diversos marcadores de morte desde 2008 com levantamentos do **Grupo Gay da Bahia (GGB)** aos dias atuais com dados da **Antra**.

políticas que se distanciam muitas vezes da construção da vida, da importância do ser humano como social, da grandeza do sujeito como participante da sua história. Silva Lima e Nascimento (2021), a esse respeito quanto à construção das políticas que se distanciam da promoção da vida das travestis e das pessoas trans negras, asseveram que há muito a se fazer em relação à vida dessa população, principalmente quando se é falado e propagado, por meio de discursos e comportamentos, por uma sociedade cisheteronormativa e completamente intolerante, que “essas pessoas” são consideradas a escória da sociedade ou como muitas/os esbravejam “pessoas que não são pessoas”.

Dando sequência ao contexto de sobrevivência em que as colaboradoras deste estudo encararam na Pandemia, entendendo os movimentos identitários, mediante os estudos de identidade em diálogo com os estudos de linguagem, gênero e sexualidade, que são construídos a partir das trajetórias que consistem nos processos de interação social e política, iniciamos com a seguinte questão: “*Como você sobreviveu ao contexto da Pandemia?*”. Dessa forma, Elis respondeu no **Quadro (V)** que segue abaixo:

**QUADRO (V)** – Trecho de resposta: Elis

Você ser uma pessoa trans, Beto, e se descobrir depois dos 18 anos, depois da adolescência, é você passar pelo período da infância, da adolescência e a puberdade depois de já velho, e ainda tentando sobreviver na Pandemia foi um processo muito difícil, entendeu? Porque, assim, você vai começar a questão, para alguns, né, porque nem todos gostam, a questão da terapia hormonal aí já é uma segunda puberdade que você vai passar. Na pandemia foi tudo muito mais difícil porque não tive acesso financeiro nem por meio dos contatos com as outras manas.

Aí vem a questão de você se identificar com o que você é e reconhecendo a cor da sua pele, ou seja, você vai passar, porque na infância você que é uma pessoa cisgênera, você já sabe o que é desde o começo, você já identifica com o que é desde o começo, entendeu?

Você fazendo isso, sendo uma pessoa trans negra, depois na maior idade, você vai começar, ou seja, você vai passar pela infância na sua mente ali, criando aquele ser que você é, pra depois você chegar na adolescência, ou seja, então é normal você no começo passar pela questão de "Ah, eu quero isso agora, quero ser agora!", "Preciso ser isso agora!" Entendeu?

Tipo, até você ter confirmado isso na sua cabeça que "eu tenho que ser isso, eu sou isso, mas não precisa ser agora", eu tenho que ir aos poucos, porque, querendo ou não, tudo é no seu tempo. Então, tipo, você cresce já sendo e você cresce pra ser depois, é totalmente diferente. Então a sua mente ainda vai se habituar praquela preparo, para o momento certo de você chegar e falar "Nossa, tô conseguindo, tô sendo, sou, eu sou!"

[...]

*(Elis): 24 anos de idade*

Fonte: Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

De acordo com o Quadro (V) posto acima, Elis desenvolve possibilidades de conhecimento sobre a construção das suas identidades em meio à sobrevivência que enfrentou na Pandemia. Dessa forma, pontuo quatro aspectos que podem ser referência à sua trajetória identitária em questão, a saber: **(a)** reconhecimento dos processos identitários enfrentados; **(b)** afirmação da sua identidade de gênero; **(c)** a construção do tempo como marcador de identidades e, por fim, **(d)** a alteridade como fluxo de percepções e movimentos identitários.

Entendo, neste momento e dadas as informações no quadro acima, que Elis é envolvida em estruturas emocionais e que não se distancia da sua realidade, procurando dinamizar questões pessoais que a possibilitam reconhecimento, por exemplo, dos seus processos

identitários “*Você ser uma pessoa trans e se descobrir depois dos 18 anos, depois da adolescência, é você passar pelo período da infância, da adolescência e a puberdade depois de já velho, e já ainda tentando sobreviver na Pandemia...*”. Além disso, o reconhecimento de Elis passa por construções socioemocionais nas quais o entendimento de ser o que é, uma travesti negra em processo, indica movimentos para dentro de si, ou seja, a compreensão sobretudo da sua saúde mental.

Vale lembrar que o período da Pandemia do Covid-19, que compreendeu um conjunto de várias pandemias quando se referem à população trans e travesti, sobretudo, as pessoas negras (limitação ao mercado de trabalho, à educação, à saúde, aos cargos de poder, destaque nas esferas das artes e por aí vai...), empurrou essa população específica ainda mais à vulnerabilidade, como demonstram as participantes deste estudo, pois foram levadas, como a maioria das demais, à situação de precarização sobre as suas ações básicas do dia a dia. A Pandemia, por sua vez, como relata a professora travesti negra, gorda e de axé, Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2020) acerca da solidão e das violências conjuntas que seu corpo enfrentou nesse período, prevalecendo e maximizando inúmeras limitações quanto às realidades vividas por travestis negras no contexto do Nordeste.

A racialidade, como fator importante para este estudo e dentro das agendas que se comprometem a LAT e a LAI, atravessa diversos processos de identidade que culminam em formas de vivências de pessoas marginalizadas, de maneira que as questões étnicorraciais estão intrinsecamente ligadas ao gênero, à sexualidade e ao corpo de pessoas que são marcadas socialmente em uma sociedade racista que o caso do nosso país. Glória França (2024), nesse sentido, defende que os processos discursivos que implicam sobre as pessoas negras do Brasil são diversos e que, dadas as regionalidades e territorialidades existentes, há brasilidades de massacre na construção da raça e do gênero de pessoas que se distanciam da normalização do sistema. Em outras palavras, como discorre Cida Bento (2022), acerca da falácia do mito da democracia racial

[há n]o Brasil era o “país da democracia racial”, estava a ideia de que as oportunidades eram iguais para todos, e, dessa forma, aqueles que não conseguiam êxito eram incompetentes ou despreparados. Nestes residiria o problema, e não na sociedade e em suas instituições (Bento, 2022, p. 97).

Já em relação à saúde mental “*Ah, eu quero isso agora, quero ser agora!*”, “*Preciso ser isso agora*”, Elis realiza uma construção de saberes e entendimentos que positivam a sua construção na identidade de gênero, promovendo afirmação e, principalmente, estabelecendo

comparações com as mulheres cis “*porque na infância você que é uma pessoa cisgênera, você já sabe o que é desde o começo, você já identifica com o que é desde o começo, entendeu?*”. Os movimentos construídos por Elis, nesse caso, frente às trajetórias identitárias, é de percurso e parada e de normativas do tráfego, isto é, constituição da sua trajetória e representação identitária, haja vista a construção do seu trajeto que é de constante entendimento de si.

De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2010b) e Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021), através das da agenda transfeminista de entender as identidades de gênero em movimento, dissertam sobre a reconstrução das identidades de pessoas transexuais acerca os desafios do direito ao gênero socialmente escolhido, percorrendo sobre as dinâmicas de enfrentamento e sobrevivência que regem o cotidiano dessa população. Dessa forma, Elis, conforme o quadro acima, constrói suas referências sociais e coletivas por meio de processos de tensão e controle de suas questões pessoais frente à sua identidade de gênero, de modo que evidencia características de controle sobre a sua reconstrução.

Quanto o fator tempo para a sua identidade de gênero, ainda que esteja em uma faixa etária considerada nova, ela reconhece a sua negritude ao mesmo tempo em que enfatiza a sua maior idade de acordo com as experiências na adolescência “*sendo uma pessoa trans negra, depois na maior idade, você vai começar, ou seja, você vai passar pela infância na sua mente ali, criando aquele ser que você é, pra depois você chegar na adolescência*”. O tempo como uma mola propulsora para as realizações e construções adquiridas social e culturalmente, porque às travestis, ele é um constructo de sobrevivência e ponto de partida para novas experiências.

E, por fim, a alteridade sobre o fato do hoje e do depois, no caso de Elis ao afirmar que “*você cresce já sendo e você cresce pra ser depois, é totalmente diferente. Então a sua mente ainda vai se habituar praquela preparo*”, isto é, ela compreende que a sua construção se deu no percurso em que as suas trajetórias identitárias foram sendo transformadas e reformuladas, de sorte que entende, acima de tudo, que são mecanismos e movimentos distintos “*você cresce já sendo e você cresce pra ser depois*”. Assim, ela relaciona que esse movimento é também referenciado no intelecto.

Dando continuidade ao movimento de ser e perceber quem se é, no **Quadro (VI)** abaixo, por outra perspectiva, encontramos os atravessamentos de Júlia que, embora também tenha quase a mesma idade de Elis, traz um outro olhar para a sua construção identitária.

#### QUADRO (VI) – Trecho de resposta: Júlia

Vamos lá! Pra mim, teve o lado bom e lado ruim. Porque, assim, na nossa vida, sempre tem pessoas ruins e pessoas boas. Assim, no meu dia a dia, o que eu passei, às vezes, foi mais o quê? Assédio mesmo quando ficava em casa. Às vezes, é "difícil" (movimento com os dedos indicando aspas) eu sofrer transfobia, mas eu sempre sofri e sofro, como eu sofri agora, semana passada, no domingo de eleição, pra conselheiro tutelar.

Eu estava apoiando a minha prima que ela era conselheira que ela ganhou em primeiro lugar aqui, chegou um indivíduo e falou bem assim pra mim: "Olha que viadão!"

Aí eu sou bem conhecida na cidade, aí olhei pra ele e revidei. Eu só não agredi, mas eu falei assim: "Você falou o quê, meu irmão?, me respeite e procure o seu lugar, porque eu nem lhe conheço e nem dei ousadia não! Tá entendendo? (alterando a voz)".

Ele baixou a cabeça e saiu pra fora. Aí foi falar pra um amigo meu, que ele é da polícia, aí o meu amigo disse: "Você num é doido, você num conhece ela. Você pensa que ela é cão sem dono é? Mecha com ela não!"

Aí ele baixou a cabeça e pronto. Foi um remédio. Mas, assim, eu posso dizer que eu sou mais elogiada aqui na cidade, porque eu sou bem conhecida, respeito todo mundo e assim quero que as pessoas me respeite, mas sempre tem um ou outro. Vai existir infelizmente, né? Mas, assim, eu posso dizer que sofro mais assédio, sofro "de vez em quando" (movimento com os dedos indicando aspas) transfobia e também sou bem elogiada pela minha educação, pela pessoa que eu sou. E é isso! Então, assim, eu acho que sempre vai existir. Só que o que temos que fazer? É punir essas pessoas, porque punindo elas que elas vão ter consciência, entendeu? Mesmo ela tendo aquela vontade de fazer transfobia com a pessoa, né, e falar: "Ah é isso! Fulano é isso ou aquilo?" Porque quando uma pessoa for punida e elas vê, elas vão pensar duas vezes antes de falar, entendeu?

[...]

*(Júlia): 20 anos de idade*

Fonte: Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

Júlia, a partir do quadro acima e por meio de processos de relativização em suas trajetórias identitárias, descreve situações que passou no período da Pandemia e que ainda passada, porém para construir possibilidades de análises, destaco quatro pontos, tais como: **(a)** reconhecimento da transfobia como estrutural; **(b)** enfrentamento como processo de resistência;

(c) saberes múltiplos na construção de identidade e (d) o assédio vs. o respeito em relação conjunta. Assim, Júlia, travesti negra, nordestina e do interior de Alagoas, vivencia por meio do seu corpo alguns processos identitários que são marcados estruturalmente por resistência e modos de vida.

Inicialmente, trazendo os pontos de partida que são realizados por Júlia como meios de ressignificar as suas trajetórias identitárias, noto que, dado o reconhecimento de que a transfobia é estrutural e que, portanto, constrói modos de vida à sua existência, ela realizou e realiza processos de sobrevivência *“Você falou o quê, meu irmão?, me respeite e procure o seu lugar, porque eu nem lhe conheço e nem dei ousadia não! Tá entendendo? (alterando a voz)”*. Entendendo esse movimento de partida como resistência, as dinâmicas construídas por Júlia são de força e de enfrentamento, haja vista a situação que enfrentou.

Em seguida, a partir dos saberes múltiplos na construção da identidade de Júlia e da relação assédio e respeito, percebo que a mão-dupla e a margem do caminho são percursos que se entrelaçam em suas dinâmicas, de modo que, tanto desenvolve o enfrentamento no dia a dia mediante as situações de violência, quanto adquire respeito por parte das pessoas que a conhece *“E é isso! Então, assim, eu acho que sempre vai existir. Só que o que temos que fazer? É punir essas pessoas, porque punindo elas que elas vão ter consciência, entendeu?”* e *“Aí ele baixou a cabeça e pronto. Foi um remédio. Mas, assim, eu posso dizer que eu sou mais elogiada aqui na cidade, porque eu sou bem conhecida, respeito todo mundo e assim quero que as pessoas me respeite”*.

Entendo que a realidade de Júlia no contexto da cidade de Campo Alegre não se distancia da realidade, por exemplo, de Tamires em Viçosa que também é uma cidade do interior de Alagoas, porém são dinâmicas e processos de modo de vida que ora se assemelham ora se divergem. Júlia e Tamires são mundos de transformação social e potencialidades que vivenciam politicamente agências empretecidas de viver, de ser e de existir, pois, ainda que os letramentos raciais não sejam muito reconhecidos em seus processos como, por exemplo, identifico-os em Elis, elas enegrecem suas identidades de gênero nas dinâmicas discursivas do cotidiano. Todas três vivenciam suas trajetórias identitárias em percursos e paradas, reconhecendo movimentos de representação e constituição identitárias, dadas as condições sociais que realizam na construção da identidade de gênero e racialmente.

Então, diante das políticas de sobrevivência que compõem os contextos social e político com os quais estou lidando, procurando entender os movimentos de violência que travestis negras passam (simbólica, sexual, psicológica, mental, discursiva, física e outras), entendo, enquanto bicha afeminada (negra de pele clara), que as violências pelas quais passei

encontram-se longe da realidade vivida por essa população. Passa por mim, no entanto, não o sentimento único daquela travesti que, neste exato momento, está produzindo seu sustento nas esquinas das orlas de Pajuçara, Jatiúca, Ponta Verde, Cruz das Almas, Pontal, Avenida e outras<sup>28</sup>, mas o sentimento e a vontade de sobreviver, nos quais estão embutidas as vontades de sorrir, de abraçar, de beijar, de namorar, de ir e vir ou a vontade de trabalhar dignamente. Porque a vida está para todas/es/os.

Logo, o agravamento do quadro de sobrevivência das travestis e das pessoas trans no contexto da pandemia, provocada pela Covid-19, intensificou ainda mais a vulnerabilidade dessa população em relação a todos os aspectos sofridos, como: acesso à saúde, condições de vida, acesso a medicamentos, oportunidade de trabalho, acesso à educação e outros, de maneira a problematizar e evidenciar a situação de isolamento que sempre essa população sofreu. É importante destacar, de acordo com Pedra, advogado-ativista, gay e cis (2020, p. 135), que “todas as dificuldades enfrentadas pelas travestis ao longo das décadas passaram a ser evidenciadas desumanamente no contexto da pandemia”.

Por essa razão, de acordo com Pedra (2020), com a chegada da pandemia da Covid-19, as situações social e econômica que essa população sofre aumentaram consideravelmente, levando em consideração os desafios e as estratégias de sobrevivência que sempre foram e são intensas à vida dessas pessoas. Além disso, somadas às condições precárias que circundam as realidades das “sobreviventes”<sup>29</sup>, diferentemente da população cisheteropadrão que não entende o processo de luta e sobrevivência, apenas vive. O autor mencionado, seguindo a lógica dos desafios sofridos pelas travestis e pessoas trans, descreve as diversas exclusões que elas passam, tais como: econômica, laboral, formativa, socio sanitária, urbano-territorial, relacional e política de cidadania (Pedra, 2020).

Retomando o movimento de ser e perceber a construção de quem se é no dia a dia, no **Quadro (VII)** abaixo, por uma outra perspectiva, encontramos as dinâmicas de percurso e normativas de tráfego de Tamires, detalhando seu processo anterior à Pandemia.

---

<sup>28</sup> Praias que, na sua maioria, são pontos de trabalho. Não esgotando em si a presença dessas/es profissionais nesses locais, pois há outros lugares da cidade que também servem como locais de trabalho, tais como: Porto de Maceió, Rodoviária de Maceió, Polícia Rodoviária Federal, Centro de Maceió, Tabuleiro dos Martins, Benedito Bentes, Feitosa, Jacintinho, Ladeira do Óleo, Colina dos Eucaliptos, Salvador Lira, Pólo Industrial, Mirante do Bebedouro e vários outros lugares.

<sup>29</sup> Em alguns momentos, durante a discussão aqui empreendida, irei fazer uso do vocábulo que julgo como categoria importante que circunda a vida das travestis e das pessoas trans, considerando como relativo que perpassa toda trajetória dessas pessoas. “**Sobreviventes**”, portanto, implica em uma situação constante de luta e conquista – considerando que a estimativa de vida dessa população é de 35 anos – tendo como ponto de partida os universos de existência e resistência diárias.

**QUADRO (VII) – Trecho de resposta: Tamires**

E quando eu vim pra morar aqui na Viçosa, eu morei um tempo em Arapiraca. Lá perto da Fumageira, no bairro chamado Boa Sorte, em Arapiraca. Então o que foi que aconteceu? Como eu não conhecia ninguém aqui no início, quando eu vim, oxe Alberto, sabe qual era a minha comida? Era um copo de garapa [água com açúcar] com um punhado de farinha com tempero e sal. Sabe o que era a minha cama? Uma porta de compensado, assim dessa (Ela aponta para a porta que estava ao nosso lado e demonstra a espessura). Num tem essas portas de compensado? Só que era uma madeira, assim dessas, que é uma madeira, mas que não é, entendeu? É tipo assim, que nem um compensado de uma mesa, mas essa daí é mais forte.

(Ela bate levemente na mesa em que estávamos conversando). Eu deitava ela, assim, e depois forrava um lençol e pegava um saco de nylon, botava as minhas roupa dentro, pra servir de travesseiro, e me deitar...

É uma história muito triste. Esse tempo todo guardei pra mim e nada de bom. (Momento de muita emoção: abraçamos e choramos...)

[...]

(Tamires): **43 anos de idade**

Fonte: Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

Tamires, travesti negra, alagoana e do axé, contextualiza as dinâmicas de sobrevivência que passara anteriormente à Pandemia e quero pontuar dois eixos que os julgo como uma das referências as suas trajetórias identitárias, a saber: **(a)** o não conhecimento como processo de reconhecimento de si e **(b)** a escassez como ponto de partida. São, dessa forma, horizontes de conhecimento que caracterizam e ajudam a construir as identidades que compõem Tamires, uma mulher de olhar vivo, atento e que sempre se encontra “armada” para os enfrentamentos discursivos e violentos que encara em seu cotidiano.

O reconhecimento de si ao se referir sobre o não conhecimento das pessoas, quando chegou em Viçosa, indica, de certo ponto, o movimento de contra-mão ao produzir efeitos sobre as suas identidades que se encontram em existência, ou seja, no momento em que ela retoma as suas vivências e os alguns momentos de limitação, as suas identidades de existência somatizam as que já possui “*Como eu não conhecia ninguém aqui no início, quando eu vim, oxe Alberto,*

*sabe qual era a minha comida? Era um copo de garapa [água com açúcar] com um punhado de farinha com tempero e sal*". Trago aqui como exemplo de identidades de existência, a entrevista da travesti Alessandra Alferes, no canal QueenCast da travesti Paula Ferreira, de 10/10/2023, quando Alessandra se refere aos momentos de limitação como dores fundamentais para a construção da sua personalidade atual e que, a sua vivência forçadamente longe da família, lhe proporcionou caminhos de fortalecimento e armaduras sociais e de identidade para o enfrentamento à transfobia estrutural. Tal qual penso ser parecido com a realidade de Tamires.

Outro eixo que entendo ser um dos cruciais é quando Tamires detalha escassez que vivera ao chegar em Viçosa *"Num tem essas portas de compensado? Só que era uma madeira, assim dessas, que é uma madeira, mas que não é, entendeu? É tipo assim, que nem um compensado de uma mesa, mas essa daí é mais forte [...] É uma história muito triste. Esse tempo todo guardei pra mim e nada de bom"*. As identidades de Tamires se somam e realizam movimentos de ida e vinda, entendo aqui como pontos de partida em que há resignificação de suas trajetórias, visto que são percursos realizados que são indicam apenas representações do que se viveu, mas sobretudo são tensões discursivas cujas relações marcam sua trajetória *"É uma história muito triste..."*.

A identidade travesti, de acordo com Jaqueline Gomes de Jesus (2010b) e Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2020), no entanto, permanece nos dias de hoje como um processo de estigma, seja sexual, seja por desaparecimento do contexto da sociedade, porque o mesmo conceito do qual o homem cishetero-branco-macho se vale como dominador diante do fetiche com as identidades travestis e das pessoas trans, também apregoa a vontade de eliminar essa identidade. Em outras palavras, a sensação que regula o prazer e o gozo também determina a intenção de matar ou exterminar tais identidades que lutam pela sobrevivência, como alertam Pedra (2020); Jaqueline Gomes de Jesus (2010b); Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2020); Sara Wagner York (2020); Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes de Oliveira e Bruna Benevides (2020).

Por essa razão, a luta pela sobrevivência de mulheres trans e travesti, mediante o contexto da pandemia, tem sido e é uma questão de reconhecimento de ser gente, como aponta Jesus em *"Primeiro tem que nos reconhecer como gente"*, no prefácio do livro de Pedra (2020) *"Cidadania Trans"*. Tal reconhecimento está ligado às estruturas sociais e políticas que foram desarticuladas no desgoverno federal nos últimos quatro anos, provocando uma calamidade social, associada ao caos da Pandemia do Covid-19.

Dessa forma, o reconhecimento de ser gente ultrapassa toda compreensão de humanidade, seja no contexto da Pandemia, seja no contexto fora dela, pois ser gente deveria

implicar antes de tudo uma marcação de existência necessária, independente de identidade de gênero ou orientação sexual. Nesse momento, creio julgar imprescindível a discussão levantada pelas autoras travestis e trans, as quais passam/ram por algum processo de exclusão e de nominalização de todas as ordens na sociedade, como Jaqueline Gomes de Jesus, Letícia Carolina Pereira Nascimento, Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Beatriz Pagliarini Bagagli, Amara Moira, Sofia Favero, Nai Monteiro, Thiffany Odara, Marina Reidel, Viviane Vergueiro e Bruna Benevides e outras desenvolvem inteligibilidades, dentro das ações e das pesquisas que competem às suas áreas de atuação, como proposta de reconhecimento de seus corpos desviantes de qualquer norma.

Assim, a perspectiva de gênero, nos estudos de gênero, sexualidade e linguagem, para além do entendimento de gênero e suas dinâmicas discursivas, aponta para uma percepção histórica de vida, que permite enxergar a humanidade em processo e toda ordem social como um estado, momentâneo e passageiro, inculcando a possibilidade, ou mais ainda, a inevitabilidade da transformação social. Nesse sentido, em contraposição a modelos normativos considerados como tradicionais, descritos como arcaicos e violentos, o discurso na perspectiva dos movimentos identitários e das trajetórias identitárias desenvolvem construções sociais de vida as quais são reproduzidas em abordagens politicamente de existência, de forma que evidenciam trajetórias e percursos de identidade dentro do espaço-tempo como formas de visibilidades de vida.

Busco estabelecer sentido dentro das abordagens aqui empreendidas da LAT e da LAI acerca de identidades em dissidências para promover diálogos que ora são semelhantes e discordantes em relação às configurações de vida das participantes desta pesquisa, pois, quando se está interessada/a ao que os estudos culturais ou de identidade revelam, não se pode chegar a uma conclusão fechada, mas sim é importante possibilitar procedimentos teórico-metodológicos de análise em que as dinâmicas de vida sejam tanto o ponto de partida quanto de chegada. Além disso, discordando da ideia de identidade única, estática e universal, reflito nas movências contínuas em que as trajetórias identitárias assumem em prol de dinâmicas de vida, gerando o que Hall (2014, p. 106) chama de “identificação” através do processo de articulação como suturação entre as identidades. Em outras palavras, as identidades são construídas nos efeitos de fronteira, pois são constituídas mediante a exterioridade nas práticas de significação.

Dentro da proposta do reconhecimento enquanto gente/pessoa, lanço mão do que Lima e Megg Rayara Gomes de Oliveira (2023) abordam em relação aos movimentos constituídos

de identidade e que são construídos em torno da pesquisa acadêmica, evidenciando corpos em processo de construção. Assim, ele e ela falam que

Pretas, sapatões, bichas e travestis ocupando a universidade. Corpos de pesquisadoras e pesquisadores, afrescando a pesquisa científica e fazendo barulho com os seus turbantes, batons vermelhos, saltos, miçangas, rebolados e fazendo bico para a tradição rançosa. Porque essas pessoas são como lantejoulas: se não brilhar, corta. Desmunhecar a pesquisa na Educação e gargalhar alto para trás: essas corporeidades dançantes festejam juntas e fazem da alegria a sua postura política. Certamente, a viadagem está em todo lugar, inclusive em lugares de destaque, a exemplo da professora travesti [...] criar vida e afirmar positivamente as corporeidades pretas, afeminadas e caminhoneiras. Essa dança, inventada coletivamente, suspende e questiona a égide acadêmica elitista e apoiada sobre alicerces eurocêntricos (Lima e Oliveira, 2023, p. 175).

A vivência de diversas pessoas no meio acadêmico, como movimentos plurais de identidade à luz das trajetórias identitárias que compõem as/os sujeitas/os, vem ganhando proporção em relação ao que se distancia da égide elitista e dos alicerces eurocêntricos, como a professora e seu orientando sinalizam acima, porque afrescalhar e desmunhecar dentro das nossas pesquisas é mais que uma atitude, é um conjunto de posicionamentos que provocam maneiras e métodos de trazer à tona corpos em dissidência. Nesse sentido, pensar em corpos em dissidência é também criar possibilidades que possam dialogar com as subjetividades desses corpos em processo de construção de si.

As corporeidades entendidas como pontos de partida para a compreensão dos processos de subjetivação que implicam, segundo Hall (2014, p. 121), em “práticas discursivas que são construídas, moldadas e remoldadas por interseção de variedades”, podem ser levadas a novas (re)leituras de mundo e conseqüentemente entendidas discursivamente como desconstrução de trânsitos que estão em constante processo de reelaboração de novos caminhos na construção de conhecimento e proposta de novos saberes. Além disso, entender as corporeidades associadas às configurações de mulheridades em Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2021), bem como discussão ao que entendemos como trajetórias identitárias, indica um conjunto de percursos identitários que são movimentos ininterruptos de existir e estar no mundo ao que as colaboradoras evidenciam em suas narrativas.

Ainda que os interesses das pesquisadoras supracitadas sejam os mais diversos possíveis nas áreas do conhecimento, algo em comum é percebido nas suas produções: o reconhecimento e a importância de corpos de mulheres trans, travestis e não-binárias com direito à vida, porque a principal luta a ser travada perante os vários ataques na sociedade é o

direito à vida. Silva Lima (2021), apoiado nas produções diversas de travestis e pessoas trans, em relação às que foram citadas anteriormente e em outras que vivem no anonimato (redes virtuais, por exemplo), levanta um questionamento pertinente a essa realidade “Por que a primeira luta da população de travestis e pessoas trans é o direito à vida/sobrevivência?”

A pandemia, nesse sentido, trouxe à tona a atuação de algumas travestis e mulheres trans nas redes virtuais, como: Paula Ferreira (*QueenCast*), Senhorita Bira (*O algoritmo da imagem*), Gigi Pavesi (@*gigi.pavesi*), Luma Montenegro (@*lumasabio85*) e várias outras que destacaram as suas realidades vividas, a partir das suas trajetórias identitárias, sob o aspecto das dinâmicas da vida. Evidenciaram, por conseguinte, as suas rotinas diárias, promovendo discussão acerca das pandemias que sempre vivenciaram social e politicamente.

Na tentativa de responder ao questionamento posto por Silva Lima (2021), citado anteriormente, posso compreender, inserido nos posicionamentos das autoras travestis e trans as quais abordam questões pertinentes ao empoderamento e vivência da população específica, que a luta a ser travada no contexto social consiste na ideia de que as pessoas travestis e trans não consideradas pessoas: triste realidade que ainda perdura em alguns espaços da nossa sociedade. Silva Lima (2021), desse modo, afirma que a vida de mulheres trans, travestis e não-binárias vive em constante estado de prova, ou seja, a vida dessas pessoas está inserida no limite daquilo que não pode ser vivido, aceito, legitimado, como se houvesse a dependência da aprovação cisheteronormativa para que essas vidas possam existir (Silva Lima, 2021; Jaqueline Gomes de Jesus, 2010b; 2015; Sara Wagner York, 2020; Letícia Carolina Pereira do Nascimento, 2020).

A pandemia, por fim, relevou, segundo a Antra, que mais de 90% da população de travestis e mulheres trans vivem na prostituição, 4% estão em empregos formais, 72% possuem ensino médio, 56% não concluíram o ensino fundamental e 0,02% frequentam o ensino superior. Ressalto que a pandemia escancarou à sociedade uma realidade a qual já fazia parte da população trans (contato com várias pandemias) e que, por muitas vezes, não era de conhecimento das pessoas que têm contato com outras realidades. Sendo assim, são números alarmantes acerca de uma população que luta e resiste a todo momento pela sua sobrevivência nos espaços sociais e familiares e, como alerta o tema da Antra, “Resistir pra existir, existir pra reagir”.

Dadas as informações nesta seção sobre as políticas de morte em variados contextos e também na Pandemia do Covid-19, inicio a próxima seção apontando diversas políticas de enfrentamento que são desenvolvidas pelas colaboradoras/participantes desta pesquisa frente

ao período da Pandemia, levando em consideração as marcações sociais e discursivas que compõem seus corpos.

---

## 5.2 Políticas de enfrentamento – “Como você enfrentou o período da Pandemia?”

---

**E**m meio às lógicas de enfrentamento que compõem o Centro de Acolhimento, resgato uma obra recente organizada por três professoras doutoras negras, travestis e de axé “*Gritarias epistêmicas: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil*”, de Megg Rayara Gomes de Oliveira, Letícia Carolina Pereira do Nascimento e Jaqueline Gomes de Jesus (2023). Afinal de contas, a (r)existência de travestis e mulheres transexuais configura-se desde a compreensão dos seus corpos no mundo como políticas de enfrentamento.

A obra das travestis babadeiras, a quem faço toda referência, é dedicada em memória à Profa. Dra. Fran Demétrio (UFRB), travesti, negra e pesquisadora, que deixou um legado muito importante dentro dos estudos de saúde coletiva, humanização e interseccionalidade do cuidado entre saúde e nutrição. As suas contribuições a partir das perspectivas que emergiram a saúde coletiva e a nutrição foram pioneiras na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, oportunizando a existência de outras/os estudantes transgênero no meio acadêmico a fim de promover um movimento de existência e permanência desses corpos em lugares distintos.

Retomando à obra das professoras, em que na capa do livro, há a imagem de uma boca aberta com uma navalha sobre a língua, resignificando as (r)existências de mulheres trans e travestis negras que moram no Brasil em meio os seus processos pessoais de enfrentamento sob as seguintes lógicas: cisgênera, heteropatriarcal, binária, machista, sexista, racista e transfóbica. Nesse sentido, em meio às (r)existências que **Tamires, Júlia e Elis** passam em sua vida, iniciei a entrevista com a seguinte pergunta: “*Como você enfrentou o período da Pandemia?*”. Assim, Elis – no **Quadro (VIII)** abaixo – responde que

### QUADRO (VIII) – Trecho de resposta: Elis

<p>Então, foi uma experiência péssima em todos os quesitos porque eu tinha acabado e começar a transição. Minha família ainda não apoiava de total forma. Só quem estava do meu lado e, de certa forma também, não estava era minha mãe, né, porque ela sabia, mas ela falava que era só uma fase e meu pai sabia, mas não apoiava de forma nenhuma. Logo, eu queria poder sair de</p>
--

dentro de casa, mas não tinha como pois não tinha emprego, não tinha nada e dependia totalmente deles. Adquiri ansiedade. Eu já era uma pessoa ansiosa, tipo, normalmente; mas aí eu adquiri ansiedade patológica de todo dia, durante à noite, uma noite sequer, eu passava à noite toda chorando, todas as noites por questão de ansiedade. Adquiri a questão da depressão por conta de que eu não via uma forma de como fugir da minha mente pra me sentir melhor do meio da minha família, pois eu só tinha dentro de casa pra ficar. Então, ou era as redes sociais, ou era conversar com o pessoal de dentro de casa. E conversar com o pessoal de dentro de casa, você que vive num ambiente evangélico, sendo uma pessoa trans, é algo totalmente difícil, né? Então eu não tinha como me expressar de forma que eu me sentisse bem. Então só era uma pessoa calada a qual tinha que aguentar tudo calada de certa forma. Então, o máximo que eu tinha de apoio era o meu irmão que estava do lado, porém não sabia que eu era uma pessoa trans, mas quando me via chorar, vinha, me abraçava e conversava comigo, tentava me tranquilizar. Mas foi um período muito difícil. Passei por momentos de apanhar do meu pai, de passar por enfim... Foi um processo muito grande de até a Pandemia acabar ou melhor dizer, até ela diminuir pra que eu pudesse começar a trabalhar e pudesse começar a voltar pra sair pro mundo, né? Quando voltei a sair pro mundo, comecei a me sentir um pouco melhor.

[...]

(Elis): 24 anos de idade

Fonte: Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

De acordo com o trecho acima, **Elis** – travesti, negra, bissexual e universitária – descreve resumidamente as dores sofridas no período pandêmico: um conjunto de violências física e psicológica, procurando em alguns momentos compreender as atitudes da família, pois ela própria estava em processo de trajetória identitária. É nítido que a Pandemia do Covid-19 motivou diversos traumas, sobretudo, em populações marginalizadas e vulneráveis, levando em consideração as (des)construções de pensamentos e do corpo, motivando associações de atitudes que poderiam acometer a própria vida, porém felizmente isso não aconteceu com ela.

Podemos destacar, no trecho acima, que Elis relata quatro aspectos: **(a)** a casa como lugar de aprisionamento; **(b)** o apoio era de quem não sabia; **(c)** o apoio da expectativa de ser “uma fase” e, por fim, **(d)** casa vs. mundo. Os movimentos percorridos pela universitária a respeito da sua realidade frente ao processo de transição de identidade de gênero foram construídos a partir das relações de interação consigo que demandavam percursos de mão-

dupla, ou seja, “*eu só tinha dentro de casa pra ficar. Então, ou eram as redes sociais (olhar para fora), ou era conversar com o pessoal de dentro de casa*” (olhar para dentro), entendendo esse aspecto, por sua vez, como tensão discursiva que entre as relações desenvolvidas.

O lar evangélico que Elis sobreviveu, assim como vários outros lares evangélicos ou não que a população trans vive, foi danoso e completamente violento a sua existência, pois raros são os casos de compreensão da construção da travestilidade em um seio familiar. Quando ela afirma “*E conversar com o pessoal de dentro de casa, você que vive em um ambiente evangélico, sendo uma pessoa trans, é algo totalmente difícil, né?*”, construindo entendimentos inimagináveis acerca de variadas violências passadas na família, há de se compreender o quão sofreu com o silêncio próprio (que pode ser uma das violências mais avassaladoras – claro! – todas as violências são avassaladoras!, porém penso em graus de maior e menor impacto). Além disso, o reforço que Elis evidencia, ao dizer “*totalmente difícil, né?*”, indica um movimento de construção das normativas do tráfico, levando em consideração que, para a sobrevivência de pessoas trans e travestis em lares evangélicos, é algo completamente desafiador, como exemplifica o caso da universitária.

Por outro lado, houve um apoio que era de quem não sabia “*Então, o máximo que eu tinha de apoio era o meu irmão que estava do lado, porém não sabia que eu era uma pessoa trans*”. Nesse caso, vemos que Elis entende que a “*margem do caminho*” – movimento de quem está ao lado ou visualizando quem passam, assim como a realização do confronto com o outro –, em sua trajetória identitária, está ligada a quem não sabia sobre a sua identidade de gênero, pois seu irmão, que se encontrava em algum lugar “*do lado*”, a apoiava. O apoio é construído como processo, indicando movimentos de identidade que se relaciona com a mão-dupla.

Havia um apoio de expectativa, segundo ela, de alguém que “*falava que era só uma fase*”, relativizado o momento com a ideia “*de que tudo vai passar*”. Há nesse caso um embate discursivo entre família e pai. A família que “*não apoiava de total forma*” e o pai que “*não apoiava de forma nenhuma*”. Percebemos uma ruptura no estímulo para a trajetória identitária que a coloca à margem dentro de sua casa em um lugar que ela descreve como um lugar de choro, mas é um choro noturno “*durante à noite, uma noite sequer, eu passava à noite toda chorando, todas as noites por questão de ansiedade*”, desencadeando adoecimento, pois de acordo com Dados da Antra (2022; 2023), a ansiedade e depressão são processos de adoecimento em que mais acomete a população trans e travesti, envolvendo diversos fatores sociais: família, oportunidade de emprego, acesso à saúde pública e outras questões que estão associadas à existência e sobrevivência dessas pessoas.

Segundo a Antra, a partir do levantamento que acomete à população trans e travesti, sabemos que

As violências físicas e psicológicas, a exclusão familiar ou permanência em ambientes familiares tóxicos e/ou transfóbicos, o abuso físico ou sexual, o alto índice de rejeição no mercado formal de trabalho, a extrema violência em suas mais diversas nuances e formas, o racismo, o cissexismo, a ausência de esperança, o estresse de minorias, o transtorno de ansiedade generalizada, a depressão, a humilhação, a baixa autoestima, são alguns dos principais fatores que podem agravar a saúde mental de pessoas trans e levar ao suicídio, exatamente por serem contextos específicos em que apenas pessoas trans podem se deparar (Antra, 2023, p. 104-105).

A caminhada de Elis é um trajeto de silêncio, aqui entendido também como uma categoria de análise, cujas significações estão relacionadas à compreensão de si referente aos seus trânsitos em construção, “*Então só era uma pessoa calada a qual tinha que aguentar tudo calada de certa forma*” e expectativa por sair, tanto por sair de casa “*Quando voltei a sair pro mundo, comecei a me sentir um pouco melhor*”, quanto por sair da mente “*Então eu não tinha como me expressar de forma que eu me sentisse bem*”. A trajetória identitária de Elis é construída por pontos de partida, ressignificando a sua trajetória, os quais são possíveis por meio de choros nas noites, recorrendo às redes sociais como fuga da sua realidade.

O silêncio, processo discursivo que é construído por relações sociais atreladas ao sujeito, indica um comportamento ou atitude que, em se tratando de identidades em dissidência, demarca “percurso e parada” ou “uma margem”, cuja sobrevivência exige no momento. Em outras palavras, o silêncio de Elis é um lugar onde as suas trajetórias identitárias dialogam com vários contextos de conhecimento e entendimento de si, provocando micro-reconhecimentos frente os processos que legitimam a sua existência.

O período da Pandemia não foi fácil sobretudo para os corpos negros (entendendo a sua própria experiência como negra e gorda), como detalha a travesti Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2020), porque trouxe para dentro de casa todo mundo que, às vezes, só se encontrava em momentos específicos do dia. Nesse sentido, para um corpo travesti negro que resolve iniciar a sua transição, é considerado um período de “luto” e “nascimento”, pois são comportamentos e atitudes simbólico-discursivas que tomarão novas proporções naquele ambiente. Em se tratando do luto e do nascimento, Letícia Carolina Pereira do Nascimento (2020), enfatiza que são realidades que acompanham muitas das travestilidades negras em seu percurso, de modo que evidenciam margens e processos de contra-mão como movimentos que

ressignificam e fortalecem as suas identidades no sistema que é pautado pelo racismo, capitalismo, sexismo e misógeno.

Retomo aqui a passagem quando Elis diz “*Eu já era uma pessoa ansiosa, tipo, normalmente, mas aí eu adquiri ansiedade patológica de todo dia, durante à noite, ..., eu passava à noite toda chorando, ...*”: trata-se de uma violência que, geralmente, as mulheres trans ou travestis são acometidas, seja devido ao uso da terapia hormonal que desregula as taxas de hormônio no corpo transgênero, seja por questões ligadas aos entraves sofridos na estrutura familiar. O choro, pois, é um desabafo marcado de vários sentimentos e um deles penso que seja a liberdade de querer ser o que quiser. Afinal de contas, ser o que se é, é libertador.

Beatriz Pagliarini Bagagli (2013; 2016), dentro da perspectiva transfeminista de conceber as ideias sociais e culturais, discorre a respeito da produção da transgeneridade no enfrentamento às demandas sociais e políticas da identidade feminina. Sob esse viés, a identidade feminina enfrenta uma realidade variável em relação ao “devir travesti e transexual para além de uma narrativa pré-determinada” (Beatriz Pagliarini Bagagli, 2016, p. 98), diante dos espaços e dos contextos percorridos que são vivenciados/experenciados pela transgeneridade.

Quando me refiro ao “luto” e ao “nascimento” intrínsecos à construção identitária da travestilidade negra, dadas as condições do contexto da Pandemia ou não, estou procurando entender, enquanto um pesquisador transviado implicado nas questões de linguagem, gênero, sexualidade e raça, que são tráfegos/percursos que acontecem simultaneamente, de modo que as trajetórias identitárias partem de determinados pontos de partida para a construção de novas e possíveis identidades: processo de morrer e renascer. Reforço, assim, que as trajetórias identitárias são (des)construções contínuas que, de certo modo, correspondem a um conjunto de diversos movimentos de pensamento e de comportamentos/tráfegos, mas também correspondem a uma idealização do que se espera para elas.

Elis, portanto, em um movimento orgânico de sair ao mundo, não apenas realiza um encontro consigo, mas promove uma compreensão sobre si diante das paradas dolorosas que sofreu nos meses anteriores. Penso que teve o privilégio de sair, teve a oportunidade de entender a grandeza de ser uma mulher e, acima de tudo, penso que uniu forças para construir outras Elis dentro de uma só, como um processo de contra-mão, identidades em existência, na sua trajetória. Como alertam as professoras doutoras negras “as experiências individuais de travestis e mulheres transexuais negras, preservadas na memória, podem ser o resultado de reflexões atualizadas por vivências de hoje” (Megg Rayara Gomes de Oliveira, Letícia Carolina Pereira do Nascimento e Jaqueline Gomes de Jesus, 2023, p. 12).

A pandemia, então, ensinou-nos a viver. Ensinou-nos a compreender alguns sentimentos. Ensinou-nos a ler nossas atitudes. Ensinou-nos muitas práticas sociais de linguagem.

Ainda dentro da contextualização da experiência no período pandêmico, Tamires – no **Quadro (IX)** – relata que

**QUADRO (IX)** – Trecho de resposta: Tamires

Ave Maria, na Pandemia [do Covid-19], foi uma coisa terrível, porque eu tinha um monte de clientes antes da Pandemia, oxe, desapareceu todos e muito que ficou foi uns 5. Então eu comecei a ficar muito preocupada porque na minha dispensa já tava faltando alimento, Alberto [Humberto]. Água, energia e tudo pra pagar, o aluguel da casa pra pagar, porque eu não tenho casa própria, entendeu? Então eu comecei a me desesperar. Foi quando eu falei com a minha irmã, né, a minha irmã que é encostada a mim. Quando eu nasci, ela tinha 3 anos já. Eu sou mais novo que ela 3 anos.

Aí ela disse assim:

"Ôi Nego, eu vou falar com a mamãe pra ela ajudar você no aluguel, pelo menos, porque essa situação dessa pandemia pegou todos nós de surpresa."

Oia, eu não saía de casa, eu só vivia de máscara, entendeu? Não queria atender cliente e nem atendia, porque eu tinha medo de vim pra minha casa, entendeu Alberto?

Teve uma cliente que disse assim:

"Mãe Tamires, tô indo pra casa da senhora porque tô precisando urgentemente."

Eu disse:

"Num venha não, minha filha!, fique aí mesmo porque eu não tô atendendo ninguém e o meu terreiro [religião pertencente à matriz afro-brasileira] tá fechado!"

"Não tem serviço pra nada, minha fia!"

Aí eu passei muita dificuldade, só não morri de fome, porque a minha mãe disse assim:

"Eu vou ajudar você, meu filho."

Aí mandava o aluguel da casa que era na época 250 reais, né?, que agora não é mais, é 300 e mandava cestas básica pra mim.

Eu disse até assim pra Deus:

“Meu Deus, será que eu vou passar fome novamente?”

[...]

(Tamires): 43 anos de idade

Fonte: Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

**Tamires** – travesti, negra, heterossexual e do axé – é uma mulher que realizava atendimentos anteriores à pandemia em seu terreiro, no entanto, dadas as condições precárias decorrentes ao caos sanitário provocado pelo Covid-19 foi ajudada por sua mãe. Há alguns aspectos que podemos jogar luz em relação ao trecho da entrevista de Tamires, em relação ao enfrentamento da pandemia, como: **(a)** a questão do nome no masculino; **(b)** a construção das realidades por dificuldades e, por fim, **(c)** a realidade de passar fome. São vivências e experiências que marcam trajetórias identitárias particulares a respeito da construção de si e do enfrentamento à pandemia.

Tamires enfrentou uma situação também bastante delicada no período da pandemia, tendo que ser beneficiada por sua mãe, a qual, na época da adolescência, aos 13 anos de idade, juntamente com seus irmãos, colocou-a para fora de casa por conta da sua identidade de gênero. Ela considera-se vitoriosa por suas conquistas, apesar de ainda não possuir sua casa, mas que seus trabalhos como mãe de terreiro poderão ajudá-la a conquistar seu sonho.

As dinâmicas de enfrentamento que ela passou, no período da pandemia, evidenciam uma construção de si muito potente em relação à sua identidade de gênero, quando diz “*Ave Maria, na Pandemia, foi uma coisa terrível*”. Recorrer a uma divindade, provavelmente, seja um atributo particular de quem pratica/exerce alguma religião, concebendo a ideia de que a evocação à divindade possa promover uma possível ajuda. O começo com “Ave Maria” e o término com “Meu Deus” indicam interjeições que marcam ênfase na situação que é relatada por Tamires, de forma que evidencia o pedido de ajuda constante em seu discurso: **1.** Ave Maria, na Pandemia, foi uma coisa terrível... **2.** Aí passei muita dificuldade... **3.** Meu Deus, será que eu vou passar fome novamente?

A questão do nome no masculino, proferido tanto por sua irmã “*Ôi, Nego, ...*” quanto por sua mãe “*Eu vou ajudar você, meu filho*”, segundo Tamires, é um percurso que pode ser entendido como trajetória identitária em construção/movimento, haja vista que não necessariamente possam ser intolerantes (ainda que Tamires seja uma mulher), mas estão em processo de compreensão e entendimento acerca da identidade de gênero da irmã/filha, pois algumas vezes a expressão de gênero se confunde com a identidade de gênero. O percurso é um

processo que tem como ponto de partida, dadas as condições de identidade, o tempo como fator de compreensão e, além do mais, como fator de respeito, de modo que possa ser construído mutuamente entre elas: Júlia – irmã – mãe. Nesse caso, a irmã e a mãe – comparadas com o contexto social – podem ser entendidas como a sociedade em processo de entendimento.

A construção das realidades por dificuldades, de acordo com o trecho, “*Aí eu passei muita dificuldade, ...*” está associada à recordação dolorosa, que está no campo de um trajeto de dor, pois as dificuldades passadas pelas transgeneridades, associadas à escassez de alimento, também são realidades fortes nessa população. O trânsito que permeia a trajetória identitária de Tamires consiste em microrresistências e microlutas, que foram somatizadas no período da Pandemia, relacionadas aos movimentos de resistência e sobrevivência no contexto social.

Resgato neste momento o último dossiê da Antra de 2022, lançado em 2023, em relação às realidades enfrentadas pela população trans no Brasil, que detalha que

O violento contexto social no qual as travestis, mulheres trans e homens trans e pessoas não binárias estão inseridas é fruto do preconceito e discriminação que promove um processo de exclusão social de nossa população. Todas as violações de **Direitos Humanos** citadas aqui envolvem circunstâncias que levam a uma vulnerabilidade, sobretudo, psicológica, que compromete nossa saúde mental podendo levar ao suicídio (Antra, 2022, p. 70, grifo nosso).

Tomamos como base que as violações aos Direitos Humanos, em relação à discussão sobre “necropolítica” (Mbembe, 2016), quanto ao ideário de quem pode viver e quem pode morrer, dentro do que opera a transfobia na lógica da *necro-trans-política*<sup>30</sup> em funcionamento, são, de acordo com a Antra (2022, p. 70), negativa de acesso ou retirada de banheiro feminino; violência física; violência psicológica; deslegitimação/negativa intencional de reconhecimento da identidade de gênero; transfobia direta em atendimento de saúde; transfobia em processo seletivo; violência contra profissional do sexo; negativa de acesso a espaços públicos; negativa de emissão de identidade com nome social; negativa de uso do nome social; negativa de atendimento ou cancelamento de corrida por app de transporte; violações por agentes de segurança pública; discriminação vinda de *Call Center*; estupro ou violência sexual; xingamentos depreciativos/transfóbicos; assédio sexual on-line; violência doméstica ou no ambiente doméstico; ataque cibernético ou comentários transfóbicos; tratamento violento ou

---

<sup>30</sup> Trata-se de uma lógica imposta pela sociedade cisheteronormativa, pensada principalmente pela figura do homem cis, branco e heterossexual (pertencente à família tradicional brasileira), que incide sobre as pessoas trans e não-binárias frente às situações de violências e violações aos Direitos Humanos dessas pessoas. Nesse sentido, entendemos que a lógica necro-trans-política é aplicada desde sempre às pessoas TLGBQIAPN+ e, sobretudo, às pessoas trans e não-binárias.

degradante em espaço público; ameaça (presencial); negligência médica ou omissão de socorro; demissão motivada pela identidade de gênero e/ou transfobia (Antra, 2022).

E a realidade por passar fome, segundo Tamires, “*Meu Deus, será que eu vou passar fome novamente?*”, configura-se como um ponto de partida bastante massacrante para a realidade das pessoas trans, tendo em vista que se trata de um contexto o qual, infelizmente, é presente para algumas pessoas, como se não bastassem a falta de políticas públicas efetivas para essa população, ainda há a contra-mão, identidades em existência, da escassez de alimento para elas. Quando Tamires faz o questionamento à divindade, encontra-se preocupada pelo fato de ter passado necessidade em algum momento na vida. Logo, como todo ser humano que sofreu tal realidade na vida, teme passar fome novamente.

O medo/receio de encarar o contexto da fome novamente revela uma Tamires preocupada, de maneira que evidencia em sua narrativa uma “margem do caminho”, isto é, uma tensão que a faz se movimentar para outras margens de apoio, seja da sua irmã, seja da sua mãe. A fome, portanto, é uma realidade para muitos lares brasileiros, como apontam os dados do último Censo do IBGE, independentemente dos contextos de gênero, orientação sexual, raça e etnia.

Exemplifico neste momento com um diário de campo (dentre os 20 que foram construídos e que serão analisados 5 para reforçar as trajetórias identitárias do espaço) em que relato os acontecimentos internos no Caerr, demonstrando as existências e os movimentos realizados pelos beneficiários do Centro.

#### **Notas de campo:** sexta-feira à tarde

Em uma sexta-feira à tarde no Caerr, encontro Tamires com vestimentas brancas, sentada no sofá de entrada em que há uma mesa com a placa “recepção”, concentrada ao folhear uma revista a qual eu não sabia distinguir a temática. Naquele momento, cumprimentei-a e logo me sentei em outro sofá à sua frente. Mal sabia que ela iria conversar/aconselhar algumas pessoas naquele espaço. Notei que suas conversas com os/as participantes do Caerr eram sempre de aconselhamento, configurando o papel de uma pessoa que sempre tem uma palavra de acolhida/sentimento para dar a alguém: “Tudo se resolve!”, “Nada é pra sempre, viu”, “Tenha calma”, “A situação é passageira, mulher!” e por aí vai...

Após o momento de conversa com as outras pessoas, puxei conversa com ela sobre a sua roupa e o significado. Para minha surpresa, ela deu uma gargalhada e disse: “Não conhece nada da minha religião”. Sentamos e trocamos muitas ideias sobre o

universo das religiões de matriz africana e sobre alguns trabalhos que precisam ser destinados aos santos.

Nosso contato foi com muito afeto e muita compreensão. Notei que o sentimento foi recíproco. Em um dos nossos encontros para as nossas conversas, ela me convida para uma festa em seu terreiro que diz "*Meu terreiro é na minha sala, viu, Alberto!*", "*Faço questão da sua presença pra ver a festa dos meus santos*". Acabei declinando o pedido, pois havia marcado anteriormente outro compromisso na data da festa. Recordo que no período da pandemia ela sofreu muito porque não fez nenhuma festa de agradecimento aos seus orixás e que, segunda ela, temia sofrer alguma represália. "Você sabe, né Alberto, que os santo precisa trabalho! Então já viu!". Conversamos sobre essas questões mais ligadas internamente aos santos.

---

Com pouco conhecimento científico, mas com muitos saberes oriundos da terra, do ar e dos alimentos, a mãe de santo destaca alguns trabalhos que realizou, certa vez, ao Centro de Acolhimento quando sofreu uma tentativa de roubo. As experiências com a terra, a ancestralidade e os saberes diversos, de acordo com Tamires, representam forças de proteção e cuidado, pois indicam seguimentos da vida que precisam estar conectados com vínculos espirituais que dialoguem com as passagens da vida. Tamires, através das suas representações espirituais como movimentos identitários que se constrói na sua atuação junto ao Centro, realiza dinâmicas de produção de subjetividades que se somam a sua trajetória como travesti negra que interage com as outras pessoas em seu entorno.

São saberes e entendimentos acerca da vida que trazem trajetórias identitárias marcadamente fortes em relação aos caminhos percorridos por todes ou a maioria que seguem a religião de matriz afroafricana. Movimentos que representam ancestralidade, evocando conhecimentos e divindades que se relacionam com os/as adeptos/a, provocando íntima relação de sabedoria nos caminhos percorridos na vida.

Em se tratando do diário acima posto, retomo à sua importância como instrumento que permite localização e conhecimento do espaço como apontam Lüdke e André (2022) enquanto construção cultural do espaço que se tem como proposta de estudo. Dessa forma, compreendendo as relações construídas e, conseqüentemente, dinamizadas no Centro, entendo que o diário serve como continuidade em relação à construção das trajetórias identitárias intrínsecas à atuação das colaboradoras deste estudo. Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (2019), de acordo com os procedimentos metodológicos na pesquisa linguística, relata que o

diário de campo nas pesquisas etnográficas são movimentos textuais que indicam, a partir da perspectiva de compreensão que consiste na construção dos dados a serem analisados e problematizados, uma atitude ética do/a pesquisador/a que proporcionará novos caminhos a serem construídos.

E, por fim, dentro na contextualização do período da pandemia, Júlia – no **Quadro (X)** – diz que

**QUADRO (X)** – Trecho de resposta: Júlia

Então, eu comecei a minha transição, foi durante a Pandemia [do Covid-19], né?, porque assim, por conta do convívio com a minha mãe e eu morava com ela, ela não me aceitava uma mulher trans. Na verdade, nunca aceitou, desde pequenininha. E foi aí quando eu comecei a trabalhar na prefeitura em 2017 e comecei a ser independente e durante a Pandemia, quando a minha mãe foi morar em São Miguel, e eu tive que ficar aqui [Campo Alegre] né, por conta do meu trabalho. Então aí eu comecei a minha transição, porque, assim, tava aquela loucura toda, entendeu? Então eu disse: "é o momento e a hora de a Júlia sair do armário". (Risos) Então eu iniciei a minha transição por conta própria, né? Porque assim eu acho que quase todas as trans se inicia a transição por conta própria né? E foi na pandemia que eu me achei. Por receio de procurar os profissionais, né, da saúde. E é isso! Então eu iniciei por conta própria aí depois, né, quando eu tive o conhecimento que pelo SUS [Sistema Único de Saúde] também fazia com todo acompanhamento aí eu procurei a Secretaria da Mulher aqui. Aí a Secretaria da Mulher me encaminhou pra a Secretaria de Saúde e aí eu fiz todo o procedimento, né, com acompanhamento médico, com endocrinologista e ect e psicólogo, né? Tudo em Maceió.

[...]

(Júlia): 20 anos de idade

**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

**Júlia** – mulher trans, negra e heterossexual –, no trecho acima, relata resumidamente seu percurso das trajetórias identitárias que passou durante a pandemia e o reconhecimento/surgimento da sua identidade de gênero. Como um movimento em processo de construção, o trecho evidencia o ponto de partida em que se iniciaram os caminhos percorridos

por ela, levando em consideração as construções sobre si dentro dos aspectos de interação que realizou.

Há no trecho, segundo Júlia, quatro pontos que podemos lançar algumas reflexões frente às suas trajetórias identitárias em questão, a saber: **(a)** a não aceitação da sua identidade de gênero por parte da mãe; **(b)** o processo da independência; **(c)** autoafirmação e conhecimento de si e, por fim, **(d)** olhar para dentro no período da pandemia. São percursos identitários que evidenciaram a construção de uma mulher que, em um dado momento, período provocado pelo contexto da pandemia, “foi surgindo”.

A não aceitação da identidade de gênero por parte da sua mãe, segundo Júlia, “*ela não me aceitava uma mulher trans. Na verdade, nunca aceitou, desde pequenininha*”, representa um comportamento (ou uma possível parada: constitui a trajetória e representação identitária) no tráfego que Júlia percorreu, embora a não aceitação por parte de sua mãe tivesse sido uma realidade, a sua trajetória identitária aconteceu no momento da pandemia, quando se viu envolvida em um contexto favorável ao seu reconhecimento. Ainda que a não aceitação por parte da sua mãe seja considerada como um movimento à sua identidade de gênero, podemos entender que, de acordo com o trecho “*quando a minha mãe foi morar em São Miguel, [...] Então aí eu comecei a minha transição*”, a certeza de encontro de si sobre a contextualização da pandemia promoveu um trajeto importante ao seu percurso identitário às travestilidades.

A pandemia, para o caso de Júlia, como ponto de partida para os movimentos que viriam de si, favoreceu a sua trajetória “*E foi na pandemia que eu me achei!*”, de modo que possibilitou um conjunto de novas ações e novos comportamentos quando se viu, em um dado momento, sem a presença da sua mãe em casa. O fato de se “achar”, enquanto um processo significativo na trajetória identitária, compreende uma importante ação sobre o reconhecimento de si no mundo, pois diz respeito a uma pessoa que não está perdida (ou sem movimento no percurso), porém é uma pessoa que agora tem um caminho ou vários a trilhar: um olhar que Júlia realizou para dentro no período da pandemia.

A autoafirmação e o conhecimento de si são construções pessoais e particulares que implicaram sobre Júlia como novas possibilidades de trilhar seus caminhos “*Então eu disse: é o momento e a hora de a Júlia sair do armário*”. Há aqui dois aspectos que, a meu ver, têm mão-dupla quanto à trajetória identitária de Júlia, a saber: certeza de sair do armário (movimento considerado como margem do caminho) e o armário em si (contra-mão). Se por um lado, as condições que Júlia entendeu naquela situação foram propícias para o seu surgimento e que, portanto, revelaram fatores necessários à sua trajetória (período da pandemia); por outro, a lógica do armário é um processo que pode ser encarado de diferentes

maneiras, pois penso ser um percurso doloroso, haja vista o contexto de discriminação e preconceito em que as pessoas TLGBQIAPN+ passam.

Outro processo bastante preponderante no trajeto de Júlia é quando afirma que “*eu comecei a trabalhar na prefeitura em 2017 e comecei a ser independente e durante a pandemia*”: a independência como construção de si – os movimentos de si sobre os aspectos externos no trânsito – parte crucial para a mulher trans. A empregabilidade é um dos fatores que mais acomete a sobrevivência dessa população, visto que as oportunidades no mercado de trabalho são poucas, de modo que a transfobia é operante em muitos cargos, muitas empresas e muitos serviços prestados por trabalhadores/as.

Resgatando novamente o dossiê da **Antra de 2022**, a empregabilidade é uma questão necessária quando nos referimos à população trans e não binária, pois dentro dos aspectos dos Direitos Humanos a empregabilidade é um fator que ainda precisa ser problematizado e, acima de tudo, entendido como necessário para essa população, de forma que possa trazer dignidade a essas pessoas por meio do trabalho. Dentro dessa questão, Alessandra Alferes: mulher trans, branca e bissexual, em entrevista ao canal de Paula Ferreira, que também é travesti, (*QueenCast*), declara categoricamente que os espaços de trabalho para a população trans não são pensados na mesma proporção que o são para a população cisgênera e que, por mais que pareça óbvio, mas é, pois há um distanciamento visível e um pré-julgamento sobre a capacidade das pessoas trans e travestis diante de assumir qualquer posto de trabalho, sendo esse segundo fator como o mais presente na realidade dessa população específica.

Finalizo esta primeira parte da análise, à luz da compreensão da LAT e da LAI, como um movimento de construção de sentidos a respeito das trajetórias identitárias de **Elis, Tamires e Júlia** que, em relação ao enfrentamento do contexto da pandemia do Covid-19, desbravaram, por meio dos trechos acima postos, as suas trajetórias identitárias como um tráfego/percurso a ser explorado. Nesse contexto, os apontamentos da LAT e da LAI que subsidiaram esta primeira análise provocaram uma compreensão acerca das subcategorias em questão: *pontos de partida – margem do caminho – percurso e parada – contra-mão – mão-dupla e tráfego*.

Após a compreensão das políticas de enfrentamento que as colaboradoras desenvolveram nos trechos apresentados nesta subseção, início na próxima subseção trazendo a construção da identidade transição, produzindo efeitos que podem se “renarrados” mediante ao processo de transição de cada colaboradora.

---

### 5.3 A identidade travesti – “Políticas da trajetória identitária”

---

**E**m Maria Thereza Ávila Dantas Coelho e Liliana Lopes Pedral Sampaio (2014), a partir das construções sócio-identitárias que emergem as transexualidades, discorrem sob sua organização uma obra que evidenciam os mecanismos de sobrevivência da população trans e travestis dentro das possibilidades de existência no mundo, ainda que as condições estruturais da transfobia permaneçam na vida dessas pessoas, visto que as perspectivas históricas, por um viés multidisciplinar, corroboram para o entendimento da não-existência dessas pessoas na sociedade. As autoras, imersas em questões de saúde mental da população trans e travestis, desenvolvem questionamentos que se ajustam ao comportamento cisheteronormativo da sociedade, deixando de lado as diversas configurações que há nas manifestações sociais do gênero, da sexualidade e do corpo.

Coelho é psicanalista e Sampaio é psicóloga – ambas trabalham conjuntamente no Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade – cujas atuações estão voltadas para questões de dissidências de sexualidade e de gênero das transexualidades, dialogando com produções de pesquisadoras/es trans que desenvolvem pesquisas acerca do corpo trans. A esse respeito, as autoras dizem que

É importante ressaltar, entretanto, que, entre as pessoas transexuais, o grau de insatisfação com o próprio corpo varia de pessoa a pessoa, assim como as modificações corporais pretendidas, e que nem todas se sentem como portadoras de um transtorno ou disforia por apresentarem uma incongruência entre seu gênero. Essa perspectiva da transexualidade como transtorno ou disforia está presente não só no campo da biomedicina, mas também influencia o discurso social comum, produzindo demandas de cura (Coelho e Sampaio, 2014, p. 14).

Nesse sentido, diante da contextualização discursiva em que se apresentam as narrativas das colaboradoras para este estudo, juntamente com o argumento apresentado pelas profissionais acima, reconheço, de acordo com a posição de Elis no **Quadro (XI)** referente à pergunta “*Como se deu o seu processo de transição?*”, quando diz que

#### **QUADRO (XI)** – Trecho de resposta de Elis

E tanto é que teve muito caras, amigos meus inclusive, que, antes da transição, eles chegavam pra mim e falavam que não iriam ficar comigo. E aí, depois que eu comecei a transicionar, depois de um tempo, teve cara que jurou de pé junto que falou bem assim: “Eu não fico com você nem morto!”. Depois de um tempo quis ficar comigo. Muitos, inclusive, que hoje em dia, paga com a língua, só que os da minha vivência mesmo, teve

amigos meus, que antes não queriam ficar comigo, mas depois mudaram de ideia. Eu comecei a me envolver, no começo, não queria me tocar, mas depois um tempo começou de se envolver comigo e ver que o que eu tenho ou deixo de ter no meio das pernas, não mudava em nada. E tava ali disposto a querer me satisfazer também, entendeu? Tipo, não chegou a ser passivo pra mim, mas chegou a mexer no meu corpo, completo de cima a baixo, a querer me satisfazer no momento que eu estava confortável e que ele não se sentia pressionado àquilo.

[...]

*(Elis): 24 anos de idade*

**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2023).

A construção da identidade travesti de Elis, como demonstra o trecho acima, se deu por mecanismos em que seu corpo estava envolvido a todo momento com questões sobre as suas trajetórias identitárias (reconhecimento de si, entendimento sobre seu trânsito que é um processo em construção), compreendo os aspectos físicos, sobretudo. Para além das questões de entendimento de si e de um possível parceiro, Elis entende o momento de transição como uma provável dúvida entre os rapazes que a rodeia, no entanto, quando ela diz que um falou “Eu não fico com você nem morto!”, há uma estrutura particular a respeito do corpo que se encontra em processo de (des)construção, ou (des)construção da identidade travesti, levando em consideração tanto a transfobia estrutural por parte dos rapazes a sua volta quanto à desinformação que ainda algumas pessoas têm em relação às travestilidades.

O tempo relatado por Elis, ao se referir a um rapaz, ainda em seu processo de transição, é uma construção que se associa à identidade travesti, de tal maneira que provoca um “olhar para trás”, demonstrando, inclusive, compreensões acerca do próprio corpo. O corpo, atravessado por dinâmicas sociais que incidem sobre a realidade da travesti negra, é marcado como uma “abjeção” (Berenice Bento, 2024), pois é construído dentro de uma lógica racista a qual não lhe compete, muitas vezes, à vida.

Viviane Vergueiro (2015), travesti, ativista transfeminista e lésbica, em uma proposta autoetnográfica, problematiza questões em torno dos corpos e da construção da identidade de gênero, em que realiza apontamentos sobre a cisgeneridade como normatividade a ser a todo momento questionada e interferida por um conjunto de sistemas que precisam ser repensados. Por essa razão, o processo de (des)construção da identidade transexual pode ser entendido como um movimento de vários entendimentos que, no caso de Elis, ora reconhece seu processo como

legítimo e que, de fato, o é, ora vivencia em seu percurso uma “inconformidade gradativa” (Viviane Vergueiro, 2015) frente às construções corporais em sociedade.

De acordo com o trecho de Elis, as margens de (in)compreensão são construídas na medida em que ela própria se coloca no mundo com a sua identidade em movimento: a identidade de gênero, pois aqueles que outrora não queriam conhecê-la sexualmente, agora a conhecem de diversas maneiras, que seriam para ela algo inusitado: “*E tava ali disposto a querer me satisfazer também, entendeu?*”. Entendemos neste momento que os conhecimentos são construídos em processo (ou no percurso), ou seja, a identidade de gênero de Elis assim como o conhecimento dos seus possíveis parceiros são processos que se movimentam em um tráfego de possíveis saberes/trocas, perfazendo a construção de compreensão identitária na qual está sendo constituída, pois, como Elis relata “*Eu comecei a me envolver, no começo, não queria me tocar, mas depois de um tempo começou de se envolver comigo e ver que o que eu tenho ou deixo de ter no meio das pernas...*”. O que há no meio das pernas se torna um conjunto discursivo que, dadas as configurações do sistema integrado à sociedade, corroboram com a transfobia estrutural a que contribui para outras violências: racismo, sexismo e misoginia.

O movimento da sexualidade, na construção da identidade travesti, tem interesse de ser notado – não como uma ideia de romantização (afinal, gênero é uma questão e sexualidade é outra) – porque movimenta as construções sexuais em que as pessoas se inserem. Quando Elis relata: “*Eu comecei a me envolver, no começo, não queria me tocar, mas depois de um tempo começou de se envolver comigo e ver que o que eu tenho ou deixo de ter no meio das pernas não mudava em nada*”, há, nesse momento, uma construção de si acerca da compreensão do seu corpo no movimento de alteridade, de sorte que seja o outro que compõe a narrativa, pois o órgão genital parece não interferir nas dinâmicas que são construídas nas relações sexuais das pessoas transgêneras. A sexualidade, para Berenice Bento (2008; 2017a), nesse sentido, é construída na medida em que os entendimentos são constituídos no conjunto das relações sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, há em Elis a compreensão do seu corpo como identidade que está sendo construída, de modo que a sua construção é possível de acordo com as suas trajetórias identitárias em processo.

Em Silva Lima (2021), há a compreensão das identidades em processo de movimento, especificamente quando se trata das constituições identitárias que funcionam em lógicas de normatividade – no caso das identidades das pessoas trans e travestis – nas relações sociais que coincidem com os relacionamentos cisgêneros nas estruturas heteropatriarcais. Destaquei no estudo em referência as configurações coletivas de identidades são fluídas e moventes,

conforme a necessidade de adaptação específica que a população trans e travestis tem de realizar nas relações que desenvolvem nos espaços.

Em relação a essas adaptações específicas, Júlia quanto ao seu processo de movimento da sua identidade de gênero, relata o seguinte, no **Quadro (XII)**:

**QUADRO (XII) – Trecho de resposta: Júlia**

E mesmo depois da minha transição, porque eu ainda usava roupa masculina, né? E os meu seio já estava já crescendo e etc e já veio aquele fuzuê: "eitcha, a Júlia tá com o peito maior, tá crescendo..." E foi daí que eu disse: "Não, é agora que eu quero ser chamada de Júlia, porque eu sempre me identifiquei como Júlia, né?" Mas, assim, eu não tinha saído do armário antes por conta da minha família, por conta da sociedade que não é fácil, né? Então a partir de hoje, eu quero ser chamada como Júlia. E foi daí que eu comecei a procurar a Secretaria da Mulher pra me informar como era que eu poderia fazer pra fazer a minha retificação de nome. Então aí eu durante a minha transição também, eu dei encaminhamento à minha retificação de nome também.

[...]

*(Júlia): 20 anos de idade*

**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2023).

De acordo com o trecho de Júlia, percebo que o processo de construção da sua identidade de gênero foi somado à retificação do nome, desenvolvendo um conjunto das suas trajetórias identitárias que começaram a garantir o seu "nascimento". O surgimento dos seios, a feminilidade mais acentuada e outras características do gênero feminino foram construtos possíveis para a realização de Júlia, muito embora ainda houvesse traços da pessoa antiga em seu corpo. É importante destacar aqui que as condições de construção de feminilidade para cada travesti são constituídas de maneiras diferentes, de modo que as vivências e as políticas pessoais no contexto da família, muitas vezes, vão moldar as dinâmicas que constituem os processos/movimentos inerentes às trajetórias traçadas.

O uso de roupas masculinas configura-se, para Júlia, um conjunto interessante de ações: seus questionamentos internos frente à transformação do corpo. No momento em que se dá o reconhecimento do outro – alteridade – "*foi daí que...*" resolve que quer ser chamada de Júlia, há uma afirmação/entendimento de si sobre os aspectos coletivos que já haviam sido construídos, prevalecendo suas identidades que estavam em processo "*Não, é agora que eu*

*quero ser chamada de Júlia, porque eu sempre me identifiquei como Júlia, né?”*. Nesse momento, a afirmação do nome juntamente com as características do gênero feminino, somadas à identificação desde sempre, são reforços para o “nascimento” tão desejado a partir do discurso das outras pessoas, em um movimento de alteridade, *“eictha, a Júlia tá com o peito maior, tá crescendo...”*.

As ações de Júlia, de acordo com as suas trajetórias identitárias que são movimentos percorridos no processo da sua identificação de gênero, bem como reconhecimento de si através das outras pessoas prevalecem em identidades que são reposicionadas, pois o seu “nascimento” se dá por meio de complexas questões de identidades que são ratificadas sobretudo quando seu nome é legitimado por ela. Desse modo, o reforço é uma construção de si que varia de acordo com a identificação de outros elementos que se constituem para o “encontro” de si, isto é, afirmar para ela mesma que a partir de agora quero que me chamem de Júlia é um reforço importante em que uma das suas identidades são estabelecidas.

Nesse sentido, os trajetos encarados/percorridos por Júlia, identitariamente, são de conhecimento de mão-dupla, de modo que evidencia as marcações sociais em torno da sua construção enquanto travesti, negra e nordestina. São tráfegos que a identificam em um sistema de vários percursos cujos movimentos estão centrados na produção de sentidos e significados de si: Júlia, na produção de si, é construída a partir de movimentos de ida e volta como caminhos com pontos de partida e de chegada. Ela constantemente se refaz.

O movimento identitário é construído/constituído através das trajetórias que desenvolvemos nas interações no mundo, pois as nossas identidades são camadas que se somam de acordo com as interações estabelecidas no contexto social. Entendendo os mecanismos de agrupamento em que as identidades são formadas pelos sujeitos, a interação – dentro de variados trajetos sociais e políticos – é um dos fatores importantes para a modelação das trajetórias identitárias em movimento, pois ela – a interação – consiste em um conjunto de ações e comportamentos, de acordo com Bakhtin (2011), que se somam aos universos que circulamos/andamos na contemporaneidade. Jaqueline Gomes de Jesus (2010, p. 27), compreendendo as “identidades na modernidade”, reforça também a estrutura interação como uma mudança, pois, segundo a autora, “as mudanças na sociedade levam (e levaram) a mudanças identitárias” (Jaqueline Gomes de Jesus, p. 30). Logo, a interação é também compreendida como uma mudança em movimento/processo.

A mudança, dentro dos processos das trajetórias identitárias, é um ponto de partida para a (re)construção dos sujeitos, sobretudo, quando estamos falando sobre as travestilidades, a mudança é constitutiva de um conjunto ação, cujos efeitos são produzidos no processo e na

compreensão que se tem de si, como por exemplo: “*Eu quero ser chamada como Júlia*” (Júlia), “*E aí, depois que eu comecei a transicionar, depois de um tempo...*” (Elis) e “*A partir de hoje seu nome é Tamires*” (Tamires). Jaqueline Gomes de Jesus (2010) e Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012), problematizando as lógicas da despatologização do gênero, defendem a construção da mudança enquanto identidades que são politizadas em movimento, em que as variações de identidades são legítimas para se pensar o gênero.

Já Tamires – **Quadro (XIII)** – contextualiza seu processo de transição e mais precisamente seu nome em uma situação bastante interessante.

#### QUADRO (XIII) – Trecho de resposta: Tamires

A Tamires nasceu quando eu conheci um gringo na praia [Orla de Maceió]. Eu ficava ali perto do Cais do Porto, na praia. Ele chegou e eu quase num entendia nada, meu filho. Aí foi quando ele colocou no tradutor, pelo celular, né, pra eu entender. Quando a gente tava conversando, chegou uma mulher vendendo raspadinha pra ganhar, repara!

Você pode olhar que, lá naquela raspadinha, tem o nome Tamires. Aí eu disse assim: “Eitcha, eu queria jogar.”

Aí ele falou e me mostrou, né?  
“Então jogue!”

Aí quando ele pegou a raspadinha, disse assim:  
“Seu nome é esse aqui!”  
Quando ele me mostrou, eu vi o nome Tamires.  
Aí ele falou assim, na língua dele, né?  
“A partir de hoje seu nome é Tamires.”

[...]

Aí eu cheguei no nome Tamires e raspei. (Ela faz uma representação simbólica na mesa com a unha avermelhada)

Aí ele pagou. Com isso aí meu nome passou a ser Tamires e como eu sou Edvaldo dos Santos, meu nome passou a ser Tamires dos Santos. (Nesse momento, ela retira da bolsa o CPF com seu nome retificado, porém consta o nome morto).

Eu tirei o documento e o título [documento para votação]. Falta eu mudar agora o, como é o nome meu Deus?, a identidade e o registro.  
[...]

(Tamires): 43 anos de idade

Fonte: Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

Em uma situação de prostituição, que se diga de passagem é o meio pelo qual a maioria da população de mulheres trans e travestis é levada, em torno de 90%, de acordo com dados da Deputada Federal por Minas Gerais, Duda Salabert, travesti, lésbica e professora de literatura, Tamires em um momento de conversa com um suposto cliente “ganha” seu nome “*A partir de hoje seu nome é Tamires*”. Por mais que o nome seja um processo de reconhecimento íntimo de trajetória identitária e que, portanto, esteja associado à compreensão de familiares ou pessoal, por exemplo, Tamires aceita uma das suas identidades oriunda do seu cliente. Aliás, não era apenas um cliente, mas “o cliente”: “*Aí eu cheguei no nome Tamires e raspei*” – compreensão de aceitar seu nome como pontos de partida (ressignificando a sua trajetória). Em algum momento da nossa conversa, ela declara que o gringo a pagava muito bem.

Tamires informa que havia recém-chegada a Maceió e que estava preocupada se iria fazer o “*acué*” (uso corriqueiro do Pajubá pelas pessoas TLGBQIAPN+) necessário para os custeios na casa de uma colega. A preocupação logo foi resolvida, pelo que me pareceu, porque ela é uma travesti que chama muito atenção e, como dizem, tem “*axé*”, ou seja, por ser iniciada à época na religião de matriz africana, tomava conhecimento de trabalhos e serviços que a favorecessem na noite, de modo que não voltasse para casa sem nada e em proteção dos seus orixás, porque o axé dela é forte.

A orla, próximo ao Cais do Porto de Maceió, assim como em toda a extensão marítima da cidade, é um lugar em que há a presença de profissionais do sexo. À noite, são os movimentos possíveis que acontecem as demandas dessa população específica: vários clientes, “*acuendar a neca*” (guardar/esconder o pênis), arrumar bem o “*picumã*” (cabelo), empinar o “*edy*” (rabo/bumbum), prestar atenção nos “*alibã*”, viado (prestar atenção nos policiais), as monas estão parecidas com as “*amapô*” (as travestis estão parecidas com as mulheres cis) e por aí vai. O uso da linguagem pajubeira é um recurso para além das marcações linguísticas específicas de uma população, é um processo de resistência e controle de vida, pois, caso alguma situação acometa à vida das travestis na noite, o alerta é rápido e objetivo entre elas.

Compreender as construções linguísticas que incidem sobre a linguagem pajubariana indica um movimento, penso eu, de trajetória de sobrevivência, visto que se trata de comportamentos dos quais envolvem politicamente a presença de travestis em ambientes de força, resistência, controle de corpos, interação e, especificamente, apropriação de lugar. Em outras palavras, a linguagem pajubariana é um conjunto de atitudes-corporais-linguísticas que atendem a construção de novos saberes e práticas de experiências.

Atendendo a uma ética pajubariana, ao se pensar na construção linguística que se propõe às travestis, Sofia Fávero (2020, p. 16) discorre que

Pensar uma ética pajubariana [...], trata-se também de reconhecer as apurações marcadas pela travestilidade como encadeadas pela relação que elas têm com seus campos, ou seja, conforme uma cosmologia específica. Não é apenas a transgressão da linguagem que está em debate, mas o tangível rompimento com um modo “seguro” ou “estável” de obtenção de dados. De fato, segurança e estabilidade não condizem com praticamente nenhum projeto investigativo, às vezes, é o oposto, o caos, que costuma dar o tom.

A questão dos nomes (morto e vivo, por exemplo) foi algo interessante, pois Tamires informou que seu nome morto no documento, que me mostrou, a incomoda, justamente por trazer um conjunto de lembranças e memórias das quais a fazem reviver pensamentos desagradáveis sobre a sua família. Dessa forma, o nome vivo – Tamires da Silva –, de acordo com o quadro acima, tanto a coloca em um lugar de ressignificação das suas trajetórias identitárias quanto a projeta para um momento de reconhecimento de si e das suas lutas, levando em consideração todos os atravessamentos que enfrentou durante a sua existência, sobretudo, no início da adolescência “Eu tirei o documento e título. Falta eu mudar agora o, como é o nome meu Deus?, a identidade e o registro”.

Brume Dezembro Iazzetti (2021), travesti, transfeminista e antropóloga historiadora, a partir da abordagem antropológica histórico-social, analisa a presença da linguagem pajubariana no espaço da universidade como processo de permanência para pessoas trans e travestis. Nesse caso, o pajubá consiste em um dos principais movimentos de coletividade e resistência dentro das questões raciais que reforça politicamente a presença de pessoas trans e travestis em espaços de poder, como é o caso da universidade.

Por meio da perspectiva interseccional, Brume Dezembro Iazzetti (2021) defende a linguagem pajubariana nos atravessamentos de força que incidem sobre as microlutas construídas pelas pessoas trans e travestis, em que dinâmicas políticas, epistemológicas e construção de afetos são trajetórias identitárias dessas pessoas que se inserem à academia para

entendimento de realidades possíveis em diversos espaços. Trazendo a compreensão de Sofia Fávero (2020) sobre a importância do pajubá como forma de resistência e produção de vida, compreendo que são fatores que dialogam com a realidade de muitas pessoas trans e travestis em meio ao caos e a oposição de ideias que vivenciam construções de vida díspares.

Entendo que o processo de transição das colaboradoras/participantes foi construído por políticas diferentes, embora os movimentos identitários sejam semelhantes e tenham sido um movimento importante para as suas existências/sobrevivências na sociedade. O nome, como um processo que se constitui nas trajetórias identitárias marcadamente necessário a qualquer ser humano, constitui um conjunto de microrresistências que pode ser atrelado aos movimentos constituídos individualmente, entendendo que ele é uma marcação preponderante, no caso, da população trans, à nova vida, pois é a partir dele – o nome – que muitas pessoas nascem para o mundo.

Quando a professora de literatura Duda Salabert, ao escrever o posfácio do livro de Caio Benevides Pedra (2020), “*Cidadania Trans: acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil*”, relata sobre as condições pessoais do seu processo de transição e resgata um trecho que diz que “luto por banheiro, nome e identidade” (Salabert, p. 280) está se referindo, como trinômio mínimo, ao reconhecimento socialmente a lutas humanas por travestis e transexuais que precisam ser legitimadas. Penso, nesse caso, que a travesti está indicando que as principais lutas da população na qual ela faz parte são as de reconhecimento à humanidade que constitui o ser humano travesti, de maneira que o trinômio seja a pauta que mais indica o movimento das trajetórias identitárias da população específica.

A Deputada Federal Salabert, juntamente com sua companheira de luta na Câmara de Deputados/as, Érika Hilton, trava uma árdua batalha frente às demandas sociais e políticas que se inserem na vida da população transgênera e transvestigêneres, entendendo que são demandas que historicamente nunca foram pensadas e votadas, na Câmara, em prol da promoção de dignidade dessas pessoas. Falo isso porque a luta principal que essas parlamentares desenvolvem em seus discursos e nos projetos de lei são, acima de tudo, pela seguridade dos corpos dissidentes que são violentados por uma sociedade cisheteronormativa e cisheteroterrorista<sup>31</sup>. Além disso, a professora de literatura alerta que “luto politicamente para que nós, travestis e transexuais, tenhamos o direito ao banheiro” (Salabert, p. 280), pois o acesso ainda a um serviço orgânico é conquistado por muita luta. Afinal de contas, as populações

---

<sup>31</sup> O entendimento do vocábulo, a partir dos significados que incidem sobre a cisgeneridade e a heterossexualidade, gira em torno das configurações de uma população reconhecida como hegemônica, de acordo com Meneses (2021), França (2024) e Bortolini (2023), em que as imposições sobre as multiplicidades dos corpos são constantes.

transgênera e transvestigêneres ainda são consideradas abjetas na sociedade; logo, não têm direito a um bem comum: fazer xixi, por exemplo.

Diante dessas considerações, retomando a pergunta inicial às participantes/colaboradoras deste estudo, referente ao período de transição, dentre as políticas que emergem a identidade transexual, afirmo que são trajetórias identitárias que ressignificam a sua existência, problematizam as considerações e conceituações de gênero, bem como problematizam a ideia de expressão de gênero, desmantelam as conclusões fechadas da sexualidade, questionam a própria sobrevivência na lógica de um sistema não pensado para essa população, realizam fissuras específicas nas considerações de sexo, raça e sexualidade e, acima de tudo, mas não menos importante, protagonizam suas narrativas como produção de novos saberes, pois se trata de uma população existente para uma determinada parcela da sociedade e para outra não é visível.

Dessa forma, as trajetórias identitárias, nos casos de **Tamires, Júlia e Elis**, evidenciam acontecimentos e movimentos que são marcados por lutas de sobrevivência que demandam posturas individuais e coletivas, perfazendo o contexto importante que se revela a interação dessas pessoas na sociedade. A interação, assim, é a base em que os processos identitários vão sendo realizados e modificados constantemente a respeito da construção da identidade de gênero. Viviane Vergueiro (2020, p. 467), compreendendo os efeitos de linguagem sobre a construção da identidade de gênero, detalha que há quatro binômios dessa identidade: (1) público/privado; (2) sexo/gênero; (3) natureza/cultura e (4) corpo/mente, como resultado de produções de fronteiras.

---

#### **5.4 Políticas de representatividade – “*Você se sente representa por quem?*”**

---

**A**s alianças construídas pela população TLGBQIAPN+ com segmentos da sociedade que podem promover ações de vivências e construções de vidas saudáveis, dentro das possibilidades de entendimento das suas demandas sociais e políticas, concentram-se nas perspectivas interseccional, transdisciplinar e multidisciplinar – entre gênero, sexualidade, raça e classe social – acerca dos movimentos sociais ou das casas de acolhimento, das políticas públicas centradas nos corpos marginalizados, no conjunto de ações que visibilizam pessoas invisibilizadas, na intersecção das discussões sociais-políticas-culturais-locais quanto às realidades das trajetórias identitárias em/no movimento.

Essas alianças/conexões, por sua vez, implicam em estruturas de resistência que subjazem as vidas de cada membra/o que pertence à população, isto é, são conjunturas sociais e políticas que, inicialmente no campo discursivo como “efeitos e práticas da/na violência”, de acordo com Lau e Fatima (2020), problematizam questões relevantes sobre os corpos desviantes da normatividade, levando em consideração que diversas áreas assumem alianças/conexões com outras áreas distintas: música, ciência, artes plásticas, teatro, novela, cinema, educação, amizades, parentes, colegas e várias outras.

Jaqueline Gomes de Jesus (2023, p. 149), por outro lado, estabelece uma crítica em relação às representatividades LGBT, quando são meramente em debates internos em que a presença de “*drag queens* (todas interpretadas por gays cis)”, a fim de realizarem *talk show* para diversão em eventos de instituições e partidos assumem o palco com a ilustração da caricatura, que não há problema no processo de ser caricato, mas que o protagonismo seja voltado para as pessoas trans ou travestis. A professora negra e travesti, nesse sentido, alerta que se trata de uma “inclusão meramente simbólica”, cujos efeitos podem ser frágeis e completamente estruturais (Jaqueline Gomes de Jesus, 2023), em que em nada indica representação.

Por isso, compreendendo as representatividades como efeitos e práticas, **Elis** – uma travesti, negra e universitária – no **Quadro (XIV)**, ao responder à pergunta “*Você se sente representada por quem?*”, diz que

#### **QUADRO (XIV)** – Trecho de resposta: Elis

É uma pergunta muito complicada, Beto, porque eu sou uma mulher de múltiplas personalidades, porém o Caerr simboliza pra mim uma das múltiplas personalidades. Porque eu me vejo em muitas pessoas e essas pessoas, muitas das vezes, são bem diferentes. Tipo, em questão de corpo, em questão de âmbito físico e estrutural, eu me espelho bastante na Bárbara. Bárbara é uma mulher trans que, quando era antes da transição, ela era que nem eu: totalmente esquelética. Pra mim, eu me via muito magra, muito magra. E a Bárbara também era assim. E aí, que a Bárbara se dedicou bastante ao corpo dela, tipo, tirando, assim, a questão da prótese e tudo mais, tô falando da questão do físico: ir pra academia, se preparar é questão de físico. Pronto. Eu tenho muito ela na minha mente, tipo, “Se ela conseguiu fazer, então por que também eu não consigo?” Então sempre botei isso na minha mente. Então, eu tô bastante focada na academia, só não tô indo essas duas últimas semanas porque eu estou doente,

mas eu tenho visto o meu resultado, tenho dado resultado. Então tô bastante feliz com o que eu tô conseguindo.

[...]

(Elis): 24 anos de idade

Fonte: Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

De acordo com o trecho de Elis, podemos citar três pontos que merecem atenção para este momento, a saber: **(a)** O Caerr como uma das produções de múltiplas personalidades; **(b)** a representação/influência de sua amiga “*Se ela conseguiu fazer...*” e, por fim, **(c)** movimento de si na produção de várias Elis, logo, a alteridade. Entendemos que as trajetórias identitárias que vão delineando os caminhos percorridos pela universitária, de modo que se desenvolvem a partir de mecanismos de representação externa, quanto interna, pois ela própria também se configura como um surgimento de várias Elis mediante seu olhar para o corpo.

Há também, segundo Elis, o reconhecimento do Caerr como um espaço de construção das suas personalidades: “porém o Caerr simboliza pra mim uma das múltiplas personalidades”, compreendendo que seu ponto de partida é construído também pelo Centro. Dentre as trajetórias identitárias que implicam a caminhada de Elis, há a compreensão de que o Centro é um lugar onde seu tráfego foi construído/constituído como movimento, oportunizando, em outros momentos, a figura do presidente do Centro como peça importante para o seu percurso.

É importante notar que o Caerr traz uma produção de sentidos, segundo Elis, que entendo como mão-dupla, embora o trecho seja curto, comparado, por exemplo, com os argumentos sobre a influência de sua amiga. Atrelado à produção de sentidos, o Caerr me parece ora como ponto de partida, ora como ponto de chegada, entendendo, sobretudo, os diversos movimentos que são construídos no espaço, não somente para Elis, mas para todas as pessoas que veem nele como uma atitude/oportunidade na contra-mão do que se espera pela sociedade.

As representações são diversas para Elis, principalmente, quando fala a respeito do corpo – a construção do corpo ideal dentro de um padrão estabelecido – procurando “*focar na academia*”. Como se trata de uma relação de causa e efeito, em comparação com a sua amiga Bárbara, Elis, de certa maneira, constrói/modela seu corpo na academia, entendendo que aquele espaço é um mecanismo de construção para o seu objetivo e para a sua subjetividade. Marcadamente o físico está associado a um corpo lido como perfeito, quando ela declara que “*Pra mim, eu me via muito magra, muito magra*”, procurando as mudanças que já começam a aparecer e serem notadas por ela.

A representação/influência de Bárbara, uma mulher trans, para Elis, também está associada como forma de resistência, porque em outro momento da entrevista, Elis diz que Bárbara frequenta a academia no “carão”, procurando sempre impor respeito naquele espaço o qual não é pensado para as mulheres trans e travestis, porém elas estão ocupando todos os lugares possíveis e, sobretudo, aqueles onde as suas presenças são politicamente de resistência e atuação. Então, Elis, em processo/movimento de constituição das suas trajetórias identitárias, desenvolve mecanismos de sobrevivência para a construção do seu corpo e, conseqüentemente, resistência física para suportar as dores e as delícias de existir em diversos espaços, sobretudo, na academia.

O percurso que Elis traça em relação ao seu corpo “*Se ela conseguiu fazer, então por que eu também não consigo?*” implica em um questionamento que reforça a sua vontade de crescimento/construção de si. O reforço é estabelecido a ela no momento em que a sua amiga realiza o processo de contra-mão em um espaço que o corpo entra em evidência: academia. Quando ela diz “*Então, eu tô bastante focada na academia*” e “*Então tô bastante feliz com o que eu tô conseguindo*”, há um caminho interessante de construção de si e um processo de trajeto em que a academia contribui para a sua felicidade “*tô bastante feliz*”. Nesse sentido, podemos compreender que Elis está sendo constituída e representada por diversos fatores externos a ela, porém o principal seria um fator interno: a sua felicidade na mudança do corpo, ou seja, movimento que nasce de dentro para fora.

As trajetórias identitárias, construídas/percorridas por Elis, são diversos percursos/movimentos de compreensão de si: uma produção de várias Elis, como se no momento em que os processos vão acontecendo, outras pessoas vão surgindo na contra-mão de outros meios de interação e conhecimento das subjetividades. Em outras palavras, é um tráfego que subverte a sua lógica, prosseguindo em processos de conhecimento sobre as suas realidades construídas. Elis com as suas Elis.

Já Júlia, no entendimento acerca da representação, como demonstra o **Quadro (XV)** abaixo, em relação às possíveis influências diretas e indiretamente, relata o seguinte

#### QUADRO (XV) – Trecho de resposta: Júlia

Ah!, eu tenho várias pessoas que eu admiro muito. Apesar de todo sofrimento e que nunca me abandonou, assim, é a minha mãe, entendeu? Porque em todo sofrimento, minha mãe me representa em tudo, foi ela que me deu a vida e me fez quem sou (Risos). Só minha mãe. Meu pai eu não ligo, porque praticamente não cuidou de mim. Mas minha mãe é tudo. E aqui na cidade, uma

peessoa que é do meio, e que me representa é a Bia, que é a presidente do Conselho [Presidente do Conselho de Direitos Humanos e Cidadania da população LGBTQIAPN+ de Campo de Alegre - AL], porque além de minha amiga, ela é uma irmã que sempre esteve comigo nos momentos mais difíceis. Então, assim, pra mim é uma pessoa que me representa pra caramba!

E no meio artístico, ah! É a Pablo Vittar. Eu amo. Porque, assim, ela tem história de vida, né? Então, assim, ela sentiu na pele o que é ser uma gay afeminada, passando por preconceito na escola. Então ela tem uma história de vida gigante, porque pra ela chegar onde ela chegou hoje, ela começou de baixo, entendeu? Pra mim, é uma inspiração total.

E lá em Maceió, é o Nildo do Centro, sabe?! que me apoia em tudo. Ele me dá vários conselho e diz pra mim se dedicar nos estudos. Entendeu?

[...]

(Júlia): 20 anos de idade

Fonte: Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

As representações de Júlia, no trecho acima, giram em torno de pessoas que a inspiram, como um ponto de partida para a construção que entende e almeja de si, a saber: **(a)** sua mãe “*me representa em tudo*”; **(b)** sua amiga “*me representa pra caramba*”; **(c)** Pablo Vittar “*ela tem história de vida*” e, por fim, **(d)** O presidente do Caerr “*me apoia em tudo*”. São representações que passam por um tráfego de importância às trajetórias identitárias de Júlia, indicando um conjunto de sentimentos que atravessam tanto as suas atitudes, quanto seus comportamentos no percurso de entender a vida.

Percebe-se, neste momento, que as representações/influências para Júlia são bastante significativas. Primeiramente, é a mãe que, apesar de todas as relações de conflito que passaram (não entrou em detalhes), seguiu junta com a filha, ainda que sem entender muito o processo de transição e construção da sua identidade de gênero: “*Apesar de todo sofrimento e que nunca me abandonou, assim, é a minha mãe, entendeu?*”. Júlia, uma travesti negra e com passabilidade notadamente no meio cisgênero, aparentemente entende a relação que teve com sua mãe, pois no momento em que traz à tona a figura do seu pai (como um movimento de revolta e sem sentimento algum) evidencia a potência que sua mãe representa à sua vida. A mãe

é aquela figura que indica o conforto, a proteção, a segurança e a certeza de uma vida que pode ser vivida com força e resiliência: *“Minha mãe me representa em tudo, foi ela que me deu a vida e me fez quem sou”*.

Em seguida, outra pessoa que muito a influencia é sua amiga negra, gorda e de axé, Bia, atual presidente do conselho na sua cidade, porque sempre mantiveram relações de cumplicidade e muito entendimento sobre as questões de serem mulheres negras ocupando espaços de poder. Interessante que o reconhecimento da influência da sua amiga se dá através da comparação pelo sentimento de irmandade *“porque além de minha amiga, ela é uma irmã que sempre esteve comigo nos momentos mais difíceis”*. A negritude reforça o movimento construído por elas, detalhando o sentimento que se integra as duas.

E, por fim, no meio artístico, Júlia compreende a importância da artista do meio pop: Pablo Vittar, ainda que ela não se identifique com as identidades das transgeneridades, mas sim como a própria artista diz: *“sou uma gay afeminada”*, todavia a sua história repercute na história de Júlia, como uma possibilidade de crescimento e força para superar as dores e as amarguras sofridas. Ao se referir à artista, Júlia diz que não prefere entrar em detalhes sobre a sua passagem pela escola, porque lhe causa muita dor, mas que reconhece a sua história e o seu crescimento diante das dores que vivenciou.

E, quanto à importância do presidente do Caerr na sua trajetória *“que me apoia em tudo. Ele me dá vários conselho e diz pra mim se dedicar nos estudos”*, como um ponto de apoio que é estabelecido no Centro, de modo que se evidencia o ponto principal entre o presidente e Júlia: os estudos. Júlia sabe da importância dos estudos em sua vida, quando é reforçada pelo presidente, pois relatou, em outro momento, que pretende cursar Educação Física e trabalhar como professora na cidade onde mora, Campo Alegre. Nesse sentido, os estudos são presentes no percurso que ela vai trilhar, associando seu crescimento à sua trajetória identitária como referência para outras pessoas.

Ainda em relação à passabilidade, Kulick (2008, p. 210) declara na sua pesquisa etnográfica que *“todas as travestis partilham da ideia básica de que é perfeitamente legítimo buscar todos os meios para melhorar a aparência e ficar mais bonita”*. Nesse sentido, a passabilidade construída em/por Júlia, especificamente, está ligada ao corpo, cabelo, roupa, adereços do gênero feminino, à compreensão de ser uma mulher que, de fato, é. A política da passabilidade, que fique bem claro, não é uma demanda para todas as travestis e mulheres trans como um regime de imposição para reafirmar a sua identidade de gênero, mas um conjunto de mecanismos que se integram e se somam à mulher em que o resultado chega próximo à mulher cisgênero.

Em Herzer (2007), na seção dos poemas em – Sedução –, há um trecho em que o garoto trans descreve a seguinte passagem: “*E toda a dúvida se fez silêncio / e no embaraço, nosso doce laço*”. E ao longo do poema, o *boy* trans vai descrevendo os processos de (des)construções em que a passabilidade (não utilizando esse vocábulo) incide sobre os corpos trans, procurando entender o destino que se espera no corpo trans: o provável segredo do silêncio. São demandas da construção da identidade de gênero que permitem a associação com outra população, mas que também desmantela a noção de gênero imposta.

Retomando à questão da representatividade/influência, através da pergunta “*Você se sente representada por quem?*”, **Tamires**, de acordo com o **Quadro (XVI)** abaixo, relata o seguinte

#### QUADRO (XVI) – Trecho de resposta: Tamires

Aí eu fui fazer programa. Fui pro Los Pampas, que um motel que tem um cavalo. Ia pra outro motel e depois a gente baixava numa discoteca, chamada Xamego do Povo, de frente de uma escola, chamada Escola Técnica, no Centro. E a gente bailava, a gente arrumava macho, a gente bimbava [prática sexual], a gente ganhava dinheiro, ganhava até em dólar, entendeu Alberto? E a gente depois destrocava os dólar no Espaço 20, perto da beira da praia. Entendeu? E a gente transava, a gente arrumava boy, só não levava os boy pra nossa casa. Ela dizia logo, ela era experiente, aí dizia assim:

“Ói, não leva macho pra casa não, Tamires!”

Pronto, ela me representa demais, Alberto. Só não passei fome mesmo em Maceió por causa que ela me ajudou naquela época. Acredita? Nunca mais soube de notícia dela, num sei se morrei ou se tá viva ainda. E nessa história, ói, o Centro [Caerr] me deu muito de comer, tá entendendo? Por isso que não deixo ninguém falar nada de lá, porque, na hora que aperta aqui pra mim - as minhas coisas -, tá entendendo?, é lá que me socorre, porque eu arrumo dinheiro e vou bater em Maceió pra pedir ajuda.

Sobre o presidente do Caerr, eu num tenho nem o que falar, você acredita? Ele ajuda muita gente. Ele praticamente é um pai pros viado e pras travesti, porque naquela redondeza toda [faz movimentos circulares com os dedos], todo mundo sabe que ele gosta de ajudar.

[ . . . ]

*(Tamires): 43 anos de idade*

Fonte: Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

**Tamires**, no trecho acima, frente às suas representações, é bastante enfática quando se refere a duas pessoas específicas: sua amiga e o presidente do Caerr. Ambas com dinâmicas diferentes em contextos diversos, mas que proporcionaram/am o crescimento de um sentimento de gratidão a respeito em sua trajetória percorrida. Tamires, uma mulher negra e do axé, enfrentou situações adversas na rua, descrevendo em outro momento do nosso encontro, que correu dos *alibã* “policiais” nas ruas do Jaraguá (bairro histórico de Maceió e com concentração de profissionais do sexo em algumas ruas), pois, devido à violência na época, não podia ficar em determinados lugares do bairro.

Uma mulher negra que, embora não traga em seu discurso a questão da negritude, evidencia em seu corpo marcas de um sistema racial não pensado para ela e que, diante da sua narrativa de vida/resistência, sobrevive em pé na luta contra todas as manifestações de preconceito que seu corpo experiencia. Os movimentos que Tamires narra são profundas marcas de construção de uma mulher de luta, forte em seus orixás e persistente nas suas crenças, valorizando sempre sua história (com seu passado e seu presente, cronologicamente) através de processos de enfrentamentos nos quais desenvolveu para sobreviver.

As duas pessoas representativas em sua trajetória consistem tanto em reconhecimento de momentos importantes à sua vida, pois ela diz “*Só não passei fome mesmo em Maceió por causa que ela me ajudou naquela época*” referindo-se à amiga que a acolheu quando veio tentar a vida na capital, quanto em relação ao apoio que recebe do Caerr “*Por isso que não deixo ninguém falar nada de lá, porque, na hora que aperta aqui pra mim – as minhas coisa – tá entendendo?, é lá que me socorre*”. Entendo neste momento que Tamires carrega em seu discurso o sentimento cheio de gratidão e que não aceita que ninguém diga o contrário em relação ao Centro, entendendo quase como sua segunda casa.

Quando se refere “*na hora que aperta aqui pra mim*”, a mãe de santo está relatando sobre seus trabalhos em seu terreiro, tendo em vista que seus/suas clientes, dependendo da época, a procuram em pouca demanda, dificultando, assim, na condução do seu sustento. Como ela não está trabalhando mais nas ruas, como antigamente, realiza atendimentos esporádicos, atualmente, porém, seu sustento vem de seus trabalhos desenvolvidos com as entidades.

Outro ponto muito pertinente que merece atenção aqui é quando Tamires se refere ao presidente do Centro “*eu não tenho o que falar... ele ajuda muita gente*” e “*Ele praticamente é um pai pros viado e pras travesti*”, descrevendo a contribuição/significância do presidente do

Caer para as pessoas que frequentam o local, enquanto uma pessoa que assume um papel muito importante às pessoas em situação de vulnerabilidade e que, entendendo as diversas realidades postas no local, contribui para a trajetória identitária de várias pessoas. Há, nesse momento, em sua trajetória identitária, o entendimento da margem do caminho, quando faz menção ao presidente, isto é, ao se referir que ele é “*praticamente um pai*” a uma população específica: viado e travesti, ela entende que ele também é um pai para si e que, essa figura simbólica na família, em alguns casos, indica certa abjeção seja à identidade de gênero do/a filho/a, seja sobre a orientação sexual dele/a, porém tal abjeção não se aplicaria a figura do pai que é o presidente.

Entendamos também um pequeno recorte na narrativa de Tamires, uma travesti negra, que é sobre a sua experiência, nascida e criada em território rural da cidade de Viçosa (AL), e a faixa etária, uma mulher de 43 anos que, diferentemente de Elis (24 anos) e Júlia (20 anos), traz outras vivências marcadas de atitudes diversas e “olhares” distintos a respeito das questões sociais que marcam as discussões de gênero e sexualidade. Estou me referindo a um contexto social e político que se integram às suas trajetórias identitárias, pois a narrativa de Tamires é carregada de especificidades que, embora Elis e Júlia, por exemplo, tragam vivências parecidas, comportam na sua idade mais experiência com as dinâmicas da vida.

#### **Notas de campo:** quinta-feira à tarde

Em uma tarde de quinta-feira, estava na cozinha do Centro conversando com o presidente e somos surpreendidos pela chegada de Elis, completamente esbaforida e muito cansada porque havia levado uma carreira (correu assustadoramente) de um homem na rua que a chamava por “*seu traveco*”. Preocupados diante da situação e nervosos com o ato transfóbico que nossa a companheira sofreu, pedimos que se sentasse, reestabelecida a paz, a gente a acalmou com água e logo voltamos a conversar sobre a sua vinda ao Centro. Elis estava com muita fome.

Ao chegar, completamente descabelada e muito assustada, chorou copiosamente, temendo por sua vida, pois sabia que, naquele momento, poderia ter sofrido uma violência que acometesse a sua existência. Estava muito pálida e bastante suada. Imediatamente corremos, o presidente e eu, à porta do Centro para vermos o algoz, porém não se via ninguém na rua. Prontamente, o presidente nos disse que, se o caso persistisse, iria acionar a ronda (o batalhão policial) para o local, tendo em vista que corríamos risco naquele contexto.

Neste momento, vou à porta para “passar” a chave com o intuito de nos proteger de alguma invasão no Centro, visto que raras são as vezes que a porta fica fechada, levando em consideração que o fluxo de pessoas é bastante expressivo. O próprio presidente me pediu para fechar e trancar.

Elis, após um longo período de choro e depois de tomar água, nos disse que aquela havia sido a primeira “carreira” que tinha sofrido e que não queria deixar de frequentar o Centro, mas que iria pensar duas vezes. Neste momento, Nildo a tranquilizou mais uma vez e disse que poderiam conversar em outro momento, porém a entendia por conta da violência sofrida.

---

“Seu traveco” assim como outros mecanismos de morte que deslegitimam identidades trans que passam diariamente a lutar sobre os aspectos de uma vida vivível. Associado ao termo de ódio, há um sentido coletivo e social que a sociedade cisheteroterrorista profere destino à população transgênera, relacionando o discurso à vontade de excluir, silenciar, hipersexualizar, matar. O discurso de ódio<sup>32</sup> também é uma política de morte.

As violências que a população TLGBQIAPN+ passa são várias e em dimensões específicas, desde a deslegitimação das nossas identidades como pessoas aos assassinatos à luz do dia pelo fato de existirmos. Dados de notificação do **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** no documento **Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023** referente a 2022 revelam que as violências destinadas a essa população específica acontecem em vários âmbitos, mas sobretudo no contexto de rua, em situações em que, muitas vezes, não há momento de defesa da vítima.

Os descritores utilizados no documento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública para levantamento dos dados notificados foram: *lesão corporal dolosa, homicídio doloso e estupro* (p. 106), em relação aos registros de crimes contra a população TLGBQIAPN+. Vale ressaltar que esses descritores não se resumem ao quantitativo geral de violências que as pessoas sofrem, visto que, de modo geral, para cada região do Brasil, dentro das suas especificidades, há um número significativo de controle e manutenção dos corpos. Afirmo também que esses

---

<sup>32</sup> Judith Butler (2021), em “*Discurso de ódio: uma política do performativo*”, argumenta que a linguagem opressiva não apenas representa a violência, como também é a própria violência, estabelecendo assim uma “coisa viva” entre as pessoas, pois na mesma direção que ela – a linguagem – conforta ou acomoda as relações sociais diante dos seus efeitos de sentido, há na mesma proporção torturas que são proferidas performativamente a alguém. Sendo assim, dentro da política do performativo e, portanto, nas relações sociais que os discursos circulam, o insulto é um golpe, de acordo com a filósofa, de maneira que se desenvolve a partir de mecanismos e estratégias no campo da ofensa, da dor, da morte e do agir.

descritores se assemelham com os mesmos descritores utilizados para descrever as violências sofridas pelas mulheres, dentro da perspectiva dos feminicídios, envolvendo aspectos sociais e políticos que, por meio da política de construção da diferença, de acordo com Hall (2014), prevalecem estruturas sociais que são pensadas para construir vidas.

Retomo aqui, a partir das considerações dos descritores do documento oficial, a um trecho da entrevista da travesti Isabelli Potter, negra, bissexual e ex-prostituta, no canal de outra travesti Paula Ferreira – *QueenCast*, no ano passado, quando Paula pergunta sobre os desafios em relação às violências sofridas nas ruas por ela. Potter diz o seguinte:

A gente desvia os nossos desejos, né!? A gente se reinventa. Quando a gente tá na rua no mercado informal, amor, a gente é puta! Quando a gente trabalha na prostituição, a gente tá ali na esquina, e infelizmente na prostituição, as travestis alcança a questão da cisgeneridade. As menina querem ter corpão, querem botar peito, e o mercado do trabalho, que é a prostituição, ela requer que você faça isso. Te cobra, porque, tipo, você acha que tudo vai melhorar e eu posso te falar que, depois que botei meu peito, parei de ganhar na rua! (Isabelli Potter – YOUTUBE – 7'51''/8'20'')

Há um ponto interessante a ser analisado no discurso de Isabelli, referente às tecnologias impostas pela cisgeneridade no seu corpo, quando diz que, após colocar peito, o número de clientes diminuiu, como se a colocação do peito – pertencente à figura feminina – descaracterizasse a figura da travesti que está na rua. Há movimentos interessantes que podem ser reconsiderados como produtos ou referências questionados, a saber: não necessariamente o homem que procura os serviços de uma travesti, na rua, quer o corpo feminino; nem sempre as travestis realizam modificações em seus corpos para corresponder a uma demanda externa; os desejos, no plano da sexualidade, são fluidos tanto para as profissionais do sexo quanto para seus eventuais parceiros. Resgato, neste momento, fazendo um recorte, que a entrevistadora também passou por essa realidade nas ruas e que, apesar de corresponder a uma demanda completamente imposta, não se arrependeu, mas que não sabia que a cisgeneridade, de forma completamente agressiva, dita e impõe as regras aos corpos das travestilidades e das transvestigêneres.

Isabelli Potter, em uma hora e trinta e sete minutos, expõe suas trajetórias identitárias como movimento de construção das suas realidades, relevando particularidades enquanto uma travesti que vive com HIV. Problematiza em algum momento as suas narrativas que viveu na Europa, detalhando minuciosamente os entraves de ser uma travesti no Brasil contemporâneo, mas, ao mesmo tempo, compreende as lutas anteriores que muitas travaram e lacraram lá atrás, informa também os entraves que desenvolveu com uma cafetina (mulher que agencia as

travestis para o trabalho informal), descreve os mecanismos de sobrevivência em uma situação em que a sua vida ficou em risco e diversos depoimentos que asseguram a importância do Canal de Paula Ferreira para as vivências da população transgênera.

Nessa mesma direção das tecnologias de gênero e de sexualidade, penso nas *muxes* do México, que não se identificam nem como homem, nem como mulher, porém são pessoas confundidas como transexuais. As *muxes* nasceram com o sexo biológico masculino, mas escapam das regras normativas que são impostas aos seus corpos, vivenciando as condições possíveis de um terceiro gênero. Tradicionalmente, *muxes* assumem o papel de cuidar dos pais na velhice, o que para algumas pessoas do México. Significa dizer que ter uma *muxe* em casa seria uma bênção. Um pouco problemático, porém interessante e que se assemelha com a nossa realidade aqui no Brasil.

Quando aponto que tal comparação da realidade das *muxes*, no México, se assemelha com a realidade de algumas pessoas da população TLGBQIAPN+ aqui no Brasil, estou entendendo que algumas pessoas cuidam de seus pais na velhice, como forma de companheirismo e retribuição pelo “acolhimento”. Claro que não generalizo nem muito menos romantizo essa relação, mas compreendo que em alguns casos há essa realidade aparente na família.

E, retornando ao caso de Elis, a sua resistência construída/desenvolvida nos espaços em que se movimenta, dentro das produções das suas subjetividades enquanto uma mulher trans, configura um processo de lutas constantes em que diversos corpos enfrentam na teia social, levando em consideração que a “resistência”, de acordo com as gays nordestinas Silva Lima e Bomfim (2022), é um comportamento de enfrentamento e, acima de tudo, construção de sentidos sobre modos de viver.

---

### 5.5 Existe prisão no corpo trans?

---

**B**ento (2017a) e Fávero (2020) realizam problematizações e contrassensos que se comunicam entre si, entendendo a lógica do corpo como processo e trânsito, construindo percepções humanas em relação à interatividade no mundo. Bento, por sua vez, destrincha questões que giram em torno dos corpos transgêneros na fase adulta, compreendendo as relações sociais e políticas que se agrupam a esses corpos e Favero detalha as “amarras” e os “desafios” do corpo transgênero na fase infantil, questionando informações da ordem da violência que se associa a ele, funcionando como mecanismo da projeção do político.

As diversas prisões (e violências sociais e políticas) que se somam aos corpos desviantes e em dissidência que compõem a população TLGBQIAPN+ e, sobretudo, corpos trans e travestis consistem nas relações de resistência e medo, levando em consideração as construções sociais em que a cisheteronormatividade implica sobre esses corpos como norma. As relações de *resistência* e *medo*, nesse sentido, podem ser compreendidas, de acordo com Berenice Bento (2017a), Sofia Fávero (2020) e Freire (1967), como lugares de pertencimento que são construídos nas relações de interação entre/com as pessoas, como também são movimentos da ordem da existência, porque as pessoas trans e travestis, especificamente, são pessoas para cistema que vivem à margem do caminho e nas normativas do tráfego, deixando de lado as suas evidências performáticas enquanto pessoas civis.

Compreendo e percebo, felizmente, que as pessoas trans e travestis estão em ascensão social em diversos setores da sociedade (políticas públicas, educação, LA, saúde, saúde da família, psicologia, matemática, serviço social e outros)<sup>33</sup>, ocupando cargos e legitimando as suas identidades como seres políticos que atuam em diversos campos e setores, implicando nas relações de propagação dos conhecimentos e construção de políticas que corroboram para as suas existências. Não romantizo aqui as relações que as pessoas trans e travesti constroem na sociedade, pois sei que as lutas são constituídas por meio de várias violências, como silenciamento e, muitas vezes, morte. Então, trazer à tona as compreensões de resistência e medo é também promover as construções da ordem das violências de morte e de silenciamento. Desse modo, pensando em questões sobre as existências dos corpos de pessoas trans e travestis, é, acima de tudo, compreender que as lutas estão acontecendo e são promovidas após os diversos ataques que essa população sofreu nos últimos quatro anos no desgoverno federal.

Os corpos que compreendem as pessoas trans e travestis demandam especificamente de políticas públicas (em todas as esferas públicas que são presentes na sociedade) que possam garantir as suas existências, porque não basta apenas o entendimento de luta, que também é legítimo, mas a atuação de políticas públicas que abarquem as possibilidades de existência de pessoas trans negras, não-binárias, periféricas, do axé (religiões de matriz africana), lésbicas, com deficiências, quilombolas, indígenas, nordestinas (pelas suas demandas específicas de existências) e outras trajetórias identitárias que vivem em movimento constante de produção de vida. Além disso, as discussões, em que os corpos em dissidentes e diversos se incluem,

---

<sup>33</sup> Em se tratando das experiências que obtive na participação de dois grandes congressos, XI Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Etnicorracial e de Gênero (Rio de Janeiro / 2023) e Fazendo Gênero 13 (Florianópolis / 2024), pude experienciar os movimentos identitários que são construídos a partir das travestilidades, transgeneridades e transexualidades, protagonizando pesquisas contemporâneas em diversas áreas e atuando socialmente como pesquisadoras/es em prol da justiça social.

consistem em relações de coletividade e individualidade: por um lado, como coletivamente, entende-se enquanto ações de grupos diversos sobre as nossas existências e, por outro, como individualmente, compreende-se as nossas subjetividades que compõem as forças do coletivo. Logo, uma relação social alimenta a outra mutuamente (Silva Lima e Monteiro, 2022; Silva Lima e Bomfim, 2022).

Adentrando a construção do corpo como um movimento de entender a si e compreender os efeitos de produção às subjetividades, lanço mão da seguinte questão às colaboradas “*Como você entende a mudança do corpo na construção de ser travesti?*”. Elis responde no **Quadro (XVII)** abaixo:

#### QUADRO (XVII) – Trecho de resposta: Elis

No começo, eu fazia terapia hormonal, tipo, até hoje eu faço de forma, enfim, por mim mesma, entendeu? Vamos dizer, assim, no começo, eu comecei assim, busquei acompanhamento, só que o acompanhamento pra se ter aqui em Viçosa não tem e em Maceió é muito complicado. E pra mim, que mora aqui no interior pra poder ir pra Maceió, não tem como, entendeu? É muito difícil. E aí, que eu fui, fiz o acompanhamento, fiz os meus exame pra ver como é que tava a minha saúde, e tava tudo ok, mas, tipo, o hormônio que eu tomo, foi eu que pesquisei, eu que tive de ir atrás, ver qual é o que posso e que não posso. Tanto é que o primeiro hormônio que eu tomei, ele me gerou uma gastrite leve. Aí foi quando eu parei e depois de alguns meses eu fui voltar, mas, tipo, hoje em dia, eu tô tomando Algestona. Não é recomendado, mas é o mais acessível e o menos prejudicial, de certa forma. Entendeu?

Mas eu passei a maior parte do meu tempo tomando por conta própria. Eu tomava Repopil que é uma pílula, que eu tomava dois comprimidos por dia, porque um comprimido só não suprimia, vamos dizer assim, a necessidade que meu corpo tinha pra as modificações das quais eu buscava, mesmo que fosse lenta. Entendeu?

Eu fiz muita merda no quesito terapia hormonal, no começo, até que eu fui observando bastante e, hoje em dia, eu toda vez que eu passo um mês sem tomar, ou quando eu tomo certinho, porque o Algestona, ela dura 21 dias, mas aí por ciclo menstrual da mulher cisgênera.

A mulher trans, em si, normalmente ela toma de 15 em 15 dias. Eu mesma, tô tomando só uma vez no mês, entendeu? Porque eu não vejo necessidade de tá tomando mais, até porque eu não tenho dinheiro pra fazer isso. Entendeu? Só pra me sentir confortável e minha mente não ficar louca. O hormônio mexe com o psicológico,

entendeu? Ele gera uma ansiedade, ele gera uma depressão, de certa forma, porque ele é um misto hormonal porque não causa só isso na mulher trans, mas também na mulher cis.

A mulher cis tem a TPM [tensão pré-menstrual], por assim dizer, e a mulher trans tem o momento que ela começa a tomar, entendeu? Então, eu já tinha a mente preparada pra isso, vamos dizer assim, e não foi uma loucura muito grande pra mim, porque eu já era daquele jeito, entendeu? Então, eu não vi muita diferença porque eu já era uma pessoa ansiosa, uma pessoa depressiva. Então, não mudou muita coisa na minha mente. A questão da terapia hormonal só fez me sentir de boa, mas tranquilo com outros quesitos.

[...]

(Elis): 24 anos de idade

Fonte: Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

De acordo com os movimentos construídos por **Elis**, uma jovem universitária, negra e heterossexual, em relação à construção ou modificação do seu corpo, compreendo quatro pontos significativos que ajudam às suas trajetórias identitárias, tais como: **(a)** o corpo como construção de si; **(b)** autonomia na medicação hormonal; **(c)** a hormonização como processo psicológico (movimentos contínuos de si) e, por fim, **(d)** a necessidade de (re)construção do corpo como espaço político. O corpo é entendido, dessa forma, como um conjunto discursivo que é constituído por vários atravessamentos políticos, ideológicos e sociais, realizando interações com outros corpos políticos.

Elis, através de marcações corporais que seu corpo passa, realiza construções importantes que, para àquele momento, indicam produções de conhecimento e saberes de si “*fiz os meus exame pra ver como é que tava a minha a saúde, e tava tudo ok*”, de modo que a produção de si se materializa no momento em que a sua saúde está de acordo para o uso dos hormônios. Nesse caso, o corpo produzido/construído por Elis, segundo ela, é uma construção que se encontra em diálogo constante com as suas trajetórias identitárias, perfazendo o que Brume Dezembro Iazzetti (2021) chama de (in)compreensões de um corpo em vários corpos, pois as materializações do corpo indicam sentidos outros.

Vale lembrar que o corpo nunca está pronto e acabado, como defendo com as identidades contemporâneas, mas estão – o corpo e as identidades – em processo contínuo de retomadas e produção de novos sentidos, haja vista as dinâmicas sociais que estamos inserides no contexto das práticas de linguagem. O corpo, nesse caso, é considerado como um processo

de identidade que está em diálogo com as transformações sociais, culturais, políticas e identitárias, envolvendo subjetividades intrínsecas à produção dos sujeitos.

No caso de Elis, dentro da construção do corpo, em relação à autonomia na medicação hormonal, há uma produção de sua subjetividade que passa pelo conhecimento próprio de construção de si, pois, segundo ela, *“o hormônio que eu tomo, foi eu que pesquisei, eu que tive de ir atrás, ver qual é o que posso e que não posso. Tanto é que o primeiro hormônio que eu tomei, ele me gerou uma gastrite leve”*. Vemos aqui que a autonomia de Elis indica construções de si às quais reconheço como normativas de tráfego (processo das constituições identitárias), isto é, a autonomia que ela produz em se automedicar consiste na produção de suas subjetividades individuais e coletivas, de modo que almeja um corpo produzido pelo universo das produções do feminino *“Mas eu passei a maior parte do meu tempo tomando por conta própria”*.

Assim, a hormonização como processo psicológico (movimentos de si) está associada ao que entendo como mão-dupla, pois há uma tensão discursiva entre o que se tem como efeito do uso dos hormônios (afeto psicológico) e a construção do corpo almejado, pois, embora saiba dos efeitos diretos em seu corpo, ainda assim Elis age autonomamente para uso dos medicamentos. Não se entende aqui como uma crítica ao que Elis faz, muito pelo contrário, entendo enquanto uma construção de seu corpo para se sentir bem *“só pra me sentir confortável e minha mente não ficar louca. O hormônio mexe com o psicológico, entendeu? Ele gera uma ansiedade, ele gera depressão”*.

Os corpos, por esse entendimento, atendem a uma lógica identitária de exclusão sobre as existências possíveis na sociedade, concebendo as ideias que implicam exclusão total das travestilidades em diversos espaços que são compreendidos como cisgêneros. São espaços, tais como, bares, escolas, praças, shopping centers, universidades, faculdades, associações, igrejas e tantos outros que funcionam para corpos esperados como “normais” à sociedade. Reflito e grito aqui que todos os espaços da sociedade precisam ser pensados para as pessoas trans, travestis e não-binárias, pois são populações que vivem à margem do caminho nas discussões coletivas ou, quando não, não são incluídas e nem tampouco ouvidas nos debates sobre as suas existências. Nada sobre elas, sem elas!

Silva Lima e Nascimento (2021), entendendo as conjunturas que se interligam às lógicas de existências e vivências da população trans e travesti e, mais principalmente, no que diz respeito à saúde pública que compete às travestilidades, abrem a discussão sobre as possibilidades de acessibilidade dos corpos poderem manifestar o direito de uso à saúde pública nos órgãos públicos, assumindo um nível de compreensão em que os corpos designam para o

seu estado de bem-estar, porque, diga-se de passagem, as pessoas trans e travestis dificilmente têm acesso e são respeitadas na sua integridade nos espaços de saúde. Preciso destacar que a saúde pública ainda não é pensada para corpos que não pertencem à normatividade imposta como hegemônica, apesar da existência de laboratórios trans em alguns estados.

Assim, as prisões que compreendem os corpos são diversas (tanto para o universo infantil quanto para as pessoas adultas – especificamente quando estamos falando das travestilidades negras): pressão psicológica, tensão familiar, políticas do armário, questões de resistência, controles da subjetividade, relações socio-culturais-locais, construções político-identitárias religiosas, apropriações identitárias e heteronormativas, resistência escolar e outras políticas de silenciamento que distanciam as pessoas TLGBQIAPN+ das estruturas sociais em que as normas são estabelecidas como prioritárias (Silva Lima e Bomfim, 2022; 2024).

Seguindo os percursos de construção de si, a partir de relações sociais que estabelecem as práticas sociais de linguagem, encaminho agora um trecho de resposta de Júlia **Quadro (XVIII)** referente ao convívio em seu trabalho enquanto um corpo que subverte a normatização imposta pelo sistema.

#### QUADRO (XVIII) – Trecho de resposta: Júlia

Olhe! Hoje eu posso dizer, assim, que todo mundo, mesmo não querendo, mas me respeita. Entendeu? Porque, assim, no começo, como eu digo, foi luta porque me conheceram com o nome masculino, né? Então, assim, pro meu corpo querer colocar ordem alí levou um tempo, pra se adequar e me chamar foi um pouco difícil, mas eu fui batendo na tecla, e até que se acostumaram. Você sabe, né? Os corpo de uma travesti e ainda mais negra em um lugar que tem homofobia é muito preconceito que tem, entendeu?

Sempre tem umas pessoas que chama de “Ele!” e aí eu faço o possível pra tentar me segurar e não descer do salto, entendeu? Porque eu não gosto, foi como eu falei, eu não gosto de barraco, de tá com zuada, porque a minha infância toda foi escutando isso: barraco, zuada, piadinha. Então eu trabalhei isso na minha mente pra eu não viver desse jeito, entendeu?

Quando for a hora de fazer barraco, nós vamos fazer barraco, entendeu? Mas, assim, pra mim tem momento, mas a minha equipe de trabalho é perfeita, me respeitam, entendeu? Eu acho que também gostam de mim, né? (Gargalhadas), mas pelo que vejo, gostam, minha diretora é perfeita. Então é isso, e no meu trabalho é tranquilo.

[...]

(Júlia): 20 anos de idade

**Fonte:** Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

De acordo com o que **Júlia** expõe acima, em relação a uma situação simbólica que seu corpo passa no ambiente de trabalho, entendo quatro pontos específicos que dinamizam a construção da sua trajetória identitária, a saber: **(a)** a violência vela (entendimento de si); **(b)** ocupação de um corpo negro (estratégias de sobrevivência e resistência); **(c)** dualidade da infância com a fase adulta e, por fim, **(d)** o respeito como imposição (corpo em ação). São essas questões que lanço mão para entender a passagem de Júlia no trabalho.

Inicialmente, ao se referir que seu corpo no ambiente de trabalho, no qual se reproduz violência como a homofobia “*Os corpo de uma travesti e ainda mais negra em um lugar que tem homofobia é muito preconceito que tem, entendeu?*”, indica que a violência é institucionalizada e que, de modo geral, a sua presença naquele espaço é importante para a construção de novas políticas de diversidade para presença de outras pessoas que compõem a população TLGBQIAPN+. Assim, entendo neste momento que se trata da contra-mão realizada por Júlia em seu trabalho, de modo que as suas identidades se encontram em existência para a sua sobrevivência no trabalho.

Em seguida, outra questão interessante é quando ela menciona que a presença de uma travesti negra em seu ambiente de trabalho que é carregado de “homofobia”, ao se referir à transfobia, indica um entendimento de que se faz necessária a sua presença no local, provocando rupturas e tensionamentos, como bem alertam as travestis negras Jaqueline Gomes de Jesus (2015) e Thiffany Odara (2020) sobre a necessidade de ocupação de corpos negros em espaços sociais de trabalho, pois são percursos e paradas que constituem trajetórias e representações identitárias nas quais implicam em comportamentos discursivos e corporais na construção da resistência.

Em se tratando da dualidade da infância com a fase adulta, quando diz, segundo ela “*porque a minha infância toda foi escutando isso: barraco, zuada, piadinha. Então eu trabalhei isso na minha mente pra eu não viver desse jeito, entendeu?*”, entendo que a Júlia hoje na fase adulta tenta não reproduzir o contexto vivenciado na infância, como uma nova vivência que contribui para a realização da atual mulher. Em outras palavras, Júlia ressignifica a sua trajetória de vida em meio aos vários pontos de partida, pois impõe em seu ambiente de trabalho, a partir do seu corpo, o respeito necessário à sua convivência com as outras pessoas.

Destaco, neste momento, pautado nas observações de uma pesquisa cis, Berenice Bento (2017a) e de uma pesquisa trans, Sofia Fávero (2020), à luz da existência de quais corpos

são possíveis em nossa sociedade, ou seja, àqueles que são vivíveis e matáveis, entendendo que os que são considerados legítimos pertencem a uma lógica da matriz colonial da cisheteronormatividade, a qual os enquadra dentro de uma caixinha limitadora, restringindo-os, limitando-os e, sobretudo, segregando-os. Retomo as falas da travesti Bruna Benevides (2023), atual presidenta da Antra, no canal do Youtube “Põe na roda”, ao asseverar que “as travestis e as pessoas trans ainda lutam por condições básicas de humanidade, ainda lutam por condições de produção de vida e, nesse momento, as nossas lutam se distanciam de outras da cisgeneridade”.

Diante disso, as prisões do corpo, conforme aponta Halberstam (2023), professor, homem trans, branco, estadunidense, precisam estar interligadas às dinâmicas do mercado global em relação às cirurgias e os cosméticos que se destinam à população trans como forma de comportamento ditatorial aos corpos, de modo que há certo distanciamento desses corpos das lógicas de existência e dos mecanismos de luta que são constituídos por diversas frentes como, a luta pelo direito ao serviço de ginecologia aos homens transmasculinos, transmasculines, boycetas e outros, assim como a luta pela gravidez de um homem trans frente à ideia de gerar vidas, sendo um homem com direito legítimo à gestação.

Retomando as representações que compõem os corpos das colaboradoras, segue no **Quadro (XIX)** abaixo, um trecho de resposta de Tamires, ao se referir sobre a construção de seu corpo entre a infância e a adolescência.

#### **QUADRO (XIX)** – Trecho de resposta: Tamires

E olhe que nessa época eu não tava nem vestida de mulher, entendeu? Eu tinha 14 anos. Aí, o que foi que aconteceu? Acalmou, não disseram mais nada, mas ficou aquela coisa embaçada dentro de casa, entendeu Alberto? Aquele clima, entendeu? A minha mãe não era mais a mesma, entendeu?

Aí, terminou a reunião de papai, né?, que ele tinha falado com meus irmão. Aí meus irmão falou assim:

“Eu não fico aqui se ele ficar dentro de casa!”

“Já que papai tomou essas atitude, eu num fico num canto que um irmão meu goste de outro homem”.

Entendeu? [Tamires]

“Porque meus amigo vão mangar de mim, minha namorada não vai querer vim praqui mais”

“Vão tudinho mangar da minha cara”

“E num sei o quê, e vai ser o mais comentário!”

Aí foi quando a minha mãe falou assim, entendeu Alberto?, é por isso que tudo tem um pouquinho dela, mas Deus sabe que eu não tô mentindo. Aí ela falou assim:

"Então, [uso do nome morto], não dá pra você ficar aqui no meio dos seus irmão"

"Não dá pra você ficar!"

[...]

(Tamires): 43 anos de idade

Fonte: Dados da pesquisa: Silva Lima (2023)

**Tamires**, de acordo com o quadro acima, relata uma passagem bastante coletiva entre as realidades vivenciadas pela maioria das garotas trans e travestis em seu seio familiar: a expulsão de casa. Para tanto, destaco três pontos que se referem à margem do caminho (confronto com o outro) enfrentada por Tamires, por exemplo: **(a)** a vestimenta como configuração da identidade; **(b)** o distanciamento (não apoio materno como parte de violência) e, por fim, **(c)** o enfrentamento no mundo.

Contextualizando o trecho referente ao Quadro (XVI), Tamires relata sobre uma reunião em que seu pai realizou à época para pedir respeito dos filhos a ela, que já se entendia em sua identidade de gênero atual, ainda que não estivesse roupas do universo feminino. E partir daí, geraram-se os conflitos "*E olhe que nessa época eu não tava nem vestida de mulher, entendeu? Eu tinha 14 anos*". Há neste momento, quanto às trajetórias identitárias de Tamires, tanto o processo de percurso e parada (constituição de trajetória e representação identitária) "*eu não tava vestida de mulher*", quanto a vivência na contra-mão (identidades em existência) "*eu tinha 14 anos*", de forma que, para garantir a sua existência na família, abriu mão do uso de vestimentas do meio considerado feminino.

Entendo que a infância de Tamires, aos 14 anos de idade, foi construída por violência, de acordo com o relata, pois passou por processos de transviadagens – comportamentos corporais e discursivos que se distanciam da norma – como descreveram Silva Lima e Nai Monteiro (2022) sobre identidades desviantes. Nesse sentido, as trajetórias identitárias de Tamires são processos dos quais compreendo como pontos de partida, realizando mecanismos de ressignificação das suas identidades em construção.

Seu enfrentamento ao mundo tão nova, ocasionado por sua mãe "*Então, [uso do nome morto], não dá pra você ficar aqui no meio dos seus irmão. Não dá pra você ficar!*" configura as normativas do tráfego, em que as suas constituições identitárias passam por processos de reconfiguração de novos sentidos. Ou seja, no momento em que Tamires é expulsa de casa por

conta sua identidade de gênero novas identidades se somam a que já possuía e, assim, começam novos pontos de partida à sua trajetória.

Outro ponto que marco é o distanciamento (o não apoio materno como parte de violência) que reverbera na saída de Tamires de casa como violência não mais simbólica, mas como prática do sistema, indicando, por sua vez, que àquele lar não lhe pertencia mais. Trata-se neste momento da expulsão de uma criança entrando na adolescência (14 anos de idade) que, procurando entender seus processos identitários, lhe foi negado o direito à família. A margem que Tamires enfrentou após a sua saída indica uma agenda potencialmente marcada pela cisheteronormatividade como estruturante em nossa sociedade, pois não foi apenas a sua mãe e seus irmãos que lhe expulsaram de casa, mas todo o sistema que vomita seus discursos de ódio e de morte à população trans e travesti.

Já se sabe que os mecanismos da ordem ditatorial que incidem sobre os corpos trans estão ligados às perspectivas do conservadorismo ou das ideias da cisheteronormatividade, penso na ideia do capitalismo neoliberal e suas vertentes ideológicas de imposição marcadamente como políticas de morte, problematizando essas imposições sobre a ótica das agendas dos transfeminismos e das transmascunidades. Halberstam (2023), por esse viés de compreensão e construção das ideias progressistas voltadas às construções das subjetividades da população trans, assevera que

Enxergar os corpos trans\* de forma diferente – não simplesmente como corpos trans que fornecem uma imagem do não normativo e frente aos quais os corpos normativos podem ser distinguidos, mas como corpos que são **contraditórios de forma interna e fragmentária**; corpos que **remapeiam o gênero** e suas relações com raça, localidade, classe social e a sexualidade; corpos que sentem dor e representam um jogo de superfícies; corpos que soam de forma diferente do que parecem; corpos que representam relações de palimpsesto com a identidade – significa encontrar diferentes códigos visuais, auditivos e hápticos com os quais imaginar a experiência de existir em um corpo (Halberstam, 2023, p. 126, grifos nossos).

Corpos do contraditório, remapeando o gênero (porque o movimento não para). São corpos que ressignificam as suas existências em diferentes códigos visuais, auditivos e hápticos numa sociedade que compreenda todas as vidas como possíveis, desenvolvendo entendimentos plausíveis de existência que possam promover as diversas legitimidades das trajetórias identitárias em curso/processo. Não se trata de um pensamento utópico, mas de um comportamento humanitário e universal que estabeleça sentido para todas as vidas vivíveis à luz das suas subjetividades, prevalecendo as discussões sobre as construções de existência de pessoas marginalizadas as quais foram, ao longo da história, silenciadas e apagadas. Por essa

razão, Berenice Bento (2017a, p. 78) diz que o corpo pertence às “identidades coletivas” como um conjunto de matrizes que funcionam para a construção das transgeneridades.

Nesse sentido, Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018, p. 168), professora, travesti e negra, alerta “para que haja um sujeito é preciso, antes de tudo, um lugar para justificar sua existência e aí reside uma questão”. Embora a professora esteja relatando dentro do espectro da gayzinha afeminada, da bichinha, do viadinho, compreendendo os diversos lugares que esse sujeito ocupa na sociedade e que, portanto, é reconhecido a partir das interações que promove em seu meio, entendemos, assim, que o lugar que a população trans é colocada é, antes de tudo, para justificar o conjunto de preconceitos que esses corpos sofrem, como um movimento sem volta que está fadado ao julgamento constante.

E seguindo na mesma linha de lugares/espacos de (r)existências, de acordo com os movimentos percorridos pela população trans e travesti na contemporaneidade, Bortolini (2023), professor, gay, negro e ativista, problematiza que as dinâmicas de compreensão de gênero, encaradas pela lógica da sociedade e ancoradas ao entendimento da educação, precisam estar centralizadas no cotidiano da escola, uma vez que são problematizações necessárias que a educação brasileira tomar como base para a formação de cidadãos e cidadãs menos intolerantes. Assim, os lugares que os diversos corpos da população trans ocupam, em se tratando da formação crítico-reflexiva sobre as questões de gênero na escola, poderiam ser compreendidos como legítimos e possíveis para a convivência social (Bortolini, 2023).

## 6. TENTANDO CONSTRUIR AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

**I**ncio as considerações finais deste trabalho a partir da crítica que Krenak (2022), ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas, realiza a respeito do conjunto de ideias sobre a possibilidade de um “futuro ancestral”, em que ele diz que pensar em relação ao “futuro prospectivo que envolve ansiedade, fúria e aceleração do tempo” (p. 97) é se distanciar do ritmo da terra. Então, por mais que as dinâmicas da vida pós-moderna estejam em nosso cotidiano, precisamos desacelerar, rever o tempo como fator de promoção de vida e não de adoecimento e, por fim, construir espaços em que o diálogo seja significativo.

O futuro ancestral é um antagonismo que implica em vários comportamentos que precisamos desenvolver, envolvendo relação de consciência socioambiental e humanitária, pois, já que a ideia de futuro é instável, o passado dentro das perspectivas da ancestralidade precisa ser resgatado para construção do presente equânime. Nesse sentido, o antagonismo do futuro ancestral passa a ser uma realidade importante para se pensar na construção e promoção de vidas, assim como pensar no enfrentamento da cisnormatividade, do machismo, do racismo, da misoginia, da transfobia e do capitalismo, como forma de interrupção da máquina de moer que é o genocídio negro e trans no Brasil.

Questionar as ações políticas e os programas voltados para a população negra, principalmente as travestis negras, implica em atitude de considerar a necessidade de enfrentar não apenas o racismo, o sexismo e a transfobia, mas sobretudo entender as desigualdades provocadas pela pobreza, falta ou baixa escolaridade, falta de vagas de trabalho, acesso à saúde pública, acesso à moradia e tantos outros fatores que precisam ser reconhecidos como fundamentais para essa população.

Assim, dentro do pensamento de construção e promoção de vidas, a relevância social e cultural desta pesquisa para o desenvolvimento tecnológico, no que diz respeito à interface dos estudos de gênero, sexualidade e linguagem, é de compreender as dinâmicas de vida construídas por travestis negras de Alagoas, as quais ressignificam seus corpos, suas existências e seus discursos através de trajetórias identitárias marcadas de resistência e força. Aqui resgato a contribuição de Vic Gualito (2023), indígena, autista, pessoa não-binária e pedagoga, quando debate sobre as formas de resistência que são construídas por pessoas indígenas que são trans em contextos urbanos e que, de alguma forma, travam macrolutas que são realidades diárias para a promoção de vidas dessas pessoas.

Há muitas maneiras de ser travesti, bicha, lésbica, intersexo e tantas outras performatizações que incidem sobre a realidade social, de forma que possam ser legitimadas na construção das suas subjetividades. Toda construção de sujeitas/os tem em sua interioridade um processo de construção social, escapando das normatividades e normatizações impostas pela matriz hegemônica colonial. Nesse sentido, a história da travestilidade brasileira tem sido (re)construída e (re)significada por ser um território amplamente inexplorado e que durante a última década tem influenciado gerações que não mais permitem a subserviência ao colonialismo cisgênero. Este momento percorre os últimos anos para como um rio, desaguar nos oceanos de uma pretensa liberdade de existência, empoderamento e sobrevivência.

A maneira como mulheres trans e travestis são privadas do reconhecimento social mais precisamente nas conquistas e no enfrentamento à violência contra todo sistema e todo o cismundo não se dissocia da opressão produzida pela invisibilidade de quem não pode ocultar quem se é. A população TLGBQIAPN+, como corpos em dissidência e pertencendo à estrutura da cisheteronormatividade, de alguma medida, desmantela tais estruturas sociais e políticas, por um lado, escancarando no plano do discurso as diversas possibilidades de existência de contemplam as identidades e que, portanto, são legítimas na sua integridade de pertencimento no/pelo mundo e, por outro lado, constrói inteligibilidades outras que são possíveis à sobrevivência, porque sobreviver é um ato de coragem e resistência.

Retomando os objetivos da pesquisa, a saber o principal: analisar as implicações sociais e discursivas de três travestis negras alagoanas que foram acolhidas por um Centro de Acolhimento (CAERR), na cidade de Maceió-AL, no período de um ano: de outubro de 2021 a outubro de 2022 e, por fim, os objetivos específicos: **(a)** identificar as trajetórias identitárias que marcam os espaços e as dinâmicas (de sobrevivência, políticas de enfrentamento e de existência) a partir de experiências narradas pelas colaboradoras; **(b)** observar como se dão as constituições identitárias através dos processos discursivos que se somam às realidades das travestis negras no CAERR; **(c)** descrever as trajetórias identitárias frente às implicações de sentido em relação às identidades em processo de construção/movimento, compreendo que muitas são as dinâmicas de existência e sobrevivência (como foram descritas na sessão de análise referente às trajetórias identitárias) desenvolvidas pelas colaboradoras o exercício social e político dos seus corpos na sociedade, haja vista os enfrentamentos que dispõem diariamente nos contextos urbano e rural. Nesse sentido, o CAERR, como uma casa de acolhimento, desenvolve ações sociais que ajudam tanto a essas mulheres quanto as demais pessoas

socialmente vulneráveis a construírem sua dignidade, oferecendo e promovendo constantemente humanidade a todas/es/os que são acolhidas/es/os.

A fim de retomar as perguntas suleares que serviram como “pontos de partida” para a construção dos dados aqui apresentados e analisados, à luz das agendas da LAT e da LAI, frente os estudos de identidades na contemporaneidade, entendo que as trajetórias identitárias das colaboradoras existem mediante as seguintes afirmações sociais: **Elis** constitui um processo de si para si, de forma que, por meio das suas narrativas, indica um conjunto de movimentos que se voltam para compreensão de si; **Júlia**, por sua vez, realiza estratégias em torno de sua fortaleza, indicando a todo momento que é um processo de construção de diversas resistências e, por fim, **Tamires** indica por meio de suas narrativas condições de luta por sobrevivências, dadas as performances desempenhadas ao longo da sua trajetória. A elas, muito obrigado! São protagonistas das suas lindas histórias.

Quanto à relevância social e cultural deste estudo, dentro das discussões que emergem do Grupo de Estudos Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL/Ufal/CNPq), é também de construir percursos no campo das Linguísticas Aplicadas Transviada e Implicada (LAT e LAI) no que compreendem as trajetórias identitárias sobre populações socialmente vulneráveis, de modo que os discursos entrem em evidência e sejam, em larga escala, problematizados como fatores importantes às práticas sociais de linguagem. Dessa forma, as reflexões que foram construídas aqui não se esgotarão por hora, mas proporcionarão novos olhares em meio aos estudos próximos (pesquisa, artigo, trabalho científico, pós-doc e outros possíveis) tanto à minha vida, como uma gay cis, afeminada/o e negro de pele clara quanto como profissional da área de linguagens em que os movimentos constitutivos de discursos são implicados em processos variados de problematizações e, conseqüentemente, gerarão construção de novos sentidos no/pelo mundo.

E retomando ao pensamento do indígena Krenak (2020), para refletirmos sobre novas histórias que adiam o fim do mundo dentro do espectro da modernidade de pensar as possibilidades de novas experiências, ele diz que

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não

tolera prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim (Krenak, 2020, p. 26-27).

Dessa forma, o direito de contar histórias, pensando nas diversas configurações de identidades em contextos múltiplos em que se firmam e formam as trajetórias identitárias, está associado à compreensão de viver e existir em uma sociedade onde a intolerância ainda é atuante; o direito de contar histórias de vida está atrelado às novas possibilidades de construção de vida (não só) nos espaços da academia; o direito de contar histórias de vida está intrinsecamente relacionado a um universo em que as pessoas possam realizar dinâmicas de vida sobre as suas narrativas, oportunizando e afirmando as suas dores, mas principalmente as alegrias e seus gozos, porque a vida é também gozar, lacrar, fechar, dar truques, militar, dançar e existir. Assim, contar histórias e, mais ainda, ouvir as trajetórias identitárias de pessoas em dissidências significa não permitir o seu fim ou seu esquecimento no percurso da vida, visto que esquecer simboliza uma metáfora: um convite com laços de fita que é entregue aqueles/as que nos apregoam e pregam o discurso do fim do mundo, sendo as vidas zumbis que precisamos enfrentar em nossos caminhos, pois delas desviamos.

Por meio das trajetórias identitárias que foram discutidas aqui, pensando os percursos e as dinâmicas de envolvimento entre mim e as colaboradoras da pesquisa, encaminho a discussão posta por Souto Maior (2024), a partir do escopo da Linguística Aplicada Implicada, em relação a construção da subjetividade por parte do/a pesquisador/a na pesquisa, como um conjunto de comportamentos que indicam pessoas e vida. Nesse sentido, a autora defende que os estudos precisam se preocupar com políticas públicas em variados processos de problematização de discursos, pois

esses estudos lançam um olhar questionador para as práticas de letramentos (críticos, literários, digitais, acadêmicos, complexos etc.), para situações como violência na escola, para a comunidade LGBTQIAPN+, para documentos do campo da educação, da religião, da saúde, que tensionam o discurso oficial e o discurso do cotidiano etc (Souto Maior, 2024, p. 510).

Pensar nas práticas de letramentos, de acordo com a linguista aplicada da Universidade Federal de Alagoas, é também envolver a ação que incide sobre os movimentos construídos

pelo/a pesquisador/a para a geração de dados, levando em consideração todos os contextos sociais e políticos que emergem as práticas sociais de linguagem que estamos imersos/as. Pesquisas que movimentam pessoas e vida são urgentes e importantes, dados os contextos bionecropolíticos que vivemos, em que pessoas e/ou grupos sociais não são respeitados na sua produção de subjetividades. Precisamos ainda mais de “pesquisas curiosas, fortes, instigantes e indignadas” (Souto Maior, 2024, p. 510).

Esta pesquisa, no processo de doutoramento em Linguística, na linha da Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da UFAL, motivou particularmente pontos de partida nas minhas trajetórias como reconhecimento da minha racialidade, potencialidade as minhas ações como pesquisador transviado implicado nas questões interseccionais entre linguagem, gênero, sexualidade, raça, identidade e corpo, reconhecimento de ser humano com comportamentos equânimes na vida, valorização da minha visão enquanto professor de escola pública e, acima de tudo, construção de saberes dentro de um mundo menos violento e mais inclusivo frente às identidades em dissidência. Ser um pesquisador transviado implicado, na Linguística Aplicada, é compreender os lugares que circulei como estratégias sociais para a construção das minhas leituras sobre o mundo.

As trajetórias identitárias são movimentos que nascem dentro de nós, movimentos-insurgências, percursos-insubmissões, pontos-e-contrapontos e (trans)formações que reverberam em ações, levando em consideração que as identidades são processos de linguagem que constituem nossa existência no/pelo mundo. Assim, somos constantes passagens, movimentos, trânsitos, percursos, caminhos, começos e partidas, porque viver no movimento de luta contra a barbárie é desafiar normas impostas, promovendo justiça social em nossas ações tanto na pesquisa quanto fora dela. Além disso, discorrer sobre os processos sociais, políticos e epistemológicos nos caminhos das práticas sociais de linguagem é, acima de tudo, entendermos que somos capazes de realizar dinâmicas legítimas de vida – vida de grupos e pessoas socialmente vulneráveis – porque sabemos de quem se trata quando o assunto é violência.

## TRANSREFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (algumas possíveis)

**ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA / FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA.** Ano 17, ISSN: 1983-7364, São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo. 174f. **Dissertação de Mestrado em Linguística.** Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Campinas-SP, 2019.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. A diferença trans no gênero para além da patologização. **Revista Periódicus**, n. 5, v. 1, Maio/Out., p. 87-100, 2016.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. **Revista Gênero**, Niterói-RJ, v. 14, n. 1, p. 11-27, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** 6ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAPTISTA, Lívia. Linguística Aplicada, produção de saberes e práticas de linguagem desde o sul global. In: CARVALHO, Dannel; CYRINO, João (orgs.). **GuiaLET: guia de leituras do Instituto de Letras**, v. 1. Salvador: EDUFBA, p. 293-313, 2023.

BENEVIDES, Bruna G. (org.) **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021.** ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2022.

BENEVIDES, Bruna G. (org.) **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022.** ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BENTO, Berenice. **Abjeção: a construção histórica do racismo.** São Paulo: Editora Bregantini, 2024.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** 3 ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2017a.

BENTO, Berenice. O avesso da tristeza: luta e resistência em João Nery. In: JESUS, Dánie Marcelo de; CARBONIERI, Divanize; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva. (orgs.) **Estudos sobre gênero: identidades, discurso e educação – homenagem a João W. Nery.** Campinas, SP: Pontes Editores, p. 15-29, 2017b.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos.** Salvador: EDUFBA, 2017c.

BENTO, Berenice. Sexualidade e experiência trans: do hospital à alcova. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 17(10), p. 2655-2664, 2012.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero**: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2), Maio/Agosto, p. 569-581, 2012.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Fábio Alexandre Silva. **Linguística Aplicada Transviada**: gênero e sexualidade nos estudos da linguagem em perspectiva descolonial, interseccional e transdisciplinar. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

BEZERRA, Fábio Alexandre Silva. Análise crítica do discurso multimodal de memes sobre (o uso de) linguagem não binária. In: BEZERRA, Fábio; CANALE, Germán (orgs.). **Estudos críticos do discurso multimodal sobre as comunidades LGBTQIA+ na América Latina**. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 21-57, 2022.

BORBA, Rodrigo (org.). **Discursos transviados**: por uma linguística queer. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2020.

BORTOLINI, Alexandre. **É pra falar de gênero sim!**: fundamentos legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação. [s.n.] Brasília, 2023.

BRAIT, Beth. Linguagem e identidade: um constante trabalho de estilo. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 15-32, 2004.

BRAIT, Beth. Perspectiva dialógica. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (orgs.). **Texto ou discurso?** 2 ed. São Paulo: Contexto, p. 9-29, 2017.

BUTLER, Judith. Corpos que ainda importam. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador, BA: EDUFBA, p. 19-42, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 20ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Tradução: Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Traduções: Alécia Bretas, Ana Luiza Gussen, Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Teixeira, Nathan Teixeira, Petra Bastone e Victor Galdino. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Tradução: Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2024a.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Traduções: Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024b.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.** 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, 16(2), p. 221-236, 2003.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Liliana Lopes Pedral (orgs.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar.** Salvador, BA: EDUFBA, 2014.

COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero.** Salvador: EDUFBA, 2016.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade.** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, 2018.

COLLING, Leandro (org.). **Artivismos das dissidências sexuais e de gênero.** Salvador: EDUFBA, 2019.

CORACINI, Maria José. (org.) **Identidades silenciadas e (in)visíveis: entre a inclusão e a exclusão.** 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. **Escritura de si e identidade: o sujeito-professor em formação.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

FABRÍCIO, Branca Falabella; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Discursos e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. **Veredas - Revista Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, RJ, v. 6, n. 2, Jul/Dez, p. 11-29, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. Por que as línguas mudam? In: OTHERO, Gabriel de Ávila; FLORES, Valdir do Nascimento (orgs.) **O que sabemos sobre a linguagem: 51 perguntas e respostas sobre a linguagem humana.** 1. ed. São Paulo: Parábola, p. 27-34, 2022.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo: ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FÁVERO, Sofia. **Crianças trans: infâncias possíveis.** 1ª edição / Salvador - BA. Editora Devires, 2020a.

FÁVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial**, Natal, v. 7, n. 12, 2020b.

FIORIN, José Luiz. Qual é a função da linguagem? In: OTHERO, Gabriel de Ávila; FLORES, Valdir do Nascimento (orgs.) **O que sabemos sobre a linguagem: 51 perguntas e respostas sobre a linguagem humana.** 1. ed. São Paulo: Parábola, p. 149-153, 2022.

FIORIN, José Luiz (org.). **Linguística? Que é isso?** 1ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 2015.

FIORIN, José Luiz. Categorias de análise em “Bakhtin”. In: PAULA, Luciane; STAFUZZA, Gremlisa (orgs.). **Círculo de Bakhtin: diálogos (in)possíveis**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 33-48, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia da pesquisa: um guia para iniciantes**. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANK, Hélvio; CONCEIÇÃO, Mariney Pereira. Identidade em Linguística Aplicada: em direção a uma sistematização conceitual. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 21, n. 1, Jan/Abr, p. 11-31, 2021.

FRANÇA, Glória. **Gênero, raça e colonização: brasilidades em discurso**. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: FREITAS, M. T. A.; SOUZA, S. J. (orgs.). **Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin**. 2 ed. São Paulo, SP: Cortez, p. 26-38, 2007.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. São Paulo: Cortez, 2002.

GREEN, James N. [et al] (orgs.) **História do movimento LGBT no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2018.

GUALITO, Vic. Transculturalidades indígenas como ferramenta de resistência contra o genocídio de identidades não-binárias na América Latina. Dossiê Especial “Transmasculinidades e Não-binariedades em perspectivas originárias”. **Revista Estudos Transviados**, v. 4, n. 9, p. 62-98, 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12 ed. [4 reimp.] Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2022.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 103-133, 2014.

HALBERSTAM, Jack. **Trans: uma abordagem curta e curiosa sobre a variabilidade de gênero**. Tradutor: Daniel Kveller e Rafael Leopoldo. 1 ed. Salvador, BA: Devires, 2023.

HERZER. **A queda para o alto**. 25ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IAZZETTI, Brume Dezembro. Existe ‘universidade’ em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans. 311f. **Dissertação de Mestrado em Antropologia Social**. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2021.

JESUS, Dánie Marcelo de; CARBONIERI, Divanize; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva (orgs.). **Estudos sobre gênero: identidades, discurso e educação - homenagem a João W. Nery**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, n. 1, Jan/Abri., p. 250-260, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *et al.* (org.) **Transfeminismo: teorias e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O protesto na festa: política e carnavalização nas paradas no orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). 194f. **Tese de Doutorado em Psicologia Social**. Universidade de Brasília (UNB), Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Brasília-DF, 2010a.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Pessoas transexuais como reconstrutoras de suas identidades: reflexões sobre o desafio do direito ao gênero. **Anais do Simpósio Gênero e Psicologia Social**, p. 80-89, 2010b.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Representatividade LGBT. In: OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de. (orgs.) **Gritarias epistêmicas: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil**. Salvador, BA: Devires, p. 149-151, 2023.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. 1 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2020.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Tradução: Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LAU, Héilton Diego; FATIMA, Wellton da Silva de (orgs.). **Raça, gênero e sexualidade em perspectivas discursivas: efeitos e práticas da/na violência – volume 2**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

LOURO, Guacira Lopes. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LIMA, Maurício Barbosa de; OLIVEIRA, Megg Rayara gomes de. Desmunhecando e empretecendo a universidade: escrituras de corpos pretos, afeminados e sapatônicos. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA / UFMG**. v. 13, n. 27, jan-abr. p. 173-194, 2023.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. [2 ed. – reimpressão]. Rio de Janeiro: E.P.U., 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios. **Revista do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais / EBA / UFRJ**, n. 32, p. 123-151, 2016.

MELO, Glenda Cristina Valim de. Roda de conversa entre mulheres negras: performatividade de raça, gênero e sexualidade. In: MELO, Glenda Cristina Valim de; JESUS, Dánie Marcelo (orgs.). **Linguística Aplicada, raça e interseccionalidade na contemporaneidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, p. 74-94, 2022.

MENESES, Cleber. **Descomplicando as identidades LGBTQIA+**. 1 ed. Paulo Afonso, BA: Oxente, 2021.

MONTEIRO, Nai. Entre o cu e a queer: enrabando noções e (de)formando conceitos. In: MOURA, Iago [*et al*] (orgs.) **Cutucando o cu do cânone: insubmissões teóricas e desobediências epistêmicas**. 1 ed. Salvador, BA: Devires, p. 145-152, 2022.

MOIRA, Amara [*et al*] (orgs.) **Vidas trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social**. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Pesquisa interpretativista em Linguística Aplicada: a linguagem como condição e solução. **Revista Delta**, vol. 10, nº 2, p. 329-338, 1994.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidades, ética e política. **Revista Niterói**, n. 27, 2º sem, p. 33-50, 2009.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Gênero, sexualidade, raça em contextos de letramentos escolares. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.) **Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, p. 227-247, 2013.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; FABRÍCIO, Branca Falabella. Por uma ‘proximidade crítica’ nos estudos em Linguística Aplicada. **Revista Calidoscópio**, 17(4), dezembro, p. 711-723, 2019.

MIOTELLO, Valdemir. A crise contemporânea como crise do ato de pensar contemporâneo. In: MIOTELLO, Valdemir (org.). **A arte de consertar locomotivas velhas e o mundo: discursos e palavras sobre crise**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, p. 161-165, 2009.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. 1-28, 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 35, n. 77, p. 548-573, 2022.

NATIVIDADE, Simone. *et al.* (orgs.) **Estudos da Linguagem**: abordagens metodológicas e perspectivas teóricas. Curitiba: CRV, 2021.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência**: travestilizando a educação. 1ª edição / Salvador - BA. Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um apanho teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, 4 ed, 2008.

OLIVEIRA, Maria do Carmo Leite de. Apenas mais um modo de fazer Linguística Aplicada. **Revista Calidoscópico** – v. 17, n. 4, p. 699-710, 2019.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação! **Periódicus**, n. 9, v. 1, mai-out, p. 161-191, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem à margem**: corpos que escapam às normas de raça e de gênero. 1ª edição / Salvador - BA. Editora Devires, 2020a.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 1ª edição / Salvador - BA. Editora Devires, 2020b.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de (orgs.). **Gritarias epistêmicas**: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil. Salvador, BA: Devires, 2023.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Manual de pesquisa em Estudos Linguísticos**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das Travestilidades**. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2022.

PEDRA, Caio Benevides. **Cidadania trans**: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2020.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 67-84, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Repensar o papel da linguística aplicada. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). **Por uma linguística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 149-168, 2006.

REIDEL, Marina. Identidades trans: onde estamos? Para onde vamos? In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato (orgs.). **Diversidades sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

REIDEL, Marina. A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira. 163f. **Dissertação de Mestrado em Educação**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre-RS, 2013.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (orgs.). **Lélia Gonzalez: por um feminismo afro-latino-americano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SIGNORINI, Inês. (Des)construindo bordas e fronteiras: letramento e identidade social. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 139-171, 1998a.

SIGNORINI, Inês. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 333-380, 1998b.

SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda (orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SILVA LIMA, Humberto Soares da. As constituições identitárias da transmasculinidade de um professor de escola pública de Maceió-AL: um estudo interpretativo. **Dissertação de Mestrado em Linguística**. 138f. Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), Maceió-AL, 2021.

SILVA LIMA, Humberto Soares da. BNCC e diversidade/estudos de gênero: proposta para o ensino de Língua Portuguesa. In: STURM, Luciane; SOUTO MAIOR, Rita de Cássia (orgs.) **A Linguística Aplicada no ensino e aprendizagem e nos estudos discursivos**. Tutóia, MA: Diálogos, p. 212-247, 2022.

SILVA LIMA, Humberto Soares da; NASCIMENTO, Tobias Vasconcelos do. Identidades subjetivas e saúde pública: a transgeneridade em debate. In: **Anais do VII Simpósio de Educação Sexual (SIES): O que podem os corpos, os direitos e os possíveis contra os fascismos atuais**. Universidade Estadual de Maringá, Abril, 2021.

SILVA LIMA, Humberto Soares da; SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. **Transexualidade: ele é ela ou ela é ele?** In: SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. et al. (orgs.) **Estudos discursivos das práticas de linguagem**. v. 1, Tutóia, MA: Editora Diálogos, p. 562-578, 2020.

SILVA LIMA, Humberto Soares da; SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. Conjuntura transfeminista nos estudos de gênero, raça e sexualidade e reflexões ético-discursivas sobre a patologização de gênero. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 30, p. 156-171, 2021.

SILVA LIMA, Humberto Soares da; BOMFIM, Wanderson Queiroz (orgs.). **Estudos de gênero e sexualidade na contemporaneidade**. Tutóia, MA: Diálogos, 2022.

SILVA LIMA, Humberto Soares da; BOMFIM, Wanderson Queiroz (orgs.). **Estudos de gênero e sexualidade na contemporaneidade** v. 2. Tutóia, MA: Editora Lupa, 2024.

SILVA LIMA, Humberto Soares da; MONTEIRO, Nai. Resistência, carão e representatividade: uma análise das transviadagens de “Eric Effiong” em Sex Education. In: SILVA LIMA, Humberto Soares da; BOMFIM, Wanderson Queiroz (orgs.). **Estudos de gênero e sexualidade na contemporaneidade**. Tutóia, MA: Diálogos, p. 148-170, 2022.

SILVA LIMA, Humberto Soares da. E a bicha (também) não é política? In: LIMA, Solimar Oliveira; BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira; SILVA, Marcos Antonio Ângelo da (orgs.). **LGBTQIAPN+:** enlaçamentos. Teresina, PI: EDUFPI, p. 125-142, 2024.

SILVA, Ametista de Pinho Nogueira. **Linguística Aplicada:** o que é? como se faz? 1ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 73-102, 2014.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. A Linguística Aplicada em diálogo com o Gedeall: implicações para a subjetividade e para a pesquisa. **Revista Leitura**, n. 83, p. 493-511, 2024.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. A linguística Aplicada e a implicação na pesquisa: uma leitura bakhtiniana. In: OLIVEIRA JR, Miguel; MEDEIROS, Ana Clara Magalhães (orgs.). **30 anos do PPGLL / UFAL**. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 52-77, 2023.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. Estudos discursivos na Linguística Aplicada Implicada. In: STURM, Luciane; SOUTO MAIOR, Rita de Cássia (orgs.). **A Linguística Aplicada no ensino e aprendizagem e nos estudos discursivos**. Tutóia, MA: Diálogos, p. 516-541, 2022.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia (org.). **Contornos da pesquisa em Linguística Aplicada no PPGLL/UFAL:** ensino e aprendizagem de línguas. Maceió, AL: EDUFAL – Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2021.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. Ética discursiva em tempos sombrios: linguagem e sentidos. In: SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. *et al* (orgs.) **Estudos discursivos das práticas de linguagem**. Tutóia, MA: Editora Diálogos, p. 18-37, 2020.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia; LUZ, Lilian Soares de Figueiredo. Identidades docentes e a ética discursiva nas interações sugeridas nas consígnias de abertura no contexto da educação a distância. **Revista Calidoscópico**, v. 17, nº. 2, p. 395-413, Maio/Agosto, 2019.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia; LUZ, Lilian Soares de Figueiredo. Reflexões sobre as construções identitárias de docentes da educação a distância a partir da análise linguístico-discursiva no gênero consígnia. **DLVC**, João Pessoa, PB, v. 14, n.º. 2, p. 274-304, Jul/Dez, 2018.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, Nilo Ybyraporã de. Transviado vidro. Dossiê Especial “Transmasculinidades e Não-binariedades em perspectivas originárias”. **Revista Estudos Transviades**, v. 4, n. 9, p. 99-108, 2023.

TANZI NETO, Adolfo (org.). **Linguística Aplicada de Resistência: transgressões, discursos e política**. 1 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERAS, Elias. **Travestis: carne, tinta e papel**. 2 ed. Curitiba: Appris, 2019.

VERGUEIRO, Viviane. Considerações transfeministas sobre linguagem, imaginação e decolonialidade: a identidade de gênero como categoria analítica. **Revista Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 21(2), p. 453-471, 2020.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 244f. **Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade**. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Salvador-BA, 2015.

VIEIRA, Helena. “Jango Jezebel”, fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil. In: VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **(Re)existências LGBTQI+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil**. Maceió, AL: Edufal, p. 167-189, 2023.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Traduções: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

YBY, Okara. Transcestralidade indígena. Dossiê Especial “Transmasculinidades e Não-binariedades em perspectivas originárias”. **Revista Estudos Transviades**, v. 4, n. 9, p. 18-37, 2023.

YORK, Sara Wagner/GONÇALVES JUNIOR, Sara Wagner Pimenta; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-12, 2020.

YORK, Sara Wagner. Tia, você é homem? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-graduação. **Dissertação de Mestrado em Educação**. 187f. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Programa de Pós-graduação em Educação (PropED), Rio de Janeiro-RJ, 2020.

ZOZZOLI, Rita Maria Diniz. *Linguística Aplicada como campo multidimensional e dialógico: um percurso no tempo-espaço numa universidade no nordeste*. In: MUSSI, Marcus Vinícius Freitas (org.). **Linguística Aplicada: panorama de estudos teóricos e práticos no Nordeste**. São Paulo: Pimenta Cultural, p. 34-50, 2021.

## WEB-REFERÊNCIAS

BEE40TONA. **Jean Wyllys – de volta ao Brasil: BBB, mandatos, exílio e arte**. YOUTUBE: 7/9/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=COkCGEyBMH8>

CHAVOSO DA USP. **A luta LGBTI+ na periferia**. YOUTUBE: 6/8/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wAaeZZk6Yj4>

JONES MANOEL. **Identidade, gênero e sexualidade nas periferias brasileiras**. YOUTUBE: 28/10/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0uFYHjivAXE>

MAYANE TRANS. **Saúde trans na minha cidade... horrível!** YOUTUBE: 21/11/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w9oVv2q9UXM>

PAULA FERREIRA. **Isabelli Potter / QueenCast**. YOUTUBE: 1/12/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zcSraq8bNL0>

PAULA FERREIRA. **Alessandra Alferes / QueenCast**. YOUTUBE: 10/10/2023. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Tq5d2q\\_sl78](https://www.youtube.com/watch?v=Tq5d2q_sl78)

PÕE NA RODA. **Sargenta trans: Bruna Benevides**. YOUTUBE: 8/11/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2KH6eplzh5Y>

TEMPERO DRAG. **Violência de gênero**. YOUTUBE: 5/10/2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MFuWyvrCfpk>

TRANSSABER. **Transição “tardia”?! Me revelei TRANS aos 40**. YOUTUBE: 21/9/2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=t\\_8O46MeNgM](https://www.youtube.com/watch?v=t_8O46MeNgM)